

**ACTA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA
MANDATO 2009/2013**

**REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DO ANO 2010
NO
AUDITÓRIO «PAULO QUINTELA»
DE
BRAGANÇA**

Segunda Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Bragança, realizada em 26 de Fevereiro de 2010, no Auditório «Paulo Quintela» de Bragança.

SUMÁRIO		Pág.
DIVERSOS: Presenças e faltas.....	e	221
MANDATOS: MEMBROS		
A – Assembleia Municipal		
Membros que pediram substituição.....		5
Membros suplentes convocados.....		6
Instalação-Membros suplentes.....		6
Moções: 1 – Escola Nacional de Bombeiros.....		22
2- Orçamento Participativo (Moção/Recomendação).....		38
3 – Gestão do Museu Abade de Baçal.....		96
Propostas de Recomendação – 1- Balcão Virtual de Serviços Municipais.....		87
Propostas: 1 –Constituição de Comissões da AM.....		175
Requerimentos: 1 -Grupo de Trabalho das Comemorações Centenário República		210
2 – Retirar da ordem de trabalhos o ponto nono.....		221
QUORUM- Segunda Sessão Ordinária (Mandato 2009/2013) – 26 de Fevereiro de 2010.....		5,102

ORDEM DE TRABALHOS		Pág.
1- ACTAS: Leitura, discussão e votação das seguintes actas: 27 de Novembro/2009 e 18 de Dezembro/2009.....		6
2– PÚBLICO – Período de Intervenção.		1 4
3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.		17
4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:		41
4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara		41
4.2 - Discussão e deliberação sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:		103
4.2.1 – Abertura de Concurso Público Internacional – Aquisição de Serviços para Tratamento de Águas;		103
4.2.2 – Protocolo de Colaboração entre o Município de Bragança e a Junta de Freguesia de Rio de Onor – Delegação de competências relativa à gestão do Parque de Campismo rural de Rio de Onor;		114
5 – Apreciação e deliberação sobre a proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal.		133
6 – Apreciação da situação da Zona Histórica da Cidade de Bragança - Solicitação do Grupo Municipal da CDU, com vista ao exercício de competência prevista na alínea r) do n.º 1 do artigo 65.º do Regimento;		144
7 - Proposta de deliberação sobre Constituição de Comissões da Assembleia Municipal - Solicitação do Grupo Municipal do PSD, com vista ao exercício de competências prevista na		175

alínea b) do artigo 49.º do Regimento;.....	
8 – Proposta de deliberação sobre - Subscrição da declaração Internacional “Carta da terra” -Solicitação do Grupo Municipal do PSD, com vista ao exercício de competências da alínea b) do n.º 1 do artigo 65.º do Regimento;	182
9 – Apreciação e votação de rectificação da composição do Grupo de trabalho para as Comemorações do Centenário da República;.....	200
10 – Eleição de representantes da Assembleia Municipal para os seguintes órgãos:	
10 .1 - Representantes na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens – 4 representantes;	
10.2 - Conselho Municipal de Educação – 1 representante;	
10.3 – Agrupamento de Centros de Saúde de Alto Trás-os-Montes I – Nordeste.- 1 representante.	

INTERVENÇÕES

Nome	Página (s)
Amandio Gomes	215
Ana Botelho	182
Agostinho Diz	109,199
Adriana Angélico	94,100,
Anibal Morais	85
Bruno Veloso	125,220
Carlos Moreno	201,209,214,219
Dinis Costa	97,98
Eduardo Malhão	74,166
Fernando Lima	23
Guedes Almeida	127,164
João Ortega	84,172
Joaquim Queirós	73,110,
Jorge Novo	160
José Exposto(Público)	15
José Brinquete	6,8,19,31,91,99,126,143,144,146,169,197,208,212,215
José Preto	122
Luís Pires	25,173,
Luís Filipe	108,196,210,214
Luís Vale	38,41,99,199
Manuel Pires	19,163,173,182
Nuno Reis	7,9,27,35,98,128,141,206,213
Presidente da Câmara	27,50,78,92,100,106,107,112,121,124,147,170,174,206,214
Presidente da Mesa	6,7,8,9,11,12,13,14,15,17,18,19,22,23,24,26,27,28,29,30,31,32,33,35,38,40,41,49,71,73,74,75,78,84,85,91,92,93,97,98,99,100,101,106,107,108,109,110,112,113,114,118,119,120,121,124,125,126,127,128,131,132,141,143,144,145,146,147,160,163,164,166,169,170,171,172,173,174,175,180,181,182,198,199,200,205,208,209,210,212,214,215,216,217,218,219,220,221
Primeiro Secretário	20,179
Rui Correia	20,23,28,29,175,180

Victor Alves	34
Victor Pereira	7,11,26,29,101,

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

Nome	Página (s)
Ana Almeida	
Dinis Costa	
Guedes Almeida	119,121,146,180
José Brinquete	75,118,120
Luís Filipe	113
Luís Pires	71,107,
Luís Silvestre	23
Luís Vale	74

DECLARAÇÕES DE VOTO

Nome	Página (s)
Bruno Veloso	131
Dinis Costa	101
Eduardo Malhão	41
Guedes Almeida	130,174,181,216
Joaquim Queirós	13
José Brinquete	13,29,174,218
José Lourenço	217
Luís Filipe	217
Luís Pires	30,31,
Luís Vale	217
Manuel Pires	174
Nuno Reis	102,131,181,218
Paulo Hermenegildo	
Victor Pereira	

PONTO DE ORDEM Á MESA

Nome	Página (s)
Luís Silvestre	18,33

..... Aos **vinte e seis dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dez**, realizou-se no Auditório “Paulo Quintela” de Bragança, a **Segunda Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal - Mandato 2009/2013 - tendo o seu início às nove horas e trinta minutos e fim cerca das 20h00, na qual participaram **noventa e oito membros** dos noventa e nove que a constituem, com a seguinte **Ordem de Trabalhos**:

- 1- **ACTAS**: Leitura, discussão e votação das seguintes actas: 27 de Novembro/2009 e 18 de Dezembro/2009
- 2- **PÚBLICO – Período de Intervenção**.
- 3 – **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**.
- 4 – **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**:.....
 - 4.1 – **Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município**.
 - 4.2 - **Discussão e deliberação sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança**:.....
 - 4.2.1 – **Abertura de Concurso Público Internacional – Aquisição de Serviços para Tratamento de Águas**;.....
 - 4.2.2 – **Protocolo de Colaboração entre o Município de Bragança e a Junta de Freguesia de Rio de Onor – Delegação de competências relativa à gestão do Parque de Campismo rural de Rio de Onor**;.....
- 5 – **Apreciação e deliberação sobre a proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal**. ...
- 6 – **Apreciação da situação da Zona Histórica da Cidade de Bragança - Solicitação do Grupo Municipal da CDU, com vista ao exercício de competência prevista na alínea r) do n.º 1 do artigo 65.º do Regimento**;.....
- 7 - **Proposta de deliberação sobre Constituição de Comissões da Assembleia Municipal - Solicitação do Grupo Municipal do PSD, com vista ao exercício de competências prevista na alínea b) do artigo 49.º do Regimento**;.....
- 8 – **Proposta de deliberação sobre - Subscrição da declaração Internacional “Carta da terra” - Solicitação do Grupo Municipal do PSD, com vista ao exercício de competências da alínea b) do n.º 1 do artigo 65.º do Regimento**;
- 9 – **Apreciação e votação de rectificação da composição do Grupo de trabalho para as Comemorações do Centenário da República**;.....
- 10 – **Eleição de representantes da Assembleia Municipal para os seguintes órgãos**:
- 10.1 - **Representantes na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens – 4 representantes**;
- 10.2 - **Conselho Municipal de Educação – 1 representante**;
- 10.3 – **Agrupamento de Centros de Saúde de Alto Trás-os-Montes I – Nordeste.- 1 representante**.....

QUORUM - Verificada a existência de quórum deu-se início aos trabalhos cerca das nove horas e trinta minutos e foram presentes:

I - ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MANDATOS-MEMBROS:

Justificação da falta e pedido de substituição:

PSD: Martinho Eduardo Nascimento.....

Vânia Alexandra Silva Rodrigues

PS: Alzira Bento.....
CDS/PP – Ana Cláudia Guedes de Almeida
Justificação da falta - Presidente de Junta de Freguesia de Gondesende
Compareceu o seu substituto legal – Augusto David Afonso Pires.....
MEMBROS SUPLENTE CONVOCADOS:
PSD: António Manuel Pereira e Maria Eugénia cerqueira B. Afonso
.PS: Maria Celina Silva Paula
CDS/PP – António Guedes Almeida
INSTALAÇÃO: Augusto David Afonso Pires......

----- **Presidente da Mesa** – Ora muito bom dia a todos, eu peço a atenção do seguinte, como vamos ter aqui hoje na Sessão duas escolas da Cidade, temos duas turmas da mesma escola, vamos, provavelmente, as ultimas duas filas não são suficientes, pelo que solicito aos Senhores Deputados e presidentes de junta que avancem uma fila, vamos reservar as três ultimas filas para os convidados presentes, obrigado.....

----- Ora, peço então aos Senhores Deputados o favor de se instalarem definitivamente, para iniciarmos os trabalhos. Ora a Mesa tem já a informação de que há confirmação de quórum, vamos iniciar os trabalhos.

1- ACTAS: Leitura, discussão e votação das seguintes actas: 27 de Novembro/2009 e 18 de Dezembro/2009.....

Dispensando-se a sua leitura - número um do artigo 92º. da Lei número 169/99, de 18 de Setembro - em virtude de previamente terem sido distribuídas pelos membros.-----

----- **Presidente da Mesa** - Iniciamos os trabalhos com a discussão e votação e aprovação das Actas das Assembleias realizadas no dia vinte e sete de Novembro e dezoito de Dezembro de dois mil e nove. Alguma intervenção? Regista a Mesa a intervenção de José Brinquete da CDU. É a única intervenção, peço então ao José Brinquete, regista-se também uma intervenção, uma inscrição por parte do Partido Social Democrata.

----- **José Brinquete** – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Minhas Senhores e Meus Senhores, muito bom dia a todos. Eu estou de acordo com as Actas, participei em ambas as Assembleias, há só um aspecto formal e legal que me parece que está incorrecto e que tem que ser corrigido e que se refere à primeira Acta do dia vinte e sete, que nas faltas tem o Membro da Assembleia Municipal, José Carlos Mota Andrade, como justificada, e portanto está ilegal, porque?

Porque, neste momento, Mota Andrade ainda não tinha tomado posse, que é um acto distinto de participar na Assembleia Municipal, portanto não tendo tomado posse, não pode justificar nenhuma falta de um órgão onde não tomou posse.

----- Depois na Acta do dia dezoito de Dezembro, tem uma situação ainda mais caricata, que é, diz que participou na Assembleia, mas que não recebe senha de presença, não é verdade que tenha participado na Assembleia, todos verificámos que Mota Andrade chegou aqui às cinco, cinco e meia da tarde e foi-lhe dado posse ilegalmente, porque já tinha perdido o mandato por não ter tomado posse, conforme está estabelecido na Lei, Lei cento e sessenta e nove, artigo setenta e seis número cinco e portanto, nem recebe senha de presença, claro, nem pode ter aqui como participante na Assembleia, porque todos soubemos que chegou aqui às cinco e meia da tarde e tratou ali de um suposto protocolo e foi-se embora, portanto eu proponha que fosse corrigida esta ilegalidade.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado Senhor Membro, Doutor Nuno Reis, a Mesa regista também a inscrição do Vitor Prada Pereira do Partido Socialista, Nuno Reis em primeiro lugar, por favor.--

----- **Nuno Reis** – Muito bom dia Senhor Presidente, Excelentíssima Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhora e Senhor Vereadores, Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal de Bragança, caros jovens que assistem aos nossos trabalhos. Eu devo dizer que tivemos a oportunidade de em sede de várias Comissões, discutir esta questão do Deputado Mota Andrade e aquele que tem sido o entendimento preconizado, quer pela bancada do Partido Social Democrata quer o entendimento que é preconizado pela Mesa da Assembleia Municipal, tem sido no sentido de entender que há a regularidade e a legalidade do acto, quer de justificação das faltas do Deputado Mota Andrade, que do nosso ponto de vista, não ferem nem colidem com aquele que é a letra e o espírito da Lei e do Regimento da Assembleia Municipal, quer entendendo que a Assembleia Municipal bem actuou ao actuar da forma que actuou.....

----- Assim sendo, Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa, a posição do Partido Social Democrata é de absoluta consonância e respaldo aqueles que se foram os actos praticados pela Mesa da Assembleia neste domínio. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado Senhor Deputado, tem a palavra, do Partido Socialista, Vitor Prada Pereira.

----- **Vitor Prada Pereira** – Muito bom dia, cumprimentar a Excelentíssima Mesa, Excelentíssimo Executivo, Senhores Deputados, Comunicação Social, caros alunos e professores da Escola Secundário Miguel Torga, bem vindos a este fórum de discussão e a este fórum de liberdade e democracia do

nosso Concelho. Espero também que saíam satisfeitos e que tentem imitar alguns dos ilustres tribunos que aqui hão-de durar durante o dia. Dizer ao Deputado Brinquete que há coisas que por vezes não percebemos nem entendemos determinados comportamentos. O Deputado Mota Andrade, toda a gente sabe que está na Assembleia da República, há muitos anos e tem coincidido que às sextas-feiras, e o Deputado Brinquete também sabe muito bem, que às sextas-feiras é o dia exactamente das votações, e portanto o Deputado Mota Andrade que teria muito gosto e que teria um grande prazer e por isso mesmo foi o nosso cabeça de lista, em assumir aqui a sua condição de Deputado, não pode estar nesta Assembleia Municipal e não pode estar porque esta Assembleia Municipal realiza-se exactamente às sextas-feiras.

----- Quanto à falta, quanto à tomada de posse, eu faço minhas as palavras do Nuno Reis, que sabe isto melhor do que eu, porque é um ilustre jurista, e também digo que o Deputado Mota Andrade fez os procedimentos todos que exactamente a ilustríssima Mesa recomendou e portanto, eu não entendo nem percebo, aliás faço um parêntese, se calhar até entendo, porque é que o Deputado Brinquete tem aqui, que nunca o fez durante estes anos todos que eu estou nesta Assembleia, com qualquer Deputado e agora implica com o Deputado Mota Andrade, só se é por ser Deputado do Partido Socialista, deixo a duvida no ar.

----- **Presidente da Mesa** – Antes da intervenção por parte do José Brinquete, que solicitou nova intervenção, eu vou pedir mais uma vez aos Senhores Deputados o favor de avançarem o que possível, para preencher lugares, há aqui cerca de quinze a dezasseis lugares vazios, pedia aos Senhores Deputados que estão na ultima fila que está a ser ocupada daqui do auditório da assembleia, que avancem para ocupar estes lugares, porque há vários alunos que estão de pé ou sentados nas laterais, peço então o vosso especial favor, de se movimentarem para diante, muito obrigado, para se poderem sentar os alunos também, da Escola Miguel Torga, à qual também aqui a Mesa da Assembleia Municipal de Bragança dirige uma palavra de apreço pela vossa presença aqui e esperemos que se sintam satisfeitos por presenciar o debate que acontece neste espaço que é a Assembleia Municipal de Bragança. José Brinquete, faz favor.

----- **José Brinquete** - Senhor Presidente da Assembleia Municipal, eu devo dizer que nada tenho contra o Deputado, Mota Andrade, mas devo dizer que o membro, o eventual membro desta Assembleia Municipal, Engenheiro Mota Andrade, não respeitou os preceitos legais para ser membro desta Assembleia Municipal e há legislação que não permite que ele faça o que fez, e ainda por cima estamos a falar de um cidadão com altas responsabilidades e até se propunha ser alternativa ao Município de Bragança. E o que chamo à atenção é de que na sessão de instalação, a Acta refere que

Mota Andrade não foi instalado, na primeira reunião de instalação da Mesa, a Acta refere que Mota Andrade teve falta não justificada, e a Lei diz no artigo que eu citei, no artigo setenta e seis, número cinco, o seguinte: a falta do eleito do acto de instalação do órgão, ao acto de instalação do órgão, não justificada por escrito no prazo de trinta dias, é considerada injustificada, equivale a renúncia de pleno direito.

----- Eu desafio o Doutor Nuno Reis a mostra-me onde é que está a carta de Mota Andrade, a justificar a falta à instalação, porque eu tenho aqui uma carta de Mota Andrade, escrita à mão, que justifica a falta do dia nove e não pode, porque as faltas têm de ser justificadas até cinco dias após, e depois justifica a falta do dia vinte e sete e também não pode, a do dia nove até porque passaram os cinco dias e já não pode justificar, mas ambas não pode nunca justificar, esta carta não vale nada, porque ainda não tomou posse, tem trinta dias para justificar a falta à instalação.

----- Ó! Luís, ó! amigo Luís Silvestre, volto a ler-lhe o artigo que é muito pequeno, a falta do eleito local ao acto de instalação do órgão, não justificada por escrito no prazo de trinta dias... onde é que está a justificação por escrito? Esta não é, esta carta diz: Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Carlos Correia de Mota Andrade, eleito pelo PS, vem mui respeitosamente solicitar a vossa excelência justificar a falta à Assembleia Municipal nos dias nove e vinte e sete de Novembro de dois mil e nove, por motivos de trabalho partidário. Até ficamos a saber que Mota Andrade mete à frente da Assembleia Municipal e dos interesses do Município, o trabalho partidário, mas nunca diz aqui que justifica a não instalação. Claro que a Mesa, pelos vistos, pelas palavras do representante do PSD, Nuno Reis, participa também nesta ilegalidade, mas há outros recursos a fazer, e vamos ponderar se o assunto não merece ter outros desenvolvimentos, e fico-me por aqui.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, a Mesa regista ainda uma inscrição, pela segunda vez, de Nuno Reis. Faz o favor Senhor Deputado. Qualquer comentário, a Mesa não permite, vocês sabem, não permitem comentários, Senhor Nuno Reis, peço desculpa, a Mesa não permite comentários e conversas cruzadas, quem quiser participar fa-lo-á só exclusivamente na bancada, também a Mesa não recusará a inscrição de ninguém, espero que colaborem com a Mesa que a Mesa pretende colaborar também convosco.

----- **Nuno Reis** – Muito obrigado, Senhor Presidente. Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Deputado, José Brinquete, eu confesso que raras vezes tenho visto uma intervenção tão contraditória como aquela que Vossa Excelência acabou de proferir aqui, porque? Porque Vossa Excelência desafia a apresentar perante o Plenário uma carta de justificação, uma justificação ou uma justificação escrita daquilo que são as faltas às Assembleias de Instalação, do Deputado Mota Andrade,

quando Vossa Excelência faz a alusão a essa mesma carta, e refere exactamente as datas a que ela se reporta para justificar as faltas e está subscrita pelo próprio punho do Deputado, Mota Andrade.

----- Tanto quanto sei e não me lembro de ninguém ter posto em causa essa assinatura e esse acto e depois Vossa Excelência vem dizer que ele tem cinco dias, mas alude, e do meu ponto de vista correctamente, ao artigo setenta e seis da Lei de competências e regime jurídico de funcionamento das autarquias locais, que expressamente lhe diz que a falta do eleito local ao acto de instalação do órgão, não justificada por escrito no prazo de trinta dias... ó! Senhor Deputado, o Senhor Deputado, Mota Andrade, teve a oportunidade de justificar a falta, o Senhor Deputado teve a oportunidade de justificar a falta à instalação no prazo dos trinta dias, e mais, tendo justificado a falta à instalação no prazo de trinta dias ele faz mais, ele faz mais, justifica também a falta à segunda assembleia, que seria a primeira assembleia extraordinária deste mandato, em que constituiria para ele, Deputado, Mota Andrade, ainda não instalado, a verdadeira assembleia de instalação dele, de reconhecimento do mandato dele e portanto, do nosso ponto de vista, a Mesa ao permitir que esta falta seja justificada e ao aplicar também este regime dos trinta dias, se bem que, a falta à assembleia extraordinária a que Vossa Excelência alude, foi a justificação à falta do Deputado à assembleia a que Vossa Excelência alude, foi feita ainda no prazo de três dias, nem chegou aos cinco dias, pese embora eu mantenha o entendimento de que este regime de instalação se aplica aos Deputados até terem sido instalados, e portanto Senhor Deputado, o Regimento nesse domínio também é muito claro ao dizer que faltando um dos Senhores membros da Assembleia Municipal, aos respectivos actos de instalação, eles tomarão posse , ou serão instalados, na primeira reunião do órgão em que se apresentem, o que significa, e Vossa Excelência está-me a dar anuência com a cabeça, aquilo que isto significa, é que se o Senhor engenheiro, Deputado, Mota Andrade, faltou ao acto de instalação colectiva, se assim lhe preferir chamar, da Assembleia Municipal, e faltou ainda ao segundo acto de instalação que poderia ser, em que poderia ser feita ou praticado, que é a Assembleia Extraordinária de Novembro e justifica ambas as faltas, no primeiro caso, dentro do prazo de trinta dias, no segundo caso no prazo de três dias após a reunião, ó! Senhor Deputado, ele apresentou na Assembleia Ordinária de Novembro, é instalado na Assembleia Ordinária de Novembro. E Vossa Excelência diz mais, diz: é uma acto ilegal, na medida em que ele não comparece na parte da manhã, vem da parte de tarde, e portanto, para todos os efeitos, ele já devia ter sido considerado faltoso, comparece, comparece, comparece, comparece, tanto comparece que nós suspendemos o trabalho, agora, ó! Senhor Deputado, agora já aparece, já perece o engenheiro José Sócrates, que tem os conhecimentos formais e informais, muito esquisitos, agora aquilo que eu lhe digo é, nós todos estávamos cá, e todos nós tivemos a oportunidade que os trabalhos

foram suspensos e que a Mesa procedeu à instalação, portanto, que ele compareceu, lá isso compareceu, e nós entendemos que tendo comparecido e apresentando justificação para o atraso, à Mesa, ainda que eu conceda que foi um grande atraso, mas tendo apresentado explicações à Mesa, a Mesa tem poderes Regimentais para relevar o atraso do Senhor Deputado e portanto, não proceder à marcação de falta, praticando-se apenas a penalização que já é conhecida, da perda da senha de presença, e portanto Senhor Deputado, do nosso ponto de vista, Vossa Excelência terá outro, mas o direito português, é o que é e teremos toda oportunidade de o discutir, aqui ou noutra foro, se Vossa Excelência assim o entender, é de que o Senhor Deputado, Mota Andrade, se encontra devidamente instalado, e pelas razões a que Vossa Excelência exactamente se referiu na sua intervenção. Muito obrigado, Senhor Presidente.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Eu vou pedir aos Deputados, que estou a ver que estão de pé, que é o caso do Deputado do Partido Social Democrata, Dionísio e o Senhor Presidente de Junta de Rebordainhos e de França, que tomem os vossos lugares, aqui à frente, porque ainda há alguns alunos que estão de pé e portanto, Senhor José Brinquete, vou fazer um pedido especial, para si. Você que vem tantas vezes aqui, pedia que se senta-se aqui à frente, não se importa, para deixar um desses lugares onde os alunos..., está bem, o Senhor vem tantas vezes, assim não perdemos tanto tempo à espera que você desça e suba as escadas, fica aqui à frente, o que lhe permite vir mais rapidamente.....

----- Bom, julgo que estão terminadas as inscrições para... José Prada Pereira, por fim, a Mesa aceitou uma última, peço desculpa, então vamos terminar este e vamos votar a Acta. Uma última intervenção do Deputado do Partido Socialista, Vitor Prada Pereira.

----- **Vitor Prada Pereira** – Eu acho que o assunto que o José Brinquete trás aqui, nem merecia esta segunda intervenção, esta minha segunda intervenção, mas depois de algumas afirmações que fez, na segunda alusão que fez ao Deputado, Mota Andrade, é evidente que o Partido Socialista não poderia deixar aqui de refutar, de debater, aquilo que tentou deixar no ar, ou pairar no ar, em relação ao Engenheiro, Mota Andrade.

----- O Senhor não se pode, não se pode ter a ousadia de se julgar moralmente superior seja a quem for, não pode ter a ousadia de ter valores mais elevados do que qualquer ilustre Deputado desta Assembleia Municipal, e portanto nós não lhe podemos tolerar que ponha em causa a honorabilidade do Deputado Mota Andrade, nem sequer o comportamento do Deputado Mota Andrade, porque o Deputado Mota Andrade, eu torno a repetir aqui, fez escrupulosamente aquilo que a ilustre Assembleia disse e fez aquilo que o Nuno, que eu escuso-me de repetir, que o Nuno Reis aqui disse,

portanto, não pode pôr sequer, nem insinuar, nem deixar sequer no ar, que o Deputado Mota Andrade, não fez ou teve qualquer tipo de comportamento menos correcto, porque o Partido Socialista, não lho permite, muito menos do Deputado Mota Andrade, se estivesse aqui na sala para se defender, coisa que ele gostaria de estar, mas como sabe, quando se fala em trabalho partidário, o trabalho partidário é muito abrangente e eu disse-lhe e expliquei-lhe e expliquei-lhe isso, que o trabalho partidário é exactamente na Assembleia da República, onde decorrem votações às sextas-feiras, aliás o Deputado Brinquete sabe muito bem isso, só que o Deputado Brinquete também já nos habituou e cada um toma o comportamento, ou tem o comportamento que quer e também cada um de nós tira as conclusões, para insinuar determinadas coisas e portanto cada um tem os comportamentos que tem e fica com eles. Mmuito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito bem, obrigado. A Mesa quer esclarecer também a Assembleia, que é do entendimento da Mesa da Assembleia, que estão cumpridas as figuras regimentais e de legislação, de facto, em vigor, nessa matéria, relativamente ao dia dezoito, a Assembleia do dia dezoito de Dezembro e com o cumprimento que a Mesa entende do artigo sessenta e quatro, faltas e sua justificação, no seu número doze, em que diz que as faltas a que se referem os números um, etc., o número um diz, pelo menos, que os Deputados que não estejam presentes na abertura de sessão e até trinta minutos depois, terão falta, poderão ser consideradas justificadas ou relevadas pelo Presidente da Assembleia Municipal, mediante justificação do faltoso, que em caso de indeferimento, poderá recorrer para o plenário.

----- O Deputado Mota Andrade telefonou e fez a sua justificação à Mesa da Assembleia, que a considerou relevada e por esse efeito entendemos..., bom então, no dia dezoito, vamos proceder a essa verificação, de imediato, um momentinho, vou entretanto pedir aqui ao Secretário da Mesa que faça uma leitura da Acta de dezoito, em concreto, há, peço desculpa, peço desculpa então, eu estava a falar de coisas diferentes, eu estava a falar do dia dezoito, pensava que eu estava a falar do dia dezoito.

----- Sendo assim, é feita uma proposta de alteração à Acta, suscitada e sugerida pelo José Brinquete da CDU, naturalmente eu tenho que pôr à consideração da Assembleia, quem vota a favor desta alteração da Acta? Quem se abstêm? A Mesa regista um voto contra da CDU, um voto de abstenção do Bloco de Esquerda e o resto da Assembleia manifestou o seu voto por maioria, desfavorável à alteração, por isso vamos votar as Actas do dia vinte e sete e dezoito.....

..... **Após análise e discussão foram as mesmas Actas submetidas a votação, tendo sido:**

- **Primeira Sessão Extraordinária – 27 de Novembro de 2009** - aprovada, por maioria qualificada, com zero votos contra, duas abstenções e oitenta votos a favor, estando momentaneamente oitenta e dois membros presentes.....

- **Primeira Sessão Ordinária-18 de Dezembro de 2009** - aprovada, por maioria qualificada, com zero votos contra, oito abstenções e setenta e quatro votos a favor, estando momentaneamente oitenta e dois membros presentes.....

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto? José Brinquete, Queiroz, primeiro José Brinquete.

----- **José Brinquete** – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a CDU votou a favor porque se revê na Acta plenamente, participou nas duas sessões da Assembleia Municipal e nas minhas intervenções anteriores ficou claro o que pensamos sobre o procedimento legal e agora vamos ponderar se vamos analisar em conformidade, porque as intervenções que aqui assistiram a do doutor Nuno Reis não me convenceu e a do membro Vitor Prada Pereira teve cariz que também não merece comentário, na mediada em que o que eu faço aqui em nome da CDU, são análises políticas e legais e não são processos pessoais a ninguém, portanto não me revejo no que disse, portanto para mim e para a CDU, Mota Andrade em nenhum momento justificou a falta no acto da tomada de posse, o acto de tomada de posse é um acto independente e o Doutor Nuno Reis sabe muito bem isso, independente da primeira reunião de funcionamento da Assembleia Municipal, e o dia que me provarem que entrou uma justificação da tomada de posse, nós podemos alterar provavelmente a nossa opinião.

----- Por fim dizer que há aqui uma grande leitura política, como compreendem, Mota Andrade, que é a figura mais responsável do Partido Socialista neste Distrito, candidatou-se em primeiro lugar nas listas do Partido Socialista à Assembleia Municipal, pretendia, por um lado, ser Presidente desta Assembleia Municipal, por outro, trabalhar em prol do Concelho. Todo o seu comportamento, analisando politicamente, foi de desprezo por esta Assembleia Municipal e pelos Municípes da Concelho de Bragança. Tenho dito.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado.

----- Ainda há uma declaração de voto do Deputado Queiroz, faz o favor.....

----- **Joaquim Queiroz** – Bom dia. Quero cumprimentar a Mesa, Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Presidentes de Junta e caros colegas, Deputados da Assembleia Municipal, um cumprimento especial às turmas da Escola Secundária Miguel Torga, onde eu sou professor, é importante que vocês venham de facto à Assembleia Municipal e estes fóruns de debate democrático, onde vocês poderão sair mais

enriquecidos em termos de cidadania, cultura e participação democrática que tanta falta tem feito ao nosso país.

----- A minha declaração de voto, e a minha abstenção, não se deve a esta, enfim, dificuldade de interpretativa da lei, mas deve-se tão somente à minha ausência na última Assembleia Municipal, e acerca disso eu queria dar aqui duas notas à Mesa, que é o seguinte: eu, como cerca de vinte por cento dos Deputados da Assembleia Municipal, somos docentes, e retirando, temporariamente, os Senhores presidentes de junta, este valor sobe para trinta e seis por cento, o que é significativo e portanto também engrandece a classe docente do nosso País, que por vezes tão mal tem andado e as notas que eu queria deixar era duas:

----- Primeira, era que, se possível, se fossem escolhidas datas para a Assembleia Municipal, sobretudo as de Dezembro, não coincidentes com reuniões de avaliação, porque isso irá impedir obviamente que possamos estar presentes em próximas reuniões;

----- Segunda nota, importante também, sobretudo porque a nova orgânica das escolas assim o exige, era importante definir também um dia semanal para a reunião deste órgão, eu penso que durante algum tempo foram as segundas-feiras, agora penso que será às sextas-feiras, para quê? Para que os próximos directores e portanto órgãos directores das escolas possam, digamos assim, ajustar os horários dos professores de forma a que a sua presença possa ser efectiva, como todos nós gostamos, e desejamos, e também enfim, não provoquem grandes alterações e grandes dificuldades na gestão da escola.

----- Já agora permitam-me, eu queria também fazer uma proposta, faz amanhã uma semana que a tragédia se abateu sobre a Madeira, todos nós estamos sensibilizados e todos nós dentro das nossas possibilidades penso que temos dado o nosso contributo e propunha um minuto de silêncio, a fazer por toda a Assembleia, uma vez que também estamos num período de luto Nacional e acho que era um gesto simpático, é também uma nota de cidadania e de participação que nós queremos dar a quem nos acompanha, que são elementos mais novos.....

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Senhor Deputado. Na sequência do Senhor Deputado Joaquim Queiroz, a Mesa vai solicitar então, um minuto de silêncio em respeito pelas vítimas da tragédia que assolou a ilha da Madeira.

----- Obrigado a todos. Entramos no

PONTO 2 – PÚBLICO – Período de Intervenção.

----- **Presidente da Mesa** - Obrigado a todos. Bom, estamos agora no período de intervenção do público, a Mesa solicita se no espaço da Assembleia está presente alguém do público que pretende

fazer alguma intervenção, que o possa fazer de imediato. A Mesa registou uma inscrição vinda do público e por isso, e não regista nenhuma outra, pelo que passa e dá a palavra ao Senhor Exposto para fazer a intervenção que entender.

----- Senhor Exposto, eu dou-lhe já a indicação que, segundo o Regimento, o Senhor tem, dispõe, no máximo, de dez minutos, até dez minutos, para a sua intervenção, portanto disponha deles como entender, a Mesa avisá-lo-á um minuto antes de terminar a sua intervenção, que está a esgotar o seu tempo.

----- **José Aníbal Exposto** – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Membros da Mesa e Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Excelentíssimos Senhores Deputados da Assembleia Municipal, Senhores Presidentes de Junta, minhas Senhoras e meus Senhores. A razão pela qual eu estou nesta tribuna é já sabido da grande maioria dos presentes. É meu propósito sensibilizar os membros desta assembleia para que tomem consciência que o actual traçado da auto-estrada transmontana, sob o traçado do IP4, dentro do Concelho de Bragança, vai prejudicar altamente o Concelho, os Municípios e a capital do Distrito em geral.

----- Por esta razão, apelo a todas as forças políticas aqui representadas, para que seja criado a partir desta assembleia, um grupo de trabalho em conjunto com a sociedade civil, por forma pacífica, alterar o traçado da auto-estrada transmontana, a fim de libertar o IP4 em toda a sua extensão dentro do Concelho de Bragança, dado que todos reconhecemos que não é correcto destruí-lo.

----- Não me parece, que por desejarmos ter uma auto-estrada de ligação ao País, tenhamos que perder o itinerário principal, que agora temos. Somos todos responsáveis pelo bom e mau desenvolvimento da nossa terra, apelo que nos unamos, unamos forças, para alterar esta situação, caso contrário os Bragançanos não perdoarão certamente a todos aqui presentes. Tenho dito.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Exposto, muito obrigado pela sua intervenção. A Mesa não regista mais intervenções do público, pelo que agora, compete-nos também dar a indicação aos Senhores Deputados da correspondência que entrou nos serviços da Assembleia Municipal, no período que mediou entre o dia dezoito de Dezembro e hoje, lembro aos Senhores Deputados que os processos estão no corresponde arquivo da Assembleia Municipal, se quiserem consultar alguns deles, estão ao vosso dispor naturalmente;

RELAÇÃO CRONOLÓGICA DE DOCUMENTAÇÃO ENTRADA NOS SERVIÇOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A PARTIR DE DEZEMBRO DE 2009

Data	Remetente	Assunto

2009/12/02	Nuno Machado Reis	Fogos Florestais
2009/12/14	Paulo Jorge Almendra Xavier	Transferências Financeiras
2009/12/15	Maria Antónia A. Pereira	“Queixa” - Tarifário de águas para o meio rural do Concelho de Bragança
2009/12/18	Nuno Machado Reis	Pagamento Bolsas estudo aos alunos do Instituto Politécnico de Bragança
2009/12/18	Nuno Machado Reis	Conservatórias dos Registos Civil, Comercial, Automóvel e Predial de Bragança
2009/12/18	Nuno Machado Reis	Autoridade para as Condições do Trabalho
2009/12/28	Presidente da Câmara Municipal de Bragança	Fogos Florestais
2010/01/02	Polícia De Segurança Publica	Fogos Florestais
2010/01/04	Guarda Nacional Republicana	Fogos Florestais
2010/01/08	Assembleia República -Comissão de Ambiente, Ordenamento Território e Poder local	Acusa recepção da Moção sobre “Proposta do PROT-N”
2010/01/08	Grupo Municipal da CDU	Loteamento das Construções Sucesso – Sociedade de Construções Ld. ^a
2010/01/11	Assembleia Municipal de Vila do Conde	Proposta de recomendação relacionada com a Regionalização
2010/01/11	Câmara Municipal de Bragança	Luta contra a pobreza – Moção
2010/01/15	Instituto Registos e Notariado	Instalação das Conservatórias dos registos Civil e Predial e Comercial de Bragança
2010/01/18	Gabinete do Primeiro Ministro	Acusa recepção da Moção sobre “ Rendimento de Pessoas Singulares”
2010/01/18	Grupo Parlamentar do CDS/PP	Acusa recepção das moções: “Rendimento das Pessoas Singulares” e “ Portaria n.º 1245/2009, de 13 de Outubro
2010/01/18	Gabinete do Primeiro Ministro	Acusa recepção da moção sobre “ Portaria n.º 1245/2009 de 13 de Outubro
2010/01/21	Nuno Machado Reis	Planos de gestão de riscos de corrupção e de infracções conexas
2010/01/26	Grupo Parlamentar do PSD	Acusa recepção da moção sobre “Portaria n.º 1245/2009 de 13 de Outubro
2010/01/26	Grupo Parlamentar do PSD	Acusa recepção da moção sobre “ Rendimento das Pessoas Singulares
2010/01/26	Câmara Municipal de Bragança	Loteamento Construções Sucesso
2010/01/25	Grupo Municipal da CDU	Relatório anual de várias entidades
2010/01/27	Grupo Municipal da CDU	Loteamento Construções Sucesso
2010/01/27	Câmara Municipal de Bragança	Avaliação de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas
2010/01/28	Grupo Parlamentar do PS	Acusa recepção da moção sobre “ Portaria n.º 1245/2009 de 13 de Outubro
2010/01/28	Grupo Parlamentar do PS	Acusa recepção da moção sobre “ Rendimento das Pessoa Singulares”
2010/02/01	CCDRN	Revisão do Plano Director Municipal de Bragança
2010/02/01	Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Monte	Orçamento do ano de 2009 e Plano de Actividades e Orçamento do ano de 2010
2010/02/02	Inspector Geral do Trabalho	Autoridade para as Condições do Trabalho
2010/02/04	Associação Nacional Municípios Portugueses	Proposta de Lei do orçamento de estado para 2010
2010/02/09	Câmara Municipal de Bragança	Relatório várias entidades

2010/02/12	José Aníbal Exposto	A4 – Memorando
2010/02/15	Presidentes de Junta de Freguesia do Movimento Sempre Presente	Constituição como Grupo Municipal
2010/02/19	Câmara Municipal de Bragança	Comemorações do Centenário da República
2010/02/25	CCDRN	PROT- Norte

RELAÇÃO CRONOLÓGICA DE DOCUMENTAÇÃO ENVIADA A PARTIR DE DEZEMBRO DE 2009

Data	Destinatário	Assunto
2009/12/02	Presidente da Câmara Municipal de Bragança	Fogos Florestais
2009/12/02	Comandante do destacamento Territorial da GNR	Fogos Florestais
2009/12/02	Comandante da PSP	Fogos Florestais
2009/12/02	ICNB	Fogos Florestais
2009/12/14	Presidente da Câmara Municipal de Bragança	Transferências Financeiras
2009/12/022	Inspector Geral do Trabalho	Autoridade para as Condições de Trabalho
2009/12/22	Presidente da Câmara Municipal de Bragança	Pagamento Bolsas Estudo Alunos do IPB
2009/12/22	Presidente Instituto Registos e Notariado, IP	Conservatórias dos registos Civil, Comercial, Automóvel e Predial de Bragança
2010/01/04	Nuno Machado Reis	Fogos Florestais
2010/01/06	Câmara Municipal de Bragança	Luta contra a pobreza – Moção
2010/01/07	Nuno Machado Reis	Fogos Florestais
2010/01/11	Câmara Municipal de Bragança	Loteamento Construções Sucesso
2010/01/13	Nuno Machado Reis	Fogos Florestais
2010/01/13	Luís Vale	Luta contra a pobreza – Moção
2010/01/21	Câmara Municipal de Bragança	Avaliação da gestão de riscos de corrupção e infracções conexas
2010/01/21	Câmara Municipal de Bragança	Planos de gestão de riscos de corrupção e de infracções conexas
2010/01//26	Câmara Municipal de Bragança	Relatório anual de várias entidades
2010/02/02	Nuno Machado Reis	Autoridade para as Condições do Trabalho
2010/02/02	Nuno Machado Reis	Avaliação da gestão de riscos de corrupção e infracções conexas
2010/02/05	Nuno Reis	Instalações das Conservatórias dos Registos Civil, Comercial, Automóvel e Predial de Bragança
2010/02/17	Presidente da Câmara Municipal de Bragança	Instalações das Conservatórias dos Registos Civil, Comercial, Automóvel e Predial de Bragança
2010/02/17	Grupo Municipal da CDU	Relatório várias entidades

----- **Presidente da Mesa** - Esta é a correspondência, os Senhores Deputados, já sabem, se entenderem esclarecimentos adicionais, podem dirigir-se aos serviços da Assembleia, para ter acesso aos respectivos processos.

----- Seguimos a Ordem de Trabalhos e entramos no

PONTO 3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

----- **Presidente da Mesa** - A Mesa solicita aos Senhores Deputados, antes de mais deixe-me dizer o seguinte, informa-me o Senhor Secretário..., eu de qualquer forma tenho que dizer então à Assembleia porque hoje a Assembleia, estávamos aqui a comentar na Mesa que registamos uma impressionante assiduidade nesta Assembleia, pese embora isso, eu julgo que há por aqui Senhores Deputados que não assinaram, eventualmente não assinaram a folha de presenças. Por esse facto eu passava a chamar: Senhor presidente de Junta de Calvelhe, Ernesto, não assinou a folha, está presente? Não está presente; Senhor Presidente de Junta de Parada, Senhor Norberto, faz favor, depois vai assinar a folha, para não perturbar-mos agora os trabalho, vamos colocar a folha lá fora, nos serviços na Secretaria ,para assinar, Senhor Norberto, muito bem; Senhor Presidente de junta de Salsas, está aqui desde as nove e um quarto da manha e ainda não assinou a folha; Samil, Senhor Eduardo Portela, vai assinar depois lá fora, Senhor Eduardo, Presidente de Junta de Samil, não está presente, não está presente. Dos Senhores presidente de junta está dada a informação. Com a devida celeridade digo, Senhor Deputado Joaquim Queiroz, o Senhor não assinou ainda a folha; Senhor Deputado do Partido Socialista, Dinis Manuel Prata Costa e Marisa Rodrigues Gomes Alexandre, não estão presentes. Ora bem, do Movimento Sempre Presente registamos várias faltas aqui, atenção vou ler do Movimento Sempre Presente, José João Martins Lourenço, ausente, peço desculpa, não levantou o braço, eu hoje, têm de compreender que com tanta gente presente, a Mesa pode ter algumas dificuldades, o bracinho colocada assim não dá nada, tem que levantar o braço bem alto, vão assinar a folha ali então à entrada, Agostinho Gonçalves Esteves, do Movimento Sempre Presente, não está, não está, não está presente não, não está; Armando José Morais, presente; Manuel Agostinho Pires Diz, presente, não está assinada a folha e por fim, do Movimento Sempre Presente, José Fernando Cameirão. Da CDU, o Senhor José Brinquete não assinou a folha de presenças, ... a Mesa entende estes comentários, de aspecto positivo, você é uma pessoa sempre presente, não pertencente ao Movimento Sempre Presente..., bom, então os Senhores Deputados peço-lhes o obséquo de irem lá à secretaria a fazer a vossa inscrição, para que a falta não seja levada por diante.....

----- Período Antes da Ordem do Dia, a Mesa solicita as respectivas inscrições dos Senhores Deputados. Faz favor de dizer, venha ao microfone colocar o sua... ..

----- **Luís Silvestre** – Senhor Presidente da Mesa, Excelentíssima Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimos Vereadores, colegas, comunicação social, excelentíssimo público. O único ponto de ordem que eu venho aqui colocar ao Senhor Presidente é só ter atenção como a configuração desta Assembleia mudou, e a gestão de tempos é preciso ser feita, vinha propor, à aprovação do anexo um, provisoriamente para esta Assembleia, é só isso. A aprovação do anexo um..., sim, mas é só para o

funcionamento desta Assembleia, senão como vai distribuir os tempos Senhor Presidente? Desculpe, vou voltar a repetir, esta Assembleia neste momento tem mais Grupos Parlamentares do que existiam anteriormente, como é preciso fazer a distribuição dos tempos e agora não íamos fazer um debate aqui, a ver como seriam os tempos, eu venho propor a aprovação do anexo um, da alteração do Regimento, para ser mais simples, mais rápido e mais célere, muito obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Sim Senhor, nós aceitamos, a Mesa aceita de facto essa sugestão e de facto ela, é que ela desde a ultima Assembleia até agora houve de facto alterações relevantes no que diz respeito à composição e portanto há mais grupos, possibilidades para intervenções. José Brinquete, faz favor.....

----- **José Brinquete** – Eu penso que poderíamos resolver o problema com a atribuição ao único grupo que se constitui de novo... então é preciso sim, pensei que era só o Movimento Sempre Presente, o outro ainda não está na grelha, está bem, então estou de acordo.

----- **Presidente da Mesa** – Muito bem, a Mesa recupera a solicitação feita à Mesa, anteriormente que é, inscrições para intervenções sobre o PAOD, portanto, professor Pires, Luís Vale. É o período de antes da Ordem do Dia, Brinquete... ..

----- Ora muito bem, estão feitas as inscrições, nós vamos ler as inscrições: Professor Pires, Rui Correia, Brinquete e o Presidente de Junta de Gimonde, Vitor Alves e o Nuno Reis, Luís do Vale, o Luís do Vale inscreveu-se antes do Brinquete, mas se entender fica já para ultimo, quer? Já fizemos a leitura, portanto vai ser desta forma, a Mesa vai já chamar e passa a chamar de imediato o Senhor Deputado do Partido Socialista, Professor Pires, faz favor.....

----- **Manuel Pires** – Ora muito bom dia a todos, cumprimento a Excelentíssima Mesa, cumprimento o Senhor Presidente da Câmara Municipal e a Vereação, digníssimos colegas, alunos das escolas secundárias, comunicação social e passaria de imediato à minha intervenção que eu propunha que fosse aceite, naturalmente pelo Executivo Municipal como uma recomendação.

----- Sempre que falamos de autarquias, mesmo que sejam de diferentes quadrantes políticos, quase sempre somos levados a avalia-las pelo volume de obras executas em infra-estruturas e equipamento. Desde a instituição do Poder Autárquico que ouvimos falar de obras e mais obras nas diferentes autarquias por ventura, esquecendo-nos que no nosso Concelho há duas instituições de Ensino Superior, uma pública e outra privada, tendo exponencialmente mais recursos e massa critica a instituição pública.....

----- O Instituto Politécnico é a plataforma de conhecimento mais valiosa do Distrito e talvez não estejamos a conseguir potenciar o investimento público aí efectuado para que este se transforme num

facto de competitividade que distinga esta cidade e o concelho, dos demais e nos torne-mos atractivos num mercado sem fronteiras.

----- E o que tem a ver as obras e equipamentos da autarquia como Instituto Politécnico de Bragança? Encerrado que está o ciclo de construção de obras e equipamentos, o Município devia trabalhar em rede com esta instituição, promovendo iniciativas e materiais que fomentem a qualidade de vida, identifiquem e fixem pessoas interessantes, entre as quais estudantes e emigrantes, talentos em diversas áreas, que sejam inovadoras e críticas, com ideias capazes de enriquecer o espaço onde vivem.

----- Na caminhada pelo desenvolvimento sustentável e o progresso desta Cidade, do Concelho e do Distrito, haverá muitos pontos onde o Poder Autárquico e o Instituto Politécnico poderão efectuar parcerias, colocando-se a ambos um enorme desafio, caminhando juntos, para que possam contribuir para atrair massa crítica e promover o desenvolvimento. Sabemos que há um projecto de parceria com o IPB e outras instituições para a construção do Parque Tecnológico, enfim, mais uma obra. Será que nos espaço físico onde está instalado o Instituto Politécnico, não poderíamos desde já estabelecer parcerias e começar a colocar a ciência ao serviço do Concelho, para podermos promover ideias e projectos potenciadores do nosso desenvolvimento e progresso? Cabe naturalmente a quem lidera o Concelho decidir o que é prioritário, se investir em mais obras e equipamentos ou potenciar o que existe e apostar parte do orçamento em potencial humano. Tenho dito.

----- **Primeiro Secretário** – Chamo, Rui Correia.

----- **Rui Correia** – Muito bom dia, Senhor Secretário da Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhora e Senhores Vereadores, ilustres Membros desta Assembleia, comunicação social, público, principalmente os alunos da Escola Secundária Miguel Torga . Bom, o motivo que me trás aqui, a esta bancada, é a Escola Nacional de Bombeiros. No ano de mil novecentos e noventa e oito, foi tomada a decisão de instalar em Bragança um Centro de Formação da Escola Nacional de Bombeiros, de uma forma provisória, comprometendo-se o governo a proceder à sua instalação definitiva.

----- Para esse efeito foram elaborados projectos por parte do Ministério da Administração Interna e inscritas verbas no PIDAC de mil, novecentos e noventa e nove. Atendendo ao demorado da evolução da situação, em dois mil e dois, a Câmara Municipal disponibilizou-se, mais uma vez, a colaborar com o Governo Central, no sentido de promover o avançar do processo.

----- Durante este período de dez anos, a Câmara Municipal reuniu várias vezes com os membros dos vários governos, e com a Liga de Bombeiros Portugueses para que, em conjunto, se pudesse

encontrar uma solução para a construção de um edifício definitivo que servisse de base à instalação do pólo da Escola Nacional de Bombeiros em Bragança.

----- Foram apresentadas algumas propostas que passaram pela construção de um edifício de raiz, situado na Quinta da Trajinha ou da adaptação da estrutura que estava destinada à escola de Turismo junto ao NERBA.....

----- Esta ultima solução e tendo em conta que o Senhor Secretário da Administração Interna comunicou, em Outubro de dois mil e seis, à Câmara Municipal que o Ministério não tinha recursos financeiros para a construção de um novo edifício, ficaria a cargo da autarquia, desde que fosse assegurado o apoio comunitário, passando a dignificar as condições de trabalho e a qualidade do mesmo, quer para formandos quer para formadores.

----- A quinze de Janeiro de dois mil e sete, recebeu, a Câmara Municipal, um ofício da Secretaria de Estado do Ministério da Administração Interna, informando que as propostas da Câmara Municipal não poderiam ser aceites, iniciando um novo processo para a possível instalação do pólo no Distrito de Bragança.

----- Deparamo-nos assim, com a actual situação em que o pólo da Escola Nacional de Bombeiros foi retirado de Bragança. Dos funcionários e formadores residentes, apenas ficou um, neste caso uma, que passou a ser Delegada Distrital de Formação.

----- Mas para se saber o que verdadeiramente esta situação afecta a nossa vida, nosso dia a dia, convém esclarecer os excelentíssimos Senhores membros desta Assembleia do seguinte:.....

----- O Distrito de Bragança tem cerca de novecentos bombeiros voluntários, e não voluntários. Os candidatos a bombeiros entram como bombeiro estagiário onde lhe é ministrado um plano de formação bem definido por legislação própria Nacional. Parte desta formação é assegurada pelos bombeiros mais graduados e a outra parte só pode ser leccionada por formadores credenciados na Escola Nacional de Bombeiros. O final desta formação são os estagiários submetidos a testes ou provas teorias e praticas, aplicadas pela Escola Nacional de Bombeiros. Se tiverem aprovação nos testes referidos, os estagiários passam a bombeiros de terceira, passando aí e apenas aí, a fazer parte do corpo activo, ou seja, dá-se a sua integração. Os bombeiros de terceira passarão a segunda quando tiverem cinco anos de avaliação de bom ou três de avaliação de muito bom, no entanto, não basta terem o tempo para poderem progredir, têm também que ter formação especifica, alguma dela obrigatória, como é o caso do curso de incêndios urbanos industriais e o curso de incêndios florestais e algumas facultativas que podem ser operadores de central, salvamento em grande ângulo, mergulho, materiais perigosos entre outros. Os bombeiros de segunda passarão a bombeiros de primeira quando

tiverem cinco anos e avaliação de bom ou três de muito bom, tal como acontecia no escalão anterior. Além do tempo de formação é também do tempo que têm que permanecer também é importante a formação. Os bombeiros de primeira, passam a subchefe e a chefe, tendo que permanecer ou três ou cinco anos em cada posto, tendo em conta o que já referi aqui. Neste percurso a formação é uma constante. Note-se que a progressão ao posto seguinte tem ainda que ver com vagas existentes em cada corpo de bombeiros.....

----- Atendendo a que a formação dos nossos bombeiros é uma constante e uma necessidade permanente, tendo ainda em conta a actuação, a actualização de conhecimentos e procedimentos, o Grupo Municipal do PSD de Bragança apresente a seguinte Moção:.....

“MOÇÃO

----- Considerando que no Distrito de Bragança existem cerca de 900 Bombeiros, voluntários e profissionais;.....

..... Considerando que cada Bombeiro tem que ter 70 horas de formação obrigatória por ano para poder ter uma avaliação positiva e para se poder manter no Quadro Activo, tendo em conta a legislação;

----- Considerando que a simples multiplicação de 70 horas por 900 formandos estamos a referir-nos a 63 000 horas de formação por ano só para os bombeiros do Distrito de Bragança;

----- Considerando ainda a forma como a tutela tem tratado este assunto;

----- A Assembleia Municipal de Bragança, reunida em 26/02/2010, delibera:

1 – Lamentar o encerramento de um serviço importante para a cidade de Bragança;

2 – Exigir a manutenção do Pólo da Escola Nacional de Bombeiros na cidade de Bragança, criando as condições necessárias ao seu bom e normal funcionamento;.....

3 – Dar conhecimento a Sua Excelência o Presidente da República, a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República; Sua Excelência o Primeiro Ministro, Sua Excelência o Ministro da Administração Interna, Sua Excelência o Governador Civil do Distrito de Bragança, e aos Presidentes dos Grupos Parlamentares na Assembleia da República.

Bragança, 26 de Fevereiro de 2010.

Pelo Grupo Municipal do PSD – Rui Fernando Rodrigues Correia.”

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado, está aqui uma Moção na Mesa, solicita a Mesa se há pedidos de esclarecimentos. Regista a Mesa um pedido de esclarecimento, Senhor Deputado, faz favor.....

----- **Fernando Lima** – Bom dia a todos, à Mesa, à Câmara. Eu só queria acrescentar, não é tão pedido de esclarecimento é mais um acréscimo àquilo que o Senhor Deputado disse agora.

----- A formação não vai desaparecer do Distrito de Bragança, para além de Deputado do Grupo Parlamentar do PS, sou também Presidente dos Bombeiros Voluntários de Izeda e estamos, neste momento, a ultimar as obras de instalação de uma campo de formação para os bombeiros. Portanto a formação dos bombeiros do Distrito de Bragança, vai passar pelo Quartel dos Bombeiros Voluntários de Izeda e portanto não desaparece nem do Distrito, nem do Concelho, aliás a Câmara também está a comparticipar nas obras de instalação desse campo de formação. Tenho dito.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Registo outro pedido, Luís Silvestre, do Partido Socialista.

----- **Luís Silvestre** – Senhor Presidente, atendendo à intervenção anterior, eu queria pedir um pedido de esclarecimento ao Presidente da Câmara. Como foi mencionada a Câmara, eu gostava de saber em que termos é que está a ser feito esse Centro de Formação.

----- **Presidente da Mesa** – Mais pedidos de esclarecimentos? Então eu remetia, primeiro aqui então ao Senhor Deputado que fizesse a resposta ao pedido de esclarecimento e depois o Senhor Presidente de Câmara.

----- **Rui Correia** – O Grupo Municipal do PSD tem consciência que a formação não vai terminar no Distrito de Bragança, nós sabemos que a formação poderá ser dada nos próprios quartéis, fazendo deslocar alguns elementos da escola aos quartéis. Agora, achamos que a escola que estava, que não vai desaparecer de outras localidades, os outros pólos, achamos também que não devia, não deve desaparecer de Bragança, porque assim esta formação é muito, é uma qualidade superior, claro, agora o que está a ser feito em Izeda é uma unidade de formação, nós temos conhecimento disso, mas achamos que a escola se deve manter em Bragança e não deve desaparecer.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Presidente da Câmara, pretende responder ao pedido de esclarecimento?

----- **Presidente de Câmara** – Cumprimento o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, os restantes Membros da Mesa, Executivo, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, alunos da Escola Secundária Miguel Torga, comunicação social. Hoje, imagino que nós não temos as condições suficientes para dar a resposta que solicitou, temos sim condições plenas para reafirmar a disponibilidade que o Município de Bragança sempre manteve, no sentido de ser parceiro, tal como foi na altura da instalação provisória em Bragança, ao lado, as instalações provisórias ao lado do Governo Civil. ---

----- Mais tarde, no desenvolvimento dos estudos prévios, tendo em vista a instalação definitiva na zona próxima do nó nascente, nó norte do IP4, mais tarde na proposta de cedência de instalações transitórias na Casa do Lavrador e ainda mais tarde, depois de o governo ter evidenciado as dificuldades financeiras para concretizar o projecto, a proposta da Câmara foi no sentido de que o edifício que está no topo do NERBA, já há anos sem utilidade absolutamente nenhuma e que se destinava à instalação de uma escola de hotelaria no Distrito de Bragança, projecto que também foi abandonado, que esse investimento público fosse aproveitado.....

----- O edifício tinha a vocação já de uma escola, tinha a estrutura capaz em termos de dimensionamento e de organização espacial para esse efeito, fosse organizada, fosse aproveitada para a instalação definitiva e o Município disponibilizou-se para financiar a componente Nacional.

----- Face às dificuldades financeira evidenciadas pela administração central, bem com a assumir a recuperação de todo o espaço envolvente do NERBA para apoiar, digamos actividades complementares de formação da respectiva escola.

----- Como sabem houve um período em que circulou que haveria a nível da imprensa regional e a Assembleia Municipal chegou a tomar uma deliberação por proposta da Câmara Municipal que foi enviada ao Senhor Primeiro Ministro e ao Senhor Ministro da Administração Interna, circulou a ideia de que havia uma espécie de concurso entre os Municípios para a aceitação da escola. Nós reagimos, dissemos que em democracia esse tipo de situações não poderiam ser disputadas, porque não eram próprias das instituições democráticas, e portanto a posição da Câmara foi sempre esta, de disponibilidade absoluta e total, mesmo com as suas fracas finanças para poder suprir as dificuldades que a administração central então identificava.

----- Foi assim que a situação ocorreu, é inquestionável que a formação que está prevista para Izeda não é aquilo, não é, não tem a ver com a escola, com a escola de formação, da Escola Nacional de Bombeiros, centro de formação da Escola Nacional de Bombeiros, as orientações foram no sentido de concentrar a formação noutras localidades do País, em detrimento de Bragança, retirando esse serviço de Bragança.

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Senhor Presidente. Está terminado este período de esclarecimentos. Intervenções sobre esta matéria? A Mesa regista uma intervenção, enquanto o Senhor Deputado Pires vem ao microfone, eu passo a ler rapidamente;.....

----- “Considerando que no Distrito de Bragança existem cerca de novecentos bombeiros voluntários e profissionais;.....

----- Considerando que cada bombeiro tem que ter setenta horas de formação obrigatória por ano para poder ter uma avaliação positiva e para se poder manter no quadro activo, tendo em consideração a legislação;

----- Considerando que a simples multiplicação de setenta horas por novecentos formandos, estamos-nos a referir a sessenta e três mil horas de formação por ano, só para bombeiros do Distrito de Bragança;

----- Considerando ainda a forma displicente como a tutela tem tratado este assunto, a Assembleia Municipal de Bragança, reunida a vinte e seis do dois de dois mil e dez, delibera;

----- Um – repudiar o encerramento de mais um serviço na Cidade de Bragança;

----- Dois – exigir a manutenção do pólo da Escola Nacional de Bombeiros na Cidade de Bragança, criando as condições necessárias ao seu bom e normal funcionamento;

----- Terceiro – dar conhecimento a Sua Excelência o Presidente da República, Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, Sua Excelência o Primeiro-ministro, Sua Excelência o Ministro da Administração Interna, Sua Excelência o Governador Civil do Distrito de Bragança, e aos Presidentes dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República.

----- Bragança, vinte e seis de Fevereiro de dois mil e dez.”

----- Senhor Deputado Luís Pires, faz favor, pode fazer a intervenção. Regista depois, a Mesa, também a de Vitor Prada Pereira.

----- **Luís Pires** – Muito bom dia a todos, Senhor Presidente da Assembleia, Secretários, Presidente da Câmara e Vereadores, distinta Assembleia, estudantes. Eu, como vocês sabem, há uma coisa que pela qual eu me vejo normalmente na minha actividade pessoal, politica, etc., em todas que é assim, quando nós queremos fazer uma coisa com seriedade, temos que a apresentar aqui sem subterfúgios e o Rui também já sabe isso, devia ter apresentado aqui uma Moção de forma a que ela pudesse ser aprovada, porque realmente eu concordo e o Rui também esteve integrado tal como o Nuno Reis, na altura em que houve aquele debate, que o Senhor Presidente da Câmara referiu sobre a tomada de posição relativamente à Escola de Bombeiros, e tomamos uma posição unânime, positiva para tentar o melhor para o Concelho, e esta moção que o Rui aqui apresenta tem uma substancia que poderá ser positiva, mas a forma como foi apresentada não é positiva e deve-se essencialmente à redacção.....

----- O facto de utilizar a palavra, displicente, utilizar a palavra, repudio, dizer que é mais um serviço que sai, é claramente a convidar o Partido Socialista para não apoiar uma Moção, que teria todo o interesse em apoiar, portanto aqui a proposta, meu caro Rui, é alteração à redacção, eu acho que não

fere a sensibilidade de ninguém, de acharmos que a Escola seria importante para Bragança, a sua manutenção e mais ainda, a revitalização seria importante, acho que todos achamos isso, agora com este texto não, por favor, vamos ser sérios, altere-se o texto e terá o apoio do Partido Socialista.....

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, regista a Mesa então a intervenção de Vitor Prada Pereira.....

----- **Vitor Prada Pereira** – Eu além de subscrever as palavras do Luís Pires, é evidente que queria acrescentar aqui mais alguma coisa. Além da parte formal da própria Moção, eu queria acrescentar mais alguma coisa.....

----- Nós também não podemos meter a cabeça na areia e vir aqui a dizer que só uma das partes é que tem a culpa, eu entendo e percebo perfeitamente a responsabilidade do governo que tem nestas coisas da escola Nacional de Bombeiros, até porque na altura eu tinha algumas responsabilidades na área e, portanto, estou muito bem dentro desse assunto e muito bem documentado sobre isso. Mas também, Senhor Presidente de Câmara, o Senhor também não pode vir aqui a lavar as mãos e dizer que a Câmara com os seus fracos recursos, com esse discurso, com este discurso um bocado doce, digamos assim, ou adocicado, e dizer que a Câmara não tem responsabilidades, tem Senhor Presidente de Câmara! A Câmara tem grandes responsabilidades nisto, sabe porquê? O primeiro, o primeiro terreno, o primeiro terreno que quis ceder para a construção da Escola de Bombeiros lá em baixo no nó, salvo erro, o terreno nem era da Câmara, não era da Câmara, primeiro ponto. Portanto, o Senhor Presidente queria dar aquilo que não era seu. Segundo ponto, acha que a Casa do Lavrador, que tanta pompa e circunstancia foi construída, tem condições a todos os níveis para ser uma Escola de Bombeiros? Acha que isso é uma proposta séria ao governo? Vamos ser sérios nestas coisas.

----- E depois também a questão do NERBA, quer dizer, a questão do NERBA é uma questão que ultrapassa, quer dizer, aquilo também, salvo erro também não é da Câmara Municipal, ora portanto, nós não podemos, como se costuma dizer, fazer filhos nas mulheres alheias, é complicado, e portanto, por isso ó! Senhor Presidente, por isso é que o Senhor Presidente, muito bem e de uma maneira um bocado, um bocado inteligente, para lhe não dizer outra coisa, veio dizer aqui, na altura, houve uma determinada fase que se fez uma disputa, um campeonato entre os Concelhos. O Senhor Presidente vem dizer isso, não é por acaso que o diz, e sabe porque é que o diz? Porque houve Concelhos que imediatamente disponibilizaram tudo, terreno e outras coisas, para construir a Escola de Bombeiros, houve terrenos..., houve, na altura, Municípios que fizeram isso, e era isso, na opinião do Partido Socialista. Senhor Presidente e desculpe-me esta frontalidade, que, na altura, a Câmara Municipal devia ter feito, porque era mais importante a Escola de Bombeiros para Bragança, do que se calhar outras obras que se fizeram por aí, sendo que cada uma tem a sua validade e a sua importância.....

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Senhor Deputado. Senhor Presidente da Câmara, pretende responder?.....

----- **Presidente da Câmara** – É conveniente que não se misturem as coisas. Primeiro, o terreno, de facto, onde estava previsto e para o qual foram... a instalação definitiva, e foram elaborados os respectivos estudos iniciais pelo EPI, é do Estado. Integra Quinta da Trajinha, foi adquirida pela Câmara no tempo do Eng.º Pinheiro, que vendeu a um preço simbólico, para instalar o Centro, é do Estado, nem sequer tinha essa restrição. Ponto número dois, a instalação que se propôs, na Casa do Lavrador, foi com carácter transitório, e integrada na perspectiva de recuperação do edifício que está no topo do NERBA, que também é do Estado, com a Câmara a comprometer-se a financiar em trinta por cento, ou seja, suprir as deficiências financeiras da Administração Central, para que o projecto fosse viabilizado..

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Presidente, muito obrigado. Ainda há inscrições, Senhor Deputado Nuno Reis, faz favor, Senhor Deputado.

----- **Nuno Reis** – Obrigado Senhor Presidente. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Senhor Deputado Vítor Prada Pereira, e meu distinto amigo, ilustre Eng.º. Luís Pires. Eu fui obrigado a vir à tribuna, porque o meu nome foi invocado, porque, se bem me lembro, há qualquer coisa como dois anos atrás nesta Assembleia, tivemos a oportunidade de trabalhar em conjunto na redacção de uma proposta de Moção, a submeter ao governo e em que exactamente fazíamos isso, que o meu ilustre amigo veio aqui propor hoje, ou seja, primeiro, falar com seriedade neste tema, segundo, amenizar os termos para não ferir susceptibilidades, e terceiro, apelar ao bom senso das partes para que se entendam e colaborem, no sentido de manter em funcionamento uma infra-estrutura que os nossos dois partidos, entendem, consensualmente, que é importante para o Concelho de Bragança.....

----- Mas, distinto amigo, já lá vão dois anos, já vão dois anos e nem com termos mais moderados o governo assumiu as suas responsabilidades, e eu lembro aqui, aquele que tem sido o comportamento daquele que é hoje, Governador Civil do Distrito de Bragança, que vai empurrando, sempre para a frente, novos prazos para, numa espécie de agora é que é, dizer que vai tomar uma decisão definitiva, ou anunciar uma decisão definitiva sobre esta matéria.

----- E na verdade, eu devo dizer que tendo sido remetida por esta Assembleia uma Moção para o governo, e também para o Governo Civil, eu não me lembro de ter visto aqui, respondida a nossa solicitação, nem com termos mais moderados, nem com termos menos moderados, aliás, o Vitor Prada Pereira, outro ilustre amigo, tem, teve a oportunidade de vir à tribuna dizer, bom, quando o Partido Sociali..., quando esta questão de levantou, abriu-se imediatamente uma disputa, entre Municípios para receber a Escola Nacional de Bombeiros. Houve imediatamente interesse de alguns Municípios

que disponibilizaram tudo e mais alguma coisa, e a pergunta que eu faço é, e então apesar dessa disponibilidade, tiveram alguma sorte? Apesar dessa abertura, do terreno, das instalações, da boa vontade, que pelos vistos o Partido Socialista acredita que não existe por parte da Câmara Municipal e eu às vezes pergunto-me, o que mais os Senhores queriam que nós fizéssemos? Aquilo que eu digo, é o seguinte, tiveram alguma sorte? A decisão está tomada? A Escola Nacional de Bombeiros está a funcionar no Distrito de Bragança? Não está! não está! e lamentavelmente não está em prejuízo dos bombeiros e em prejuízo desta região e portanto, distintos amigos eu em nenhum momento me oponho, obviamente, a uma consensualização de posições, até porque essa consensualização e concertação de posições, dá mais força política aos documentos que aqui são apresentados na Assembleia. Mas não vamos escamotear as situações, nem vamos tentar encontrar paliativos de consciência para aquilo que do nosso ponto de vista é, intolerável e absolutamente reprovável, que é esta tentativa de demissão do governo em assumir as suas responsabilidades e de se sentar à mesa com o Executivo Municipal, para de uma vez por todas, encontrarem uma solução e porem a funcionar ou reabrirem a escola Nacional de Bombeiros em Bragança. Disse, muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Vamos solicitar então ao Deputado Rui Correia, que responda às questões que foram formuladas, nomeadamente a adaptação do texto da Moção. Faz favor, Senhor Deputado.

----- **Rui Correia** – Muito obrigado, Senhor Presidente. Eu subscrevo as palavras do meu amigo Nuno Reis, mas de facto, atendendo a que convinha que esta Moção fosse aprovada por unanimidade, eu perguntava ao Partido Socialista se está disponível para aprovar a Moção com esta redacção:.....

----- Considerando que no Distrito de Bragança existem cerca de novecentos bombeiros voluntários e profissionais;.....

----- Considerando que cada bombeiro tem que ter setenta horas de formação obrigatória por ano para poder ter uma avaliação positiva e para se poder manter no quadro activo, tendo em conta a legislação;

----- Considerando que a simples multiplicação de setenta horas por novecentos formandos, estamos a referir a sessenta e três mil horas de formação por ano, só para bombeiros do Distrito de Bragança;

----- Considerando ainda que, e cortamos aqui, o displicente, ficará, considerando ainda a forma como a tutela tem tratado este assunto, a Assembleia Municipal de Bragança, reunida a vinte e seis do dois de dois mil e dez, delibera;

----- Um – lamentar o encerramento de um importante serviço para a Cidade de Bragança;

----- Dois – exigir a manutenção do pólo da Escola Nacional de Bombeiros na Cidade de Bragança, criando as condições necessárias ao seu bom nome e normal funcionamento;.....

----- Terceiro – dar conhecimento ao que referi ao bocadinho, às entidades que referi ao bocadinho, e eu faço, coloco esta pergunta se o PS, está disponível a aprovar esta Moção com este texto.

----- **Presidente da Mesa** – Vítor Prada Pereira, faz favor.

----- **Vítor Prada** – É evidente que o Luís Pires também já o disse aqui, já o afirmou, tudo o que seja pró bem da nossa terra, acima de tudo está a terra e depois está a politica, e o PS não poderia estar contra uma Moção destas e portanto, nós vamos votar, mas também temos que assumir as nossas responsabilidades, todos tem que assumir as suas responsabilidades. Alias o Nuno Reis tocou também aqui ó de leve nesta combinação e nesta entrada imediata de conversações e para que ambos assumam as suas responsabilidades para que efectivamente seja criada esta Escola de Bombeiros, mas também todas as partes e nós deixamos bem vincado que todas, mas todas as partes têm que assumir as suas responsabilidades e não andarmos com paliativos ou com, com soluções, às vezes, que não tem o mínimo de solução, só servem para empatar. E também dizer aqui, porque não dize-lo, porque não é só nalgumas horas é que nós temos algumas posições, não foi só os governos do Partido Socialista que tiveram responsabilidades nisto, é preciso lembrá-lo, porque em noventa e nove o Armando Vara lançou a Escola de Bombeiros para Bragança, depois o PS continuou no governo, mas também depois houve outros governos que foram da vossa cor e que também se esqueceram, e na altura eram todos da mesma cor, na Câmara e no governo e pelos vistos a Escola ficou por fazer, portanto, assumamos e sejamos sérios naquilo que defendemos, mas claro que vamos votar a favor esta Moção.....

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Senhor Deputado. Rui Correia, faz favor. Senhor Deputado, o tempo do Partido Social Democrata está praticamente esgotado.

----- **Rui Correia** – O que eu queria dizer, só, é que esta é uma questão que se coloca sempre aqui pelo Grupo do PS, eu quero recordar que nos treze anos anteriores, dez, onze, são da responsabilidade do PS, às vezes parece que nos esquecemos disto, estamo-nos sempre a esquecer desta situação.

----- **Presidente da Mesa** – Ora bem, então vamos passar à votação da Moção entregue pelo Partido Social Democrata.

----- **Após análise e discussão foi a mesma Moção submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com zero votos contra, uma abstenção e oitenta e um votos a favor estando momentaneamente oitenta e dois membros presentes.....**

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto? José Brinquete, faz favor.

----- **José Brinquete** – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, eu de inicio decidi votar a favor, mas o que se passou nesta Assembleia Municipal levou-me a abster-me e vou explicar porquê. Não usei da palavra porque não tenho tempo para usar da palavra, porque senão usava da palavra, mas os tempos, depois quando discutirmos o Regimento, quem aqui estiver a assistir vai perceber o que é que se vai passar no futuro nesta Assembleia em alguns dos pontos onde não há praticamente tempo para dizer nada.

----- E o que é que eu pretendo dizer sobre isto? É que nós estamos perante o epílogo duma morte anunciada e que não é possível, não é possível dizer que lamentamos, lamentamos, mas lamentamos, mas isto é de lamentar? Um partido que está no governo, como se disse, há quinze anos, há doze que está no poder... ..

----- **Presidente da Mesa** – Declaração de voto, cinja-se por favor Senhor Deputado, eu percebo a sua exiguidade de tempo, mas tem que se cingir mesmo aos termos da declaração de voto, peço desculpa.....

----- **José Brinquete** – Há doze anos criou uma Escola de Bombeiros, depois nos últimos três anos andou a enganar as pessoas a dizer que vai ser brevemente, estamos a estudar e não sei quê, e agora diz que fecha definitivamente. Eu penso que a partir de agora, que se decidiu fechar uma escola que aqui se criou. O responsável máximo do Partido Socialista no Distrito de Bragança e o Governador Civil do Distrito de Bragança vão ter muitas dificuldades por tudo o que disseram na imprensa e há quem não tenha a memória curta, vão ter muitas dificuldades de olhar de frente os Bragançanos quando andarem pelas ruas desta cidade, porque traíram os interesses da região e traíram um compromisso e não podem vir com estas tretas dos espaços, não foi aqui, não foi ali, não foi na Casa do Lavrador, não é nada disso, não tiveram capacidade para manter uma medida que tomaram e têm que assumir com todo o ónus, essa decisão. É isto que a CDU tem a dizer.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Eu mais uma vez vou ter que pedir aos Senhores Deputados o favor de respeitarem as figuras Regimentais da declaração de voto, são verdadeiras intervenções, mas solicito que haja a vossa compreensão para o cumprimento do Regimento. Para declaração de voto, o Deputado, Luís Pires, do Partido Socialista.....

----- **Luís Pires** – Mais uma vez, muito bom dia a todos. Para quem nos apresentou ou nos presenteou de manha com aquele formalismo todo e aquelas coisas todas de estar aqui a desvirtuar figuras do Regimento, utilizadas de outra forma, parece-me um bocado descabido, portanto, meu caro Brinquete.

----- A minha declaração de voto vai no seguinte sentido, apesar de toda a metáfora, usada aqui pelo Nuno Reis, eu diria-lhe meu caro amigo, que isto é déjà vu, relacionamento, Governo Civil/Câmara Municipal é um déjà vu é, é Casa do Lavrador, é declaração de voto, é Casa do Lavrador... ..

----- **Presidente da Mesa** – Tem razão, Senhor Deputado, tem razão, cinja-se à declaração.....

----- **Luís Pires** – Eu vou seguir e vou concluir. É a Casa do Lavrador é a Escola de Formação do Bombeiros, várias questões que a culpa há-de ser de alguém, mas da Câmara nunca é, portanto é um déjà vu, o PS está de tal forma leviano neste assunto que até foi o PS que trouxe para cá a escola, portanto meus caros amigos é um assunto que nós achamos que é importante, temos responsabilidade nele e trabalhamos para que as coisas vão a bom porto. Esta é a declaração do PS, sempre com responsabilidade e seriedade.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Terminadas as declarações de voto sobre a Moção, retomamos o período de antes da Ordem do Dia, com as intervenções que estavam previamente inscritas, sendo que agora, o tempo é da CDU e do Senhor Deputado, José Brinquete.....

----- **José Brinquete – Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

----- “Senhor Presidente da Assembleia Municipal.....

----- Recentemente deu-se início às Comemorações do Centenário da Revolução de 1910. Estou a falar do Centenário da República!.....

----- A Revolução de 1910, embora circunscrita à esfera política e limitada pela sua natureza de classe democrática-burguesa, constitui um marco histórico que deve ser valorizado.....

----- Não é por acaso que o 5 de Outubro – tal como o 31 de Janeiro que o antecedeu – foi bandeira democrática empunhada pela resistência ao fascismo.....

----- Importa pois ter presente e realçar alguns valores da República como sejam os valores da igualdade, da escola pública e da solidariedade.

----- Trata-se de uma importante efeméride da História de Portugal, que esta Assembleia Municipal, em boa hora, decidiu comemorar com toda a dignidade.

----- Precisamente, a propósito desta importante comemoração torna-se oportuno falar dos ditos “republicanos” que na actualidade detém o poder.

----- Para ser mais preciso, este é o momento para falar dos nossos Deputados eleitos pelo distrito de Bragança e constatar a sua postura em tudo contrária aos valores da República.

----- Estou a falar do Orçamento de Estado para 2010 e, da proposta de PIDDAC para o nosso distrito.

----- A proposta do Governo/PS para o Distrito de Bragança tem uma quebra de 98,62 % relativamente ao ano de 2009. Repito, tem uma quebra de 98,62 %

----- Trata-se de um insulto à região e às suas gentes.

----- Mas o escândalo é ainda maior se tivermos em conta que o PSD e o CDS/PP viabilizaram, com a sua abstenção, esta infâmia e este embuste.

----- O Deputado Mota Andrade, o mesmo que perdeu o mandato nesta Assembleia Municipal por não ter tomado posse no prazo previsto, para se desculpar diz que “o PIDDAC é um abcesso e não deve existir”. Como nós o entendemos tão bem! Para se desculpar da traição à região que o elegeu, vem com desculpas esfarrapadas e de mau pagador.

----- O Deputado Adão Silva, então, justifica-se com a disciplina de voto. Traduzido por miúdos que dizer que pôs acima dos interesses dos seus eleitores e da região que representa os interesses tácticos do seu partido o PSD.

----- António Guterres disse um dia que “Roma não paga a traidores”.

----- Pela nossa parte deixamos à consideração dos bragançanos a qualificação mais adequada destes “republicanos” da dita e estafada modernidade.

----- O circo de vaidades e o tempo dos vendedores de ilusões irá continuar por mais algum tempo, seja com a morte definitiva da Escola de Formação de Bombeiros, seja com o helicóptero que não se consegue avistar no horizonte próximo, seja com o Hospital privado que pretende destruir o nosso Hospital público, seja com a ameaça de encerramento dos serviços de oncologia, ou com muitos outros encerramentos que já estão na forja, à espera do momento mais azado.

----- Vivemos tempos trágico-cómicos, que devem merecer, no mínimo, a nossa indignação e a reprovação de todos.....

----- Os índices demográficos, económicos, sociais e culturais do distrito exigiam uma outra política.

----- Perante a imensidade de problemas que o distrito enfrenta – em áreas tão sensíveis como a saúde, o ensino, a agricultura, os transportes e comunicações – perante o aumento do desemprego e contínuo despovoamento”

----- **Presidente da Mesa** – Terminou o seu tempo, Senhor Deputado.....

----- **José Brinquete** – Obrigado, Senhor Presidente. No meio da intervenção não pode haver ponto de ordem.....

----- **Presidente da Mesa** – Não, não, deixo terminar a intervenção, a Mesa concedeu um minuto....

----- **José Brinquete** – Tenha juízo, tenha juízo, no meio de uma intervenção não pode haver ponto de ordem.

----- **Presidente da Mesa** – Luís, Luís a Mesa está a controlar o tempo, houve um interregozinho, pode.., lembro que tem um minuto, a Mesa está a descontar estes tempos, pode continuar.....

----- **José Brinquete** – Seria bom que o relógio do Deputado, do Membro da Assembleia Municipal, Luís Silvestre, tivesse servido para o tempo das intervenções do PS há bocado, que eu vou pedir depois à Mesa que diga quanto foi ou quanto tem... ..

----- **Presidente da Mesa** – Houve uma ligeira tolerância, houve sim Senhor.

----- **José Brinquete** – “Perante a imensidade de problemas que o distrito enfrenta – em áreas tão sensíveis como a saúde, o ensino, a agricultura, os transportes e comunicações – perante o aumento do desemprego e contínuo despovoamento da região – O PCP não pode deixar de repudiar vivamente as políticas de “terra queimada” do Governo/PS de José Sócrates.

----- Perante esta dura realidade, resta-nos continuar a luta pela rotura com esta política de direita, que já provou não servir à Região e ao País!”
Tenho dito.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Senhor Deputado, Luís Silvestre, ponto de ordem à Mesa? Mas quero-lhe recordar que demos tolerância há bocado, o Partido socialista já tinha esgotado o tempo.....

----- **Luís Silvestre** – É tão simples quanto isto, o tempo que dispõe, para o período de antes da ordem do dia, são três minutos, porque nós aprovamos aqui, que é o anexo1, o anexo 1, é três minutos, não são cinco minutos e eu quando fiz ponto de ordem à Mesa já iam em quatro minutos e lembro que na reunião da Comissão, o Senhor Deputado que esteve aqui a falar disse que, ser tolerante é perigoso, não sei se o Senhor Presidente se lembra disso? Eu não sou a favor da tolerância, rigor, então eu peço rigor à Mesa, pelo rigor nas intervenções, peço rigor nos tempos e peço rigor no respeito da declaração de voto, são autênticas intervenções. Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. Senhor Deputado Brinquete, faz favor, ao tempo... muito bem, o PS tem neste momento ainda disponíveis, um minuto..., peço desculpa, peço desculpa, ok, a informação é que o Partido Socialista usou um minuto e vinte segundos a mais do que o tempo regulamentar previsto, sim Senhor. A CDU, exacto, um minuto e poucos segundos, portanto digamos, estão empatados, vamos avançar, vamos avançar, houve há bocado uma tolerância da Mesa, porque tinha havido uma inscrição prévia do Vitor..., silencio na Assembleia, por favor, silencio na Assembleia, silencio, silencio.....

----- Bom, vamos chamar o seguinte inscrito que é o Senhor Presidente de Junta Freguesia de Gimonde, Vitor Alves. Calma, queria responder, enquanto o Senhor Deputado, o Senhor Presidente de

Junta se dirige aqui, queria esclarecer, o Senhor Deputado Joaquim Queirós quando fez há bocadinho uma solicitação à Mesa para as futuras marcações das Assembleia Municipais, mas quer dizer também que na Comissão Permanente a Mesas está bem servida, porque tem um elemento na Mesa que é docente e tem do lado do Partido Social Democrata o Rui Correia, portanto, estamos bem, bem acautelados e bem aconselhados sobre essa matéria, sendo certo que não é possível responder a todas as vontades dos membros da Assembleia. Muito obrigado. Senhor Deputado, faz favor.

----- **Vitor Alves** – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes elementos da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas, comunicação social e caríssimos alunos.

----- Ontem, Gimonde, viveu mais um dia de angústia, como tem acontecido frequentemente nos últimos tempos, devido às chuvas fortes, mas também à mini - hídrica, os rios transbordam e fizeram algumas inundações, tendo causada até prejuízos. Esta situação repete-se com tanta frequência porque a mini – hídrica não está preparada para abertura fácil das comportas, assim, logo que chove mais um pouco, a barragem serve de obstáculo ao rio que alaga a zona ribeirinha. De facto as comportas que servem aquela infra-estrutura não permitem a abertura em momentos de cheia e com enorme quantidade de água, a turbina deixa de funcionar, tornando-se a barragem um enorme ponto de estrangulamento do rio que transborda e inunda as habitações circunvizinhas.

----- É por este motivo que, antigamente, antes da colocação da mini-hídrica, não havia tantos prejuízos, agora basta que chova mais um pouco e já temos água em casa.

----- A população ribeirinha passa o inverno numa angustia constante, por isso, peço ao Senhor Presidente da Câmara que encontre uma melhor solução para minimizar os efeitos negativos do funcionamento da mini – hídrica, que passará com certeza, pela colocação de comportas eléctricas de abertura fácil. Esta solução permitiria também, a limpeza de todo o espaço envolvente da mini – hídrica.

----- Ainda relativamente à intempérie, e às chuvas fortes deste inverno, queria também salientar ainda o mau estado dos caminhos rurais, deixado pelas intempéries. Às Juntas de Freguesia chegam frequentemente queixas pelas vias que se encontram intransitáveis, infelizmente as Juntas de Freguesia não têm meios para resolver este problema, não só porque não têm dinheiro, como também não é fácil encontrar na nossa região máquinas para fazer esses trabalhos, por isso também queria apelar aqui à Câmara Municipal para que faça, com uma certa urgência, um plano de intervenção nesta área de forma a contemplar, o mais rapidamente possível, todas as freguesias e fazer os trabalhos que

são necessários para remover os obstáculos que se encontram nas vias, nomeadamente nos caminhos rurais. Tenho dito.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado, Senhor Presidente de Junta. Para a sua intervenção, chamamos, do Partido Social Democrata, o Deputado Nuno Reis, que tem seis minutos. A Mesa está a fazer o controle, Senhores Deputados tenham calma, o PSD dispõe de treze minutos e a Mesa está, espero que acreditem na Mesa, que a Mesa está a ser cumpridora. Senhor Deputado, tem seis minutos, faz favor.....

----- **Nuno Reis** – Em jeito de brincadeira e para de alguma forma amenizar o ambiente Regimentalmente tenso que se vive hoje na Assembleia, Senhor Presidente, talvez aquela minha proposta de um cronómetro projectado na parede, talvez viesse a ser uma boa ideia, uma boa ideia, fica a sugestão.

----- E agora entrando propriamente na minha intervenção, permita-me que cumprimente uma vez mais Vossa Excelência, Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Senhora e Senhor Secretários da Mesa da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhora Vereadora e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal.

----- O ano de dois mil e dez apresenta-se, perante os portugueses, repleto de dificuldades e incertezas e desafios. Pese embora os discursos de ficção e fantasia reiteradamente proferidos pelo governo e pelo Partido Socialista, são já inegáveis a esconder ou maquilhar a realidade que começa a ser por demais evidente e que traduz o grande desastre socialista em que se tornou a governação dos últimos anos sobre a liderança do Eng.º José Sócrates.

----- Ao longo dos últimos anos, dos últimos cinco anos, o Partido Socialista pediu a todos os portugueses, empresas e famílias em especial, um especial esforço no sentido de equilibrar as constas do Estado, para cumprimento das obrigações assumidas perante Bruxelas, designadamente do Pacto de Estabilidade e Crescimento, trabalhando-se por essa via para o relançamento da economia e credibilidade externas de Portugal. Com José Sócrates e o Partido socialista, os portugueses podiam estar certos de que o saneamento das finanças públicas seria uma realidade, a reforma do Estado e das administrações públicas seriam um objectivo concretizado e a coesão do território seria uma realidade presente.

----- Volvidos que estão cinco anos, os portugueses compreendem agora que o logro da máquina de propaganda socialista lhes ocultou a realidade de um país que está hoje pior do que estava há cinco anos atrás. Está hoje pior nas contas públicas, primeiro desígnio do governo do Partido Socialista que apresentam aos portugueses um défice orçamental de nove virgula três por cento, ou seja, um excesso

de gastos de mais de treze mil milhões de euros e um endividamento interno e externo, sem precedentes na história democrática portuguesa, aliás, a falta de liderança do governo e a sua flagrante incapacidade de gerar consensos políticos, resultaram na descridibilização do Estado e dos poderes públicos portugueses e da sua capacidade para lidar com a situação financeira nacional, gerando a desconfiança e a instabilidade dos mercados e a fixação de ratings desfavoráveis para a República Portuguesa.

----- Mas o país está pior também na economia, com mais de meio milhão de desempregados e um número sem precedentes de insolvências e falências que agravam a debilidade do tecido produtivo nacional e lançam o país numa já inegável crise social. A falta de visão estratégica do governo que focalizou os apoios à internacionalização das empresas e exportações que se concentrassem em Espanha, tornou-nos ainda mais dependentes da situação económica Espanhola, hoje, débil e incerta. A falta de sentido de Estado do Governo e do Partido Socialista, permitiram também que se recanalizassem meios e apoios para empresas que se encontravam já em situação de ruptura, visando apenas, apenas e tão somente, retardar a respectiva insolvência para um momento posterior ao das eleições.

----- As reformas prometidas do Estado e das Administrações Públicas, continuam a não passar de promessas, já que o Estado recusa reequacionar as respectivas funções, encontrando-se o poder central mais centralista do que nunca, e até mesma a prometida reforma das Administrações Autárquicas ficou por fazer, continuando o Estado a gerar necessidades de financiamento por via fiscal, que consomem às famílias e às empresas recurso preciosos para o seu desenvolvimento e bem estar e prosperidade.

----- Porem, há crise financeira, económica e social, o Partido Socialista e o Governo que apoia, tiveram ainda o condão de lançar o país na confusão e instabilidade políticas, teimando em não querer compreender que já não dispõe da maioria absoluta no Parlamento e o estilo despótico e desafiante terá que dar lugar a comportamentos mais assertivos e dialogantes, geradores de consensos políticos, mais estáveis e alargados, aliás perguntamos mesmo, se não teria sido possível ao governo socialista ter encetado mais cedo as negociações que acabou por encetar com os agentes educativos e dessa forma obviar à instabilidade e confrontualidade verificados nos estabelecimentos de ensino, que se prolongaram por mais de quatro anos e que foram de sobremaneira e perturbadores da tranquilidade necessária ao bom desenvolvimento dos processos educativos.

----- Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal, se no domínio financeiro, económico, social e político os méritos do Partido Socialista e do governo se traduziram

num rotundo fracasso, não podemos deixar de reflectir em torno dos episódios mais recentes e que colocam os valores e instituições da República Portuguesa em crise.

----- Não deixa de ser curioso, ou até mesmo irónico, que no ano em que se assinalam os cem anos da implantação da República Portuguesa, os portugueses se sintam distantes da participação política, facto bem evidenciado pelos crescentes índices de abstenção em actos eleitorais, desconfiados em relações, em instituições angulares do regime político, como são os casos dos Tribunais e do Ministério Público, e que atenção da opinião pública se concentrem em torno de matérias que seriam menos surpreendentes em jovens democracias do hemisfério sul, do que num Estado de Direito Democrático do hemisfério ocidental.

----- Com efeito, não compreendemos como é possível que os trabalhos parlamentares, mais de três décadas após a fundação do regime democrático, continue a incluir na ordem do dia, as questões da liberdade de imprensa e possíveis constrangimentos induzidos por agentes do poder político ou ao seu serviço. Como é possível que num momento em que o país se deveria concentrar em torno de questões verdadeiramente essenciais, como sendo o saneamento das contas públicas, o lançamento da economia e a coesão do território, os portugueses tenham que se interrogar acerca dos meios de pressão ou constrangimento de uma comunicação social, que necessariamente deverá e se quer livre e descomprometida, para garantia do regular funcionamento do regime democrático. Aliás, é na ponderação de uma informação livre e descomprometida de interesses ideológicos, partidários, políticos, autárquicos ou económicos, que emerge a verdadeira essência da democracia, já que apenas por essa via, podem os cidadãos aspirar à formação de opiniões e decisões racionais e esclarecidas, designadamente de ordem política.

----- Neste ano em que se assinala o Centenário da República, urge regressar aos valores fundamentais do republicanismo de que todos devemos dar exemplo vivo, nunca como agora, o patriotismo e a ética republicana foram tão necessários a uma sociedade portuguesa que se sente descrente, frustrada e perdida. Não basta aos agentes políticos agitar no ar bandeiras de optimismo e esperança, é fundamental discutir de forma séria e empenhada com todos os portugueses, as opções estratégicas que o país deve procurar concretizar, num esforço partilhado de responsabilidade e missão, para o preenchimento do conceito estratégico que colectivamente devemos definir para Portugal, num exercício de responsabilidade e cidadania.

----- Ainda não é tarde para Portugal ou para os portugueses, ainda é possível recuperar a esperança e a confiança no nosso futuro colectivo, se cada um de nós souber mobilizar esforços e vontades em torno daquilo que verdadeiramente interessa, um futuro de desenvolvimento e

prosperidade para todos, sem prejuízo dos valores sociais e humanos, que desde tempos imemoriais se caracterizam os portugueses e lhes abriram caminho para os lugares cimeiros que a história lhes reservou.

----- Lembremos pois, que a maior das vantagens que o regime republicano tem para oferecer, é precisamente esse, o de permitir que cada República seja aquilo que os seus cidadãos dela quiserem fazer, no presente ou para o futuro. Disse, muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Eu, quero aproveitar agora este momento, antes de dar a palavra à última intervenção, que está solicitada à Mesa, que haja silencio na Assembleia e portanto peço mesmo às filas do fundo, que tenham a devida atenção, para cumprirem, como silencio na sala, quando um Deputado está no uso da palavra, não deve ser impedido de o fazer, perturbando a Assembleia, com vozes que podem estar um murmúrio permanente na sala, agora sim, está silencio na sala.

----- Senhor Deputado, Luís Vale, do Bloco de Esquerda, faz favor, tem o seu tempo total, três minutos, para fazer a sua intervenção.

----- **Luís Vale** – Obrigado, Senhor Presidente. Senhor Presidente e Senhora Secretária, e Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara e mais o Executivo, Membros da Assembleia, Presidentes de Junta, publico e alunos da Escola Miguel Torga, comunicação social, bom dia a todos.

----- Trago-vos uma Moção de recomendação acerca do orçamento participativo e portanto, passo a ler:---

“Moção/Recomendação

Orçamento Participativo

----- “1- O artigo 2º da Constituição da República Portuguesa aponta, como desígnio do Estado de Direito Democrático, o aprofundamento da democracia participativa como forma de aproximar os cidadãos do sistema político-institucional;

----- 2- É necessário consolidar dinâmicas de desenvolvimento de uma cultura cívica, de práticas associativas e de construção de espaços de participação e decisão política;

----- 3- A participação na gestão pública pode trazer contributos para uma maior eficácia da gestão dos recursos, uma maior transparência e articulação territorial, uma maior capacidade de fiscalização, uma maior visibilidade e proximidade do acto governativo, um enriquecimento do processo de decisão, o desenvolvimento da cidadania e educação para a “causa” pública, um maior conhecimento da realidade dos cidadãos e um maior ajustamento do investimento público às suas necessidades;

----- 4- No sentido de diminuir as possibilidades de erros ou omissões, aumentar o grau de compromisso entre eleitos e a população, permitir um processo regular de informação e prestação de contas directamente às pessoas e melhorar a informação de que os serviços municipais dispõem sobre cada localidade;

----- 5- Porque ainda é tempo, porque ainda há tempo;

----- Mediante o exposto, a Assembleia Municipal de Bragança, reunida no dia 26 de Fevereiro de 2010, recomenda à Câmara Municipal de Bragança no sentido de iniciar em 2010 a prática de elaboração do Orçamento Participativo. Ainda que meramente indicativa, é sugerida uma metodologia e uma calendarização.

----- 1- Elaborar, até final de Abril de 2010, uma proposta definidora de uma estratégia para atingir, de forma progressiva, uma prática real de Orçamento Participativo Deliberativo (e não meramente consultivo) no concelho de Bragança, a ter efeito na preparação e elaboração do plano e Orçamento para 2011.

----- 2- Iniciar um processo de participação cidadã, no qual sejam auscultados os munícipes e as diversas entidades com presença no concelho e construídas propostas a incluir nas Grandes Opções do Plano Plurianual de Investimentos e do Orçamento para 2011, através das seguintes formas e meios: ..

----- 2.1-Na Internet e/ ou por correio: solicitação de resposta a um questionário onde o munícipe é convidado a pronunciar-se sobre o que considera prioritário, podendo propor também outras opções que considere de maior importância.

----- 2.2-Entre Maio e Outubro: realização de sessões, devidamente promovidas e divulgadas, para informação e consulta, distribuídas da seguinte maneira:

----- 2.2.1-Sessões públicas com organizações da sociedade civil, representativas da actividade económica, social, cultural e desportiva, que actuem em Bragança;

----- 2.2.2- Solicitação de pareceres, sobre as matérias em causa, a todas as Juntas e Assembleias de Freguesia;

----- 2.2.3- Sessões públicas com a população em todas as Juntas de Freguesia e localidades do concelho.

----- 3-Em Novembro: votação (presencial ou pela Internet) das propostas pelos munícipes, com o compromisso formal do executivo de integrar no Orçamento Municipal e nas GOP's (Grandes Opções do Plano) para 2011 as propostas mais votadas.

----- Em forma de síntese prospectiva, deverá ser elaborado um relatório conclusivo de todo o processo de discussão, com divulgação na Internet e a entregar a esta Assembleia Municipal, às

Assembleias de Freguesia e às Direcções dos Órgãos ou Instituições participantes; deverá também ser produzido um folheto explicativo do processo para profusa distribuição aos munícipes.....

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda”

----- Eu vou distribuir aos Grupos Municipais uma cópia desta proposta. Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado, terminaram, terminaram as inscrições. Muito bem, obrigado, Senhor Deputado. Ora bem, há aqui uma Moção apresentada à Mesa. Pedidos de esclarecimentos sobre esta Moção apresentada pelo Luís Vale, representante do Bloco de Esquerda?

----- A Mesa, não havendo tempo, mas a Mesa a figura Regimental que tem é sendo apresentadas Moções, concede três minutos para os grupos que esgotaram o seu tempo, é o caso do Partido Social Democrata, é o caso do Bloco de Esquerda, é o caso da CDU é o caso..., não o Movimento Sempre Presente, têm ainda tempo disponível, portanto, aqueles que são os que falamos, a Mesa concede três minutos para as intervenções e pedidos de esclarecimentos relativamente a esta Moção. Portanto, a Mesa reformula novamente o pedido à Assembleia, quem solicita inscrever-se para pedidos de esclarecimentos sobre esta Moção? A Mesa não regista nenhum pedido de esclarecimentos.....

----- Intervenções sobre a Moção? José Brinquete, da CDU, é a única intervenção que a Mesa regista, pelo que lhe confere já a palavra.

----- José Brinquete – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, eu como só agora é que tenho a oportunidade de vir aqui ao microfone e não respondi ao Membro da Assembleia, Luís Silvestre, sobre a questão da tolerância, nos três minutos vou dizer muito rapidamente também o seguinte. Para quem não sabe do que se trata, eu, na reunião da Comissão de Regimento, considerei que na política não há tolerância, tolerância na política é comisseração, é coitadinho, ou há respeito pelas opiniões de cada um, ou não há tolerância, e cheguei a dizer e reafirmo, que em política, tolerância cheia a xenofobia e cheia a racismo, está esclarecido.

----- Em relação à Moção, eu só posso estar de acordo, penso que não só toda a legislação autárquica aponta para que os munícipes possam procurar este caminho, um caminho que está ainda muito mitigado, que é o da democracia participativa e portanto, tudo o que seja para contribuir para a democracia participativa, a CDU estará presente e estará a favor.....

..... **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Vamos pôr à votação a Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda.

----- Após análise e discussão foi a mesma Moção/Recomendação submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria relativa, com um voto contra, quarenta e quatro abstenções e trinta e sete votos a favor, estando momentaneamente oitenta e dois membros presentes.....

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto? Regista a Mesa uma declaração de voto só e portanto, Senhor Deputado Eduardo Malhão, faz favor.

----- **Eduardo Malhão** – Senhor Presidente da Mesa, Senhor e Senhora Secretários da Mesa, Senhor Presidente do Executivo, Senhora e Senhores Vereadores, Senhores Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, minhas Senhoras e meus Senhores.....

----- O sentido de voto do PSD foi o de abstenção, não é que não concorde com a proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda, parece-me é que é muito extensa, e que retira também alguma capacidade e algumas competências próprias do Executivo. Os orçamentos devem reflectir os programas eleitorais submetidos a sufrágio, e como tal tem que haver também responsabilidade da parte dos Executivos, quer da parte da Câmara Municipal, quer da Junta de Freguesia. Tenho dito.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Declaração de voto? Faz o favor Senhor Deputado.

----- **Luís Vale** – Não querendo ultrapassar a figura institucional, mas só para lhe dizer, sim, só para dizer o seguinte, não é nossa intenção de alguma forma imiscuir em relação das competências da Câmara Municipal e na segunda parte da Moção é referido, é meramente indicativo, portanto, o Executivo terá toda a liberdade para fazer aquilo que muito bem entender.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Estão terminadas as inscrições, portanto as declarações feitas pelas inscrições feitas à Mesa, pelo que declaramos terminado o período de antes da Ordem do Dia. E de imediato, avançamos para o ponto seguinte.

PONTO 4 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

PONTO 4.1 – Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.

ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO

Conforme alínea e) do nº.1 do art.º 53 da Lei 5-A/2002, apresento para apreciação a presente informação escrita da situação financeira do Município e das actividades e decisões mais relevantes tomadas pela Câmara Municipal, no período que decorreu desde a última Sessão da Assembleia Municipal, que teve lugar a 18 de Dezembro de 2009, até à presente data, envolvendo processos

agendados para reunião de Assembleia Municipal e outros assuntos, de que se faz uma síntese das principais matérias.

1 - DEPARTAMENTO DE GESTÃO GERAL E ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

1.1 - Divisão Financeira

1.1.1 - Secção de Taxas, Licenças, Contra-Ordenações, Execuções Fiscais e Metrologia

As actividades no âmbito da secção decorreram com regularidade ao nível da arrecadação da receita.

De 1 a 31 de Janeiro o total da receita arrecadada ascendeu a 94.645,89€.

1.1.2 - Secção de Contabilidade

Com reporte ao período acumulado a 31 de Janeiro de 2010 a execução bruta do Orçamento da receita é de 6,5% (no montante de 2.649.085,56€), para um Orçamento da despesa paga de 5,76% (no valor de 2.324.327,79€) em relação às previsões do orçamento municipal de 2010, no valor global de 40.369.000,00€.

Foram, deliberados em reunião de Câmara, a atribuição dos seguintes apoios: - Transferências para as Juntas de Freguesia: 170.857,33€; Subsídios e Participações: 64.800,00€.

1.1.3 – Tesouraria

O processo de recebimentos e pagamentos decorreu com um movimento ligeiramente inferior ao período homólogo do ano anterior tendo, até 31 de Janeiro do corrente ano, sido realizados os seguintes procedimentos: registo de leituras de contadores (448); recibos de água cobrados (4391); guias de receita cobradas (1663); ordens de pagamento pagas (9749); certidões de dívida emitidas (516).

1.1.4 - Secção de património, Notariado e Aprovisionamento

Durante o mês de Janeiro de 2010, foram abertos 16 procedimentos por Ajuste Directo referentes a aquisição de bens e serviços, tendo decorrido a fase de adjudicação de alguns procedimentos no valor de 157.152,49€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Destacam-se os seguintes procedimentos: Adjudicação à empresa Nutrilaxia, S.A, a prestação de serviços de Limpeza nas instalações Municipais (ano 2010), pelo valor de 63.186,00 €+ IVA; - Adjudicação do fornecimento de refeições às escolas do pré-escolar e 1º ciclo do Concelho de Bragança (Janeiro a Julho de 2010), à GERTAL – Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, S.A, pelo valor de 81.768,80€+IVA.

Foram emitidas 325 Notas de Encomenda no valor total de 548.494,94€, correspondendo a uma despesa de capital de 488.576,68€ e a uma despesa corrente no montante de 59.918,26€.

No âmbito de imobilizado contabilisticamente registado como em curso, foram transferidas para imobilizado fixo, nas suas diversas rubricas, empreitadas no valor total de 3.272.274,55.

Destacam-se a celebração das seguintes Escrituras; - De Compra e Venda, à firma FEPRONOR - Ferro Pronto do Norte, S.U., do lote R, sito na Zona Industrial das Cantarias, destinado a complemento do lote 198, pelo valor de 32.356,44€; e no dia 10 de Fevereiro a realização da cerimónia pública de assinatura de contrato-promessa de compra e venda de 10 lotes para construção de Habitação, do loteamento municipal sito no Bairro S. Tiago, destinado a jovens e jovens casais, aos quais é possibilitada a obtenção de lotes de terreno a custos reduzidos.

- Escritura de Constituição do Direito de Superfície, à Firma AEROVIP - Companhia de Transportes e Serviços Aéreos, S.A, destinada à construção de um “hangar”, com a área de implantação de 1200 m², para recolha e manutenção de aeronaves de pequeno e médio porte, e com uma área descoberta de 450 m², no Aeródromo Municipal de Bragança, mediante o pagamento de uma renda anual de 99,00€.

1.2 - Divisão Administrativa

No âmbito desta Divisão, destacam-se para além da actividade diária de preparação de agendas para Reunião de Câmara e Assembleia Municipal: produção de certidões; registo e classificação de documentos, neste capítulo, de referir a entrada, nos meses de Dezembro 2009 e Janeiro 2010 de cerca de 4230 documentos e requerimentos; foram emitidos nesse período 8 certificados de Registo de Cidadãos da União Europeia.

1.2.1 - Secção de Recursos Humanos – decorrem nesta secção os seguintes processos; 4 contratos de trabalho a termo certo; 20 contratos por tempo indeterminado; 7 aposentações. De salientar também, a colocação de 4 subsidiadas afectas ao Centro de Emprego de Bragança.

Estão a decorrer 5 estágios profissionais ao abrigo do PEPAL e 11 estágios curriculares, integrados na formação académica dos respectivos estagiários.

No âmbito da Formação, foi desenvolvidas 2 acções de formação, sob os temas: “Locais de Trabalho Seguros e Saudáveis” e “Protocolo Autárquico”.

Na Secção de Cadastro e Remunerações, são realizadas as tarefas normais de processamento de salários, e informação de controlo de despesa com pessoal.

No Sector de Arquivo foram introduzidos 1251 registo na aplicação informática ArqHist, que se destina à gestão da documentação histórica.

1.3 - Divisão de Informática e Sistema - Para além das tarefas normais de funcionamento do Serviço, destacam-se as seguintes actividades: - elaboração do plano de acção para 2010; - análise de propostas do processo AMTF-NT relativas ao concurso para a desmaterialização de processos; - revisão do plano de backups; - assistência técnica ao parque de equipamento escolar; - levantamento relativo às necessidades de equipamentos e implementação de filtragem de spam para o e-mail dos funcionários; preparação de candidatura de complemento à modernização administrativa.

2 - DEPARTAMENTO SÓCIO CULTURAL

2.1 – Sector de Educação – nesta área de actividade, destaca-se: -abertura dos novos Centros Escolares de Rebordãos e Quintanilha; - Levantamento de equipamento necessário para o Centro Escolar de Santa Maria e pedido de orçamentos;- Preparação e calendarização das sessões na Escola Fixa de Trânsito (de Março até Junho).

2.2 - Área Cultural - Centro de Arte Contemporânea Graça Morais – No dia 16 de Janeiro 2010, foram inauguradas duas exposições. Nas sete salas de exposição destinadas à pintora Graça Morais, encontra-se patente a exposição “A Procissão”. No Núcleo de Exposições Temporárias a exposição Read my Lips, de Luís Melo. Foram realizadas várias visitas guiadas, solicitadas por escolas e instituições.

Museu Ibérico da Máscara e do Traje - Foram realizadas várias visitas guiadas, solicitadas por escolas e instituições da cidade e de vários pontos do país e estrangeiro.

Teatro – Durante os dois meses em análise (Dez. e Jan.) realizaram-se 19 espectáculos. Destaca-se a realização durante o mês de Janeiro da quarta edição do FAN – Festival de Ano Novo, que acolheu propostas musicais de cinco países. De referir ainda, no dia 6 de Fevereiro, a realização do espectáculo de “Paco Diez - La Bazanca 30 anos”, cuja receita de bilheteira reverteu para ajuda humanitária ao Povo do Haiti.

Bibliotecas Municipais - Executado o tratamento técnico e catalogação informatizada de 1475 monografias na biblioteca municipal. Na secção infantil, realizaram-se algumas actividades: desenho e

pintura, projecção de filmes, hora do conto. Na Biblioteca Adriano Moreira foram catalogadas durante este período 1192 monografias. Esteve patente, neste período, no espaço da Biblioteca a Exposição Biobibliografia “Eça de Queirós – os passos de um trajecto”.

No dia 27 de Janeiro, procedeu-se à entrega dos prémios do concurso “Conto de Natal 2009”. Participaram 39 alunos, com dezoito contos.

Outras actividades – No dia 22 de Janeiro, decorreu a entrega de prémios da VI Edição do Concurso de Presépios, tendo participado 47 candidatos, 31 na modalidade tradicional e 16 na modalidade inovadora. No dia 04 de Fevereiro, inauguração da exposição da VIII Bienal de Pintura do Eixo Atlântico 2008/2009, patente no Centro Cultural.

No dia 13 de Fevereiro, realização da 3ª edição do Carnaval dos Caretos, com a presença de grupos de caretos e gaiteiros da região de Bragança e de Zamora e alunos e professores das várias escolas.

2.3 - Áreas do Desporto – Durante este período foram feitas a gestão e distribuição das instalações desportivas; o apoio à realização de torneios, competições oficiais; actividades orientadas na Piscina Municipal; apoio à coordenação do programa “Mexa-se”.

Em termos de utilizadores durante este período: nas piscinas, 9276; pavilhão municipal, 6493; pavilhão da bancada, 2369; campo do CEE, 4742 e campo do Trinta, 463; Estádio Municipal, 1080; Pista Atletismo, 330.

2.4 - Área de Habitação e Acção Social

Acção Social: Atendimento social; realização de visitas domiciliárias nas Freguesias rurais e urbanas. Foram concentrados esforços, no âmbito da Acção Social Escolar, em processos relativos à CPCJ de Bragança, e colaboração em processos do Rendimento Social de Inserção (RSI). Gestão, acompanhamento e classificação dos processos de isenção de casos atípicos sem aplicação do abono de família. Destacam-se ainda: realização, no dia 21 de Dezembro, da 13ª Sessão Plenária para aprovação da adesão de novos parceiros, assim como a aprovação/ratificação dos pareceres técnicos relativos às candidaturas ao PRODOR (CSP de Parada e CS de São Pedro de Serracenos); actualização do Plano de Acção 2008/2009; concepção e planeamento do novo PDS – Plano de Desenvolvimento Social para 2010-2012; e participação na sessão plenária da Plataforma Supra-Concelhia de Alto Trás-os-Montes.

No Sector da Habitação Social, destaque a sinalização e acompanhamento de casos de pedidos de habitação urgentes; estudo técnico específico de casos prioritários para realojamentos a realizar até ao final do 1º semestre de 2010.

Outras iniciativas: No dia 16 de Janeiro, realizou-se o V Encontro de Imigrantes, envolvendo cerca de 180 imigrantes, provenientes de 12 nacionalidades diferentes. Neste encontro também marcaram presença estudantes que participam no Programa ERASMUS.

Promovida uma campanha de solidariedade, que consistiu na recolha de roupas e material didáctico, para apoiar famílias carenciadas residentes no Distrito de Água Grande, em S. Tomé e Príncipe, decorrente do Acordo de Cooperação celebrado em 2008.

2.5 - Área do Turismo - Durante os dois meses no Posto de Turismo foram atendidos 1029 turistas, sendo cerca de 65% de nacionalidade estrangeira, nomeadamente de Espanha.

3 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

3.1 - Divisão de Urbanismo – Tratados 111 processos correntes. Procedeu-se à alienação, em Hasta Pública, no dia 15 de Fevereiro, de um lote para construção, sitos na Quinta da Trajinha.

No âmbito da política de fixação de jovens no Concelho de Bragança procedeu-se à abertura da 2ª Bolsa de Candidatos com vista à atribuição de 18 lotes de terreno, a preços reduzidos, para construção de habitação no Loteamento Municipal de S. Tiago.

Aprovação do relatório de ponderação da discussão pública da 1ª revisão do PDM de Bragança, e solicitado o parecer final à CCDR-N.

3.2 – Divisão de Obras: Concursos - Foram neste período abertos 7 concursos destacando-se a construção da sede da Junta de Freguesia de Outeiro, estimando-se o custo em 346.919,94,00€+IVA.

Foram concluídas as obras e abertos os Centros Escolares de Quintanilha e Rebordãos. Neste período foram adjudicadas obras e fornecimentos num total de 344 898,83€, de onde se destaca a adjudicação de uma escavadora de rastos giratória pelo valor de 154 000,00€+IVA.

No âmbito da Divisão de Equipamento, foram efectuadas 22 intervenções de conservação de vias públicas/conservação de edifícios, com destaque para a reparação de escolas e fogos no Bairro Social da Mãe d'Água e Coxa para realojamento de novas famílias.

Para além do apoio corrente às Juntas de Freguesia, destacam-se os trabalhos de limpezas e manutenções da rede viária municipal bem como a limpeza de caminhos e ainda o alargamento da estrada de ligação a Labiados que se encontra com 2/3 do trabalho executado.

No âmbito do PRODER, foi apresentada em Janeiro a candidatura “Caminhos para a Competitividade”, que contempla a construção/requalificação de 8 caminhos agrícolas no Concelho de Bragança, com uma extensão total de 25,4 km, que irá beneficiar 893 beneficiários e uma extensão de 12.949 ha de área de explorações servidas por estes novos caminhos – custo total 1.600.408,90 Euros+IVA.

4- DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS

4.1 - Divisão de Saneamento Básico

Procedeu, para além dos trabalhos correntes de manutenção das redes, a trabalhos de: mudanças de nome de cliente; execução de novas ligações; ligações após corte; fugas/reparações; na cidade à substituição da rede de abastecimento de água em cerca de 113 metros; em Paço de Mós à reabilitação do reservatório de água; Em execução a empreitada de conclusão da rede de saneamento básico de Calvelhe; Início da elaboração do caderno de encargos, tendo em vista a concretização da elaboração do Plano Estratégico da Rede de Distribuição de Água de Bragança (PERDAB); Elaborado e já aprovado, pela ARH-N, o Documento de Enquadramento Estratégico tendo em vista a apresentação de candidatura ao Programa Operacional Regional, para ampliação e reabilitação das redes de abastecimento de água e de drenagem e tratamento das águas residuais nas seguintes nove localidades: Parâmio, Lagomar, Terroso, Gondesende, França, Frieira, Rabal, Rebordãos e Vila Boa; Em fase de conclusão a elaboração do projecto para execução das redes de abastecimento de água e de drenagem e tratamento das águas residuais na localidade da Freixeda; Vilarino, Faílde, Fontes de Transbaceiro e Cova de Lua.

No âmbito da Secção de Saneamento, realizaram-se trabalhos de manutenção da rede de colectores; execução de ramais domiciliários; desobstrução de colectores (65) e limpeza de fossas (46) na área rural do Concelho.

4.2 - Divisão de Defesa do Ambiente

Espaços Verdes – Para além das tarefas normais de manutenção dos espaços, de destacar como actividades mais relevantes; Limpeza do Bairro da Braguinha; Plantação de 185 árvores de alinhamento na zona; Plantação de 929 unidades de arbustos nos canteiros dos espaços verdes da zona urbana; Transplantação de árvores no IPB – Ciclovia; Participação na reunião de apresentação do Projecto “Limpar Portugal”.

Actividade Veterinária - Captura e abate sanitário de 17 canídeos errantes.

Sinalização Vertical – foram realizados trabalhos de sinalização vertical, através da colocação de 7 novos sinais e manutenção de 15.

Mobiliário Urbano – foram realizados trabalhos diversos de manutenção de mobiliário urbano.

Espaços de Jogo e Recreio - Neste âmbito, foram realizadas acções de manutenção de equipamentos municipais, envolvendo a reposição de equipamento vandalizado/danificado e a limpeza de recintos e equipamento.

Cemitérios Municipais – asseguradas as actividades correntes de inumações e de limpeza em geral dos espaços.

Resíduos Sólidos Urbanos - Neste âmbito, e para o período, confirma-se a tendência de redução dos valores de produção de RSU's (aproximadamente 6 %). Na sequência da instalação durante o mês de Julho de 22 novos ecopontos na cidade de Bragança, os valores de recolha selectiva continuam a aumentar ligeiramente. O nível de cobertura da população com serviços de recolha de RSU (resíduos sólidos urbanos) é actualmente de cerca de 100%. Foi adjudicada a Unidade de Tratamento Mecânico Biológico por parte da empresa Resíduos do Nordeste, EIM.

Gabinete Técnico Florestal - actividades mais representativas: participação na elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado no âmbito de uma candidatura ao programa PRODER; conclusão do flyer – DFCl, a distribuir a todos os munícipes via correio.

Gabinete de Protecção Civil – Realizadas operações necessárias para fazer face aos problemas relacionados com a queda de neve, de forma a garantir a circulação e o normal funcionamento da cidade, vila e aldeias. Estiveram envolvidos mais de 30 funcionários da Câmara Municipal e 13 viaturas que espalharam 96 toneladas de sal. Levantamento fotográfico dos danos resultantes do arrastamento de areias provenientes das antigas minas do Portelo, e implementação de medidas para salvaguardar a estabilidade de edifícios.

No dia 18 de Janeiro, pelas 14h30, reuniu a Comissão Municipal de Protecção Civil, que aprovou, por unanimidade, a proposta de versão final do Plano Municipal de Protecção Civil de Bragança, elaborado pela empresa Metacortex, já enviado ao CDOS de Bragança para emissão de parecer com vista à aprovação por parte da Comissão Nacional de Protecção Civil.

4.3- Divisão de Transportes e Energia – acompanhamento das centrais mini-hídricas, micro fotovoltaicas e instalação de uma nova na escola das Beatas. Na área de transportes, foi assegurado o

funcionamento normal, em termos de transportes escolares, urbanos e de turismo. No âmbito deste sector, foi iniciado o procedimento para aquisição de 3 jogos de baterias para os carros eléctricos.

Relativamente ao Aeródromo, no período em referência (ano de 2009), foram verificados 3.597 movimentos de aeronaves e 5.046 embarque ou desembarque de passageiros. O que corresponde, em relação ao mesmo período de 2008, a um aumento de 32,4 % nos movimentos das aeronaves e a um aumento de 9,4 % no número de embarque e desembarque de passageiros.

No que respeita à carreira regular, verificou-se em relação ao ano de 2008, um aumento de 33,6% no número de embarque e desembarques de passageiros e um aumento de 22,9% nos movimentos das aeronaves.

No que diz respeito aos parques de estacionamento, de salientar o registo de entrada, em 2009, de 67.760 veículos no parque Camões e 219.091 veículos no parque Sá Carneiro.

Outras actividades relevantes

ZASNET-AECT - No dia 27 de Janeiro procedeu-se à assinatura da escritura de criação do Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (ZASNET-AECT), das Regiões do Nordeste Transmontano, Douro Superior, Zamora e Salamanca, depois de obtida a aprovação dos estatutos e convénio de cooperação pelos Governos de Portugal e Espanha. Este AECT tem por objectivo estreitar ainda mais a cultura de cooperação luso-espanhola, através da realização de projectos centrados na inovação, na economia do conhecimento, no desenvolvimento sustentável e na protecção do ambiente.

PROT-N – CIDADES DE EQUILÍBRIO TERRITORIAL: O Conselho Regional do Norte, órgão político e consultivo da CCDR-N, emitiu por unanimidade, na sua reunião do dia 28 de Janeiro, parecer favorável à versão final do Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte (PROT-N), que inclui Bragança como Cidade de Equilíbrio Territorial, contrariamente ao inicialmente proposto que designava Bragança como Cidade Regional. Esta decisão acabou por corresponder e validar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

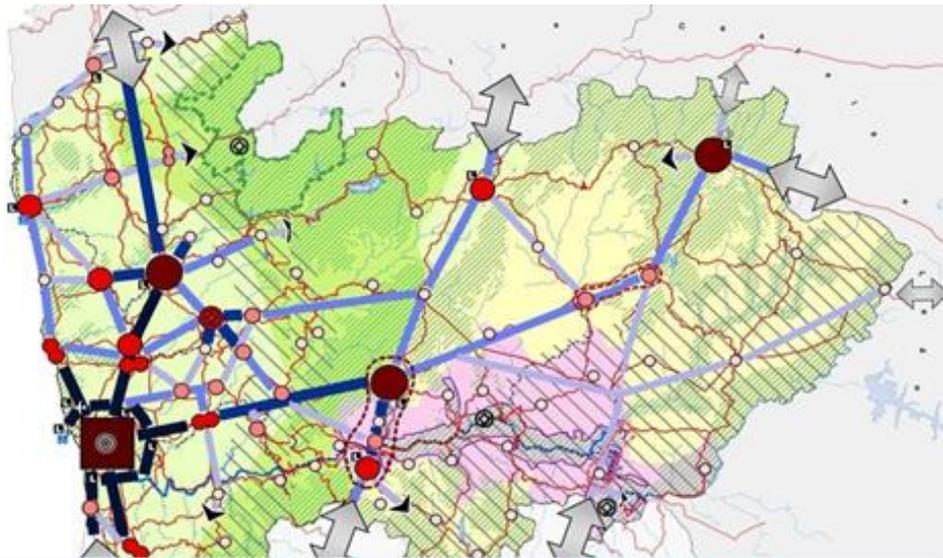
Município de Bragança, 17 de Fevereiro de 2010.

O Presidente da Câmara Municipal

António Jorge Nunes, Eng.º Civil”

----- **Presidente da Mesa** – Senhor Presidente da Câmara, tem a palavra.....

----- **Presidente da Câmara** – Senhores Deputados, pretendia fazer uma referencia, embora ainda que sumária, relativamente ao mapa que está projectado e que evidencia o modelo territorial aprovado no âmbito do Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região Norte, quando este processo foi para a fase de discussão pública, Bragança aparecia como cidade regional e não como cidade de equilíbrio regional, agora designada, na versão final, cidade de equilíbrio territorial... ..



Modelo Territorial



Logo da Câmara Municipal de Bragança

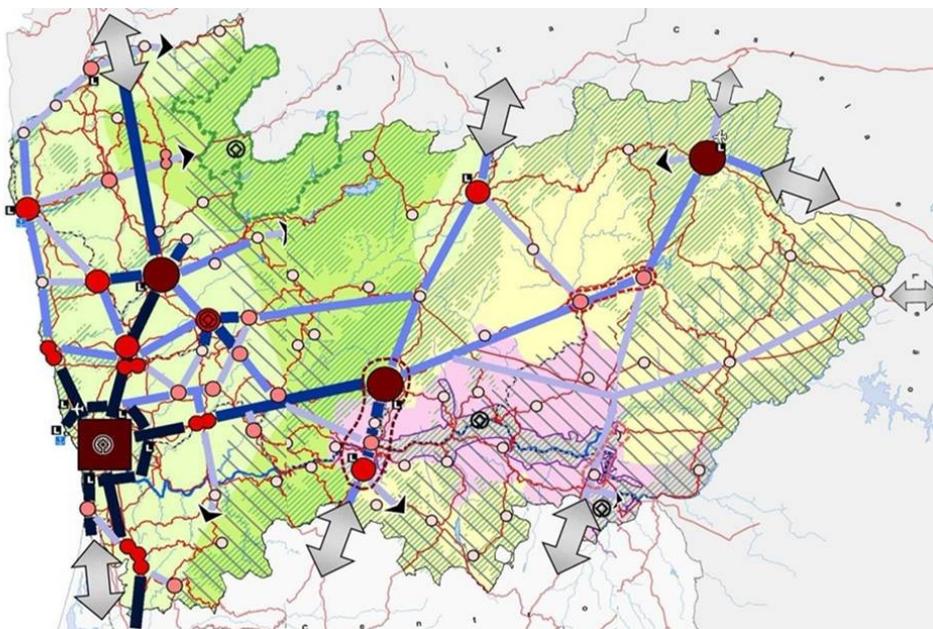
PROT-N – Modelo Territorial

Bragança Cidade Equilíbrio Territorial

Uma conquista para o futuro ☺



26 Fev. 2010 Assembleia Municipal



----- Ou seja, houve uma posição firme e argumentos suficientes e compreensíveis por parte dos interlocutores no processo de decisão, argumentos apresentados por parte do Município de Bragança, que publicamente solicitou aos cidadãos e às instituições para que subscrevessem esta posição que era uma posição estratégica, este é um ganho para o futuro, houve algumas instituições que colaboraram, onze instituições e três particulares, aos quais a Câmara já agradeceu formalmente. Devo salientar a importância desta participação das instituições, mas perante um processo desta natureza e desta importância para o futuro da cidade, bem gostaríamos que a participação tivesse sido bem mais expressiva e significativa. Por exemplo, a título individual, só o Engenheiro Machado Rodrigues, Doutor Diogo Fernandes e o Doutor Amândio Gomes se pronunciaram nesta matéria, e a participação era importante para subscrever e reforçar as posições da Câmara Municipal naquilo que são as matérias fundamentais e que têm a ver com o futuro da cidade, aí ninguém deve abdicar das responsabilidades, prendendo-se com aspectos menores.

----- Sobre o Estado e Vida do Município, isto tem também a ver com o Estado e Vida do Município, o documento escrito foi distribuído aos Senhores Deputados e assim eu irei fazer uma síntese.....



Área Cultural (actividades mais relevantes)

Centro Arte Contemporânea

- Exposição "A Procissão",
- Exposição Read my Lips, de Luis Melo.



Área Cultural (actividades mais relevantes)

Centro Cultural

- Entrega de prémios da VI Edição do Concurso de Presépios (47 candidatos);
- Exposição da VIII Bienal de Pintura do Eixo Atlântico 2008/2009.



Concurso Presépios





Área Cultural (actividades mais relevantes)

Teatro

- Moscow Tchaikovsky Ballet: O Lago dos Cisnes;
- Coral Brigantino – 25 anos;
- Banda Filarmónica de Bragança;
- Cantar dos Reis
- IV edição do FAN – Festival de Ano Novo;
- Espectáculo de solidariedade Haiti - "Paco Diez - La Bazanca 30 anos";



Concerto Solidariedade Haiti



Área Cultural (actividades mais relevantes)

Bibliotecas Municipais

- Exposição Bibliografia "Eça de Queirós – os passos de um trajecto";
- Entrega dos prémios do concurso "Conto de Natal 2009";





----- Começamos pela área cultural, em que são indicadas as exposições que ocorreram no Centro de Arte Contemporânea, do período em análise. Também na área, no Centro Cultural, nas salas de exposições, foram apresentadas algumas exposições; decorreu o Concurso de Presépios; salientar também os concertos que ocorreram no Teatro Municipal, no âmbito da programação corrente, uma programação estável, com, afirmativa e com a presença sempre significativa de pessoas, decorreu Concerto de Solidariedade com o Haiti, num momento da gravação de um cd por parte do Grupo La Bazanca, que celebrava os trinta anos; também nas Bibliotecas Municipais queria destacar o bom funcionamento, e no caso concreto a entrega dos prémios do Conto de Natal aos participantes; também destacar o desfile de Carnaval, com uma participação significativa.

----- Na área Social, destacar a acção de solidariedade com o Distrito de Água Grande, de S. Tomé e Príncipe, e o quinto encontro de imigrantes, com uma participação de cerca de duzentas, ligeiramente acima de duzentos participantes, em que tiveram actividades desportivas, promovidas pelos próprios, e além de terem assistido a um espectáculo oferecido pelo Município e a um almoço de convívio.



Área Acção Social



----- Na parte de urbanismo, o primeiro resultado da venda de lotes a jovens, um total de vinte e oito lotes estavam a concurso, houve dez lotes que foram atribuídos. Decorre nesta fase uma segunda bolsa de inscrição para os restantes dez lotes.

----- Também salientar que foi alienada em hasta pública, um edifício na Trajinha; salientar também a aprovação do Relatório de Ponderação da discussão pública da primeira revisão do PDM, bem como salientar parecer final à CCDR, processo que aguarda a aprovação nesta Assembleia Municipal.



Urbanismo

Alienação, em Hasta Pública, de um lote na Quinta da Trajinha para construção de edifício com 5 andares.



Assinatura do Contrato de Promessa de Compra e Venda de 10 lotes atribuídos a jovens, no loteamento S. Tiago.

Aprovação do relatório de ponderação da discussão pública da 1ª revisão do PDM de Bragança, e solicitado o parecer final à CCDR-N.



----- A nível de obras, obras necessárias, obras do Centro Escolar de Santa Maria, a obra está concluída, falta a construção do acesso, estão os dados essenciais do investimento do co-financiamento e a conclusão e outros dados.....



Obras – Centro Escolar de Santa Maria

Custo total:	2.086.607,55€
Co-financiamento:	1.306.537,69€
Data de conclusão:	Fev. 2010
Área de construção:	2.835,24 m2





Obras – Centro Escolar da Sé

Custo total:	2.466.925,31€
Co-financiamento:	1.317.884,93€
Área de construção:	3.077,00 m2
Data prevista conclusão:	Maio 2010



Recursos Espaciais:

- 4 salas para Jardim-de-infância;
- 10 salas de aula;
- 1 sala de Educação Visual e Trabalhos manuais;
- 1 Atelier de Educação Musical e Expressão Dramática;
- 1 Salão Polivalente para Convívios entre Alunos;
- 1 Biblioteca; 1 Refeitório mais copa;
- 1 Posto de Primeiros Socorros;
- 2 Salas de Apoio para Alunos com Necessidades Especiais;
- 1 Sala para Reuniões de Professores;
- 1 Sala de Convívio para Professores;
- 1 sala para Atendimento aos Pais;
- 1 Gabinete de Trabalho para Coordenação do Centro;
- 2 Arrumos; Instalações Sanitárias para Professores, Alunos e Funcionários.

----- Também no Centro Escolar da Sé, uma obra com mais atraso, está o investimento, comparticipação e a parte dos recursos espaciais do Centro Escolar. Este Centro escolar está com algum atraso, as condições climatéricas tem sido também muito adversas para alguns dos trabalhos.....



Obras – Centro Escolar de Rebordãos

Custo total:	106.962,09€
Co-financiamento:	76.346,20€
Área de construção:	143m2
Data de conclusão:	Dez. 2009

Recursos Espaciais:

- 1 sala para Jardim-de-infância;
- 2 salas de aula;
- 2 salas de trabalhos manuais;
- 1 sala polivalente;
- 1 cantina;
- Recreio com parque infantil.

Recursos Técnicos:

Aquecimento, ventilação e ar condicionado, equipamento informáticos com acesso a Internet por cada 10 alunos.



Inaugurado 4 Jan. 2010



Obras – Centro Escolar de Quintanilha

Custo total:	199.052,85€
Co-financiamento:	37.999,50€
Área de construção:	348m ²
Data de conclusão:	Dez.2009

Recursos Espaciais:

- 1 sala para Jardim-de-infância;
- 2 salas de aula;
- 2 salas de trabalhos manuais;
- 1 sala polivalente;
- 1 cantina;
- Recreio com parque infantil.

Recursos Técnicos:

Aquecimento, ventilação e ar condicionado, equipamento informáticos com acesso a Internet por cada 10 alunos.



Inaugurado 7 Jan. 2010

----- Também o Centro Escolar de Rebordãos e de Quintanilha que foram abertos em Janeiro.....



Obras – Ciclovia



----- Uma referência às obras da Ciclovia, que estão em construção, é uma obra necessária para a qualidade de vida, bem estar da população e que simultaneamente cumpre um objectivo que é claramente secundário perante aqueles que salientei, que é, assegurar uma vedação capaz ao Campus do Instituto Politécnico, numa extensão de três quilómetros, esta obra será continuada por uma Assembleia Municipal de Bragança/Acta da Segunda Sessão Ordinária (Mandato 2009/2013) /26/02/2010

segunda fase que ligará também esta Ciclovía ao Centro de Ciência Viva, pelas duas margens do Rio Fervença, projecto que será lançado a concurso, proximamente, estando em fase de finalização os projectos de execução.....





Obras – Alargamento da Estrada Labiados



----- Trabalhos de pavimentação que decorrem em condições um bocado adversas, mas em áreas necessárias, neste caso na Rua por trás da Escola Emídio Garcia, 22 de Maio. A empreitada envolveu trabalhos noutras partes da cidade, tirar lama ainda nalguns passeios. Temos uma outra informação relacionada com alguns trabalhos de administração directa, estamos, neste momento, a proceder ao alargamento da estrada de ligação desde a Nacional Trezentos e oito à Fronteira, Rio Manzanias, projecto que temos aprovado no âmbito do INTERREG. Uma imagem também dos trabalhos que decorrem, neste momento estão interrompidos os trabalhos de ligação para Laviados, mas uma interrupção para alargamento de outra estrada que é mais curta e serão retomados, esta é uma imagem da máquina que recentemente o Município adquiriu para facilitar alguns trabalhos neste âmbito e também de apoio às Juntas de Freguesia



Obras e Equipamentos



----- A nível de Obras e Equipamento, uma indicação igualmente de alguns concursos abertos, respectivos montantes, saliento a abertura do concurso público para a construção da Sede da Junta de Freguesia de Outeiro, pelo valor de trezentos e quarenta e seis mil euros, mais IVA. Diversos outros trabalhos que têm sido feitos de conservação de fogos sociais, conforme está descrito na intervenção distribuída.....

----- Na área de Saneamento Básico, de destacar que está, neste momento, a ser preparado um processo para candidatura deste conjunto de obras de saneamento, no sentido de tentarmos obter apoios comunitários para o efeito, obra que será lançada a concurso mais sob o quarto trimestre do ano, se obtidos os recursos financeiros de apoio comunitário, e estão em fase de elaboração os projectos para estas obras.



Saneamento Básico/Água



----- Também há outros trabalhos que estão em fase de execução.....

----- Uma informação relativa à parte de resíduos sólidos urbanos, a evolução da recolha selectiva é significativa, o ano passado foram instalados mais vinte e dois eco-pontos, há uma evolução entre dois e dois mil e nove, com algum significado, embora ainda insuficiente, mesmo no contexto nacional. Também uma indicação do custo da evolução do custo, o custo tonelada é hoje cento e quinze, oitenta e sete euros, distribuindo-se pela recolha, limpeza e transporte em oitenta e quatro vinte e dois, tratamento, trinta e um sessenta e cinco, estando ainda incluída a, dois virgula cinco euros, actualmente, três, que é a taxa de gestão de resíduos que reverte para o Instituto de Resíduos, é uma taxa que os Municípios têm estado a contestar, por acharmos que se trata de uma taxa que penaliza a tarifa sobre os consumidores, sem qualquer resultado, uma vez que financia só exclusivamente um serviço que está instalado e criado há pouco tempo na Cidade de Lisboa.....



Defesa do Ambiente

Evolução da Recolha Selectiva (ton.)

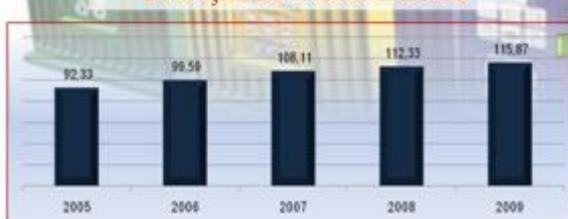


+ 22 ecopontos instalados em Julho 2009

2002/2009:
+3463,2%

- Limpeza, recolha e transporte: 84,22€
- Tratamento: 31,65€

Evolução do Custo/tonelada

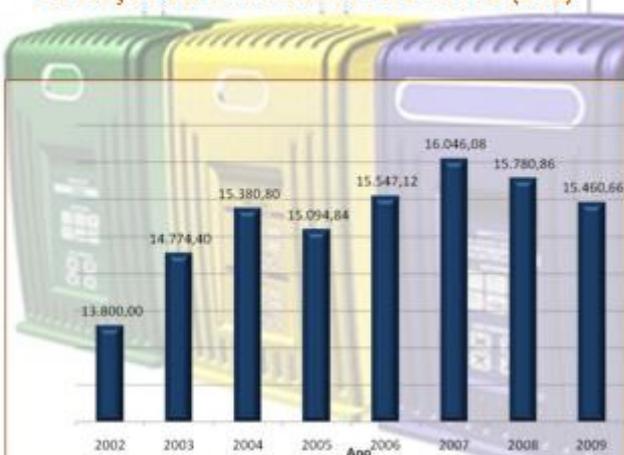


↑ Taxa de Gestão de Resíduos de 2,5€/ton para 3€



Defesa do Ambiente

Evolução da Recolha Indiferenciada (ton.)



Resíduos Sólidos Urbanos

Ano 2009:
capitação
1,13 kg/hab_dia.

----- É uma indicação sobre a capitação, um dado importante, assim, a capitação actual é de um virgula treze quilos por habitante por dia, há uma ligeira descida de dois mil e sete para dois mil e nove, significa que as campanhas de sensibilização têm estado a dar alguns resultados, para além de a recolha selectiva também contribuir para esta situação.



Defesa do Ambiente

Central de Produção de Electricidade a partir de Biogás - Aterro Sanitário

INVESTIMENTO - 1.150.000,00€;
POTÊNCIA - 716 KW;
PRODUÇÃO MÉDIA ANUAL ENERGIA - 4.500 MWH -
EQUIVALENTE AO CONSUMO MÉDIO DE 1.500 HABITAÇÕES
POR ANO
REDUÇÃO CO2 - 600 ton/ano



----- Uma informação para os Senhores Deputados, igualmente de que a Central de Produção de Energia Eléctrica a partir do Biogás recuperado no Aterro Sanitário está já em produção, ela tem uma potencia de setecentos e dezasseis quilowatts, uma produção média estimada anual de quatro mil e quinhentos mega watts hora, o equivalente ao consumo médio de mil e quinhentas habitações por ano. Contribui esta instalação, com aproveitamento do biogás, para uma redução de seiscentas toneladas de dióxido de carbono por ano.....

----- Uma informação adicional, relativa a adjudicação da Unidade de Tratamento Mecânico Biológico, um projecto que prevê que cinquenta por cento dos resíduos sólidos ,que chegam ao Aterro Sanitário, serão previamente separados para tratamento, projecto que envolve um investimento de vinte três, noventa e dois milhões de euros, num processo de concepção, construção e exploração durante cinco anos, é co-financiado com um montante, a parte do investimento, com setenta por cento, não a totalidade do valor de adjudicação, neste processo o Município tem a responsabilidades inerentes à sua quota parte de participação na empresa que são na ordem dos vinte e sete por cento.....



Defesa do Ambiente

Adjudicada a Unidade de Tratamento Mecânico Biológico por parte da empresa Resíduos do Nordeste, EIM

23,92 M€



Defesa do Ambiente

Distribuídos em Fev. 17 mil Flyer's
Comissão Defesa Floresta Contra Incêndios

Gabinete Técnico
Florestal



----- A indicação de uma acção de sensibilização no âmbito do Gabinete Técnico Florestal, entre outras acções.....

----- No âmbito da Protecção Civil, dar informação também das várias, elas constam da informação escrita, das várias situações de acompanhamento das condições climatéricas adversas por parte da Protecção Civil Municipal, isto são também algumas imagens de ontem.....



Protecção Civil

Portelo - Levantamento fotográfico dos danos e implementação de medidas para salvaguardar a estabilidade de edifícios.



Neve:

30 funcionários;
13 viaturas;
96 toneladas de sal.



Protecção Civil

Acompanhamento das situações de risco provocadas pelas chuvas fortes e ventos





Protecção Civil

Plano Municipal Protecção Civil de Bragança

Enviado ao CDOS de Bragança para emissão de parecer com vista à aprovação por parte da Comissão Nacional de Protecção Civil.



----- Saliento que também a reunião da Comissão Municipal de Protecção Civil que aprovou a revisão do Plano de Emergência do Município, que foi enviado ao CDOS, para ser aprovado pela Comissão Nacional de Protecção Civil, portanto, trata-se de uma revisão, não da elaboração pela primeira vez do Plano de Emergência.



Transportes - Aeródromo (Ano 2009)



MOVIMENTO DE AERONAVES (ATERR. + DESCOL.)				PASSAGEIROS		
AVIÕES	HELI	OUTROS	TOTAL	DESEMB.	EMBA	TOTAL
3503	84	10	3597	2452	2594	5046

+ 32,4 % (2008)

+ 9,4 % (2008)

----- A informação relativa ao movimento de tráfego aéreo, quer de aeronaves durante o ano de dois mil e nove, a comparação com dois mil e oito e também de passageiros, portanto há uma evolução positiva, quer nas aeronaves, quer no número de passageiros.



----- Também achamos interessante incluir esta informação a pretexto da instalação de mais uma Micro-Central Fotovoltaica, na Escola das Bestas. O Município tem, neste momento, quatro Micro-Centrais Fotovoltaicas instaladas, central solar nas Piscinas Municipais e um sistema solar térmico associado a cada uma das quatro centrais fotovoltaicas. Dispõe ainda sobre a responsabilidade da Resíduos do Nordeste, de uma Central Fotovoltaica nas Estação de Transferência. A produção instalada, a potência instalada no Município é de três vírgulas cinco quilowatts neste momento, envolvendo a Hidrica-Solar Fotovoltaica, a produção em dois mil e nove foi de oito virgula vinte seis megawatts a redução de dióxido de carbono é de quase duas mil toneladas, os consumos sobre responsabilidade do Município são de treze virgula sessenta e dois gigawatts, com emissões no valor de três virgula três mil toneladas ano, significa que durante o ano de dois mil e nove, a autonomia conseguida é de sessenta virgula seis por cento da energia consumida com, portanto, o que se trata de um dado interessante.



27 Jan. - Assinatura da escritura de criação do Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial, das Regiões do Nordeste Transmontano, Douro Superior, Zamora e Salamanca
Regulamento (CE) 1082/2006



----- Salientar igualmente que no dia vinte e sete de Janeiro, foi formalmente finalizada a constituição do Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial, das Regiões do Nordeste Transmontano, Douro Superior, Salamanca e Zamora, tendo por base o Regulamento da Comunidade Europeia, mil e oitenta e dois barra dois mil e seis, com a designação de ZASNET-AECT, tem a sede na Fundação Rei Afonso Henriques e envolve uma área territorial de cerca de vinte e nove mil quilómetros quadrados, portanto, cerca de sete mil quilómetros quadrados a mais do que a zona norte de Portugal. Este Agrupamento está nesta fase, na elaboração do seu plano de actividades, na definição de estratégias territoriais de cooperação bem como a definição dos principais projectos que irá candidatar ao POCTEP - Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal na próxima convocatória, e também a avaliação de candidaturas directas que virá a desenvolver junto de Bruxelas.



Outros aspectos relevantes



Comemoração dos 546 anos Bragança Cidade

----- Das ultimas tem a ver com a apresentação do livro “O Meu Nome é Bragança”, um livro ilustrado que está a ser distribuído pelas escolas do Município, para as bibliotecas, Casas de Trás-os-Montes e alto Douro, quando da comemoração dos quinhentos e quarenta e seis anos de Bragança Cidade.



Outros aspectos relevantes



Comemoração dos 546 anos Bragança Cidade



Medalha de Mérito ao Sr. Nuno Álvaro Vaz



Espectáculo Musical
"Enchanted Opera
Evening"

----- A homenagem feita ao Senhor Nuno Vaz, no âmbito das Comemoração dos quinhentos e quarenta e seis anos, com a entrega da medalha de mérito e diploma com um espectáculo para os convidados.....

----- E a pretexto do Estado e Vida do Município, são estas as informações mais relevantes que tinha para prestar aos Senhores Deputados.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Presidente e um obrigado, um duplo obrigado, porque o Senhor Presidente conseguiu cumprir à risca os minutos que tinha, catorze minutos, não foi sequer necessário avisá-lo que dispunha de um minuto mais, porque não precisou dele, muito obrigado, Senhor Presidente.

----- Inscrição para pedidos de esclarecimentos? Queiroz, desculpa lá mas tens de tomar o teu lugar, que eu daqui..., não, não, eu assim não te reconhecia daqui para aí, tão distante, não te conheço como Deputado, reconheço já uma inscrição do Partido Socialista, com um pedido de esclarecimento, Joaquim Queiroz do Partido Social Democrata, Luís do Vale, do Bloco de Esquerda, Eduardo Malhão do Partido Social Democrata e a Mesa não está a verificar nenhum outro pedido de esclarecimento, pelo que confere já então o primeiro pedido de esclarecimento ao Senhor Deputado Luis Filipe, do Partido Socialista, disponha do seu tempo.

----- **Luís Filipe** – Muito boa tarde a todos, Senhor Presidente da Mesa, Senhores Vereadores, todos os presentes, a minha vinda aqui prende-se um pouco com uma situação que o Senhor Presidente da Câmara já aqui abordou, que são as condições adversas e climatéricas nesta época. Não há dúvida que estamos a atravessar, este ano, um inverno fora do normal, em termos de pluviosidade e o caso concreto é aquilo que ocorreu em Montezinho, nas Minas de Montezinho.....

----- E eu vou-me socorrer aqui duma cábula, dum artigo de um jornal da terra, portanto aquilo que eu vou dizer está aqui explanado, não foi desmentido, considero que é verdade e eu vou fazer questões concretas, Senhor Presidente. Mas, antes, queria fazer aqui uma introduçãozinha, que é o seguinte: Ali, ocorreu uma catástrofe para a Freguesia de França, concretamente no Portelo e não só, porque todo o conjunto de areias que foram retiradas da mina, da escombreira da mina foram arrastadas ao longo de toda a Ribeira da Aveleda, que entronca no Rio sabor e se propagam inclusivamente em Gimonde, penso que agora não porque o rio turvou, mas há meia dúzia de dias ainda se viam vestígios dessa situação. Ora, a situação ocorreu e após esta situação assistimos a um puxar de culpas para um lado, para o outro e ninguém, até hoje, penso que assumiu a situação que ali ocorreu.

----- Viemos a saber que havia ali uma entidade exploradora de areias, supostamente tinham licenciamento que entretanto viemos a saber que esse licenciamento foi pedido em noventa e cinco, mas nunca foi levantada a licença. Em dois mil e cinco, a EDM- Empresa Desenvolvimento Mineiro, resolve fazer uma requalificação das Minas de Montezinho, faz a intervenção, inclusivamente faz um Protocolo com a Câmara de Bragança para fazer essa requalificação, muito bem, como fez noutros locais, só que não mexeram nas escombrelas, porque supostamente as escombrelas tinham uma licença de exploração. Portanto a escombrela fica abandonada, aconteceu o que aconteceu agora. Porque é que aconteceu? Porque, pura e simplesmente, a manutenção que anteriormente se fazia à escombrela que tinha uma linha de água que desviava a ribeira, digamos assim, para evitar que escorre-se na escombrela, deixou de ser feita, e possivelmente devido às obras que foram feitas, de intervenção a montante, os incêndios, essa conduta tapou e nunca mais se fez manutenção ali e a ribeira voltou novamente para o seu leito natural e este ano, excepcionalmente a água toda, trouxe toda aquela tragédia.

----- Pronto, penso que daqui está tudo, as perguntas concretas que eu fazia ao Senhor Presidente da Câmara, neste momento, era a seguinte, porque fiquei com dúvidas, gostava de saber quem é a entidade responsável pelo licenciamento da escombrela, da exploração de areias, a Câmara Municipal de Bragança ou a Direcção Regional de Energia e Geologia? Porque aqui, conforme o tamanho da exploração ou os meios colocados lá dentro da exploração, varia a responsabilidade do licenciamento, é da Câmara ou é da Direcção Geral? E eu neste momento não sei quem era a entidade responsável. Como é que em dois mil e cinco, quando se levanta a questão de intervenção na escombrela ou não? A Câmara se apercebe que há um problema com o licenciamento, como é que em dois mil e cinco não se actua imediatamente sobre a suposta, empresa mineira que está com esse suposto licenciamento e se define, uma vez por todas, se esse licenciamento é válido ou não? Só agora é que vamos ver quem é o responsável! Que medidas concretas, hoje a Câmara tomou já, ela em coordenação com outras entidades, para resolver, de imediato, o estancamento da saída das areias? Porque as areias continuam a sair, com esta enxurrada continua a escombrela a cair, a abater e a trazer matérias por ali fora. Neste caso e também que medidas concretas a Câmara tomou para acompanhar a jusante, todo o problema que se verifica e continua a verificar nos recursos hídricos que são afectados por esta situação?

----- E também, já agora, e o Senhor Presidente da Câmara mostrou-nos aqui uma fotografia de uma casa, penso que todos vocês conhecem, ligeiramente, a montante da ponte do Portelo, ora bem, aquela casa, possivelmente já existiu ali há muitos anos, mas ela sofreu intervenções recentes,

portanto, queria perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se essas obras de requalificação tiveram o alvará de aprovação pela Câmara, porque meus Senhores, aquilo que aconteceu na Madeira é um exemplo, aquela casa só não desapareceu porque felizmente quem fez a escombreira, lá em cima, conseguiu sustentar parte da escombreira, porque a fundação pegou em parte da escombreira, porque senão, se tem rebentado toda, aquela casa hoje não existia, e gostava de saber se a Câmara licenciou aquela casa para remodelação, para já, era só isto, para não falar depois nas outras questões que o advogado da empresa mineira levantou também, de alguns problemas jurídicos que foram levantados, que vieram aí na comunicação social, mas ficará para uma próxima intervenção.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. O Partido Socialista, para o Período de Antes da Ordem do Dia, ainda tem quatro minutos disponíveis. Vamos à inscrição seguinte, que é o Senhor Deputado do Partido Social Democrata, Joaquim Queiroz.....

----- **Joaquim Queiroz** – Senhor Presidente de Mesa, Senhor Presidente de Câmara e restantes Vereadores, caros colegas. Uma notazinha prévia ao Senhor Presidente de Mesa, eu de facto estou, se calhar, num local menos apropriado, mas o que acontece é que entretanto os colegas que estavam a acompanhar, os colegas tiveram de sair e eles como são meus colegas e são meus alunos, portanto é essa a notazinha.

----- Senhor Presidente da Câmara, duas notas importantes, a primeira é de congratulação com o trabalho que tem sido desenvolvido, nós tivemos a oportunidade de o acompanhar através da apresentação feita e um outra nota também sobre este documento que nos é facultado, do Estado e Vida do Município, dar-lhe também uma nota positiva pelo poder de síntese que este documento, hoje, nos trás porque de facto é uma mais valia na medida em que torna o documento muito mais fácil em termos de leitura, muito mais apelativo e que está registado obviamente com as necessárias informações que nós devemos ter.

----- No entanto, uma pequena nota, Senhor Presidente, aqui relativamente ao sector um ponto, um ponto dois, secção de contabilidade e sabendo nós que este documento reflecte aquilo que é o trabalho realizado pelo Executivo e também o que, digamos assim, é aprovado em termos de reuniões de Câmara e nós podemos obviamente, tendo um bocadinho de cuidado, ir às reuniões de Câmara e comprovar todo o trabalho que o órgão Autárquico, enfim, realiza, concretamente, e no final quando são referidas as transferências para as Juntas de Freguesia e os subsídios de participação, eu acho que seria interessante continuarmos a poder, embora, enfim, alargando um bocadinho aqui o número de páginas do documento, continuarem a ser figuradas de facto, todas as transferências que são feitas para as Juntas de Freguesia e para todas as instituições que têm subsídios e participações da

Câmara, isto porquê? Porque para nós torna-se muito mais fácil, digamos, nos dias que correm, poder usufruir deste documentos e fazer uma leitura muita rápida sobre aquilo que tem sido o trabalho da Câmara, em termos de transferências para as Juntas de Freguesia e de subsídios que são dados às instituições por ela apoiados. Muito obrigado.....

----- **Presidente de Mesa** – Obrigado, Senhor Deputado. Agora a Mesa passa a palavra para o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, Luis do Vale. Quero aproveitar para pedir ao Senhor Deputado que antes de iniciar a sua intervenção eu gostaria só de informar os membros presentes do seguinte: esta informação é informação com data de hoje, vinte e seis do dois, Membros desta Assembleia que ainda não entregaram o boletim de seguro, Agostinho Gonçalves Esteves, Vitor Prada Pereira, Eduardo Joaquim Portela, Anselmo Anibal Martins, João Francisco Alves, António Jorge Brás Pires, Luis Anibal Rodrigues Martins, José António Prada, Vitor Manuel Costa, Bruno Viriato Veloso, João Baptista Ortega. Estes Senhores Membros da Assembleia, ainda não entregaram o boletins de seguro, portanto, façam o favor, hoje, de tratar enquanto estamos aqui na Assembleia, que tenham o cuidado de o preencher. Dada esta informação, peço desculpa ao Senhor Deputado, faz o favor, pode fazer a sua intervenção.

----- **Luís do Vale** – Obrigado, Senhor Presidente, uma vez mais bom dia a todos. Senhor Presidente de Câmara, no passado dia dezoito de Dezembro, ultima Assembleia Municipal, apresentámos uma Moção/Recomendação, relativamente ao Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas e essa Moção foi aprovada, por unanimidade, e passados uns dias, já em Janeiro, recebi este documento. A pergunta é muito simples, já foi criado este documento? Já foi aprovado em Câmara, não foi? Já foi... mas ainda não foi entregue à Assembleia Municipal? Portanto, a questão era essa, porque a Moção dizia isso... portanto a questão era essa, era saber se já tinha sido ou não aprovado pela Câmara, uma vez que ainda não tinha conhecimento que ela tinha chegado à Assembleia Municipal.

----- **Presidente de Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado, a Mesa de facto, confirma que esse documento não deu entrada ainda nos serviços da Assembleia Municipal e passamos agora a palavra, ao Senhor Deputado do Partido Social Democrata, Eduardo Malhão, faz o favor, Senhor Deputado.....

----- **Eduardo Malhão** – Renovo os meus cumprimentos a todos, bom dia uma vez mais. Três pedidos de esclarecimentos, um deles e que não tem chegado a informação a esta Assembleia, perguntava à Câmara, relativamente ao processo da Loja do Cidadão, em que ponto exactamente se encontra o processo.

----- Uma outra questão que eu queria colocar, também não tem chegado informação a esta Assembleia, sobre o processo de Certificação de Qualidade dos Serviços do Município, também parece importante termos o ponto da situação sobre essa matéria.

----- Uma última questão, perguntava ao Executivo se tem conhecimento da instalação ,na nossa região, de um serviço desconcentrado da ARS Norte, que tem a ver com a conferência de facturas que se perspectiva possa gerar algumas dezenas de postos de trabalho. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado Senhor Deputado. Para pedidos de esclarecimentos ainda o José Brinquete da CDU, é o ultimo pedido de esclarecimento que a Mesa registou.....

----- **José Brinquete** – Eu começava por pedir ao trabalho técnico que projectasse umas imagens... ..





----- As imagens, que estão a ser projectadas, referem-se a uma pergunta que eu fiz à Câmara, e relativas a uma urbanização da empresa Construções Sucesso. O Senhor Presidente da Câmara já me respondeu e disse-me que esta urbanização foi aprovada e que está perfeitamente legal, outra coisa não podia deixar de ser, penso eu, porque, tenho ideia de que a Câmara cumpre todos os aspectos legais. Mas o que eu quero chamar à atenção é que, nem de propósito, hoje e depois da infelicidade que a Madeira teve, é possível projectar esta imagem e o terreno onde vão construir a tal urbanização das Construções Bom Sucesso, portanto é aqui que os serviços técnicos da Câmara e que o Executivo Camarário aprovou a construção de um conjunto de habitações, penso que são catorze, e portanto está à vista, não faço mais comentários, de qualquer maneira eu vou pedir ainda, por escrito, à Câmara que me seja fornecida a cópia, porque não me foi fornecida, dos pareceres técnicos, concretos, que sustentam a decisão política da Câmara.

----- Em segundo lugar queria falar de Gimonde, o Presidente da Junta de Gimonde já aqui esteve, hoje, para falar da cheia ou dos rios que vão cheios. Eu penso que em Gimonde confluem quatro rios, se não estou em erro, é uma situação singular, uma povoação que só é valorizada por isso, e portanto há que ver aquela questão concreta da mini-hídrica.

----- Mas eu trazia outras questões, pretendo recomendar à Câmara Municipal que construa uma ponte moderna, prática, acessível, funcional, sobre o Rio Sabor, na passagem para o Bairro do Arrabalde. Hoje em dia há pontes extremamente baratas, de vários materiais e a ponte que lá está é uma coisa que nos envergonha a todos, tendo em conta que Gimonde é hoje um centro turístico de excelência no contexto do nosso Concelho.

----- Depois também queria denunciar aqui a situação completamente inaceitável de, em Gimonde, ainda não haver uma estação de tratamento de esgotos e de os esgotos ainda irem em céu aberto. Muitos de nós chegamos a pensar, quando o Partido Socialista chegou à Junta de Freguesia de Gimonde, este ia-se resolver, pois o Partido Socialista já está à centenas de horas, minutos e anos naquela freguesia e a situação continua completamente na mesma. Amigo Vitor, o que é que o Senhor anda a fazer?

----- Depois, penso que Gimonde precisava de uma intervenção urbanística de requalificação, porque Gimonde é procurada por centenas e centenas de pessoas do País e do estrangeiro, tenho amigos que vêm do Porto de propósito a Gimonde a almoçar ou a jantar e provavelmente todos temos, e o que ali está, já não é condizível com a importância que aquela terra tem no contexto turístico do Concelho e eu perguntava concretamente ao Senhor Presidente da Câmara, e ao Senhor Presidente da Junta, se em articulação com as duas instituições têm alguma concreta para, para aquela terra que mereça a importância que ela tem. Sendo certo que até temos experiências, eu estou-me a lembrar, por exemplo, da requalificação urbana que se fez em Izeda, altamente positiva; da requalificação urbana, por exemplo, que se fez em Samil, que está muito interessante ou no Outeiro. Bem, Gimonde exige urgentemente uma requalificação deste nível para ser valorizada, porque merece ser valorizada.....

----- Gostava de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se tem informação do que se passa no aterro sanitário que aqui citou, eu tenho a informação de que o aterro sanitário, a empresa que explora o aterro sanitário tem dois meses de salários em atraso aos trabalhadores, sendo o Município de Bragança um parceiro desse aterro, aliás o Senhor Presidente da Câmara disse que tem um capital de vinte e sete por cento, sabe que os trabalhadores estão com dois meses de salários em atraso? Ou isto não é verdade? Ou eu é que estou mal informado?

----- Por ultimo, gostava de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se já assinou o protocolo com as Águas de Trás-os-Montes, em baixa, tal como diz o Presidente da Câmara de Vila Flor, na última Assembleia Municipal de Vila Flor, que a maioria dos Presidentes de Câmara deste Distrito já aprovaram um protocolo com as Águas de Trás-os-Montes para a exploração da água em baixa, para quem não está, sobretudo para os jovens que aqui estão, para quem eu mando uma saudação, que

têm tido a paciência de nos estar a ouvir, para quem provavelmente não está informado do que é em baixa, é ao nível do... ..

----- **Presidente da Mesa** – Tem um minuto, Senhor Deputado.

----- **José Brinquete** – Por ultimo, um comentário sobre a mobilidade urbana desta cidade. A cidade está cheia de erros e de grandes complicações, do ponto de vista rodoviário, nós todos as conhecemos porque circulamos na cidade. Aprovámos há três ou quatro anos um Plano de Mobilidade Urbana que custou rios de dinheiro ao Município para ser elaborado e aprovado por esta Assembleia e não há meio de resolver o estrangulamento. Eu podia citar aqui um conjunto de anormalidades e de perigos, mesmo para a segurança dos peões e dos automobilistas, mas como não tenho tempo vou, em cada uma das Assembleias Municipais, trazer cruzamentos, estacionamento, etc., daqueles que saltam aos olhos de qualquer pessoa e que nem sequer exigem um grande investimento e portanto, aqui seria uma chamada de atenção para que a Câmara agisse com muito mais rapidez, sob pena de podermos ter alguns desgostos.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado, recorde-lhe que, para o período de Ordem do Dia, só dispõem, a CDU, de trinta segundos.

----- Nesse sentido, estão terminados os pedidos de esclarecimento, cabe agora ao Senhor Presidente de Câmara de fazer o favor de responder, sendo que a Câmara esgotou o tempo de catorze minutos, penso que a Mesa poderá conceder um tempo suplementar, julgo que os Senhores Deputados estão a solicitar os esclarecimentos e não terão naturalmente expectativas sobre a resposta, de três minutos, Senhor Presidente, vamos tentar cumprir com esse tempo, para poder respeitar o Regimento.

----- **Presidente da Câmara** – Obrigado, Senhor Presidente, utilizarei os três minutos naquilo que for possível, seguramente não será possível a todos os assuntos, com pena minha.

----- Exploração das Minas do Portelo - A Câmara tomou uma atitude de suspensão, tomou a atitude de mandar suspender, eu vou ter que ler as medidas que a Câmara tomou..., suspensão e laboração e encerramento preventivo, e porque? Pergunto assim, o Senhor Deputado diz, porque é que a Câmara quando fez um protocolo de colaboração com a EDM para fazer a reabilitação ambiental, não incidiu sobre essa zona? Bom, sempre, no processo de licenciamento, no ano de mil novecentos e noventa e cinco, feita a uma empresa Minareiras com o número provisório, ou seja, a empresa nunca, nós tivemos que passar, enfim, às Finanças, verificar se a empresa existe, nunca existiu a empresa, o requerimento foi assinado por um “Transportes Leal”, em nome de Minareias, em mil novecentos e noventa e cinco e sempre que se consultava o processo, o licenciamento, a deliberação de Câmara

estava feita, portanto, só nesta fase, nós passámos, eu dei instruções aos serviços no sentido de avaliarem de forma absolutamente detalhada os arquivos da Câmara, para saber se em termos de pagamento, de emissão de licenciamento, se de facto existiu a licença e no Município não existe licenciamento a esse nível e portanto esse processo foi sendo ocultado, ocultado, é assim, os serviços, a Câmara tomou as deliberações necessárias, provavelmente com algum, no âmbito da sua competência, porque a competência de licenciamento para aquele volume de extracção era da Câmara, mas sem um projecto suficientemente elucidativo para definir o âmbito da intervenção, e comum parecer absolutamente insuficiente do Parque Natural de Montezinho, porque situando-se esta intervenção numa área protegida a responsabilidade ao nível da fiscalização e das medidas de recuperação ambiental são da responsabilidade do CNB, não são de qualquer outra entidade.....

----- Lamentavelmente esse processo desencadeou-se dessa forma, assim, uma coisa verdadeiramente surpreendente para nós, portanto, passou-se pelas Finanças, passamos pelo Ministério da Economia, por todo o lado, assim - informem-nos se há algum licenciamento feito a esta empresa - não decorreu o licenciamento e tomámos a medida que tínhamos que tomar, foi de facto, a suspensão da laboração e encerramento preventivo, notificando os “Transportes Leal” para, caso tivessem algum titulo de licenciamento, apresentar em cinco dias. Notificamos ou tomámos outras medidas junto do SEPNA- GNR -SEPNA, para fiscalizar o processo, tomámos medidas junto da Direcção Regional de Economia do Norte, Direcção Geral de Energia e Geologia, Direcção de Serviços e Minas e Pedreiras, Empresa Mineira SA., Serviço de Finanças de Bragança, Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade. Estas Entidades vão ter que se reunir proximamente, as necessárias à Mesa, com a Câmara, para se tomarem as medidas definitivas e apurar responsabilidades. A responsabilidade é..., neste âmbito, não será da Câmara, a Câmara não assumirá nenhuma responsabilidade.....

----- Solicitou à Junta de Freguesia de França para que nos fizesse um levantamento de estragos, está connosco, para o apresentarmos no momento certo a quem de direito, para que quem tem a responsabilidade o assuma, enfim, não são insignificantes os estragos que ali foram desenvolvidos, poderá eventualmente, enfim, a pessoa que foi notificada reagiu através, com alguma argumentação, com o advogado que utiliza para o... a quem recorreu para o efeito. A Câmara solicitou o parecer ao seu consultor jurídico e a resposta que deu ao mandatário dessa entidade que tem vindo a explorar as areias e que nesse processo, para além de não haver um licenciamento efectivo, não houve aquando do licenciamento uma definição do âmbito da exploração, nem das medidas necessárias em termos de recuperação ambiental associadas, tudo isso foi omitido, esse processo de extracção descontrolada danificou a estrutura de drenagem principal, construída no âmbito da exploração mineira e essa é que

é a razão fundamental, portanto, há ali responsabilidades graves, não só sobre particulares, também sobre outros processos.....

----- A resposta que nós demos foi ao advogado foi de que devia dar cumprimento ao ordenado e anexamos o parecer jurídico. O ICNB é a entidade que ainda não respondeu até este momento formalmente à notificação da Câmara, enviamos recentemente uma carta registada com aviso de recepção a insistir para uma reunião urgente no sentido de sentar todas as entidades à mesa, para saber qual é a sequencia que o processo tem que ter, há-de ir seguramente para algum sitio, para apuramento de responsabilidades, eventualmente para o Ministério Público também.

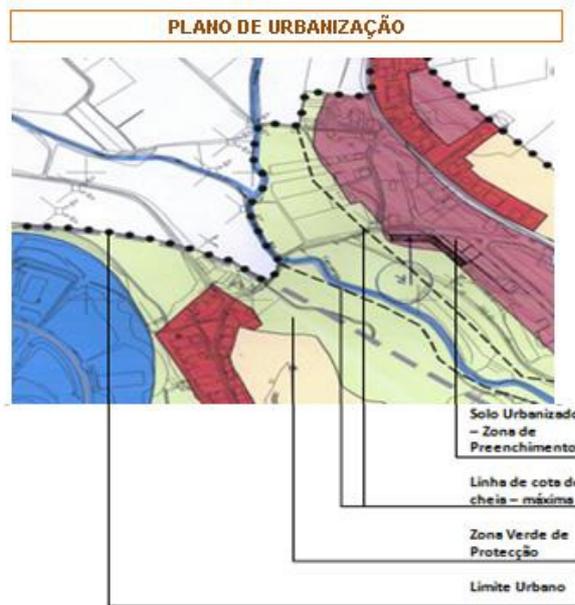
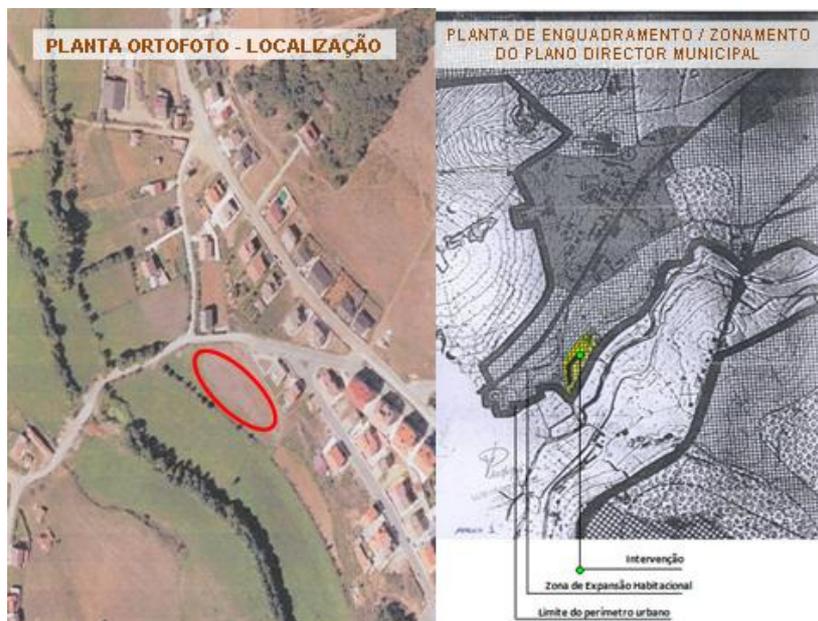
----- Construções Bom Sucesso - Naturalmente que enviámos ao Senhor Deputado... dizer assim, a parcela, peço desculpa... ..

----- **Presidente da Mesa** – Senhor Presidente, um minuto mais, é pena de facto.....

----- **Presidente da Câmara** – Só já respondo, não mas vou mostrar-lhe a outra fotografia.



Construções Bom Sucesso





----- Esta é a localização da operação, esta operação localiza-se nesta zona, que está marcada, está marcada exactamente nesta posição, o edifício licenciado, dentro do perímetro urbano, dentro da zona de expansão do perímetro urbano, conforme o PDM em vigor, na altura em que o licenciamento foi feito, esta é a versão final do Plano de Urbanização em que o limite do perímetro urbano está por esta zona, ali é o limite do perímetro urbano, esta é uma zona verde de protecção, limite da cota de máxima cheia, indicada pelos serviços com competência nesta matéria, a Administração Regional da Bacia Hidrográfica, é este limite, o terreno está fora, a construção está nesta zona e portanto está integrada em solo de preenchimento, ou seja, o licenciamento está correctamente feito.

PLANTA DE INDICAÇÃO DE COTAS DE CHEIA



----- A cota de máxima cheia, a cota de máxima cheia localiza-se neste ponto, a urbanização, localiza-se exactamente neste ponto, a construção fica nesta posição e é uma construção de rés-do-chão e dois pisos, conforme toda a construção feita naquela zona, ou orientação. Haverá naturalmente aqui ainda uma elevação de um muro da cota seiscentos e setenta e seis para a seiscentos e oitenta e dois e não hoje, mas ontem porque havia uma cota superior de água à que havia hoje. Registamos nesse local, esta é ainda a implantação, portanto a implantação do conjunto habitacional, na parcela que referi inicialmente, esta é uma visão do conjunto, portanto trata-se de um conjunto de moradias de rés-do-chão, primeiro e segundo andar e digamos a imagem, a agueira que define a cota de máxima cheia anda ainda aqui por cima, aliás verte água aqui da agueira ainda, ou seja, peço desculpa, a construção é aqui, ó! Brinquete, peço desculpa, é nesta..., peço desculpa, é nesta zona, a construção vai ser levantada, a plataforma, mais ainda quatro metros, está acima. Eu queria que voltassem a passar o anterior que o Brinquete não viu a cota máxima cheia indicada pelos serviços hidráulicos, voltar atrás faz favor, anterior ainda, a que está no Plano de Urbanização que é esta aqui. Esta é a linha de máxima cheia, os serviços informaram correctamente o licenciamento, os elementos de que solicitou as informações, enviamos-lhas naturalmente, como os restantes elementos.

----- **Presidente da Mesa** – Lamentamos, há-de haver, noutros momentos, a possibilidade de retomar alguma resposta, Senhor Presidente. Encerramos os períodos de esclarecimentos. Vamos agora aos períodos de intervenção, mas quero lembrar, a Mesa quer lembrar de facto que a disponibilidade de tempo para alguns Grupos Municipais não é muita, mas e passamos já de imediato a explicar qual é a disponibilidade de tempo de cada um de vocês, bom, intervenções? Ora a Mesa regista do Partido Socialista o Arquitecto Ortega, Adriana, do Partido Social Democrata, peço desculpa, coloquem outra vez os braços no ar, intervenções, ok, então Arquitecto Ortega, pelo Partido Socialista é a primeira intervenção. Tem o Partido Socialista, quatro minutos disponíveis ainda.

----- **João Ortega** – Os meus cumprimentos ao Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Vereadores, a todos os presentes. Eu queria exactamente falar sobre o modelo territorial que temos projectado, congratulando-me pela subida de escalão, digamos assim, a que o Senhor Presidente nos referiu, no entanto, queria também fazer uma referencia à não participação e por uma questão que me parece importante.

----- isto é um mapa dum extensíssimo documento que é o Plano Regional de Ordenamento do Território e que não é fácil de ler, de ter acesso, de interpretar e de tirar conclusões. Se no momento em que nos foi proposta essa discussão eu não tinha essas condições, neste momento digamos, não

totalmente, mas tenho pelo menos condições para dizer alguma coisa e penso que este é exactamente o modelo que nos vai continuar a condenar sermos uma região esquecida.

----- Sermos agora uma cidade de equilíbrio regional ou outra nomenclatura que lhe foi dada, é apenas mais um nome, porque de facto as condições estão aqui, ou a falta delas, desde logo o que sai daqui é apenas a questão rodoviária, e mesmo nessa questão rodoviária acho que é fácil entender que onde fica a ligação de Bragança a Braga, por exemplo, onde fica um modelo que o próprio Plano Regional do Ordenamento do Território aparentemente quer implementar, que chama modelo em rede e que se eu olho para a faixa litoral é facilmente verificável esse modelo em rede, esse modelo cruzado de... são de vias mas não apenas de uma... de interacção de tudo que está à volta, umas coisas das outras, e que quando chegamos a Trás-os-Montes eu quando muito chamaria um modelo de linha única de sentido único, mas onde está aqui a importância, aqui e não é neste, neste mapa apenas, mas é num modelo que a Comissão do Coordenação da Região Norte nos quer impor. Onde está a rede ferroviária? Fundamental para o desenvolvimento da região? Onde se reflecte neste modelo de Plano de Ordenamento Regional, a importância do Douro, que na minha opinião vai ser imposta não pelo modelo mas pela pratica? A verdade é que este é o modelo que a Comissão de Coordenação da Região Norte nos quer impôr, não é o modelo da Câmara Municipal, mas é o modelo que vai continuar a ditar o nosso atraso em relação ao litoral e em relação à Europa. Tenho dito.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. O Partido Socialista ainda dispõe de um minuto e alguns segundos. Ora para a intervenção seguinte, o Deputado do Partido Social Democrata, o Deputado Aníbal, faz favor.

----- **Anibal Morais – Apresentou, por escrito, o seguinte:**

----- “Ex. mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr.(s) Secretários, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Sr.(s) Vereadores, caros colegas, público em geral. Bom Dia

----- O início do presente século foi assinalado por uma enorme evolução das Tecnologias de Informação e Comunicação, o fácil acesso as tecnologias, o custo do material informático e mais recentemente a Internet tornaram a sua influencia nas mais variadas actividades humanas um factor quase obrigatório.

----- A crescente utilização dos computadores e da Internet leva a uma crescente produção de informação em formato digital, a informação neste formato cria condições de acesso e reutilização que influenciam a capacidade de resposta no que respeita a quantidade e velocidade, estes ganhos de produtividade não podem ser ignorados.

----- É neste contexto que surge a necessidade de adoptar novas práticas associadas ao digital para a Administração Pública Local ao que se optou por designar de “*local e-government*”. A administração pública, o poder central e o poder local, têm um papel fulcral na habituação e no estímulo da interacção com recurso ao digital e na introdução de práticas baseadas no uso da informação.

----- O conceito de local e-government está relacionado com a utilização das tecnologias de informação e comunicação, que oferecem ao indivíduo e às empresas de um lado locais serviços e condições para o fomento da democracia e qualidade de vida, relacionando o poder político e a administração local com o cidadão e com as empresas, recorrendo à troca de informação em suporte digital.

----- Estas iniciativas são vistas em muitos países como oportunidades de mudança e dinamização para a democracia local e para a transformação dos serviços prestados pela administração local, desta forma torna-se mais fácil explorar os novos benefícios pelo uso da Internet e dos computadores.

----- As funções associadas ao *local e-government* variam de acordo com as visões e estratégias seguidas, assim, podem ser consideradas como funções essenciais:

----- Publicar informação;

----- Interagir com o cidadão;

----- Efectuar transacções como o cidadão e restante administração local;

----- Integrar informação com os restantes serviços;

----- Transformar informação.

----- Associado a todo este processo aparecem várias vantagens, como:

----- Poupança de recursos humanos e materiais;

----- Descentralização de serviços;

----- Redução do tempo de espera;

----- Facilidade de acesso à informação;

----- Redução da necessidade de efectuar deslocações aos serviços centrais;

----- Existem igualmente diversas situações em que os obstáculos existem e são, por vezes de difícil resolução, temos entre eles:

----- Dificuldades financeiras;

----- Garantia de segurança;

----- Protecção de dados pessoais;

----- Falta de equipamentos;

----- O envolvimento dos dirigentes políticos;

----- Disponibilidade das chefias intermédias;

----- Falta de pessoal qualificado;.....

----- Falta do conhecimento da Internet por parte dos cidadãos;

----- Dificuldade de acesso as tecnologias e Internet.....

----- Torna-se cada vez mais necessário optar por este tipo de processo, procurando assim facilitar e proporcionar mais qualidade de vida ao cidadão.

----- Assim, o grupo parlamentar do PSD vêm por este meio apresentar a seguinte proposta de recomendação, a qual passo a ler de seguida”

----- **“PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO** -

----- Considerando Que:

----- a) As tecnologias da informação e da comunicação permitem o armazenamento, o tratamento e a comunicação de informação em formato digital, mas também a sua conversão para efeitos de compreensão humana;.....

----- b) O advento das tecnologias da informação e da comunicação e a forma como foram utilizadas pela administração pública, empresas, indivíduos e sectores sociais, criou condições para o surgimento da Sociedade da Informação;

----- c) O conceito de Sociedade da Informação descreve a uma sociedade e uma economia que faz o melhor uso possível das tecnologias da informação e comunicação no sentido de lidar com a informação e que toma esta como elemento central de toda a actividade humana (Castells 2001);

----- d) O desenvolvimento de uma Sociedade da Informação foi assumido como uma grande aposta da União Europeia, estabelecendo medidas que visam generalizar o acesso dos cidadãos aos meios de informação e de apropriação de conhecimento bem como melhorar as suas competências nesta matéria;

----- e) A Internet é um instrumento catalizador de mudanças na comunicação, na coordenação e no controlo das organizações entre as quais se incluem as de natureza pública;

----- f) O aumento da competitividade da economia assim como a promoção do desenvolvimento social dependem de uma aposta forte na Sociedade da Informação e nas novas tecnologias;.....

----- g) A Administração Pública dada a sua dimensão e o seu cariz estruturante não poderia abstrair-se destas transformações;

----- h) Os Poderes Públicos têm um papel fundamental no sentido de fomentar a interacção, com recurso ao digital, e na introdução de práticas baseadas no uso da informação;

- i) O conceito de e-govemment engloba o recurso a novas formas de fazer o que a Administração Pública produz, mas adoptando práticas de base digital que permitem ganhos substanciais em termos de eficiência, acesso à informação, tempos de resposta e proximidade ao cidadão (Gouveia 2003);.....
- j) O e-govemment tem como potencialidades:
- a. A simplificação da prestação de serviços aos cidadãos e às empresas;.....
- b. A forma mais lesta com que se adquire informação e se esclarecem dúvidas;
- c. A elevação dos padrões de eficiência e redução de custos na Administração Pública;
- d. A ampliação de capacidade de resposta da Administração Pública;.....
- e. Uma cooperação mais próxima entre os diversos níveis do Estado e serviços da Administração Pública;
- f. A facilitação da participação da sociedade civil, nova forma de relacionamento dos cidadãos entre si.....
- k) São já em número elevado os Municípios que adoptaram o Local E-Govemment, desmaterializando processos e respectiva tramitação burocrática e facultando aos respectivos munícipes um conjunto importante de serviços e informações que até bem recentemente obrigavam a deslocações aos serviços das Câmaras Municipais;
- l) O recurso e aproveitamento das tecnologias da informação e da comunicação na implementação de sistemas de Local E-Government se traduzem numa vantagem competitiva a que o Município de Bragança não pode ficar alheio. *Assim*,.....
- *A Assembleia Municipal de Bragança, reunida em Sessão Ordinária, no dia 26 de Fevereiro de 2010, vem ao abrigo do disposto no art. 53º., nº.1, q) da Lei nº.169/99, de 18 de Setembro, na redacção aprovada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, recomendar à Excelentíssima Câmara Municipal de Bragança:*.....
- 1. A adopção de práticas administrativas de base digital, aderindo e implementando, nos serviços que tutela, os princípios do Local E-Government;
- 2. A criação de um balcão municipal virtual que, além das informações legais, institucionais e regulamentares já prestadas pelo sítio da Câmara Municipal de Bragança, na Internet, disponibilize aos munícipes, os seguintes serviços:.....
- a. Pedidos de Certidões, com possibilidade do respectivo pagamento se realizar através de Multibanco ou contra - reembolso;.....

----- b. Pedidos de Fotocópias, com possibilidade do respectivo pagamento se realizar através de Multibanco ou contra - reembolso;.....

----- c. Pedidos de Informação;

----- d. Actualização de informações ou dados pessoais, relativos aos munícipes;

----- e. Reclamações e Queixas;.....

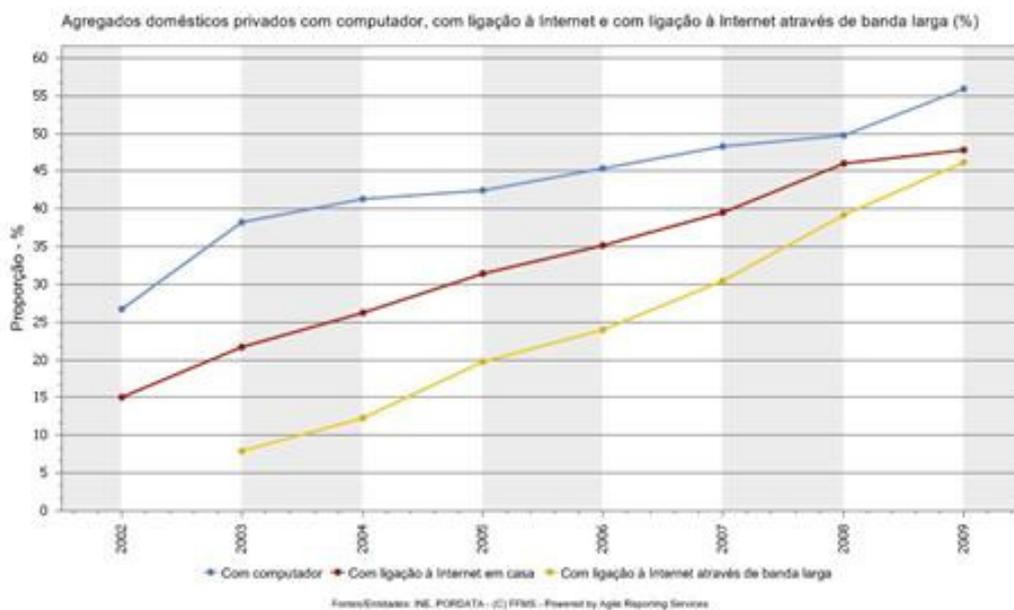
----- f. Pedidos de marcação de reuniões com serviços, chefias ou membros do executivo.

----- 3. Os pedidos e requerimentos apresentados através do balcão virtual devem ser prioritariamente satisfeitos, devendo reponderar-se o valor das taxas a cobrar pelos serviços prestados em suporte digital”.

----- Os Membros da Assembleia Municipal,

----- a) Subscrita por vários membros.....

----- Eu agora tinha só uns diapositivos, mas muito rapidamente, só para dar um exemplo de uma implementação de Local E-Government.



----- Isto aqui é só um gráfico que tenta demonstrar a evolução da internet e das tecnologias desde o início do nosso século, que estamos neste momento,

Balcão Virtual
Câmara Municipal de Lagos

Mapa do Site | Contactos

Bom Dia, Hoje é Sexta-feira, 26 de Fevereiro de 2010



PÁGINA INICIAL | PEDIDOS ONLINE | MARCAÇÕES ONLINE | PLANOS ONLINE | DOCUMENTOS FINANCEIROS

<p>MENU</p> <ul style="list-style-type: none"> Actas Editais/Avisos/Anúncios Impressos Perguntas Frequentes Qualidade <p>Concursos</p> <ul style="list-style-type: none"> Discussão / Apreciação Pública Planos Loteamentos Urbanos Regulamentos Requerimentos 	<p>1 Certificação de serviços</p> <p>O Município de Lagos no final do mês de Fevereiro de 2010 recebe a Auditoria Externa da APCER - Associação Portuguesa de Certificação, com o objectivo de alargar o seu Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), conforme a Norma Portuguesa EN ISO 9001:2008 aos seguintes serviços:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Departamento de Planeamento Modernização e Inovação; • Departamento de Suporte Técnico e Administrativo (serviços não certificados) • Departamentos de Planeamento e Gestão Urbanística; • Divisão de Fiscalização; <p>O SGQ certifica-se a alguns serviços do Departamento</p>	<p>PEQUISA RÁPIDA</p> <input type="text"/> <p>DESTAQUES</p> <p>10/02/2010 Qualidade de Água destinada ao consumo humano - 1.ª e 2.ª Trimestres.</p> <p>10/02/2010 Subdelegação de assinatura nos colaboradores do</p>
--	---	---

Balcão Virtual
Câmara Municipal de Lagos

Mapa do Site | Contactos

Bom Dia, Hoje é Sexta-feira, 26 de Fevereiro de 2010



PÁGINA INICIAL | PEDIDOS ONLINE | MARCAÇÕES ONLINE | PLANOS ONLINE | DOCUMENTOS FINANCEIROS

<p>MENU</p> <ul style="list-style-type: none"> Pedido de Certidões Pedido de Fotocópias Pedido de Informação Serviço de Águas Reclamações/Sugestões <p>LINKAÇÕES ÚTEIS</p> <p>CAMI MUNICIPAL DE LAGOS</p> 	<p>== Pedidos Online</p> <p>Tratando-se esta secção de um verdadeiro balcão de atendimento não presencial, constitui uma mais-valia na área do atendimento, uma vez que se disponibilizam formulários electrónicos que permitem a realização dos vários pedidos indicados, sendo dispensável a deslocação dos munícipes aos serviços municipais para esse efeito.</p> <p>Proporciona-se ainda a possibilidade dos munícipes optarem por receberem os documentos solicitados em sua casa, os quais serão remetidos à cobrança.</p>	<p>PEQUISA RÁPIDA</p> <input type="text"/> <p>DESTAQUES</p> <p>10/02/2010 Qualidade de Água destinada ao consumo humano - 1.ª e 2.ª Trimestres.</p> <p>10/02/2010 Subdelegação de assinatura nos colaboradores do</p>
--	--	---



----- Isto aqui é só um exemplo de uma aplicação de Local E-Government, na Câmara Municipal de Lagos, onde os munícipes têm a possibilidade já de tratar de serviços, fazer pedidos on-line e serem respondidos com a vantagem de poderem pagar contra reembolso. Tenho dito, obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Pedidos de esclarecimento, seguidos, depois, de intervenções, sendo que a metodologia Regimental permite que quem já esgotou o seu tempo, a Mesa conceda três minutos, que há aqui já alguns Grupos que terminaram o seu tempo, pelo que a Mesa solicita pedidos de esclarecimentos sobre esta proposta de recomendação à Câmara Municipal. Não há pedidos de esclarecimento. Intervenções sobre esta questão? José Brinquete, da CDU, pediu e a Mesa naturalmente concede-lhe os três minutos.....

----- **José Brinquete** – Ora como tenho três e meio, recupero também os trinta segundos, recuperava um comentário ainda a este mapa, para dizer que estando de acordo com o que o arquitecto Ortega disse, porque tem a ver com a estratégia mais geral e com o pensar na região, eu não deixo de considerar que o facto de ter havido a correcção que houve, foi muito importante e revelou, e revelou, porque é uma batalha que foi ganha neste campeonato concreto e revelou que quando à firmeza na luta, conseguem-se objectivos e aqui a Câmara está de parabéns porque foi muito firme, movimentou-se, fez-se ouvir e teve também o nosso apoio e é isso que tem que ser a linha de trabalho para a defesa dos interesses, portanto, claro que o Plano, o PROT... ..

----- **Presidente da Mesa** – A Mesa pede que se cinja à Moção que está em debate.....

----- **José Brinquete** – Estão muito incomodados porque vocês gostavam que eu não disse-se nada mas estão..., têm pena, têm pena mas têm que me ouvir, estão muito incomodados porque o Plano

Nacional de Ordenamento do Território é um crime para o interior do País, e foram eles, os Socialistas, que aprovaram o PNPT.

----- Sobre a Moção em sí, só quero dizer que estou de acordo, acho interessantíssima, mas não posso deixar de assinalar que muitas das freguesias do Concelho ainda não têm o sinal da net, e é extremamente importante para quem lá vive, e que Bragança já estourou uns milhares de euros com uma coisa que se chamou Bragança Idade Digital e hoje não existe praticamente nada, são assuntos à parte mas vale a pena lembrar aqui, a CDU vai votar favoravelmente esta Moção.....

----- **Presidente da Mesa** – A Mesa também solicita ao Senhor Presidente de Câmara se pretende fazer uma intervenção sobre esta matéria, sobre esta Moção, tem três minutos, Senhor Presidente.

----- **Presidente da Câmara** – Obrigado, Senhor Presidente. o nosso Município tem estado de forma inquestionável, não posso, em consciência, dizer assim, no primeiro lugar, enfim, não sei em que lugar, mas está nos primeiros lugares digamos, da evolução, no âmbito das novas técnicas de informação e comunicação de entre os Municípios a nível Nacional, é inquestionável que sim, temos tido Municípios, nós visitámos alguns mas também temos alguns que visitam o nosso Município.

----- Na ultima reunião do Concelho Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses, dizia o Presidente da Associação que a Câmara, o Município de Viseu com frequência consultava o nosso site para ver as evoluções e o tipo de informação que disponibilizamos, porque o considerava uma referencia, mas não está ao nível daquilo que nós achamos ser necessário, não está, e portanto, no Plano de Actividades e Orçamento, senhores deputados, que aprovaram, enfim, há uma verba significativa, que está alocada a esta componente, da modernização da desmaterialização, modernização tecnológica, inter-acção com os cidadãos e dou-lhes nota de alguns projectos, candidaturas que apresentamos agora. Apresentámos até ao dia vinte e oito deste mês, dentro de dois dias termina, a integração das TICs dos processos de ensino, iniciámos no sector de ensino, no primeiro ciclo, queremos fechar esse processo, este ano, com os novos Centros Escolares há um avanço enorme, há Centros Escolares na área rural onde iniciámos o processo pela área rural, alguns ainda precisam de ser complementados com redes, com quadros interactivos, etc. e há um conjunto de Centros Escolares na cidade que estão ainda sem essa intervenção, portanto, este ano a nossa perspectiva é integrar com kit tecnológico a totalidade das escolas.

----- Temos uma rede de fibra óptica para integrar todos os serviços do Município, todos, estão dispersos, integrar com uma rede de fibra óptica, centralizar toda a gestão e informação num processo que envolve cerca de meio milhão de euros, queremos potenciar a eficiência interna visando a eficácia externa, digamos, no fundo queremos dar avanços importantes na relação com os cidadãos, com

investimentos também ao nível do sistema de comunicações de gestão centralizada de frota de cartografia, investindo algo como, como, e dentro do SAMA.

----- Estes processos que falei são essencialmente investimento físico, temos a parte de investimento em software, esse processo foi já adjudicado, é um processo que é feito através da Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano, num investimento de um milhão de euros, cabendo duzentos e sessenta mil ao Município, só software o restante que vai para um milhão, um milhão, vai para oitocentos e noventa e três mil, trata-se de hardware e aí daremos seguramente um avanço enorme, digamos no nosso Município a este nível, pretendendo fazê-lo, aproveitando o que existe, que a Câmara tem muito, tem por exemplo Portal Geográfico onde todos os instrumentos de planeamento estão disponíveis aos cidadãos naquilo que deve ser disponibilizado, logo que o Plano Director Municipal, a revisão, seja aprovada na Assembleia Municipal.

----- Salta imediatamente para esse Portal também, ou seja tudo que é planeamento, tudo que é orientações sobre o uso do território, o cidadão não precisa de se dirigir a nenhum técnico nem ao Presidente da Câmara nem a nenhum Vereador, para obterem a informação, pode ir para discutir e afinar processos, não para esse efeito. Além disso temos a decorrer, está a decorrer um concurso público relacionado com a reestruturação dos edifícios do Município, refazer, este avanço tecnológico pressupõe intervir na infra-estrutura física da Sede do Município, caso contrário não seria implementar um balcão único de atendimento do Município, ou seja, também pretendemos neste projecto concentrar tudo o que é Tesouraria, Serviços de Transporte, Serviços de Água, Serviços de Urbanismo. Um balcão do Cidadão trata absolutamente de tudo, com o BackOffice necessário associado e para isso é preciso investir e o Município está a dar esse implemento.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Presidente. Bom, terminadas que foram as intervenções, vamos passar à votação da Recomendação que a Mesa não tem ainda, bom, está a ser assinada. Vamos proceder à votação da proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata.

----- **Após análise e discussão foi a mesma Proposta de Recomendação submetida a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, estando momentaneamente oitenta e dois membros presentes.....**

----- **Presidente da Mesa** - Faltam apenas, seis, sete minutos para a uma da tarde, termos ainda duas inscrições, vamos pedir, também se adequa muito ao atempo disponível pelas inscrições que temos e que são do Partido Social Democrata, vamos terminar, passando já a palavra à Deputada do Partido Social Democrata, Adriana Angélico, por favor. Eu recorro ao Partido Social Democrata, que o

tempo disponível é ainda de sete minutos, vamos poder, como? O PS, sim, mas não há inscrições ainda, muito bem, faz favor, Senhora Deputada

----- **Adriana Angélica** – Apresentou, por escrito, o seguinte.

----- “ Senhor Presidente da Assembleia Municipal

----- Senhora e Senhor Secretários da Mesa

----- Senhor Presidente da Câmara Municipal

----- Senhora e Senhores Vereadores

----- Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal, *Comunicação Social, alunos da Escola Miguel Torga*

----- No início do corrente mês de Fevereiro as populações do Concelho de Bragança foram alertadas para o facto de o Governo pretender promover uma alteração ao regime e disciplina de gestão e funcionamento dos Museus Nacionais, consistindo aquela na transferência, de forma gradual e paulatina, das competências e responsabilidades pela gestão e manutenção dos Museus, actualmente a cargo do Instituto dos Museus e da Conservação, para as Câmaras Municipais.....

----- Com efeito, parece entender o Governo que as unidades museológicas com um acervo documental, artístico e patrimonial eminentemente local devem passar para a esfera de gestão e intervenção das Câmaras Municipais, procurando a administração central desresponsabilizar-se de mais uma função que assume a maior importância para o desenvolvimento cultural, económico e humano do país.

----- Ora, das notícias vindas a público e ainda não desmentidas pela tutela, pese embora a interpelação parlamentar que lhe foi dirigida pelo Partido Social Democrata, este processo de transferência parece compreender uma tramitação faseada, em que um pequeno conjunto de unidades museológicas são seleccionadas, para testar a solidez e eficácia desta opção governativa, para se alargar numa fase posterior a um maior número de museus.

----- De acordo com as informações veiculadas pela Comunicação Social, e reitero, ainda não desmentidas pelo Ministério da Cultura, o Governo parece pretender incluir neste grupo de ensaio os Museus Abade de Baçal e o Museu das Terras de Miranda.....

----- Tal facto não pode deixar de merecer da parte de todos a maior das surpresas e repúdio, porquanto estas unidades museológicas constituem verdadeiras referências no panorama museológico nacional, sendo o seu acervo patrimonial, artístico e documental da maior importância para a compreensão da história, não apenas da nossa região, mas de todo o país.

----- Criado em 1915, o Museu Abade de Baçal é herdeiro das colecções de arqueologia, numismática e mobiliário do Paço Episcopal de Bragança, mas soube crescer e merecer o legado que Abel Salazar, Trindade Coelho, Guerra Junqueiro e Família Sá Vargas lhe deixaram e em que se destaca, com particular importância a colecção de pintura que inclui obras de Abel Salazar, Malhoa e 70 desenhos de Almada Negreiros.....

----- O Museu Abade de Baçal pela diversidade e riqueza do seu espólio alcança de forma irrefutável uma dimensão nacional e mesmo transfronteiriça e não o mero interesse etnográfico local. Aliás, os investimentos realizados ao longo dos últimos anos e que atingiram os cerca de cinco milhões de euros concretizaram uma estratégia correcta de modernização e de projecção nacional e internacional desta unidade que é uma referência incontornável para todos quantos estudam de forma séria a historiografia nacional.....

----- Aliás, a posição que o Governo parece querer assumir é absolutamente contraditória com a estratégia de reforço e projecção nacional e internacional desta estrutura cultural na medida em que ainda há pouco mais de dois anos o Instituto Português de Museus, entidade que tutela o Museu Abade de Baçal propôs a respectiva candidatura ao Prémio de Museu Europeu do Ano, galardão atribuído, há trinta anos, pelo Fórum Europeu do Museu.....

----- Acresce ainda, que a contradição é ainda mais flagrante se confrontarmos esta intenção com a posição assumida no Programa do XVIII Governo Constitucional em que expressamente se afirma: “ O Governo continuará a desenvolver uma política de preservação do património histórico e cultural, como repositório de memória e instrumento de construção de identidade individual e colectiva, garantindo a valorização de património classificado e da Rede Nacional de Museus, adoptando de entre outras, [como] iniciativa o reforço dos meios materiais e humanos dos museus, arquivos e outros equipamentos de preservação e divulgação do património cultural, promovendo a tendencial cobertura territorial e a sua sustentabilidade.”

----- Senhor Presidente

----- Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal.....

----- A intenção de transferência das competências de gestão dos Museus e possível integração dos respectivos quadros de recursos humanos nos mapas de pessoal das autarquias locais é absolutamente intolerável já que constitui, não apenas, uma demissão da administração central das suas responsabilidades políticas e culturais perante esta comunidade local, como ainda uma evidente imposição do acréscimo de custos para as autarquias locais, já bastante limitadas do ponto de vista financeiro.....

----- Assim, perante as notícias divulgadas, bem como perante a ausência de clarificação por parte do Ministério da Cultura ou do Instituto Português de Museus e Conservação, não pode esta Distinta Assembleia Municipal deixar de tomar posição, procurando empreender um derradeiro esforço para que a Administração Central compreenda as razoabilidade da nossa posição e a preocupação que a incerteza induz não apenas nos órgãos autárquicos do Município de Bragança, como também da população Bragançana em geral.

----- Nestes termos, tenho a honra de propor e submeter à apreciação da Excelentíssima Assembleia Municipal de Bragança a seguinte:

----- MOÇÃO

----- Considerando que:.....

----- a) O Museu Abade de Baçal assume especial importância e relevo no contexto cultural nacional e transfronteiriço;.....

----- b) Ao Estado incumbe, nos termos do disposto no art. 73.º, n.º 3 da Constituição da República Portuguesa, promover a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural;

----- c) Incumbe ao Estado, por força do n.º 2 do art. 78.º da Constituição da República Portuguesa, promover a salvaguarda e a valorização do património cultural, tornando-o elemento vivificador da identidade cultural comum, bem como articular a política cultural com as demais políticas sectoriais;

----- d) O Programa do XVIII Governo Constitucional afirma que “ O Governo continuará a desenvolver uma política de preservação do património histórico e cultural, como repositório de memória e instrumento de construção de identidade individual e colectiva, garantindo a valorização de património classificado e da Rede Nacional de Museus, adoptando de entre outras, [como] iniciativa o reforço dos meios materiais e humanos dos museus, arquivos e outros equipamentos de preservação e divulgação do património cultural, promovendo a tendencial cobertura territorial e a sua sustentabilidade”

----- e) Foi veiculada pela Comunicação Social a informação de que constitui intenção do Ministério da Cultura a intenção de transferir para as Câmaras Municipais as competências de gestão dos Museus, bem como dos respectivos quadros de pessoal;.....

----- f) Até ao presente momento não foi divulgado qualquer desmentido ou clarificada a posição do Ministério da Cultura acerca desta intenção, nem em resposta às diligências parlamentares desenvolvidas pelo Partido Social Democrata;

----- g) O lugar de Director do Museu Abade de Baçal se encontra vago há já vários meses, agravando a suspeita gerada em torno das intenções do Ministério da Cultura acerca desta matéria;.....

----- h) O povo transmontano recusa a demissão da administração pública das respectivas responsabilidades, designadamente da gestão e investimento no património histórico e museológico do país.

----- **A Assembleia Municipal de Bragança, reunida em Sessão Ordinária, em 26 de Fevereiro de 2010, delibera:**

----- 1. Manifestar a sua recusa pela política de transferência das responsabilidades de gestão investimento da Administração Central para a Administração Local em matéria de gestão do Museu Abade de Baçal.

----- 2. Apelar ao Governo para que encete uma política de valorização e investimento no património histórico e museológico do país, designadamente nas regiões do interior.

----- 3. Apelar ao Governo para que sejam adoptadas políticas que valorizem a investigação científica e que encarem os Museus como espaços de fruição cultural, mas também de irradiação e aprofundamento do conhecimento e da cultura.

----- 4. Dar conhecimento do teor desta Moção a Sua Excelência o Primeiro-Ministro e a Sua Excelência a Ministra da Cultura.

----- 5. Dar conhecimento do teor desta deliberação dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República." *Tenho dito.*

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigada, Senhora Deputada, mas o PSD esgotou o seu tempo, pelo que fica prejudicada a intervenção do Senhor Deputado Eduardo Malhão, lamenta a Mesa tal facto, registamos a entrada desta Moção, pelo que solicitamos a quem queira proceder a pedidos de esclarecimento, que o faça. Deputado Dinis Costa. Não registamos mais nenhum pedido de esclarecimento, Senhor Deputado Dinis Costa, faz favor. Intervenção, quem quer inscrever-se para intervenção sobre a Moção? José Brinquete e Dinis Costa, ok, José Brinquete, está bem, está bem, Dinis Costa, faz favor.

----- **Dinis Costa** – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, meus caros amigos, bom dia todos. Este procedimento das Moções devia obedecer a um outro critério, que era a possibilidade de nós termos mais tempo para ler o texto, porque basicamente quase todas as Moções têm dois ou três pontos que sobre os quais toda a gente está de acordo, mas depois tem o essencial da Moção com a qual não podemos concordar. No meu caso ou no caso do Partido Socialista, há duas coisas que nós devemos ponderar, a primeira é uma

regra geral, acho que é a primeira vez que uma Assembleia Municipal discute e tenta aprovar uma Moção, rejeitando a descentralização de competências do governo central para as autarquias locais. Não me lembro, segundo, isto em termos gerais, em termos de princípio, segundo, isto é uma notícia de jornal, se nós vamos discutir, aprovar Moções relativas a notícias de jornal, não vamos fazer mais nada...-

----- **Presidente da Mesa** – O Partido Socialista tem um minuto e vinte, não tem três minutos, cuidado.

----- **Dinis Costa** – Isto para dizer duas coisas, primeiro, trata-se de uma notícia que como disse, mas as notícias não têm de ser desmentidas, têm é que ser confirmadas, as medidas do governo. Não está claro que relativamente a esta matéria, qual é a posição do governo, portanto, estamos a partir de um princípio que do meu ponto de vista é errado e o segundo princípio, é que regra geral e volto a frisar este ponto, as competências do governo possam ser descentralizadas, devem ser descentralizadas, com quanto, sejam acompanhadas da respectiva, daquilo que diz a Lei das Finanças Locais, com a respectiva orçamentação de maneira a que as autarquias locais possam desempenhar melhor as competências que nós sabemos que não são desempenhadas como dever ser pelo governo central. Esta Moção o que basicamente diz, é que a autarquia, o Município de Bragança, não quer que lhe sejam descentralizadas competências e o que eu lhe pergunto é, é isto que esta Moção quer que a Assembleia Municipal diga? É a pergunta que fica.

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** - Com que sentido? Faz favor, faz favor, faz favor... ..

----- **Nuno Reis** - É uma interpolação. Ó Senhor Presidente, eu pedia os bons ofícios da Mesa, no sentido de informar o Senhor Membro da Assembleia, Dinis Costa, de que de facto, esta posição não é assumida pelo Município de Bragança, apenas. O camarada de partido e autarca de Castelo Branco, o Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, assumiu publicamente, perante as mesmas notícias de jornal, exactamente a mesma posição, portanto, não se trata aqui de uma questão partidária ou de mera especulação, existe fundamento claro, no debate político nacional existem essas suspeitas muito fundadas na Associação Nacional de Municípios sobre esta matéria e portanto Senhor Presidente, eu gostaria de pedir os seus bons ofícios, no sentido de partilhar com o Deputado Dinis Costa, esta informação que eu acabo de lhe prestar. Muito obrigado, Senhor Presidente.

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Senhor Deputado. Bom, já ultrapassamos a uma da tarde, devíamos estar a suspender os trabalhos, mas vamos terminar este assunto, porque ainda há duas

inscrições, da CDU e do Bloco de Esquerda para intervenções sobre esta matéria, sim, sim, o Bloco de Esquerda também, também, Brinquete, faz favor.....

----- **José Brinquete** – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, eu entendo esta Moção, sobretudo no plano preventivo, de política preventiva e eu penso que antes dos males chegarem é importante defender os interesses do Concelho e claro que se liga a uma área extremamente importante que é a área cultural, mas os sinais que a Doutora Canavilhas deu, e que assume já que vai entregar um conjunto de museus, são sinais muito claros, mas não disse as condições em que os entrega, porque eu, pela minha parte, sou favorável à transferência de algumas competências, não são todas, porque senão, depois nem sequer precisamos de ter governo, se o governo transferir as competências todas, para que governo? Só para gastar dinheiro, mas acompanhadas também dos devidos meios e nada disso está garantido, e sobretudo não devemos admitir que nesta parte do território, o Ministério da Cultura se desresponsabilize dos dois museus que tem, é completamente inaceitável, hoje falamos só do de Bragança, mas os nossos vizinhos de Miranda do Douro farão muito bem se também começarem a fazer políticas preventivas e por isso este sinal que podemos dar na Assembleia, independentemente da Moção ser muito extensa e ter muitos considerando, penso que o grande sinal é de que não aceitamos que mais um serviço vá ser desresponsabilização do governo, porque os propósitos deste governo, hoje, estão claros, levam a que se privatizem e que o governo se veja livre de serviços, às vezes, que parecem impossível nunca serem..., como por exemplo as prisões, os cemitérios, quer dizer, isto é uma fúria de limpar a casa em Lisboa e isto é parecido com a nossa casa, se um dia mandarmos todas as coisas que temos em casa, fora, deixamos de habitar essa casa, portanto dá a ideia que o governo se quer ir embora para qualquer sitio, para o pólo norte ou para a Polinésia, não é? Porque está a desresponsabilizar-se de tudo, por isso eu estou completamente de acordo que do ponto de vista da política preventiva, nós dar-mos um sinal muito claro que não aceitamos se isso se vier a estar no horizonte.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor deputado. Senhor Deputado Luís Vale, do Bloco de Esquerda, faz favor.....

----- **Luís Vale** – Obrigado, Senhor Presidente, antes de mais referir que gostava também de ter tido acesso ao texto da Moção, de qualquer forma do ponto de vista político não me parece que essa descentralização, para os Municípios, dessa responsabilidade, em teoria não me parece obrigatoriamente má, de qualquer forma, isso também não poderá significar a demissão do governo, do poder central relativamente a esses espaços a esses equipamentos e portanto, parece-me também que face às tantas transformações, às tantas alterações que têm sido produzidas nos últimos anos, em

termos do Ministério da Cultura, seria importante dar-mos algum tempo para que algumas políticas fossem de facto implementadas, então, depois, poderíamos fazer um balanço muito mais racional e muito mais eficaz e portanto não votarei favoravelmente esta Moção.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Eu queria pedir ao Senhor Presidente de Câmara se também quer fazer alguma intervenção sobre esta matéria? Tem três minutos, Senhor Presidente, se entender usa-los.

----- **Presidente da Câmara** – A Câmara Municipal manifestou-se já publicamente no sentido de recusar aceitar uma transferência de competências nesta área, porque entende que o governo tem, o Estado tem funções de soberania sobre o território, das quais não pode abdicar, como foi já referido.....

----- Pergunto eu, o Museu Berardo em Lisboa vai ser entregue à Câmara Municipal de Lisboa? Seguramente que não, ainda por cima de uma agravante que é, as entradas no Museu Berardo em Lisboa são gratuitas, por uma razão muito simples, porque todo o funcionamento e despesa de funcionamento e manutenção é financiada através do Orçamento de Estado. Pergunto, qual é o financiamento para equipamentos culturais no interior através do Orçamento de Estado? É nenhum, quer dizer, são, são dois países, duas políticas, dois países de velocidades diferentes, o governo tem que assumir funções de soberania sobre o território, em última estância pode querer ter um Estado mínimo concentrado em Lisboa, esquece o resto do território, o resto do território pensa qual é a solução que pretende para si próprio, não pode ser, há funções de soberania sobre o território que tem de ser, tem que ser mantidas, seja na área da cultura, seja na área da justiça, seja na área ensino, seja na área da saúde, neste âmbito, o museu de Bragança e o museu de Miranda, mas particularmente o de Bragança, que é um museu de referência a nível Nacional, sair da rede Nacional era um erro grave, era uma perda, por melhor gestão que fosse feita a nível local, aqui a questão não é de subsidiariedade, é de soberania sobre o território.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Presidente. Vamos pedir ao Senhor Deputado Dinis Costa que nos faça regressar a proposta de recomendação aqui, a Moção à Mesa, se faz favor, e vamos passar, Senhora Deputada faz favor, muito curto.

----- **Adriana Angélica** – Eu peço desculpa, falhou aqui a nível de escrita, no ponto um, que ao pedirmos, ou ao manifestarmos a nossa não vontade para a transferência dos museus, esta transferência diz respeito em matéria de gestão do Museu Abade de Baçal, pronto, digo ainda ao Grupo Parlamentar do PS que caso queira fazer alguma alteração à Moção, estamos abertos a propostas e poderemos a qualquer momento alterar, conversando o Grupo Parlamentar do PS e do PSD, era só, obrigada.....

----- **Presidente da Mesa** – Faz favor, Senhor Deputado, acha que.....

----- **Vítor Pereira** – Bom, respondendo ao desafio que nos foi solicitado, nós dizemos, até porque o facto da Senhora Deputada nos dizer que está aberta a qualquer melhoria na proposta, então acho muito bem que a retire e que traga a uma próxima Assembleia, é tão simples como isso, até porque o Dinis já pôs o dedo na ferida, nós não podemos tomar posições sobre processos de intenções ou sobre notícias que vêm na comunicação social, parece-me um absurdo, quer dizer, e mais, já nem sequer falo na descentralização que o Dinis também aqui referiu, que quem tem que defender a regionalização e defende interesses e defesas das coisas do nordeste e agora não aceita, até porque não sabemos quais são as contrapartidas do Ministério da Cultura. O Senhor Presidente de Câmara também está a falar de cor, suponho eu, se não sabemos as contrapartidas não podemos sequer analisar uma coisa com seriedade.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Não há mais tempo, a questão que está, dirige a Mesa então depois deste desafio de facto ao Partido Social Democrata, pretende manter a Moção para discussão e para votação? Muito bem então, a Mesa vai pôr à votação a Moção apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

----- **Após análise e discussão foi a mesma Moção submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com catorze votos contra, duas abstenções e sessenta e seis votos a favor, estando momentaneamente oitenta e dois membros presentes.....**

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto? Uma declaração de voto do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, faz favor Senhor Deputado Dinis Costa. Senhor Deputado, faz favor, seja breve, por favor.....

----- **Dinis Costa** – Bem, eu quase me apetecia dizer, bem vai o governom relativamente ao qual as Moções são aprovadas nas Assembleias Municipais, é de rejeitarem intenções, que não estão concretizadas, apesar de tudo, mas rejeitar o principio geral de descentralização de competências seja em que matéria for, eu gostava que isso aqui ficasse claro, de alguma maneira, esta Assembleia, esta reunião em concreto e este ponto de ordem de trabalhos tem alguma relevância histórica, que vai ficar, relativamente ao qual vai ficar claro quais são as posições de principio de uns Grupos Municipais, relativamente a outros Grupos Municipais.

----- Eu queria aqui recordar que acabou de ser aprovada uma Moção que diz assim: “ manifestar a sua recusa pela politica de transferências das responsabilidades de gestão de investimento da Administração Central, para a administração Local”, eu queria que ficasse claro que o Grupo Municipal

do Partido socialista não se revê neste ponto, nem neste principio, pelo contrário, rejeita-o liminarmente, é essa, no fundo, a nossa declaração de voto.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Senhor Deputado do Partido Social Democrata, Nuno Reis, faz favor.....

----- **Nuno Reis** – Excelentíssimo Senhor Presidente, o meu distinto amigo deputado Dinis Costa devia estar mais atento, porque a proponente da Moção acabou de fazer uma alteração ao texto, dizendo claramente que em matéria de transferências da Administração Central para a Administração Local, prevista e consagrada no número um, não é uma recusa genérica e diz que, e fez uma emenda ao texto aqui, que deve ser contemplada na redacção final da Moção, porque assim o propôs, porque assim o propôs, o meu amigo devia ter estado mais atento, e portanto veio aqui à tribuna e disse-o, e disse-o e portanto fez uma proposta de emenda e de correcção de um erro, de um erro do texto, e portanto alargou o ..., aliás, limitou essa recusa, apenas a esta questão da gestão de transferências para o Museu Abade de Baçal.

----- E dizer finalmente o seguinte, eu acho extraordinário que hoje, é óbvio que o Partido Social Democrata se congratula com esta aprovação, que nos parece ir ao encontro daquilo que são os interesses ou a defesa dos interesses da região e dos transmontanos, mas dizer também, que acho extraordinário que o Partido Socialista que teve esta manha uma intervenção sustentada num artigo de jornal, e fez pedidos de esclarecimentos à Câmara, venha dizer que esse método não pode ser utilizado por outros, porque foi aquilo que se passou, Senhor Presidente, os artigos de jornal servem para o Partido Socialista fazer perguntas, mas não servem para o Partido Social Democrata adoptar posições políticas preventivas, que vão ao encontro da defesa dos interesses dos transmontanos. Disse, Senhor Presidente, muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, damos por terminada a sessão da manhã, retomamos os trabalhos, são..., às catorze e trinta, ok? Muito obrigado.

----- **INTERVALO PARA ALMOÇO - NESTE PONTO DA AGENDA DE TRABALHOS FOI INTERROMPIDA A SESSÃO, TENDO-SE REINICIADO NOVAMENTE, DEPOIS DE VERIFICADA A EXISTÊNCIA DE QUÓRUM, CERCA DAS CATORZE HORAS E TRINTA MINUTOS.**

----- **Presidente da Mesa** – Senhores Deputados, façam o favor de tomar os lugares. Vamos dar início aos trabalhos, senhores Deputados, com a seguinte ressalva. Senhores Deputados, vamos dar início aos trabalhos, com a seguinte ressalva, tínhamos pedido a todos para estarmos aqui às duas e meia da tarde, o Senhor Presidente da Câmara e o vosso Presidente da Assembleia Municipal e os Membros da Mesa estavam aqui à hora, às duas e meia, também o Luis Vale, estava aqui..., o que se

passou com vocês para chegarem às três e um quarto? Vamos lá ver se da próxima vez se somos mais pontuais, hoje a agenda é um bocado longa, bom, vamos dar então continuidade aos trabalhos, tínhamos terminado com a votação de uma Moção e, com licença, aqui uma ajuda para a cábula, vamos para o ponto.....

PONTO 4.2 – DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE AS SEGUINTE PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA:

PONTO 4.2.1- ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA TRATAMENTO DE ÁGUAS;.....

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.....

“CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e oito de Dezembro do ano de dois mil e nove, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, Maria Salomé Vidal Rodrigues Mina, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, José Leonel Branco Afonso e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA TRATAMENTO DE ÁGUAS

Pelo Chefe da Divisão de Saneamento Básico foi presente a seguinte proposta para a Abertura de Procedimento Concursal, para a Contratação de Serviços para Tratamento de Águas, bem como, a aprovação do Programa de Concurso e Caderno de Encargos, que se anexam, e a constituição do respectivo Júri do Concurso.

Por deliberação que resultou da Reunião desta Câmara Municipal, realizada em 12 de Novembro de 2009, após ratificação do acto praticado pelo Exmo. Presidente, em 29 de Outubro de 2009, foi autorizada a renovação condicionada do contrato com a AGS, da Prestação de Serviços para Tratamento de Águas.

Tal acto inadiável, foi praticado, dado que a não tomada de decisão implicaria a renovação automática do contrato com a empresa AGS, em vigor desde Maio de 2000, pelo período adicional de cinco anos, contrariando parcialmente decisões já tomadas pelos Órgãos do Município.

O período da renovação deste contrato ficou condicionado ao prazo necessário para concretizar novo processo de contratação de serviços, considerando ainda um período adicional de 120 dias, como garantia de desmobilização dos recursos, por parte da actual prestadora de serviços. Ainda de acordo com a deliberação tomada na referida Reunião de Câmara, as peças de concurso deveriam estar concluídas até final do ano de 2009.

Assim, na sequência do anteriormente exposto, propõe-se que seja autorizada a abertura de procedimento concursal, para a contratação de serviços para tratamento de água, cujo objecto principal do mesmo é o da exploração, manutenção e conservação dos diversos sistemas de abastecimento de água potável e tratamento de águas residuais do concelho de Bragança. O preço base do concurso é de € 2 300 000 para um período de cinco anos, com possibilidade de renovação anual até ao limite de mais 5 anos, face à necessidade de garantir uma eficaz estabilidade na exploração dos sistemas de abastecimento de água e de drenagem e tratamento das águas residuais, que requerem um profundo conhecimento, por parte do adjudicatário, quer ainda para viabilizar financeiramente a amortização do investimento, a realizar em prazo razoável.

Para o efeito junto se anexa o respectivo Programa de Concurso e Caderno de Encargos.

Da presente prestação de serviço cumpre destacar as seguintes obrigações principais a assegurar pelo futuro adjudicatário:

a) Obrigação de explorar todos os sistemas dispersos de abastecimento de água e de águas residuais, bem como a ETA de Bragança e reservatórios associados e limpeza de fossas do Município de Bragança;

b) Efectuar todas as acções de manutenção preventiva de acordo com um plano anual que inclua todas as instalações do contrato;

c) Manter um espaço administrativo com o mínimo de 30 m², dentro da cidade, para sede deste contrato, desde que a empresa adjudicatária não possa dispor das instalações existentes actualmente na ETAR de Bragança, por força da separação dos contratos;

d) Preparar anualmente o PCQA (Plano de Controlo de Qualidade da Água) e proceder à respectiva aprovação, junto da entidade reguladora, sendo ainda requisito que os resultados e o cumprimento da execução do plano estejam permanentemente disponíveis, on-line;

e) Proceder ao licenciamento e renovação das descargas afectas aos sistemas de tratamento de águas residuais (ETAR), ficando para tal obrigada à realização dos trabalhos que se revelarem necessários;

f) Fornecimento e instalação de sistema de desinfecção eléctrica. (Referência: 8 Sistemas Independentes a incorporar no decurso da prestação de serviços);

g) Fornecimento e instalação de sistema de desinfecção gravíticos. (Referência: 3 Sistemas Independentes a incorporar no decurso da prestação de serviços);

h) Fornecimento e instalação de sistemas de medição de cloro contínuo nos diversos sistemas independentes, incluindo alimentação eléctrica necessária. (Referência: 10 Sistemas Independentes);

i) Fornecimento e instalação de sistema de correcção de pH eléctricos e desferrizadores, nos sistemas dispersos que ainda não possuem este equipamento, incluindo alimentação eléctrica necessária. (Referência: 5 Sistemas para correcção de pH e 3 desferrizadores);

j) Proceder à instalação de mecanismos de medição de caudais nos sistemas dispersos, incluindo alimentação eléctrica necessária, sendo obrigatórios contadores volumétricos com telecontagem ligados a um servidor central, colocado no Município de Bragança (incluindo software e hardware), também a fornecer pelo adjudicatário, incluindo os reservatórios da cidade. (Referência: 117 Sistemas Independentes);

l) Fornecimento, instalação e manutenção de sistemas de televigilâncias, incluindo alimentação eléctrica, em reservatórios, ETAR's, Estações Elevatórias. (Referência:150 televigilâncias);

m) Criar, distribuir e afixar painéis publicitários (referência: 25 unidades/ano), brochuras e outros documentos de cariz pedagógico e informativo (referência: 5 modelos/ano), elaborar um boletim trimestral (entre outros assuntos com dados da qualidade da água), realizar documentários periódicos em DVD, descritivos das instalações, tarefas, e rotinas de operação e outros (referência: duas unidades/ano), criar jogos temáticos pedagógicos e participar em acções de esclarecimento e pedagógicas (referência: um jogo/ano);

n) Fornecimento e instalação de tamisadores ou mecanismos mecânicos de remoção de gradados nas ETAR's do concelho, bem como mecanismos de contagem de caudal incluído todos os trabalhos necessários à sua instalação e bom funcionamento, investimento a realizar durante os dois primeiros anos do contrato. (Referência: 10 tamisadores para ETAR's Compactas e 30 caudalímetros para ETAR's compactas).

Tratando-se de um procedimento concursal, tendo em vista a aquisição de serviços por um período de cinco anos, o mesmo exige despesa corrente de dotação financeira para os anos de 2010 a 2015. Assim, nos termos do previsto na alínea f) do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, e n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/1999, de 8 de Junho, a abertura de procedimento concursal requer a autorização da Exma. Assembleia Municipal, Órgão com

competência, também, para aprovar, o Programa de Concurso, Caderno de Encargos e a constituição do respectivo Júri de concurso, para o qual se apresenta a seguinte proposta::

Presidente do Júri:

- Rui Afonso Cepeda Caseiro: Vice-Presidente da Câmara Municipal.

Vogais Efectivos:

- João Carlos Garcia Rodrigues Praça: Chefe da Divisão de Saneamento Básico; e,

- Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro: Chefe da Divisão Financeira.

Vogais Suplentes:

- João Oura Vaz: Técnico Superior.

- Luísa Maria Parreira Barata: Chefe da Divisão Administrativa.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a Abertura do Concurso Público Internacional, Programa de Concurso, Caderno de Encargos e respectivo Júri.

Mais foi deliberado, por unanimidade, tratando-se de um procedimento concursal, com vista à aquisição de serviços por um período de cinco anos, 2010 a 2015, submeter à autorização da Assembleia Municipal, a Abertura do Concurso Público Internacional, o Programa de Concurso e Caderno de Encargos, bem como aprovar a constituição do respectivo Júri do concurso, nos termos do previsto na alínea f) do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/1999, de 08 de Junho.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 02 de Fevereiro de 2010.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

----- **Presidente da Mesa** - Tem a palavra o Senhor Presidente de Câmara para explicar aos Deputados, a matéria que está agora em discussão.....

----- **Presidente da Câmara** – Boa tarde para todos, foi da Certidão da Reunião da Câmara que consta o objecto e o fundamento relativo à abertura de Concurso Público Internacional para Aquisição de Serviços para Exploração, Manutenção e Conservação de Sistemas de Abastecimento de Água Potável e Tratamento de Águas Residuais, através de Concurso Público Internacional. Dando a despesa lugar a encargo orçamental para o ano de dois mil e dez a dois mil e quinze, a autorização é do Órgão

Deliberativo, o preço base de concurso é dois milhões e trezentos mil euros, inclui a prestação de serviços e os necessários investimentos associados à manutenção, conservação e modernização dos sistemas. O processo que foi apresentado inclui programa de concurso, procedimento que se rege pelo Código de Contratos Públicos, Decreto-Lei dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de Janeiro. No Caderno de Encargos são definidas as obrigações contratuais, penalidades contratuais, resolução, caução, seguros, resolução de litígio e integra como anexos, anexo um, as condições técnicas, anexo dois, designada por Acordo Técnico de Sistemas, para o Sistema de Drenagem de Águas de Abastecimento, ETA e reservatórios associados, cento e doze sistemas independentes que incluem sistemas com desinfecção eléctrica e sistemas com desinfecção gravítica, e a caracterização dos sistemas de drenagem de água residuais que incluem setenta e três unidades, uma mini ETAR, trinta ETARs compactas, três estações elevatórias, duas fossas sépticas, dez fossas sépticas com filtro biológico. É esta a matéria que está para apreciação dos Senhores Deputados.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Presidente. Pedidos de esclarecimento? Luís Pires, do Partido Socialista, faz favor.....

----- **Luís Pires** – Bom, muito boa tarde a todos. Apenas uma pergunta muito simples ao Senhor Presidente. A Certidão refere que foi realizada uma renovação condicionada, e que foi realizada precisamente porque se tal não fosse feito, iria ser de uma forma automática, renovado o contrato por mais cinco anos com a AGS.

----- A pergunta que eu gostaria de lhe colocar, é se a cautela na renovação é feita porque a Lei assim o impõe e tem que se abrir concurso para que haja a possibilidade de haver novos operadores que possam ser contratados, ou se a Câmara não está satisfeita com o trabalho que tem realizado a empresa AGS. É só.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, não houve mais pedidos de esclarecimentos. Senhor Presidente, se pretender então responder à questão.

----- **Presidente da Câmara** – A Câmara está satisfeita com os serviços prestados, tem funcionado com absoluto cumprimento dos termos contratuais, no entanto, o sistema em alta de esgotos, está condicionado à ATMAD e a ATMAD quer poder dispor, digamos, da oportunidade de fazer a exploração nos termos em que entender e portanto, nós teríamos obrigatoriamente para não prejudicar os acordos que o Município tem, que fazer essa renovação condicionada e evitar a renovação automática.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Presidente. Intervenções? A Mesa regista desde já uma intervenção, um pedido de intervenção do Partido socialista, do Movimento Sempre Presente e do Partido Social Democrata. Senhor Deputado Luis Filipe, faz favor.

----- **Luis Filipe** – Antes de entrar propriamente neste ponto eu queria voltar ao tema que aqui me trouxe de manhã, e rapidamente e está relacionado porque também mete água, as respostas que o Senhor Presidente da Câmara disse, e penso que foi um pouco pela questão burocrática, que neste momento terá que ser resolvida, o que está em relação ao licenciamento. Depois há duas questões que não focou, que foi a questão do licenciamento daquela casa, que eu referi, e outra questão também, que me parece que a Câmara devia agido já, não era difícil, porque o problema foi logo equacionado, onde estava a origem, uma máquina retro, em dois, três dias tinha resolvido o problema, que era estancar aquilo que está a acontecer hoje. Sabemos que foi o açude a montante que foi assoreado, tinha que ser novamente reposta a linha de água no anterior canal da mina, isso não era difícil, isso não é difícil, Senhor Presidente, e era urgente, porque continua com a continuada precipitação que tem havido, continua a ocorrer, portanto, a cedência da escombreira e parece-me que mesmo sem resolver quem tem a culpa no cartório, que depois poderia ser imputada à posterior, a Câmara, conjuntamente com outras entidades iria... ..

----- **Presidente da Mesa** – Senhor Deputado, cinja-se ao tema, faz favor, peço desculpa mas... exactamente.

----- **Luís Filipe** – Estamos a meter água, não sei quem, mas... em relação ao tema em si, não há duvida, portanto, o que aqui temos é um documento emana da Lei e este contrato é nitidamente com base naquilo que a Lei estipula e que terá que ser posto a concurso, agora há aqui algumas questões que estão relacionadas com isto e que urge também resolver e porque estão aqui também os Senhores Presidentes de Junta, devem também, penso eu, ter alguma voz activa nesta questão. Continuamos aqui, temos um contrato que vai tratar a água no Concelho. E temos aqui dois sistemas que nos propõem, um sistema eléctrico e um sistema gravítico de desinfecção. Não há duvida que o sistema eléctrico é muito mais fiável e conduz, não digo a uma total desinfecção e potabilidade da água, mas oferece outras condições, o gravítico que é aquilo que eu chamo, pinga/pinga, é um sistema rudimentar, é um sistema que se utiliza mas que tanto cloro manda para o deposito, quer o deposito esteja cheio, quer o deposito esteja vazio, portanto não há um controle efectivo do caudal de cloro que é emanado. Continuamos a ter sistemas e reparam, continuamos a ter sistemas em freguesias que neste momento estão a pagar a água, onde a qualidade continua a ser duvidosa.

----- Sei que já aqui tivemos outras discussões acérrimas sobre esta questão e eu continuo a dizer, por exemplo, eu vou focar uma freguesia que é aquela que conheço melhor, onde de há um mês para cá, tive problemas sérios, porque, por exemplo, Paradinha Nova tem dois sistemas de abastecimento, onde, para surpresa minha, vejo aqui que vai ter um sistema de desinfecção eléctrico, mas já volta a

essa questão, mas tem também outro sistema que não passa neste sistema de desinfecção, que, na semana passada, turvou com esta decorrência e as pessoas estão a servir-se daquela água e estão a pagá-la, portanto, há aqui algo que é preciso corrigir e que é preciso uma intervenção rápida da parte da Câmara.....

----- Em relação a esta questão que agora está aí, principalmente no sul do Concelho, foi feito agora um sistema completo de tubagens onde foram construídos já esses sistemas de desinfecção eléctricos, na Paradinha Nova tem um, aparece aqui já como um sistema que vai ser operado pela Câmara, ora, que eu saiba, aquilo foi feito pelas Águas de Trás-os-Montes. Senhor Presidente, diga-nos em que estado está, neste momento, esse tal protocolo, se existe já em baixa com as Águas de Trás-os-Montes, porque é que a Câmara vai utilizar já um equipamento que é das Águas de Trás-os-Montes, já houve acordo? Portanto é essa a questão que eu deixo, porque se já há acordo com as Águas de Trás-os-Montes em baixa, algo existe que nós não conhecemos, portanto e a Paradinha Nova para ter um sistema de desinfecção eléctrico, só com o sistema das Águas de Trás-os-Montes é que o podem, porque foram eles que fizeram aquilo, que eu saiba.....

----- E para já, tinha aqui mais uma nota ou duas, não vale a pena dizer.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Agora, o Senhor Deputado do Movimento Sempre Presente, Agostinho.....

----- **Agostinho Diz** – Cumprimento a todos, começando em especial por Sua Excelência o Presidente da Mesa da Assembleia, os restantes Membros, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vereador, Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta também.....

----- Desculpem o meu nervosismo porque é, não estou habituado a estas andanças mas, eu fiquei deveras impressionado com a forma atempada como recebi o material para preparar esta Assembleia e gostei do suporte, gostei do suporte, mas eu vou ler agora que é para não perder o fio à meada que é, é um pequeno senão, um cd com setecentos megas, para suportar mil e dezassete kapabytes, em formato doc.x, que é um formato, é próprio da Microsoft Office, versão doze, mais conhecida por Office dois mil e sete, que a maioria dos presentes, seguramente não leu, não consegui ver, nem como conseguir abordar o tema, porque esta versão nem é compatível com openOffice, código aberto, ou a versão doze, perdão, onze do Microsoft Office de dois mil e três, mais conhecido por Office dois mil e três. ---

----- Senhor Presidente sempre que enviar documentos em formato digital, envio também o programa de leitura, de preferência auto executável, e em formato de difícil adulteração, por exemplo

pdf. O suporte digital deve ser gravado a laser com, logótipos de heráldica, heráldicos do Município, por forma, a não suscitar dúvidas sobre a origem ou a autenticidade do suporte e conteúdo.

----- Senhor Presidente deve desculpas a todos os Membros desta Assembleia, não só pela forma pouco cuidada da informação distribuída, mas também pelos conteúdos paralelos constantes em um dos documentos, o ficheiro, programa de concurso, ??? fase dois, passo a explicar ditando o conteúdo do documento, perdão, do CD “ Autores - Vota não à regionalização! Sim ao reforço do Municipalismo! Assunto – João Jardim x8?! Porra! Vota não, perdão, dia oito vota não! Comentários – A regionalização é um erro colossal empresa – Câmara Municipal de Bragança”. Por todos estes factos, o Grupo Municipal do Movimento Sempre Presente XIII, manifesta o seu desagrado e exige um pedido de desculpas a todos os Membros desta Assembleia. Terminei.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Julgo que..., pois, o Senhor Deputado estava a fala..., o microfone está ligado, o que acontece é que o Senhor Deputado estava a falar longe do microfone, pede-se aos Senhores Deputados... é, houve aqui um lapsosinho, mas foi da parte do Senhor Deputado que ficou a falar um pouco afastado do microfone, isso prejudicou talvez a audição, solicitamos aos Senhores Deputados que... é, mas os meios, os meios estão funcionais e operacionais, agora se nos afastamos do microfone é que pode haver algumas dificuldades. Bom, muito bem, vamos então dar continuidade aos trabalhos e depois haverá as necessárias explicações. Senhor Deputado Joaquim Queiroz, do Partido Social Democrata, faz favor. Peço, antes da intervenção do Senhor Deputado, não entendo porquê, mas vocês estão a falar muito alto, peço que haja moderação na sala, também isto se aplica ao Senhor Deputado Pires, do Partido Socialista, que está a falar muito alto, perturbando a restante sala. Senhor Deputado, faz favor de usar a sua palavra.....

----- **Joaquim Queiroz** – Muito obrigado, vamos tentar deitar um bocadinho de água na fervura, Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas da Assembleia. O Executivo da Câmara Municipal de Bragança apresenta a esta Assembleia, para deliberação, a proposta de aquisição de serviços para tratamento de águas, período de dois mil e dez, dois mil e quinze, com o adicional de cinco anos, através da abertura de um concurso público internacional, em face do respectivo valor base, no montante de dois milhões e trezentos mil euros. Trata-se de um investimentos anual que ronda os quatrocentos e sessenta mil euros, perfeitamente justificável e que vem na linha da actuação dos últimos Executivos Municipais, os quais imprimiram uma nova dinâmica no sector tão importante como é o do abastecimento de água à população do Concelho de Bragança.

----- De facto, na década de dois mil a dois mil e nove, o abastecimento de água à Cidade de Bragança, Vila de Izeda e restantes localidades da área rural foi encarado como um desígnio Municipal pelos Executivos liderados pelo Senhor Engenheiro, Jorge Nunes, verificando-se um investimento muito significativo em infra-estruturas, parte realizado directamente, outro através da ATMAD - Empresas de Água de Trás-os-Montes e Alto Douro. Neste âmbito merecem destaque obras relevantes, o aumento de capacidade do reservatório da Mãe D'Água, a construção de novas adutoras, a renovação das antigas condutas de fibrocimento, a colocação no exterior das habitações dos respectivos contadores de água, exemplo de um conjunto significativo de medidas de reconhecida importância, na salvaguarda das necessidades básicas de água, para a população do Concelho, situação que será melhorada definitivamente com a construção da barragem de Veiguinhas.

----- Mas a gestão de tão importante recurso para a vida dos cidadãos, obrigou a que a Câmara Municipal, a par do investimento realizada, tomasse a decisão de contratualizar e proceder à facturação da água, em todas as localidades do Concelho, para tanto estabelecendo protocolos de colaboração com todas as Juntas de Freguesia, medida tomada em Reunião de Câmara, de treze de Março de dois mil e seis. Actualmente cerca de oitenta por cento das localidades encontram-se já protocoladas, contribuindo assim e bem, para a preservação de um bem que é de todos e que a todos pertence. Tão importante decisão para além de socialmente justa, vir-se-ia revelar fulcral no controle dos gastos e na gestão das reservas de água para consumo humano. De um consumo médio mensal, em dois mil e dois, cerca de dezasseis metros cúbicos, na área rural, passou-se hoje, para um valor inferior a oito metros cúbicos, o que confere uma redução superior a cinquenta por cento, do inicial. Assim, muito embora se tenha verificado um aumento do número de consumidores, verificou-se concomitantemente um menor consumo, conseqüentemente menores gastos, maior poupança e maior disponibilidade para fazer face a períodos de seca, dos quais não nos lembramos quando sujeitos a valores de pluviosidade como aqueles que temos vivido nas ultimas semanas. Caros colegas Deputados, quem como eu teve a oportunidade de se dedicar à realização de um estudo sobre a qualidade da água que era disponibilizada à população de Bragança, no final dos anos noventa, sente um enorme regozijo em relação aos valores agora alcançados, reflexo da evolução almejada pelo investimento feio com retorno inestimável em qualidade de vida para as populações do nosso Concelho. Dados por mim compilados, para o ano de mil novecentos e noventa e oito, voavam um índice de qualidade da água, na ordem dos oitenta e cinco por cento, o que não sendo, enfim, um bom desempenho, eras um desempenho aceitável, mas embora, bastante atrás da média Nacional. Hoje, segundo os dados independentes do IRAR - Instituto Regulador da Água e Resíduos, referentes ao ano

de dois mil e nove, a melhoria foi de cerca de treze por cento, presentemente o Concelho de Bragança, tem água com índice de qualidade de noventa e oito por cento, valor bem acima da média Nacional. Este é um bom exemplo do bom trabalho realizado pelos últimos Executivos Municipais do Partido Social Democrata, à frente da Câmara Municipal de Bragança. Vamos pois, continuar a dar condições para que este Executivo Autárquico possa continuar a trabalhar, votando favoravelmente esta proposta, aliás, à semelhança do que fez de forma inteligente, todo o executivo Municipal, na Reunião Ordinária de Câmara do passado dia vinte e oito de Dezembro de dois mil e nove, desta forma, estarão criadas condições para continuar a oferecer água de muita boa qualidade aos munícipes de Bragança, reforçando ainda a componente pedagógica que irá, estou certo disso, melhorar a responsabilidade social de todos nós na utilização deste recurso caro, mas imprescindível à vida do homem e dos restantes seres vivos. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Senhor Deputado, não sei se o Senhor Presidente quer responder alguma das questões que foram formuladas?.....

----- **Presidente da Câmara** – Bom, não vou dar importância ao CD mas vou falar sobre ele, mas quero dar, falar de outras coisas que me parecem tão importantes associadas a este processo, seguramente que outras questões poderão ser, outras questões poderão ser levantadas e estou, responderei às mesmas. Quero salientar que, tem a ver com uma pergunta feita pelo Brinquete de manha, Senhor Deputado e é oportuno neste momento informar a Assembleia neste ponto, a Câmara Municipal não assinou protocolo nenhum relativamente às baixas e manifestou a sua indisponibilidade para o fazer, isso a mim, isso politicamente, ponto arrumado. Também não tem conhecimento da instalação de nenhum sistema eléctrico de tratamento de águas no reservatório de Paradinha Nova, por a ATMAR não estar autorizada para esse efeito, pois é, a empreitada e a instalação de tubagens para distribuição de água à zona sul sob poente do Concelho, sistema que, enfim, visa integrar a distribuição a todo o Município a partir do Alto sabor, quando construída a segunda barragem, enfim, e não está absolutamente mais nada feito, digamos, autorizada à ATMAD fazer e isso corresponde ao sistema em alta, portanto, também ainda relativamente ao sistema de água, a Câmara não entregou o sistema de alta à ATMAD, apesar do contrato de fornecimento que têm, porque tal como já várias vezes informou a Assembleia Municipal, não, não, enquanto não estiver definitivamente resolvida a questão de Montezinho, digamos, da reserva de água estratégica ou barragem, como lhe quiserem chamar, qualquer que seja o nome que ajude a viabilizar essa situação, enquanto essa situação não estiver resolvida, o Município não, não entrega, não permite, digamos, a concretização do contrato que assinou em alta com a ATMAD, portanto a questão da baixa é uma questão definitivamente, está

assumido, está dito, arrumado. A questão da, assim, da informação que foi enviada aos Senhores Deputados, eu, os documentos de programas de concurso que de cadernos de encargos, todos eles são, nós, o Município hoje utiliza uma plataforma electrónica, pela deforma Vortal.gov, e todas as aquisições são feitas por essa via, tivemos em tempo a necessidade e a oportunidade de ajudar os nossos fornecedores e prestadores de serviços mais correntes, ajudá-los a familiarizarem-se com o procedimento para não perderem a oportunidade de concorrerem aos concursos e portanto, tudo que vai para a plataforma, antes de ser colocada, é assinada em suporte físico em papel por mim, e portanto esse é o documento com carimbo original numerado, é o documento de referencia, se à qualquer referencia adicional no CD, é uma referencia que tem a ver com o erro contido por algum funcionário, algum trabalhador do Município, naturalmente nós vamos apurar essa situação, é aquilo que nos compete fazer, enfim, neste momento não posso dizer mais nada, tudo o que disser para além disso, são banalidades. A outra nota é para o Senhor Deputado, enfim, valha-me Deus, assim, receberam a informação com bastante antecedência, se utilizasse alguma dessa energia para se dirigir aos serviços, os serviços teriam, têm serviços de informática capaz de ajudar a resolver um problema, caso o tivessem criado, se é que o criaram, pronto, esta é a minha duvida, portanto não posso estar de facto, não vou pedir desculpa por isso neste, garanto porque, não entendo a razão de ter que o fazer, só por essa razão, caso contrário fá-lo-ia de forma como me competia faze-lo se houvesse razões fundamentadas e evidentes para o efeito. Se o formato dificultou a abertura em que enviaram, dificultou a abertura, não sei qual é, assim, não sou um especialista na área, a Câmara tem especialistas, imediatamente deviam contactar os serviços da Assembleia ou directamente a Câmara, alertar disso e não fazer disso uma cavalo de batalha para vir aqui, como se o Presidente da Câmara, eu confesso, não sou especialista em informática, utilizo a informática, nem quero ser, como não sou especialista em direito, não sou especialista em engenharia, nem urbanismo nem coisa que o valha, não se pode pedir a um Presidente de Câmara, a nenhum Presidente de Câmara no País, que seja especialista em todas as matérias que o Município trata, têm que ter paciência, têm que compreender a razoabilidade das coisas.

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Senhor Presidente. Posto isto, pedido de esclarecimento? Faz favor, Senhor Deputado, mas quero-lhe lembrar ao Senhor Deputado, enquanto se dirige, que o pedido de esclarecimento já aconteceu num momento anterior. Faz favor, Senhor Deputado.....

----- **Luis Filipe** – O esclarecimento que ele deu, eu fiquei com dúvidas. Acabou de esclarecer algo que não está correcto e pronto, e o que é ao seu dono, eu não tive qualquer problema, eu não tive qualquer problema em posso? Em abrir o CD, abri o CD, sem qualquer problema e li a documentação

que está lá., então à algo que não está correcto, porque na, nos dois quadros que tem no CD, dos sistemas eléctricos e gravíticos, a Paradinha Nova aparece como sistema eléctrico e que eu saiba, não, aparece já nos existentes, foi a minha duvida que, e eu como conheço só a casota que fez a ATMAD, pensei que já tinham feito a ligação e que havia aqui já algo que não estava correcto, portanto, nesse quadro está a Paradinha Nova como,... e disse novo, novo, aliás disse, sistema eléctrico “novo”, ora se é novo, está a funcionar e como, e como foi feito uma baixada eléctrica a semana passada para lá, eu pensei, pronto, à aqui mistura de águas e pretendíamos separá-las.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Vamos proceder à votação, sob a proposta remetida pela Câmara Municipal, para autorização de abertura de Concurso Público Internacional, o Programa de Concurso e Caderno de Encargos para Aquisição de Serviços para Tratamento de Águas.

----- **Após análise e discussão foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, estando momentaneamente oitenta e cinco membros presentes.....**

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto? A Mesa não regista nenhuma intenção de participação em declaração de voto.

----- Então passamos ao ponto seguinte,.....

PONTO 4.2.2 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGANÇA E A JUNTA DE FREGUESIA DE RIO DE ONOR – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS RELATIVA À GESTÃO DO PARQUE DE CAMPISMO RURAL DE RIO DE ONOR;.....

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.....

“CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia oito de Fevereiro do ano de dois mil e dez, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, Maria Salomé Vidal Rodrigues Mina, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGANÇA E A JUNTA DE FREGUESIA DE RIO DE ONOR – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS RELATIVA À GESTÃO DO PARQUE DE CAMPISMO RURAL DE RIO DE ONOR

Pelo Departamento Sócio Cultural foi presente a proposta de Protocolo de Colaboração, que a seguir se transcreve:

“Considerando que, o Parque de Campismo Rural de Rio de Onor propriedade do Município de Bragança, é uma mais-valia para a promoção do turismo no Concelho, pelo facto de se localizar numa aldeia de referência no Parque Natural de Montesinho, situando-se em local bastante aprazível e muito convidativo para os campistas, para além de disponibilizar um conjunto de instalações com elevada qualidade;

Considerando que, é convicção desta Câmara Municipal, que as Juntas de Freguesia podem, localmente, garantir a prestação de serviços de uma forma mais rápida e eficaz, e com maior racionalização de custos;

Considerando que, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, os Municípios dispõem de atribuições no domínio dos tempos livres e desporto e que de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 21.º da citada Lei, é competência dos órgãos do Município, o planeamento, a gestão e a realização de investimentos públicos nos parques de campismo de interesse municipal;

Considerando por último o disposto no n.º 1 do artigo 66.º (Competências delegáveis nas Freguesias), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e nos termos da alínea c) do n.º 1, do artigo 64.º, conjugado com a alínea s) do n.º 2 do artigo 53.º, da citada Lei, pode a Câmara Municipal de Bragança, delegar a competência relativa à gestão do Parque de Campismo Rural de Rio de Onor na Junta de Freguesia de Rio de Onor, mediante celebração de Protocolo de Cooperação.

Assim, entre:

O Município de Bragança, Pessoa Colectiva n.º 506 215 547, representado pelo seu Presidente, Eng.º António Jorge Nunes, qualidade em que outorga, conforme poderes que lhe foram conferidos por Lei, doravante designado por MB; e,

A Junta de Freguesia de Rio de Onor, Pessoa Colectiva n.º 680 031 332, representada pelo seu Presidente, António José Preto, qualidade em que outorga, conforme poderes que lhe foram conferidos por Lei, doravante designada por JFRO

Ambos celebram o presente Protocolo de Colaboração, livremente e de boa fé, o qual se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1.ª

Objectivos

1. O presente Protocolo de Colaboração tem por objecto a delegação de competências da Câmara Municipal de Bragança na Junta de Freguesia de Rio de Onor, relativa à gestão do Parque de Campismo Rural de Rio de Onor, doravante designado de Parque de Campismo, que irá incidir sobre as actividades seguintes:

- a) Administrar o Parque de Campismo e respectivas instalações (local de recepção do parque; posto de primeiros socorros; instalações sanitárias; bar e minimercado; lavadouros de roupa e louça);
- b) Executar as medidas necessárias ao bom funcionamento dessas instalações, adoptando as que se tornem indispensáveis à boa conservação das mesmas e à manutenção das suas condições higieno- sanitárias.

Cláusula 2.ª

Duração do Protocolo

Sem prejuízo de eventual revisão por acordo entre as partes, o presente Protocolo de Colaboração, produzirá efeitos após a assinatura dos intervenientes, mantendo-se em vigor, durante o período de tempo que ambas as partes considerem por conveniente, tendo por limite máximo os mandatos dos órgãos autárquicos.

Cláusula 3.ª

Direitos e obrigações das partes

1. Compete ao MB:

- a) Acompanhar e fiscalizar as actividades a executar pela JFRO, nos termos da cláusula 1.ª, do presente Protocolo de Colaboração;
- b) Assegurar o apoio técnico, quando solicitado pela JFRO.

2. Compete à JFRO:

- a) O exercício das actividades, bem como assegurar a utilização/ funcionamento e a conservação das instalações enumeradas na cláusula 1.ª do presente Protocolo de Colaboração;
- b) A cobrança de receitas provenientes do exercício da competência delegada, em conformidade com o previsto no Regulamento Interno do Parque de Campismo Rural de Rio de Onor;

c) A elaboração de relatórios de controlo (discriminação das despesas e receitas), correspondente ao exercício da competência delegada, e entrega anualmente ao MB, para conhecimento.

Cláusula 4.ª

Outras obrigações

Relativamente à possibilidade da concessão de exploração do Parque de Campismo, obriga-se a JFRO a informar antecipadamente o MB, da abertura do procedimento concursal previsto nos termos da Lei, comprometendo-se este, a prestar o respectivo apoio técnico no desenvolvimento do procedimento concursal.

Cláusula 5.ª

Comparticipações financeiras

As participações financeiras devidas pelo MB serão transferidas com a apresentação do relatório referenciado na alínea c) do n.º 2 da cláusula 3.ª.

Cláusula 6.ª

Dotação orçamental

As verbas necessárias à execução da competência delegada a transferir de acordo com o presente Protocolo de Cooperação, estão dotadas no Orçamento do Município de Bragança, para o ano económico de 2010.

Cláusula 7.ª

Denúncia

O presente Protocolo de Colaboração, pode ser denunciado por qualquer uma das partes, quando tal justifique em razão de circunstâncias de interesse público devidamente fundamentadas.

Cláusula 8.ª

Dúvidas e omissões

As dúvidas resultantes da interpretação ou execução do presente Protocolo de Colaboração, bem como, as omissões que se torne necessário suprir, serão resolvidas por acordo entre as partes.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, aprovar, o referido Protocolo de Colaboração.

Mais foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, nos termos da alínea c) do n.º 6 do artigo 64.º, conjugado com o disposto do n.º 1 do artigo 66.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e em conformidade com o previsto na alínea f) do n.º 1 do artigo 13.º, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 21.º, ambos

da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro e para efeitos da alínea s) do n.º 2, do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, solicitar autorização à Assembleia Municipal, para delegar a competência desta Câmara Municipal na Junta de Freguesia de Rio de Onor, relativa à gestão do Parque de Campismo Rural de Rio de Onor.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 08 de Fevereiro de 2010.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

----- **Presidente da Mesa** - Senhor Presidente da Câmara, faça favor, disponha do tempo para esclarecimento à Assembleia, sobre esta matéria. É? Bom, então abrimos, o Senhor Presidente de Câmara está disponível para responder aos esclarecimentos. Pedidos de esclarecimentos sobre esta matéria? Registamos um pedido de esclarecimento do José Brinquete, da CDU, do CDS/PP, de Guedes de Almeida, mais nenhum, José Brinquete, faz favor.

----- **José Brinquete** – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, boa tarde a todos, eu para vos ser sincero, o que gostava era de propor que este chamado Parque de Campismo de Rio de Onor, fosse transformado em Parque de merendas, porque sou daqueles que nunca considerei que aquilo era um verdadeiro Parque de Campismo, da medida em que tem uma inclinação do grau dez ou do grau quinze, não sei bem, em alguns sítios, e eu imagino-me a mim um dia acampar lá, posso acordar na estrada cá em baixo. É quase, tem sítios que é assim, senhor doutor, tem que lá ir ver, para ver como é. Depois é a exposição ao sol é aquela que todos sabemos, praticamente nem o nascer do sol lá dá, porque o sol nasce.....

----- **Presidente da Mesa** – Peço silêncio na sala, o Senhor deputado, está no uso da palavra, peço a compreensão e uma atitude de educação, por parte dos Senhores Deputados, queiram fazer o favor de fazer silêncio, enquanto o Senhor Deputado, está no uso da palavra, peço desculpa, senhor Deputado, pode continuar.

----- **José Brinquete** – Obrigado, Senhor Presidente. Portanto o sol nasce e tem dificuldade em penetrar, porque nesse momento até podia incidir no parque, mas os castanheiros que de resto são muito bonitos, e imponentes, não permitem que o sol penetre naquele parque, e a partir das onze da manhã, têm a montanha na frente, portanto, é contraproducente a instalação ali de uma parque por essas razões e por isso, é só para justificar, que o meu desejo era que aquilo fosse imediatamente transformado, em parque de merendas, mas como não é isso que está em discussão, eu queria fazer

duas perguntas, uma ao Senhor Presidente da Câmara e outra ao Senhor Presidente da Junta de Rio de Onor, está ali, já estou a ver. Ó senhor Presidente da Câmara, quero perguntar, ou pretendo perguntar, se o parque está licenciado, dentro das regras em vigor. Ao Senhor Presidente da Junta, gostava que nos desse aqui o testemunho se a Junta de Freguesia tem condições de administrar aquele parque com as condições que exigem um verdadeiro Parque de Campismo e também, porque é numa das aldeias mais emblemáticas do parque, para além das gentes que têm, onde eu tenho muitos amigos também, mas isso importa pouco, é se efectivamente a Junta com a experiência que tem nestes anos, se sente em condições de administrar o parque. Eu do que conheço, e peço já ao Senhor Presidente de Junta que posso não estar devidamente informado, mas do que conheço, é que o que a Junta faz, depois deste protocolo ser aqui aprovado, é entregar a exploração do parque a uma entidade privada. Portanto, a ser assim, não passa, a Junta não passa, de uma mera intermediária no processo e para votar favoravelmente ou não o que nos propõem, que é o protocolo com a Junta, estes dois esclarecimentos são fundamentais. Muito obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado, tem a palavra o Deputado do CDS/PP, Guedes de Almeida.....

----- **Guedes de Almeida** – Os meus respeitosos cumprimentos, Senhor Presidente da Assembleia, restantes Membros, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, restantes Membros desta Assembleia. Cumprimentos, estou de passagem, se calhar é, será a primeira e ultima vez por circunstancias anormais, digamos de saúde, de qualquer forma este tema suscita-me, porque foi tema também de campanha eleitoral, sabem bem que fui candidato à Câmara, e foi também matéria que foi discutida e é um problema que auscultei directamente em Rio de Onor, e a situação concreta é esta, queixaram-se na altura, que havia terrenos por pagar a particulares em Rio de Onor, e que fazem parte e que estão vedados e que ainda não estão pagos. A primeira pergunta seria esta, se na verdade, a Câmara deve ainda terrenos que estão integrados no parque a particulares, aos seus legítimos, ou que eram legítimos donos? E nesse caso, a quantos e qual o montante previsto, ou que a Câmara prevê que ainda deve ou se é que já não deve nada. A segunda questão, trata-se aqui de uma transferência e esta natureza da transferência de gestão, que tipo de natureza? Entregar-lhe apenas o bar? Entregar-lhe, digamos assim, competências no âmbito de um programa de turístico de promoção turística de Rio de Onor e digamos assim, da sua história, das suas tradições, daquilo que é peculiar relativamente às características de Rio de Onor, convinha especificar de verdade qual é a natureza do contrato, se é só dar-lhe, por exemplo a exploração do bar, acho que é uma coisa, se lhe vai transferir competências, dando-lhe mais competências, mais responsabilidade e ter mais a responsabilidade da promoção

turística acompanhada pela Câmara, de Rio de Onor que o merece, será outra posição que será assumida quando for da altura da votação, se reunir estes esclarecimentos que eu perguntava.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Senhor Presidente da Câmara, pretende dar então os esclarecimentos solicitados? Depois, sim, depois o Senhor Presidente de Junta de Rio de Onor, pediu para se pronunciar sobre as questões que lhe foram formuladas pelo José Brinquete, a seguir então.....

----- **José Brinquete** - Senhor Presidente da Assembleia Municipal, boa tarde a todos.
Eu, para vos ser sincero, o que gostava era de propor que este chamado Parque de Campismo de Rio de Onor fosse transformado em Parque de Merendas. Sou daqueles que nunca considerei que isso era um verdadeiro Parque de Campismo, na medida em que tem uma inclinação do grau dez ou do grau quinze, não sei bem, em alguns sítios e eu imagino-me a mim a acampar lá, posso acordar na estrada cá em baixo. É assim, tem sítios que é assim. Senhor Dr. tem que lá ir ver para ver como é.

----- Depois a exposição ao sol é aquela que todos sabemos, praticamente nem o nascer do sol lá dá porque o sol nasce e sente dificuldade em penetrar porque nesse momento até podia incidir no Parque mas os castanheiros, que de resto são muito bonitos e imponentes, não permitem que o sol penetre naquele Parque. E a partir das onze da manhã tem a montanha da frente, portanto é contra produtora a instalação, aí, de um Parque por estas razões e por isso é só para justificar que o meu desejo era que isso fosse imediatamente transformado em Parque de Merendas. Mas como não é isso que está em discussão eu queria fazer duas perguntas, uma ao Senhor Presidente da Câmara e outra ao Senhor Presidente da Junta de Rio de Onor.....

----- Ao Senhor Presidente da Câmara quero-lhe perguntar se o Parque está licenciado, dentro das regras em vigor.....

----- Ao Senhor Presidente da Junta gostava que nos desse aqui o testemunho se a Junta de Freguesia tem condições de administrar aquele Parque com as condições que exigem um verdadeiro Parque de Campismo e também porque é uma das aldeias mais emblemáticas do Parque para além das gentes que tem, onde eu tenho muitos amigos também, mas isso importa pouco, é se efectivamente a Junta com a experiência que tem destes anos se sente em condições de administrar o Parque. Eu, do que conheço e peço já ao senhor Presidente da Junta, que posso não estar devidamente informado, mas, do que conheço, é que o que a Junta faz, depois deste protocolo aqui ser aprovado, é entregar a exploração do Parque a uma Entidade Privada.....

----- Portanto a ser assim a Junta não passa de uma mera intermediária no processo. E para votar favoravelmente, ou não, com o que nos propõem, que é o protocolo com a Junta, que estes dois procedimentos são fundamentais. Obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Tem a palavra o deputado do CDS/PP- Guedes de Almeida.

----- **Guedes de Almeida** – Cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia, restantes Membros, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, restantes membros desta Assembleia. Estou de passagem, se calhar será a primeira e última vez, que por circunstâncias anormais, digamos, de saúde, de qualquer forma este tema suscita-me, foi tema também de campanha eleitoral, sabem bem que fui candidato à Câmara, e foi também matéria que foi discutida e é um problema que auscultei directamente em Rio de Onor, e a situação concreta é esta: queixaram-se, na altura, que havia terrenos por pagar a particulares em Rio de Onor, que fazem parte e que estão integrados e que ainda não estão pagos.....

----- A primeira pergunta seria esta, se na verdade, a Câmara deve ainda terrenos, que estão integrados no Parque, a particulares que eram os seus legítimos donos. E nesse caso, a quantos? E qual o montante previsto, ou que a Câmara prevê, que ainda deve, ou seja, que já não deve nada.....

----- A segunda questão, trata-se aqui de uma transferência, e esta natureza da transferência de gestão, que tipo de natureza? Entregar-lhe apenas o bar, entregar-lhe, digam assim, competências no âmbito de um programa turístico, de promoção turística de Rio de Onor e digamos assim da sua história, das suas tradições, daquilo que é peculiar relativamente às características de Rio de Onor, convinha especificar na verdade qual é a natureza do contrato, se é só pegar na exploração do bar, acho que é uma coisa, se lhe vai transferir competências, portanto mais competências, mais responsabilidade e até mais a responsabilidade da promoção turística, acompanhada pela Câmara, de Rio de Onor, que o merece, será outra posição que será assumida quando for da altura da votação. Seriam estes os esclarecimentos que eu perguntava.

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Senhor Deputado. Senhor Presidente da Câmara, pretende dar então os esclarecimentos solicitados?

----- **Presidente da Câmara** – A Câmara Municipal faz, o que está presente para os Senhores Deputados aprovarem é um protocolo de delegação de competência à Junta de Freguesia para gerir plenamente o Parque, não é o seu bar, é a totalidade do Parque, tal como aconteceu no mandato anterior. O Parque de Campismo tem a categoria de Parque de Campismo Rural, há estatutos

diferentes, o grau de exigência deste Parque de Campismo não é o mesmo para o Parque de Campismo na Zona do Rio Sabor, há exigências diferentes.....

----- Em termos de projectos foram satisfeitas as exigências inerentes à categoria de Parque de Campismo Rural, ultrapassadas, tem condições superiores aos mínimos exigíveis para um Parque de Campismo Rural, a Junta de Freguesia geriu, do nosso ponto de vista, bem, o facto de ser concessionado não significa que a Junta não estivesse presente, a concessão desde logo permite que a receita da concessão reverta para a Junta de Freguesia em troca do acompanhamento da respectiva infra-estrutura.

----- A Câmara Municipal colabora com a Junta de Freguesia no que diz respeito à promoção, colocando através dos Serviços de Turismo, os folhetos de informação necessários além de desenvolver outras parcerias com a Freguesia, no sentido da promoção da história, da identidade, do património. O Livro “ viagens de Memória”, um livro editado pela Câmara Municipal e Junta de Freguesia, que a Junta de Freguesia vende aos turistas, promovendo a Freguesia, promovendo o Município de Bragança e a Região.

----- Está em fase de preparação um outro livro sobre a Freguesia que será editado nas mesmas condições, portanto o turista chega e tem a informação relevante acerca da Freguesia.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Presidente. Tem a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Onor.....

----- **José Preto** – Eu Quero dizer-lhe ali ao Senhor Brinquete que o Parque de rio de Onor, não sei se quer só o Verão, penso que nos meses de Junho, Julho e Agosto os turistas preferem mais a sombra que não o sol, não sei se estarei de acordo com o Brinquete. Em Rio de Onor já se sabe que embora seja num Vale, no Verão também aquece muito e no Inverno também faz bastante frio.....

----- Quando se propôs que a Junta tinha competências para gerir o Parque, eu suponho que não. Temos feito sempre, em colaboração com a Câmara Municipal, um protocolo que é feito com a Junta e a Junta, como aqui já foi dito, renova, depois, o contrato à ????. É assim que tem sido feito, como Presidente da Junta acompanho o ambiente lá do Parque, toda a gente, aqui nesta Assembleia, sabe que Rio de Onor é muito visitado por excursões, turistas, escuteiros, muita gente vai lá a Rio de Onor saber como funcionava a parte comunitária e ainda como funciona, vai muita gente lá ver “ A Vara da Justiça” que embora não funcione ainda temos muitos turistas que me telefonam, que lhe faça dez, quinze varas. Tive aqui há dois anos um doutor aqui de Bragança, acho que era o marido da Dr.ª Glória, que todos os anos faz um convívio com as doutoras do curso dela, e que me telefonou, que lhe fizesse

trinta e cinco varas, custasse aquilo que custasse, e eu de facto fiz-lhe as varas e ele contribuiu para o efeito.-

----- O que aqui apresentou o Dr.º Guedes de Almeida com certeza que a Câmara Municipal ainda não pagou aquilo que foi prometido. E porque? A Câmara não tem culpa nenhuma neste assunto, se alguma culpa cabe é a mim e aos proprietários, porque aquilo é muito difícil chegar a um acordo porque há proprietários que tem nas Finanças uma leira e chegam lá ao local e não sabem definir qual é a leira deles, não há marcos, não sabem definir se é aqui, se é ali, eu tenho, por exemplo, o meu irmão que tem lá quinhentos metros e eu, outro dia chamei por ele, vamos lá ver o terreno que está vedado no Parque de campismo a ver qual é o teu. Ele respondeu – eu não tenho lá nada, a minha leira está fora do Parque de campismo – e nas Finanças está como se fosse dentro da vedação que a Câmara Municipal fez.

----- Outro problema também que há é que uns emigrantes espanhóis que têm lá também muitos terrenos e raramente vêm à localidade. Portanto penso que este ano, no fim do mês de Agosto, irei resolver este assunto e proporei então à Câmara Municipal para o pagamento da dívida. Portanto aqui, o pagamento não é da culpa da Câmara Municipal. Se alguém leu o Plano de Actividades do ano passado, suponho que este ano também está, que veio verba disponível para pagar essas leiras, mas não tem sido possível por causa deste motivo.

----- Queria acrescentar também que a Câmara Municipal tem feito obras que, de início, faltavam. Dizia o Brinquete, se um dia fosse lá, se este ano quiser lá ir, mas não é bem como disse. De início é verdade que aquilo tinha uma pequena inclinação mas a Câmara Municipal já fez os seus socalcos, já está melhor do que estava antigamente. Fez também, e o ano passado levantou-se o problema que vinham muitos turistas com as suas caravanas e não era possível entrar no Parque de Campismo, suponho que esse Parque também não permite a entrada das roulottes, mas o acordo da Câmara, o portão foi alargado, agora já podem entrar lá as caravanas. Antigamente ficavam fora, uns seguiam viagem ou então estacionavam lá largo do campismo. Portanto já foi alargado o portão, já temos luz eléctrica dentro do Parque de Campismo, antigamente os turistas queixavam-se que não podiam ler o jornal, não podiam fazer a barba, não tinham uma ficha para ligar. Já temos essas condições todas e acho que o Parque de Campismo de Rio de Onor está a funcionar dentro destas possibilidades.

----- Tenho informações que todos os Parques, da Câmara municipal, dão prejuízo, não tenho a certeza mas pelas informações que colho aqui, os colegas aqui da bancada dizem-me todos que dão prejuízo e felizmente o de Rio de Onor não tem dado prejuízo, sempre é uma pequena verba que vai para a Junta de Freguesia. Tenho dito.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado Senhor Presidente. Senhor Presidente da Câmara, tem tempo.

----- **Presidente da Câmara** – Na verdade agradeço ao Senhor Presidente da Junta o facto de ter falado sobre a questão dos terrenos porque passei por cima disso, é uma questão importante, não era uma questão menor, mas o Senhor Presidente da Junta falou correctamente, há alguns problemas de identificação, foi claro, onde está o problema. Também não há litígio com nenhum proprietário, sabem que é assim, houve aceitação, perceberam que era um benefício para a freguesia, não há perturbação e portanto não há razão para nesta assembleia surgirem problemas a esse nível.

----- O Parque de Campismo tem uma localização, primeiro está numa área protegida, mas numa área protegida não podemos tomá-la como uma vaca sagrada, não se pode tocar em nada, já nos chega o problema da Veiguiñas, não é? Mas na verdade quem conhece a aldeia de Rio de Onor indique uma alternativa melhor do que esta para localizar um Parque de Campismo Rural, é o primeiro desafio. Quem frequenta parques de campismo frequenta-os no tempo de temperaturas, no pouco período de tempo em que nós dispomos de temperaturas mais elevadas na nossa cidade, e então no nosso Município nada melhor do que ter uma zona de sombra, uma zona agradável para permanecer e fazer campismo rural.

----- Por outro lado o campismo não é uma área de turismo em desenvolvimento, não é, claramente, portanto é uma razão para as frequências nos parques de campismo serem menores, e hoje quem acede a um parque de campismo não faz a diferença entre o que é um parque de campismo rural e um parque de campismo de três estrelas ou que quer que seja, não faz. Eu já frequentei parques de campismo de todo o nível incluindo parques de campismo rurais no Norte de Espanha e Zona da Galiza, onde há imensos, parques de campismo que se fazem numa quinta, num lameiro, têm a energia para ler o jornal, para pôr uma televisão, para tudo isso, não faz parte das exigências como parque de campismo rural, no entanto reúnem essas condições todas.

----- Por outro lado criaram-se as plataformas necessárias para uma determinada capacidade do Parque de Campismo, no íamos fazer terraplanagem, fazer taludes, fazer ali intervenções completamente aberrantes sob o ponto de vista paisagístico, portanto integrou-se, de forma adequada, em condições de segurança, um processo mínimo, suficiente para que as tendas pudessem ser colocadas incluindo algumas roulottes, sendo que as roulottes poderão ficar de fora no parque de estacionamento que foi construído, porque se vierem para a Zona do Castelo, para o Parque de Autocarabanismo também ficam no exterior, não estão numa zona vedada. Portanto não há que confundir as coisas, estamos a trabalhar num nível de proximidade à natureza em que as pessoas que

frequentam o Parque de Campismo seguramente não vão exigir, não vão reclamar a presença num espaço excessivamente tratado em termos urbanos, não é essa a filosofia, para parques está bem, do meu ponto de vista, há que fazer boas referências ao Parque, o senhor Presidente da Junta deixou, de forma clara, se alguém que está empenhado em concessionar um espaço, explorá-lo, tentar ganhar algum dinheiro e pagar ainda uma renda por conta dessa concessão, significa que estamos num processo claramente positivo, foi essa a nossa perspectiva quando decidimos fazer a concessão à Junta de Freguesia, beneficiando a Freguesia de transferências da concessão e reduzindo aquilo que poderiam ser os custos para o município se fizesse a gestão directa. Se fizesse a gestão directa tinha que ter horários relacionados com o horário da Administração Pública, tinha que fazer os fins de semana, feriados, domingos, etc., etc., com encargos pesados, com deslocações diárias, era um erro de gestão, acho que a tratámos na parceria e por isso propomos à Assembleia Municipal a votação desta transferência de competência para a Junta de Freguesia, por ser uma boa proposta.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Presidente. O Partido Socialista dispõe ainda de tempo e foi solicitado uma intervenção, pelo que, Senhor deputado, faz favor de dispor do tempo que tem. ---

----- Ainda há tempo disponível para a CDU e para o CDS/PP, que necessitam de mais algum, tempo.

----- **Bruno Veloso** – Muito boa tarde a todos, Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, restante Vereação, caros colegas da Assembleia Municipal. Não era meu intuito intervir neste ponto da ordem de trabalhos, mas de facto as questões levantadas pela CDU e a resposta do Senhor Presidente da Junta levantaram-me algumas dúvidas relativamente a este ponto, embora, diga-se em acerto da verdade, que de facto o Parque de Campismo de Rio de Onor tem de facto alguns problemas, porque não basta terraplanar para as tendas ficarem assentes na horizontal, é preciso também ter alguns cuidados que eu não sei se existem e daí a resposta que ficou no ar à pergunta do PCP nomeadamente se teria todas as condições. Porque nós vimos que está, de facto, numa encosta, não são as melhores condições, se são as condições possíveis ou não, quanto isso não vou entrar nesses pormenores, o que é certo é que se calhar com algumas intempéries que possam ocorrer, podem também existir alguns problemas dada a própria inclinação do Parque, que eu não sei se estão asseguradas essas próprias condições de segurança.

----- Agora há uma coisa que me preocupa, é que mediante a intervenção do Senhor Presidente de Junta e à pergunta clara que foi aqui feita, se, de facto, a Junta de Freguesia tinha ou não competência para administrar o Parque. E foi respondido claramente, pelo Presidente da Junta de Freguesia, que não tinha. E isto deixou-me algumas dúvidas relativamente ao protocolo que vai ser assinado entre a

Câmara e a Junta de Freguesia quando é a própria Junta de Freguesia que assume que não tem competências para a administração do próprio Parque.

----- Se é, de facto, uma forma de transferir para as competências da Junta de Freguesia a administração do Parque, é uma questão, e já houve experiências desta Câmara Municipal, anteriormente, com a concessão daquele Parque de Campismo a privados, sé é transferência do ónus para que a própria Junta possa depois concessionar a privados, limpando daqui, a Câmara Municipal, de alguma forma, as suas mãos, bem, não me parece que faça muito sentido. E portanto estas dúvidas tem, obviamente, pelos intervenientes de ser esclarecidas, para saber, de facto, aquilo que se está a votar e para conseguirmos entender quais são os objectivos, de facto, para a rentabilização e a melhor utilização daquele Parque de Campismo.

----- Obviamente que a resposta dada pelo Senhor Presidente da Junta não nos satisfaz e poderá naturalmente, se algo não tínhamos obstáculo nenhum a fazer a uma proposta que aparentemente nos parecia normal, eu acho que mediante as intervenções que aqui tem vamos ter obviamente que ponderar a nossa posição relativamente a este acordo. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor deputado José Brinquete. Dois minutos, Senhor Deputado.....

----- **José Brinquete** – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, eu quero dizer que o meu amigo António Preto fez aqui uma intervenção que gostei e até lhe dei a oportunidade de, daqui desta tribuna, falar da sua terra, de Rio de Onor, mas disse uma coisa, que o Bruno, agora, também já sublinhou, deixou-me preocupado e que vai levar ao ponto que eu tenha que me abster. O Senhor disse uma coisa que já tinha dito aqui há uns anos, que a Junta não tem condições. E eu percebo que a Junta não tem condições para administrar e gerir o Parque e isso forma a minha posição de voto. E claro que eu não sei quanto é que a Junta recebe pela exploração do Parque. Mas sabe, eu preferia outra coisa, eu preferia que Rio de Onor não ficasse só a ser visitada pelo seu passado, mas também pelo seu presente. E a exigência de ser visitada também pelo seu presente implica muitas e muitas obras que, de certeza, essas migalhas, esses trocados não devem servir para nada e a sua postura ainda gostava mais de ter ouvido aqui se tivesse dito – eu, como Presidente da Junta de uma terra que é muito visitada (e devo dizer que eu vou lá muitas vezes, como sabe, e encaminho para lá muitos amigos) precisa disto, precisa daquilo e os valores que eu cobro no Parque não chegam para mandar cantar um cego.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Deputado Guedes de Almeida, pelo CDS/PP.....

----- **Guedes de Almeida** – Ainda sobre o mesmo tema, e temos aqui texto do protocolo, e parece que estamos aqui a discutir isoladamente, descentralizamos o Parque para a Junta de Freguesia de Rio de Onor e está tudo resolvido, e não há, de fundo, digamos assim, como matriz, uma política de turismo para o próprio Concelho, elaborado, gerido e administrado na sua globalidade pelo próprio Município. Isto é, o protocolo apenas aqui, no texto que resulta, responsabiliza a Junta de Freguesia de Rio de Onor sobre, isto consta na cláusula terceira, ponto dois:.....

- “o exercício das actividades, bem como assegurar a utilização/funcionamento e a conservação das instalações enumeradas na cláusula 1.ª do presente protocolo”, que é a administração;

----- “ a cobrança de receitas provenientes do exercício da competência delegada, em conformidade com o previsto no regulamento Interno do Parque de campismo Rural de Rio de Onor”;

----- “ a elaboração de relatórios de controlo (discriminação das despesas e receitas), correspondente ao exercício da competência delegada, e entrega anualmente ao MB, para conhecimento”.

----- Isto prevê, à partida, que tenha que se estruturar com o mínimo de um quadro orgânico.....

----- Já disse, aqui, o Senhor Presidente da Junta, que a Junta sozinha não consegue gerir o Parque, e sabe-se que não.

----- No entanto, a Câmara não diz, aqui, quais são as contrapartidas que assegura para a gestão ser feita com qualidade, não é apenas para deixar andar e ter aquilo aberto, cumprir um certo horário, ter o bar aberto, à Junta de Freguesia de Rio de Onor, isto é, não lhe atribui aqui o correspondente financeiro para assegurar as despesas para que efectivamente o Parque de campismo de Rio de Onor preste um bom serviço que todos os bragançanos gostam. Efectivamente eu sou um dos grandes amigos de Rio de Onor, o Senhor Presidente da Junta sabe bem, e aqui não estão salvaguardados os interesses da Junta de Freguesia para fazer uma boa gestão. Será, digamos, uma gestão tipo artesanal, abre e fecha, sem qualquer qualidade, sem qualquer controle, e sem as contrapartidas, também promocionais, que se querem no turismo e também como fonte de receita de assegurar postos de trabalho e sabemos que Rio de Onor é, talvez, das poucas freguesias ou das poucas aldeias que por ela própria consegue assegurar um certo caudal de turistas.

----- Anualmente é frequentada, por exemplo, por altos quadros militares, que vão a Rio de Onor e têm um programa que é elaborado, que há pessoas com experiência, por exemplo, de tomar o pequeno almoço como se fazia antigamente, como o café mistura, com o pão com presunto, e não há um animador turístico em Rio de Onor. Está previsto algum animador turístico em Rio de Onor, subsidiado ou participado pela Câmara Municipal? A Junta de Freguesia pode? No entanto

sabemos que é o Senhor Mariano que faz as tais varas, que até lhe encomendam, mas, digamos assim, é de boa vontade, quer dizer, e hoje ninguém trabalha, pelo menos os políticos não trabalham também de borla.....

----- Relativamente aos terrenos, o senhor Presidente da Junta quis aqui desresponsabilizar-se dos terrenos, é um gesto de boa vontade perante a Câmara, no entanto de há quatro ou cinco anos a esta parte, sempre com Rio de Onor, que é dito que a Câmara não cumpriu com o que foi prometido. Quis fazer a obra, foi vedada e passado um ano estaria tudo pago. Certamente identificou quem eram os proprietários ou então se assim não foi tomou de “ assalto” propriedade alheia, propriedade privada e portanto o Parque estará ilegal. Portanto não podemos estar aqui a transferir responsabilidades, a adiar responsabilidades, o que é facto concreto, quem visita Rio de Onor, há os proprietários dos terrenos que vêm a quem tem conhecimento, digamos assim, da causa municipal de que a Câmara lhes deve os terrenos, que promete pagar e que ainda não pagou. E a responsabilidade não é, de forma alguma, do Senhor Presidente da Junta, não tem qualquer responsabilidade, não fez o negócio, não fez o contrato, o Parque é municipal, é a Câmara que tem de pagar, ainda não pagou.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, tem a palavra o Deputado Social Democrata, Nuno Reis.

----- **Nuno Reis** - Muito obrigado Senhor Presidente. Permita-me Senhor Presidente que antes de mais saúde o Senhor Presidente da Junta de Rio de Onor, pela intervenção calma, objectiva, serena e, do meu ponto de vista, muito esclarecedora, que proferiu e que ajudou esta Assembleia a compreender os exactos termos em que se vai processar esta relação protocolar entre o Município de Bragança e a Freguesia de Rio de Onor, mas vai mais longe, dá-nos uma perspectiva daquela que é a dinâmica própria do funcionamento do Parque de Campismo de Rio de Onor.

----- Eu, confesso, Senhor Presidente, que permita que me dirija a si, que eu não compreendo bem o Partido Socialista, hoje, porque se nós tentássemos perceber ou fazer uma espécie de metáfora do percurso que o Partido Socialista, hoje, percorreu na Assembleia Municipal, poderíamos dizer que esta via é de curva e contracurva, porque de manhã não podemos falar de jornais, pese embora eles o tenham feito, de manhã somos criticados porque somos contra a descentralização da competência no Museu, mas de tarde somos criticados porque queremos a descentralização de competências do parque de campismo de Rio de Onor. Isto, de facto, hoje, é curva e contracurva.

----- Eu, quero dizer-lhe, Senhor Presidente, que eu compreendi e que só com muita má vontade é que não se compreende aquilo que o Senhor Presidente teve a bondade de dizer à Assembleia. Vossa Excelência, de facto, não se declarou incompetente para gerir o Parque de Campismo de Rio de Onor. V. Ex.ª disse é que há alternativas muito mais eficazes, meios muito mais adequados de fazer uma boa

gestão dos recursos públicos, fazendo com que o Parque sirva as populações e a economia de Rio de Onor e simultaneamente tenha a capacidade de gerar receitas para a Junta de Freguesia de Rio de Onor, quando, como V. Ex.^a muito bem disse, muitos desses parques de campismo nem sempre são geradores de receitas. E compreende-se bem o rigor e a disciplina que a Câmara Municipal, guardiã daquilo que é a execução orçamental que a boa governação dos serviços públicos impõe, quando diz, bom, em vez de estarmos a tentar desperdiçar dinheiro, desperdiçando recursos, desperdiçando meios humanos e materiais, vamos transferir essa competência, essa capacidade, para quem mais próximo das populações tem a capacidade de prestar um bom serviço, seja por via da administração directa, seja por via da administração concessionada.

----- E, portanto, Senhor Presidente, deixe-me que lhe diga que se dúvidas havia acerca daquilo que é a natureza deste protocolo e o interesse que este protocolo pode ter para o município de Bragança, a sua intervenção foi absolutamente clarificadora e dissipadora de dúvidas, angústias e receios. E eu digo-lhe, Senhor Presidente, que espero que esta prática de descentralização de competências para as Juntas de Freguesia, de partilha do poder autárquico no Município de Bragança, nos vários níveis autárquicos que cá existem, se aprofunde e se alargue a outras freguesias porque essa é uma boa prática, é uma prática democrática e é uma prática que o Partido Social Democrata se orgulha.

----- Finalmente dizer-lhe que há perguntas que eu de facto já não compreendo completamente, porque quando depois destes anos todos se vem invocar questões de segurança, quando nunca nenhuma questão de segurança se colocou naquele Parque, quando se vem falar de questões de infraestruturacão e de condições para o funcionamento do Parque, quando a Câmara aqui esclarece, e não existem razões para que duvidemos daquilo que aqui é dito, de que o Parque não só corresponde aos requisitos legais para funcionar como parque de campismo rural, como também os ultrapassa, a pergunta que eu faço é, só com muito má vontade e só com muita falta de capacidade de compreensão é que pode justificar algumas posições políticas que são do contra porque simplesmente são do contra, porque como provêm da Câmara tem que se ser do contra. Aliás há situações que eu, confesso, não percebo. Não percebo como é que é possível que há uns anos atrás este mesmo protocolo tenha sido trazido perante o Plenário da Assembleia e tenha sido aprovado por alguns daqueles que hoje, aqui, o criticam e dizem que afinal até pode ser nocivo para os interesses do Município.

----- Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal, o Partido Social democrata está absolutamente tranquilo e convicto que este protocolo mais do que servir os interesses do Município de Bragança, serve os interesses das populações do Concelho de Bragança e

serve sobre tudo os interesses das populações de Rio de Onor, pelo que, do nosso ponto de vista, deverá merecer um voto favorável. Muito obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado Senhor Deputado. Não há mais inscrições vamos proceder à votação.

----- **Após análise e discussão foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com zero votos contra, dezoito abstenções e sessenta e sete votos a favor, estando momentaneamente oitenta e cinco membros presentes.**

----- **Presidente da Mesa** – Declarações de voto? Senhor Deputado Guedes de Almeida Faz favor, para a sua declaração de voto.....

----- **Guedes de Almeida** – A abstenção foi no sentido de, primeiro, defender os interesses da Junta de Freguesia de Rio de Onor, isto é fundamental e é sagrado, como se costuma dizer. O não votar favoravelmente, consideramos que não existe, digamos assim, uma manifesta vontade da Câmara Municipal em assegurar uma boa qualidade no funcionamento do Parque Rural de Campismo de Rio de Onor. E não existe porque devia estar como suporte de retaguarda relativamente à boa administração e à boa qualidade do serviço a prestar, devia garantir aqui, no mínimo, um quadro orgânico que previsse essa tal qualidade.....

----- De acordo com este protocolo quem tem que se desenrascar é a Junta de Freguesia e certamente não vai poder, por exemplo, contratar um animador para a Junta de Rio de Onor, não vai poder contratar um técnico para apoiar as instalações, não vai poder contratar alguém administrativo para a gestão do Parque, porque na verdade não está aqui salvaguardado que a Câmara lhe assegure todos esses serviços.

----- E perante isto consideramos que isto é uma continuidade e nós também já ouvimos em Rio de Onor que esta forma de cooperação assim muito aligeirada que não serve os interesses da administração do Parque e muito menos serve os interesses da Junta de Freguesia que tendo lá este bem que é da responsabilidade da Câmara, não o pode deixar morrer, não o pode deixar abandonado, tem que o gerir da forma mais cuidada, que possam, mas sem terem meios para tal.

----- Perante isto, julgamos, para responsabilizar a Câmara, e hoje aqui de manhã e vindo ao encontro, criticou o partido Socialista de querer transferir as responsabilidades dos museus para o Município, também, eu, acho uma desqualificação que da mesma forma está a proceder, relativamente a este caso concreto, à Junta de Rio de Onor, que não lhe assegura objectivamente os

meios de apoio suficientes para que preste uma boa qualidade de serviços na administração do Parque. Era isto.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Antes de passar a palavra a quem está a solicitar, queria informar o seguinte: aconteceu um pequeno acidente com uma viatura estacionada no Parque, provavelmente poderá pertencer a algum dos Senhores Deputados, pelo que solicita, e eu vou passar a ler a matrícula, que a pessoa em questão, o proprietário, se desloque ao local onde está a viatura para poder resolver a situação. A matrícula é 26-88-SU.

----- Tinha sido pedida a palavra pelo Senhor Deputado Nuno Reis. Faz favor, para uma declaração de voto.....

----- **Nuno Reis** – A declaração de voto para dizer apenas que não compreendemos a necessidade súbita de gerar um quadro orgânico quando este Protocolo, no fundo, repete aquilo que tem sido a actividade que mereceu a aprovação de alguns dos senhores deputados municipais que hoje, pelos vistos, exigem quadros orgânicos, e dizer-lhe também, Senhor Presidente, que existe uma profunda diferença na comparação que se tentou estabelecer entre aquilo que era a transferência de competências da Administração Central para a Administração Municipal, e esta transferência de competências da Administração Municipal para Administração de Freguesia. E a diferença fundamental está num pequeno detalhe que, para nós, faz toda a importância.

----- É que neste caso concreto nós estamos no âmbito de uma contratualização, ou seja, este protocolo recolhe a manifestação de vontade da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal respectivamente em representação das duas pessoas colectivas que representam, que é o Município de Bragança e a Freguesia. E portanto, este pequeno detalhe que alguns insistem em não querer ver, para nós, faz toda a diferença, e o Partido Social Democrata, até pelas razões que tive oportunidade de explicar e de expor previamente, não podia de deixar de votar favoravelmente a aplicação deste protocolo.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado Senhor Deputado. Dou a palavra, agora, para uma declaração de voto, em representação do Partido Socialista, o deputado Bruno Veloso, solicitando, mais uma vez, à Assembleia, que de manhã se portaram tão bem e que da parte de tarde estão tão nervosos, façam o favor de aclamar os nervos. Senhor deputado faça o favor.

----- **Bruno Veloso** – Muito obrigado, Senhor Presidente. Naturalmente o Partido Socialista depois da suscitação deste debate e da falta de algumas respostas, obviamente teve que se abster nesta

questão. De facto a questão da descentralização de competências da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia e do reforço de algumas competências para as próprias é algo que o Partido Socialista será sempre favorável, desde que ela seja acompanhada, de facto, não só de um quadro orgânico, mas dos meios inevitáveis para a prossecução das mesmas e para que ela garanta, de facto, que essa prestação vem reforçar as necessidades das populações dessas mesmas Juntas de Freguesia. E aí, obviamente, estaremos sempre de acordo com essa atribuição de competências. Neste caso concreto aquilo que foi dito pelo Senhor Presidente da Junta, contrariamente àquilo que o Senhor deputado Nuno Reis fez da interpretação da minha intervenção, eu não disse que havia incompetência por parte da Junta de Freguesia, agora, o que a Junta disse é que não tinha capacidade para fazer a gestão do Parque, que é uma coisa totalmente diferente, e se há uma coisa que eu não acuso é as pessoas de incompetentes...

----- E que por esse motivo, naturalmente, o Partido Socialista entende que só se poderia abster. Eu acho que, inclusivamente, e também não tinha tido uma palavra de apreço também para o Senhor Presidente de Junta, que aliás manifestou uma intervenção muito interessante e também muito sã e muito honesta, daquilo que seriam as competências e as vontades da própria Junta de Freguesia. Eu acho que nesta matéria e depois do esboço do protocolo entre as duas partes, o que me parece é que o protocolo poderia ter isso mais além e a Junta poderia ter feito algumas exigências à própria autarquia e à própria Câmara Municipal, no sentido de alguns reforços que pudesse permitir, de facto, que essa exploração do Parque pudesse ter na realidade mais vantagens para a sua Junta de Freguesia e para as populações de Rio de Onor. Muito obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Eu peço desculpa, mas vou ter que insistir com os senhores deputados, que as declarações de voto não têm que ser entendidas como intervenções, cingirem-se àquilo que está estipulado no Regimento, que é cingirem-se exclusivamente às declarações de voto.

----- Antes de passarmos ao ponto seguinte, queria fazer circular pela Assembleia, dois documentos, um dirigido aos senhores Presidentes de Junta e outro aos senhores deputados, no sentido de que para as próximas sessões da assembleia, ao longo deste mandato, possa ser feita também alguma economia relativamente às despesas com elaboração de fotocópias, de documentação etc., íamos fazer passar pela Assembleia, pedindo que os senhores Deputados vão passando ao longo da Assembleia, este documento que, no fundo, pressupõe que vocês ponham aqui a vossa vontade. Se querem receber a documentação da convocatória e a documentação de suporte das assembleia, em papel, ou em CD, ou em correio electrónico, para no futuro a assembleia poder fazê-lo dessa forma que vocês desejam e de ser mais célere e mais económica nos gastos com a produção de fotocópias.....

----- Portanto vou pedir que façam circular esses documentos e no final quando chegar à ultima fila, por favor os façam chegar novamente à mesa. Muito obrigado.

----- Passamos ao

PONTO 5 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Comissão de Revisão do Regimento da Assembleia Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA

1.º - Os artigos 16.º, 17.º, 22.º, 27.º, 28.º, 29.º, 30.º, 31.º, 32.º, 40.º, 43.º, 44.º, 51.º, 53.º, 60.º, 64.º, 68.º e 70.º do Regimento da Assembleia Municipal de Bragança, passam a ter a seguinte redacção

«Artigo 16.º
[...]

- 1- ...
- 2- ...
- 3- ...
- 4- As convocatórias deverão ser afixadas em Edital às portas dos Paços do Concelho e publicitadas nos órgãos de comunicação social da área da autarquia e no espaço da Assembleia Municipal no sítio do Município de Bragança, na Internet.

Artigo 17.º
[...]

- 1- A Assembleia Municipal reunirá no Auditório Paulo Quintela, em Bragança, podendo, ainda, reunir noutros locais ou localidades do Concelho de Bragança, por decisão da Comissão Permanente.
- 2- ...

Artigo 22.º
[...]

- 1- ...
- 2- ...
- 3- A nenhum cidadão é permitido, sob qualquer pretexto, intrometer-se nas discussões e aplaudir ou reprovar as opiniões emitidas, as votações feitas e as deliberações tomadas, sob pena de sujeição à aplicação de coima, nos termos legalmente previstos, pelo Juiz da Comarca, sob participação do Presidente do respectivo Órgão e sem prejuízo da faculdade ao mesmo tempo atribuída de, em caso de quebra da disciplina ou da ordem, mandar sair do local da reunião o prevaricador, sob pena de desobediência nos termos da lei penal.
- 4- ...

Artigo 27.º

Forma do exercício do direito de petição

- 1- Os Munícipes têm o direito de apresentar, individual ou colectivamente, à Assembleia Municipal, petições, exposições, reclamações ou queixas em defesa dos seus direitos ou no interesse geral das populações do Concelho.
- 2- Têm o direito de apresentar petições em que solicitem a elaboração, modificação ou revogação de regulamentos e posturas, os Munícipes e as Associações e outras entidades representativas dos interesses económicos, sociais, culturais, desportivos e religiosos, sobre matérias do respectivo interesse.
- 3- As petições, exposições, reclamações ou queixas devem ser reduzidas a escrito devidamente assinadas pelos titulares, ou por outrem, a seu rogo, se aqueles não souberem ou não puderem assinar, são dirigidas ao Presidente da Assembleia e devem estar fundamentadas e especificar o seu objecto.
- 4- Os subscritores, ou pelo menos o primeiro subscritor, destes documentos deverão estar devidamente identificados, com a indicação do nome, morada e número de cartão de eleitor.

Artigo 28.º

[...]

- 1- No uso da palavra, os oradores devem falar junto ao microfone para registo magnético da sua intervenção, podendo, ainda, usar, como suporte, qualquer meio tecnológico que se encontre disponível para o efeito
- 2- ...
- 3- ...

Artigo 29.º

[...]

- 1- No período de antes da ordem do dia (PAOD) o tempo global máximo de intervenção é de 60 minutos, nos quais se incluem os tempos atribuídos aos Grupos Municipais (e membros não inscritos, se os houver), aos Presidentes de Junta de Freguesia e Câmara Municipal.
- 2- ...
- 3- ...
- 4- ...
- 5- ...
- 6- Sempre que algum membro da Assembleia Municipal apresente, para discussão, propostas ou moções, será atribuído um tempo de 3 minutos aos Grupos Municipais que tenham esgotado o seu tempo de intervenção.

Artigo 30.º

[...]

- 1- ...
- 2- ...
- 3- ...
- 4- ...
- 5- ...
- 6- ...

- 7- ...
- 8- ...
- 9- Sempre que algum membro da Assembleia Municipal apresente, para discussão, propostas ou moções, será atribuído um tempo de 3 minutos aos Grupos Municipais que tenham esgotado o seu tempo de intervenção.
- 10- [anterior n.º 9]
- 11- [anterior n.º 10]

Artigo 31.º

[...]

- 1- ...
- 2- ...
- 3- ...
- 4- A solicitação do Plenário da Assembleia Municipal ou com a anuência do Presidente da Câmara Municipal, ou do seu substituto legal, pode a palavra ser concedida aos Vereadores para intervirem, sem direito de voto, nas discussões.

Artigo 32.º

[...]

- 1- ...
- 2- ...
- 3- ...
- 4- ...
- 5- Terminado o período fixado, a Mesa, qualquer Membro da Assembleia Municipal ou o Presidente da Câmara Municipal, ou quem legalmente o substitua, prestarão os esclarecimentos solicitados ou, se tal não for possível, serão fornecidos, posteriormente por escrito.

Artigo 40.º

[...]

- 1- ...
- 2- ...
- 3- ...
- 4- ...
- 5- ...
- 6- ...
- 7- A moção de censura pode ser retirada até ao termo do debate.
- 8- [eliminado]
- 9- [eliminado]

Artigo 43.º

[...]

- 1- ...
- 2- ...
- 3- ...
- 4- ...

5- Cada Grupo Municipal, incluindo os dos Presidentes de Junta de Freguesia, tem um máximo de seis minutos para produzirem uma ou mais declarações de voto.

6- ...

Artigo 44.º

[...]

1- De cada reunião ou sessão é lavrada acta, que contém o relato integral do que nela se tiver passado, indicando, designadamente, a data e o local da reunião, os Membros da Assembleia Municipal presentes e ausentes, a leitura e votação da acta da reunião ou sessão anterior, o expediente recebido e expedido pela Mesa da Assembleia Municipal, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas e a forma, o resultado das respectivas votações e as declarações de voto produzidas.

2- ...

3- ...

4- ...

Artigo 51.º

[...]

1- ...

2- ...

3- ...

4- ...

5- A indicação dos Membros da Assembleia Municipal que os irão integrar compete aos Grupos Municipais, devendo ser efectuada no prazo a indicar pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, bem como a indicação do respectivo suplente, quando tal se afigure possível.

6- ...

7- ...

Artigo 53.º

[...]

1- Uma das comissões da Assembleia Municipal de Bragança será a Comissão Permanente da Assembleia Municipal, que é constituída pela Mesa da Assembleia Municipal e por um representante dos Grupos Municipais legalmente constituídos.

2- ...

Artigo 60.º

[...]

a) ...

b) ...

c) ...

d) ...

e) ...

f) ...

g) ...

h) Os limites legais dos encargos com o pessoal sejam ultrapassados, salvo ocorrência de facto não imputável ao órgão visado.

i) ...

Artigo 64.º

[...]

- 1- ...
- 2- O disposto no n.º 1 aplica-se no momento de suspensão de trabalhos para prosseguimento em dia posterior ao do reinício desses trabalhos.
- 3- ...
- 4- ...
- 5- ...
- 6- ...
- 7- ...
- 8- ...
- 9- ...
- 10- ...
- 11- ...
- 12- ...

Artigo 68.º

[...]

- 1- O Regimento entra em vigor imediatamente a seguir à aprovação da acta onde conste, sendo fornecido um exemplar a cada Membro da Assembleia Municipal e publicado por Edital a afixar nos lugares de estilo, em todas as sedes de Juntas de Freguesia do Concelho de Bragança e no espaço da Assembleia Municipal de Bragança no sítio do Município de Bragança, na Internet.
- 2- Em tudo o que não se encontre expressamente previsto no presente Regimento, aplicar-se-ão as disposições legais em vigor.
- 3- ...

Artigo 70.º

[...]

- 1- ...
- 2- As alterações ao Regimento devem ser aprovadas pela maioria absoluta dos Membros da Assembleia Municipal de Bragança, em efectividade de funções.»

2.º São aditados os artigos 27.º-A, 27.º-B, 27.º-C, 27.º-D, 27.º-E, 27.º-F, 27.º-G, 27.º-H e 27.º-I ao Regimento da Assembleia Municipal de Bragança, os quais terão a seguinte redacção:

«Artigo 27.º – A
(Admissão e Seguimento)

- 1- A admissão dos documentos previstos no artigo anterior bem como a classificação, numeração e eventual envio à Comissão, compete à Mesa da Assembleia, que pode delegar num dos seus membros.

- 2- No caso do exercício da delegação previsto no número anterior deve a Mesa ratificar as decisões na reunião imediatamente a seguir aos referidos actos.
- 3- São rejeitadas as petições, exposições, reclamações ou queixas em que nenhum dos subscritores esteja devidamente identificado, não contenha menção do domicílio, cujo texto seja ininteligível, não especifique o seu objecto ou não fundamente a pretensão e não supra essas deficiências em prazo de vinte dias contados da data da notificação que para o efeito lhe seja feita pelo Presidente da Assembleia que para tanto procederá às diligências necessárias.
- 4- As petições admitidas que solicitem a elaboração, revogação ou alteração de regulamentos municipais serão de imediato submetidas à apreciação da Comissão competente, dando-se conhecimento delas ao Presidente da Câmara Municipal.
- 5- No caso da petição versar matéria da competência de outro órgão autárquico o Presidente da Assembleia deve oficial esse órgão solicitando-lhe a sua apreciação, podendo também para acompanhar o assunto pedir esclarecimentos e informações.
- 6- O Presidente da Assembleia pode ainda solicitar esclarecimentos e informações complementares para aprofundamento do assunto.

Artigo 27.º-B

(Exame em Comissão)

- 1- A Comissão examina a petição, exposição, reclamação ou queixa no prazo máximo de sessenta dias prorrogável por um ou mais períodos, até ao limite de mais sessenta dias, mediante autorização da Mesa da Assembleia.
- 2- A Comissão pode solicitar por intermédio do Presidente da Assembleia:
 - a) Informações e esclarecimentos aos peticionantes;
 - b) Informações, esclarecimentos e documentos à Câmara Municipal;
 - c) Encontros com os membros da Câmara Municipal.
- 3- A Comissão elabora um relatório e parecer dirigido ao Presidente da Assembleia, o qual deverá conter os elementos instrutórios, se os houver, e as conclusões com a indicação das providências julgadas necessárias.
- 4- No caso de petição sobre regulamento municipal a Comissão elabora o relatório e parecer referido no número anterior e pode apresentar ao Plenário da Assembleia um projecto de recomendação à Câmara Municipal.

Artigo 27º-C

(Exame em Plenário)

- 1- Os relatórios e pareceres respeitantes às petições, exposições, reclamações ou queixas serão submetidos à apreciação do Plenário da Assembleia a requerimento da Comissão ou de, pelo menos, um quinto dos Membros da Assembleia Municipais em efectividade de funções ou ainda de qualquer Grupo Municipal.
- 2- Quando as petições são assinadas por cem ou mais Municípes ou quando versem regulamentos municipais são obrigatoriamente apreciadas pelo Plenário da Assembleia.
- 3- As petições, exposições, reclamações ou queixas submetidas ao Plenário serão obrigatoriamente apreciadas por este no prazo máximo de 30 dias após a conclusão do exame em comissão, mas nunca em prazo superior a 180 dias contados da apresentação da iniciativa.

Artigo 27.º – D

(Forma)

- 1- Todas as Organizações de Moradores têm o direito de apresentar à Assembleia Municipal petições relativamente a assuntos do seu interesse.
- 2- As petições devem ser dirigidas ao presidente da Assembleia.
- 3- As Organizações de Moradores autoras da petição deverão estar devidamente identificadas, com indicação da designação e morada, assim como o nome, morada e número de cidadão eleitor do primeiro subscritor membro da Organização, aplicando-se com as devidas adaptações o previsto no artigo 27.º-A.

Artigo 27.º – E

(Admissão e Seguimento)

Na admissão e seguimento das petições apresentadas pelas Organizações de Moradores aplicam-se as disposições do artigo 27.º – B do Regimento.

Artigo 27.º-F

(Exame em Comissão)

No exame em comissão das petições apresentadas pelas Organizações de Moradores aplicam-se as disposições previstas no artigo 27.º – C do Regimento.

Artigo 27.º – G

(Exame em Plenário)

- 1- Os relatórios respeitantes às petições das Organizações de Moradores são submetidos à apreciação do Plenário da Assembleia no prazo máximo de 180 dias contados da apresentação da iniciativa.
- 2- O debate é generalizado, nele intervindo Membros da Assembleia Municipais e Membros da Câmara por tempo global não superior a 30 minutos.

Artigo 27.º – H

(Admissão e disciplina)

- 1- A Assembleia Municipal reúne-se em sessão extraordinária a requerimento de cidadãos eleitores inscritos no recenseamento eleitoral do Município, em número não inferior a cinquenta vezes o número de elementos que compõem a Assembleia.
- 2- O Presidente da Assembleia, nos cinco dias subsequentes à recepção dos requerimentos previstos no número anterior, e depois de verificada a legitimidade dos requerentes, por Edital e por carta com aviso de recepção ou através de protocolo, procede à convocação da sessão para um dos quinze dias posteriores à apresentação dos pedidos, tendo em conta que a convocatória deve ser feita com a antecedência mínima de cinco dias sobre a data da realização da sessão extraordinária.
- 3- Quando o Presidente da Assembleia não efectue a convocação que lhe tenha sido requerida nos termos do número anterior, podem os requerentes efectua-la directamente, com invocação dessa circunstância, observando o disposto no número anterior com as devidas adaptações e publicitando-a nos locais habituais.
- 4- Os requerimentos deverão ser acompanhados de certidões comprovativas da qualidade de cidadão recenseado na área do Município de Bragança.
- 5- Têm o direito de participar, sem voto, nas sessões, dois representantes dos requerentes.
- 6- Os representantes mencionados no número anterior podem formular sugestões ou propostas, as quais só são votadas pela Assembleia Municipal se esta assim o deliberar.

Artigo 27.º – I

(Exame em comissão)

- 1- A Comissão examina no prazo máximo de cinco dias, prorrogável por um ou mais períodos, até ao limite de dez dias, mediante autorização da Mesa da Assembleia Municipal, o requerimento dos cidadãos eleitores.
- 2- A Comissão elabora um relatório e parecer dirigido ao Presidente da Assembleia Municipal, o qual deverá conter os elementos instrutórios, se os houver, e as conclusões com a indicação das providências julgadas necessárias.»

3.º O Capítulo III (Do funcionamento da Assembleia), do Regimento da Assembleia Municipal de Bragança passa a integrar a Secção VI (Da participação dos cidadãos) que compreenderá a Subsecção I (Direito de petição dos cidadãos) que abrangerá os artigos 27.º a 27.º – C, a Subsecção II (Direitos das organizações de moradores) que abrangerá os artigos 27.º-D a 27.º – G e a Subsecção III (Sessões convocadas por cidadãos eleitores) que abrangerá os artigos 27.º-H a 27.º – I.

4.º A Secção V do Capítulo III do Regimento da Assembleia Municipal de Bragança passa a denominar-se de “Participação dos Membros da Câmara Municipal” compreendendo o Artigo 26.º

5.º A Secção III do Capítulo VI do Regimento da Assembleia Municipal passará a compreender os artigos 63.º e 64.º.

6.º O Regimento da Assembleia Municipal de Bragança é republicado em anexo com as necessárias correcções materiais.”

ANEXO AO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA – GRELHA DE DISTRIBUIÇÃO DE TEMPOS

Art. 30.º, n.º 7 do Regimento da Assembleia Municipal de Bragança

Proposta

Grupo	Tempo	A	B	C	D
Partido Social Democrata		13 Minutos	18 Minutos	23 Minutos	54 Minutos
Partido Socialista		7 Minutos	10 Minutos	15 Minutos	30 Minutos
Movimento Sempre Presente		5 Minutos	7 Minutos	12 Minutos	21 Minutos
Centro da Democracia Social		3 Minutos	5 Minutos	10 Minutos	15 Minutos

Coligação Democrática Unitária	3 Minutos	5 Minutos	10 Minutos	15 Minutos
Bloco de Esquerda	3 Minutos	5 Minutos	10 Minutos	15 Minutos
Presidentes de Junta de Freguesia -PSD	14 Minutos	19 Minutos	24 Minutos	57 Minutos
Presidentes de Junta de Freguesia - PS	5 Minutos	7 Minutos	12 Minutos	21 Minutos
Presidentes de Junta de Freguesia – IND	3 Minutos	5 Minutos	10 Minutos	15 Minutos
Câmara Municipal de Bragança	4 Minutos	14 Minutos	19 Minutos	42 Minutos

----- **Presidente da Mesa** – Foi constituída uma Comissão para proceder à análise e fazer propostas de alteração ao Regimento da Assembleia para vigorar neste mandato até dois mil e treze, devo fazer nota de que o Grupo que reuniu, por diversas vezes, fez um trabalho que foi um trabalho de mútuo acordo, mesmo nas peças do regimento que viu eventualmente mais complicadas e sujeitas a mais debate, mais contestação, mais dificuldade de chegarmos a entendimento, tudo foi ultrapassado, todos os participantes e quero ressaltar aqui também os Grupos municipais dos senhores Presidentes de Junta que foram muito céleres a disponibilizar algum tempo que tinham para poder beneficiar, de alguma forma, grupos que têm menos representação nesta Assembleia e ficavam com muito pouco tempo para usar no debate, nos vários temas, e os Senhores Presidentes de Junta disponibilizaram do seu tempo para que os grupos municipais com menor representação pudessem ter um acréscimo de tempo.

----- Devo então dizer, como nota final, que se congratula, a Mesa, pelo trabalho de disponibilidade e de espírito democrático de partilha de sentimentos políticos na elaboração deste Regimento que agora se apresenta, mais a questão da distribuição dos tempos que era a questão muito importante.

E nessa matéria, a Mesa, mais uma vez, congratula-se com o resultado obtido. O documento foi distribuído aos senhores deputados. EU convidava para a primeira intervenção o Senhor deputado que foi nomeado, na Comissão de Revisão do Regimento, como relator do documento final, Senhor Deputado do Partido Social Democrata, Nuno Reis, para fazer uma breve apresentação das alterações que tiveram lugar no Regimento.

----- **Nuno Reis** – Muito obrigado, Senhor Presidente. Procurarei ser o mais breve possível até porque os ilustres deputados já devem estar cansados por me ouvir tantas vezes, hoje, e portanto não vou aborrecer-los muito mais tempo.

----- Senhor Presidente, Senhores Deputados, dizer-lhes que, como referiu e muito bem, a Mesa, os trabalhos da Comissão de Revisão do Regimento correram com grande normalidade, com grande

espírito de colaboração, de cooperação e inter-ajuda entre todos os grupos políticos com representação nesta Assembleia. E de facto, Senhor Presidente, nós constatamos, desta vez, que houve uma alteração da composição do Plenário da Assembleia, tendo surgido além dos grupos municipais já tradicionalmente representados, o grupo municipal dos membros directamente eleitos pelo Movimento por Bragança Sempre Presente, o grupo municipal dos Presidentes de Junta do Partido Social Democrata, que anteriormente compreendiam todos os Presidentes de Junta eleitos no Concelho de Bragança, não se distinguindo a origem político partidária pela qual tinham sido eleitos. ...

----- Dizer também que foi constituído o grupo municipal dos Presidentes de Junta do Partido Socialista e mais recentemente, não tendo, por esse motivo, podido colaborar e trabalhar na Comissão de Revisão de regimento, o grupo municipal dos Presidentes de Junta também eleitos pelo Movimento por Bragança Sempre Presente.

----- Dizer-lhes, Senhores deputados, que os trabalhos da Comissão obedeceram a um princípio fundamental que foi uma preocupação na recolha e ...de toda a disciplina legal relativa ao funcionamento e organização da Assembleia Municipal de Bragança, de forma a produzir um documento único, consolidado e esclarecedor das putativas dúvidas que possam surgir nos Senhores Membros da Assembleia Municipal, a respeito daquilo que é a disciplina e regime de funcionamento deste Órgão.

----- Dizer-lhe também que é com particular satisfação e agrado que constato que esta Assembleia está mais democrática e está mais aberta à participação cívica. Nós, hoje, tivemos a oportunidade de verificar o interesse e o entusiasmo com que um munícipe se dirigiu à Assembleia Municipal, o que é louvável e deve ser estimulado, mas dizer-lhes que nós tivemos a oportunidade de transpor para o novo Regimento a possibilidade, já legalmente prevista, de a Assembleia vir a ser convocada, em sessões extraordinárias, por iniciativa de cidadãos eleitores do Município de Bragança, e fizemos também a consagração regimental da possibilidade de serem apresentados à Assembleia, petições, requerimentos, queixas e reclamações que obedecendo a determinados requisitos podem e devem ser objecto de ponderação, apreciação, debate e deliberação, em plenário.....

----- O Partido Social Democrata dá, assim, resposta a uma promessa, a um compromisso eleitoral que o Senhor Presidente da Assembleia, enquanto candidato, assumiu perante os eleitores de Bragança, que foi o de facilitar e agilizar a participação dos cidadãos nestes Órgão, quer cada vez mais aberto, mais interventivo e muito mais mobilizador da cidadania.....

----- Finalmente, Senhor Presidente, reiterar que houve um grande bom senso apesar das dificuldades, nalguns casos, como é o caso da distribuição dos tempos no Período Antes da Ordem do

Dia, houve uma grande compreensão e um grande espírito de colaboração e de compreensão por parte de todos os grupos municipais, tendo nós, penso eu, e acho que é um sentimento global dos membros da Comissão, alcançado uma fórmula tão equilibrada quanto legalmente possível.

----- E, por isso, termino, agradecendo honestamente a todos os membros da Comissão que colaboraram nos trabalhos, dizendo-lhes que nada disto teria sido possível sem o seu empenho, sem a sua dedicação, porque levou muitas horas de trabalho e de discussão, e agradecer finalmente também a disponibilidade da distinta Mesa da Assembleia Municipal e uma palavra também de reconhecimento aos senhores funcionários que foram absolutamente incansáveis na forma como assistiram e colaboraram nos trabalhos da Comissão e sem os quais também não teríamos tido a oportunidade de desenvolver e concretizar o trabalho que fizemos. Muito obrigado, senhor Presidente.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. A Mesa dirige à Assembleia a pergunta se há pedidos de esclarecimento sobre esta matéria.

----- Intervenções sobre esta matéria? A Mesa regista um pedido de intervenção do Deputado José Brinquete, da CDU. Faz favor, Senhor deputado, pode usar da palavra.....

----- **José Brinquete** – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, eu quero testemunhar aqui que considero que temos um bom Regimento e que sendo um bom trabalho e reforçar aquilo que o Dr. Nuno Reis disse, que há uma robustez da democracia participativa, designadamente através da apresentação da Comissão.....

----- Mas também quero dizer que, e para isso, quero registar uma declaração de interesses que eu considero que a Lei das Atribuições e Competências das Autarquias, a 169, tem que ser revista, o mais urgente possível, porque é uma Lei que tem lacunas muito graves para o funcionamento do poder local democrático. E daí que, não por culpa do grupo de trabalho ou desta Assembleia, mas porque a Lei impõe, designadamente no Período de Antes da Ordem do Dia, um tempo muito limitado, eu quero registar aqui a minha opinião, que vamos ficar todos muito penalizados na discussão mais aprofundada de alguns assuntos, como hoje já se verificou. Porque do ponto de vista do cumprimento da Lei, devo confessar que a CDU até ficou privilegiada, porque a dividir aquilo em termos de percentagem ficávamos com vinte segundos, não é?. Mas nós não aceitamos aquela Lei e batemo-nos para que ela um dia seja modificada. E por isso vamos ficar mais pobres, porque mesmo os grupos maiores têm também muito pouco tempo, se considerarmos que, dum grupo como o PSD, com tanta gente capaz de fazer intervenções boas, não vai ter espaço para as fazer, e vão confrontar-se com esse problema...

----- Por último, dizer-lhe que também partilho e congratulo-me com o facto desta Assembleia Municipal ter cerca de dez grupos parlamentares, porque isso, de certeza, que é um valor

acrescentado, eu não lhe chamo “mais valia” porque seria uma forma errada de qualificar, podemos traduzir a palavra, um “valor acrescentado” e que provavelmente, quase de certeza, vai produzir um trabalho profícuo e favorável ao Município.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Vamos passar à votação das alterações ao Regimento da Assembleia Municipal.....

----- **Após análise e discussão foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, estando momentaneamente oitenta e cinco membros presentes.....**

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhores Deputados.

----- Declarações de voto? A Mesa não regista nenhuma intenção de declaração de voto.....

----- Vamos passar ao ponto número seis, foi uma iniciativa da CDU, para agendamento deste ponto.-

----- Senhor Deputado Brinquete, eu acho que é da sua vontade proceder à explicação deste ponto .

PONTO 6 – APRECIÇÃO DA SITUAÇÃO CRÍTICA DA ZONA HISTÓRICA DA CIDADE DE BRAGANÇA - SOLICITAÇÃO DO GRUPO MUNICIPAL DA CDU, COM VISTA AO EXERCÍCIO DE COMPETÊNCIA PREVISTA NA ALÍNEA R) DO N.º 1 DO ARTIGO 65.º DO REGIMENTO.....

----- **Presidente da Mesa** - Senhor Deputado Brinquete, eu acho que é da sua vontade proceder à explicação deste ponto

----- **José Brinquete** – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, dentro das competências que a Lei nos confere de podermos propor pontos para a ordem de trabalhos, a CD escolheu o tema que nos é muito querido a todos e que tem a ver com a Zona Histórica de Bragança, o título da ordem de trabalhos tem uma pequena lacuna falta-lhe a palavra “crítica”. Situação crítica da Zona História, que eu registo aqui para depois ficar em acta.

----- O que eu pretendia dizer é o seguinte:

“Torna-se difícil perceber se o Executivo Camarário tem alguma estratégia para a Zona Histórica da cidade de Bragança.

Ou, o que pensa fazer no imediato para travar a situação altamente crítica em que se encontra este espaço urbana.

Desconhece-se qual a evolução da Zona Histórica desde a entrada em vigor do seu Plano de Pormenor. Qual o impacto das medidas que o Executivo implementou, ao agravar as taxas dos imóveis degradados e ao desagrar as taxas das obras e dos imóveis reabilitados. Ou ainda, quantas são as famílias afectadas e quais são as suas necessidades de apoio.....

Entretanto, com Inverno que estamos a atravessar ficou ainda mais a nu algo que a CDU sempre denunciou: a zona histórica atravessa, seguramente, um dos seus piores momentos de degradação social e habitacional.

Todas as semanas surgem edifícios em perigo de derrocada, que o executivo entaipa, isola, mete barrote, etc. Há escassas semanas aconteceu mais incêndio numa habitação na rua de S. João, com risco de propagação a todo o quarteirão. O Polis e o PROCOM criaram autênticas armadilhas.

É por tudo isto que não se compreende a posição do município ao estar contra a integração do 2º Ciclo no Agrupamento da Escola Miguel Torga, com o silêncio cúmplice do Presidente da Junta de Freguesia, que também é docente nesta Escola.

Ao Gabinete de Atendimento da CDU chegam-nos todos os dias sugestões, que vão desde: a criação de uma sociedade de reabilitação que servisse para dinamizar o sector da construção civil que atravessa um dos seus piores momentos; a criação de ateliers para os artistas da cidade; o incentivo à abertura de casas de artesanato e produtos da terra; a recuperação dos antigos palácios (que na maioria são públicos) para residências de estudantes; a recuperação e modernização das antigas tabernas; a criação de uma feira franca (todos os sábados) e outros eventos periódicos na Praça de Camões; a animação cultural e musical da Praça da Sé e do Jardim António José de Almeida, com o seu belo Coreto, etc., etc. Estes testemunhos provam à evidência que a cidade vive com preocupação e angústia a situação da sua Zona Histórica.

As ideias não faltam! As soluções existem! Exige-se uma intervenção rápida, não podemos chegar tarde demais!.....

É urgente actuar sob pena de ficarmos na história como a geração que liquidou a sua memória, eliminou as suas origens, como se de vergonha do nosso passado se tratasse.

Assim, e por isso tudo, propomos que:

1. A Assembleia Municipal promova **um Debate Público de Audição dos Municípes**, em articulação com a Câmara Municipal, com vista à recolha de ideias e propostas, que vise:.....

- Continuar a reabilitação e voltar dar vida (económica, social e cultural) à Zona Histórica de Bragança.”

.....
a) José Brinquete”

----- **Presidente da Mesa** – Pedidos de esclarecimento relativamente à proposta que é colocada, aqui, pelo Senhor deputado Brinquete.

----- Depois também queria formular ao senhor Presidente se pretende também fazer também alguma intervenção sobre esta matéria. Mas vamos primeiro solicitar aos senhores deputados,

esclarecimento e depois abrimos um período de intervenção onde também o senhor Presidente da Câmara terá a oportunidade para se pronunciar sobre esta matéria.

----- Pedidos de esclarecimento? Existe um pedido de esclarecimento, Senhor deputado do CDS/PP, Guedes de Almeida. Não há registo de mais nenhuma solicitação. Portanto tem a palavra Senhor Deputado.

----- **Guedes de Almeida** – Eu estaria um pouco desatento peço ao Senhor Brinquete que eu não sei se entendi o contexto da proposta, é a preocupação essencial, digamos assim, do estado de degradação em está a Zona Histórica de Bragança, que está perfeitamente definida, basta olhar e uma pessoa deslocar-se lá.

----- Agora, o objectivo da proposta será este: pretende que seja a Câmara a tomar iniciativa ou que seja a Assembleia Municipal a propor à Câmara alternativas de delimitação de intervenção nessa Zona Histórica, de reabilitação urbana, simples ou programada, cuja Lei prevê esses mecanismos? Em concreto qual seria o regime a propor à Câmara, ou seriam apenas actividades de diversão, económicas, reabilitação de um ou outro edifício, concretizar melhor isto para eu poder, pelo menos, ter uma visão do enquadramento legal que possa também ser participado por fundos comunitários, por exemplo.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Senhor José Brinquete quer fazer o favor de responder?

----- **José Brinquete** – Em relação à pergunta que o Dr. Guedes de Almeida faz, a proposta é clara. Faz o diagnóstico, que todos conhecemos, claro, e propõe uma única coisa que é que a Assembleia Municipal faça um debate público, nesta sala, com a colaboração da Câmara, claro, também para esclarecimentos, porque quando se diz que não há uma estratégia, ou parece não haver, ou não se conhece uma estratégia, tem-se consciência que há um Plano de Pormenor com um conjunto de regras e que há outras medidas como também o agravamento e desagravamento dos prédios degradados ou dos prédios recuperados e muitas outras.

----- Mas há um sentimento geral, na cidade, aliás devo dizer que penso que também todos comungam desta ideia, a Zona Histórica não é só de quem aqui habita, é da cidade toda, e há um sentimento geral de que é preciso fazer mais qualquer coisa e é indo ao encontro desse sentimento geral que a proposta pretende uma coisa muito simples que é um debate, ouvir a cidade, ouvir também os esclarecimentos da Câmara, do que já fez e do que é possível ainda fazer, e a Câmara e a Assembleia Municipal, humildemente ouvir o que os munícipes têm a dizer, porque eu dei algumas ideias do que recolhemos no nosso gabinete de atendimento, mas num debate surgirão muitas outras,

de certeza. E partilhar-mos, sobre tudo, com a cidade, com os munícipes o espaço que para todos diz mais, quer dizer, a cidade nasceu na Freguesia de Santa Maria e ninguém pode alterar essa história. Aqui estão os principais monumentos e os principais valores arquitectónicos.....

----- A Avenida Sá Carneiro daqui a cem anos pode ser também património histórico e muitos outros bairros da cidade, hoje ainda não é, só o tempo o dirá se resiste e portanto era esse debate que eu penso que só ganhamos com ele e que pode ser muito útil para ávida em comunidade e para a partilha desta situação que para todos os efeitos penso que é a opinião de todos, precisa de ter outra dinâmica, precisa de ter outros incentivos e de levar uma outra volta. Não sei se foi suficiente o esclarecimento..

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado pelos esclarecimentos que prestou.....

----- Vamos abrir um período para intervenções, sendo que havia já manifestação do Senhor Presidente de intervir sobre esta matéria. A Mesa solicita mais inscrições. Registamos mais a inscrição do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria. Mais intervenções? Uma terceira.....

----- **Presidente da Câmara** – Antes de entrar propriamente no tema, assim, de forma directa, a Câmara Municipal não se opõe à integração do 2.º Ciclo da Escola Miguel Torga, acontece é que no Conselho Geral da Escola foi apresentada uma proposta de criação de um Agrupamento Vertical que colide com a Carta Escolar. Absorveria o Centro Escolar de Santa Maria, essa proposta, quando o centro Escolar de Santa Maria está, nos termos da Carta Escolar, integrado na Escola Augusto Moreno, no Agrupamento Augusto Moreno. Portanto quem tem a competência para aprovar uma alteração à Carta Educativa é a Assembleia Municipal sobre proposta da Câmara e sujeita a homologação. A nossa perspectiva é de que a Carta Escolar actual prevê, já deixa em aberto, a possibilidade de na Escola Miguel Torga existir o 2.º Ciclo, portanto já foi uma preocupação nossa, da Câmara, quando trouxe isso à Assembleia Municipal, salientando que se impunha que ao nível dos outros níveis de ensino, a nível do secundário, fosse feita uma reflexão global no âmbito do Município, portanto nós não nos opomos a essa situação. As coisa têm é que ser feitas com a regularidade necessária e passando pelos órgãos de acordo com a competência devida em termos legais. Primeiro esclarecimento.....

----- O segundo, é que entendemos, relativamente à proposta do Deputado da CDU apresenta, ela, a minha leitura, é claramente positiva, trata-se de uma proposta com sentido positivo, evidentemente que a CDU questiona mas a Autarquia tem política para o Centro Histórico.

----- Eu quero falar um pouco sobre isso e também manifestar o meu sentimento relativamente àquilo que deveriam ser as políticas de reabilitação urbana, incluindo habitação degradada, a nível do país. Devia ser considerado como objectivo prioritário um objectivo estratégico e um desígnio nacional. Temo-nos debatido dentro desta perspectiva a nível da necessidade do Governo definir um

conjunto de instrumentos de política para os centros históricos das cidades do País, designadamente no que diz respeito à possibilidade de a locação de ajudas comunitárias para intervir nos centros históricos a nível do edificado e também de serem desenvolvidas algumas políticas de âmbito fiscal que facilitem a mobilização de poupanças da parte dos proprietários para a reabilitação e um empenho das empresas.

----- Designadamente no que diz respeito ao IVA não entendemos porque é que o IVA não poderia ser a 5% para as operações de reabilitação nos centros históricos, porque isso mobilizaria muita poupança dos privados. Também não entendemos que o processo dos contratos de arrendamento não evolua e não seja criado um sistema de incentivos claros de modo a que a população jovem, digamos, de forma a que criem condições para que seja colocada população jovem nos centros históricos.

----- Há algumas Sociedades de Reabilitação Urbana a nível nacional ? Poucas, onde a Administração Central está envolvida. Do meu ponto de vista deveriam existir políticas de âmbito nacional que fossem de facto um desígnio a nível de estratégia nacional para que os centros históricos pudessem ser revitalizados social e económica.

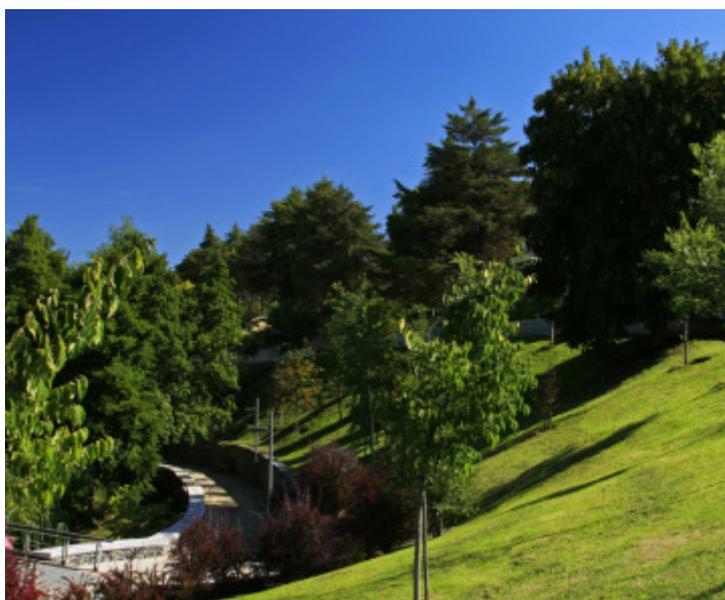
----- Recentemente, a Câmara Municipal fez uma candidatura a fundos comunitários no sentido de desenvolver uma operação no Centro Histórico da Cidade idêntica à que fez na Cidadela. Infelizmente as despesas não são elegíveis e essa componente da candidatura que foi apresentada não é aprovada nem para Bragança nem para espaço nenhum.

----- Hoje partilho o seu sentimento, alguma preocupação, uma preocupação nacional, não é uma preocupação também só do País, apesar das dificuldades, é uma preocupação dos países europeus, mais uns, menos outros, conforme o grau de possibilidades económicas de cada um e a forma como olham para a reabilitação urbana.

----- É sabido que no nosso País a reabilitação urbana tem pouco peso na indústria da construção civil, há estados europeus onde o peso da reabilitação urbana é já muito mais significativo, são tempos e momentos diferentes. Eu acho que o tempo próximo do nosso País devia ser o de reorientar fundamentalmente políticas para a reabilitação dos centros históricos na parte edificada, no âmbito de parcerias público/privadas, naquilo que fosse necessário para concretizar políticas efectivas de rejuvenescimento. Mas evidentemente que o Centro Histórico e existindo algumas preocupações, há evoluções importantes que foram concretizadas nos últimos tempos e a Câmara Municipal tem seguramente políticas e vamos dar prova disso, mas achamos que é preciso fazer mais, depois falarei sobre isso.

----- Eu quero lembrar que na última década investiram-se quarenta e dois milhões de euros no centro histórico, sem ser a preços actualizados, é o somatório do gasto das empreitadas, fosse no âmbito do PROCOM, fosse no âmbito da intervenção POLIS, o investimento total foi de quarenta e dois milhões de euros. A recuperação de quarenta ruas que foram requalificadas com nova infra estrutura de águas, esgotos, zonas pedonais criadas, iluminação pública, mobiliário urbano, a imagem da cidade mudou, a transformação foi imensa.

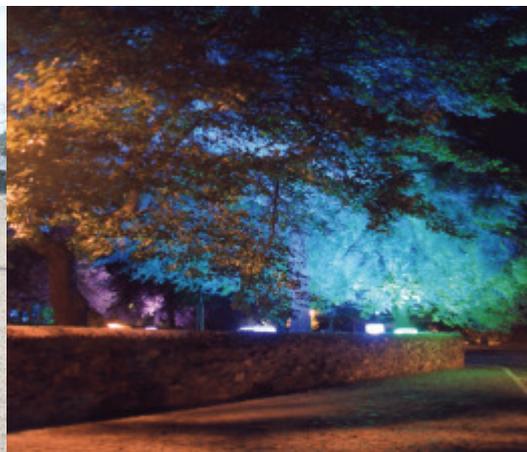
----- Podemos prosseguir, vamos lembrar algumas imagens.







----- Algumas imagens do que era o Rio Fervença, o que era antes, o que é actualmente, o corredor verde, a Moagem do Loreto, por exemplo, e o que é hoje essa zona. Às vezes perde-se a memória com facilidade.





----- Em dois vírgula seis quilómetros nós fizemos intervenção em toda a extensão e portanto só quem não quiser ver, e há gente que não quer ver. O castelo é uma referência em termos de iluminação, onde se fez um investimento significativo.....



----- Dentro da Cidadela recuperaram-se, estou a lalar de investimento público, fez-se a reabilitação em fachadas e coberturas em vinte e quatro edifícios. O estado dessas vinte e quatro edificações foram intervencionadas directamente pela Câmara era algo do género, são algumas das imagens retiradas, podem-se retirar imagens das vinte e quatro, elas estão publicadas nos Boletins Municipais.....



----- Esta imagem onde está instalado o Museu Ibérico da Máscara e do Traje, também edifício reabilitado.....



----- O antigo Mercado Municipal, aquilo que é hoje, uma praça central de elevada qualidade, com um parque de estacionamento subterrâneo assegurando mobilidade para o Centro Histórico.



----- Quero lembrar que o edifício mais importante do Centro Histórico, é inquestionável, o de maior dimensão, na cidade de Bragança estava neste estado, sem cobertura, em ruína, abandonado, hoje é um espaço recuperado, com a Biblioteca Municipal, com a Biblioteca Adriano Moreira, com espaço de memória da Cidade e com o Conservatório de Música e com os Serviços Culturais do Município, para onde se transferiram vários trabalhadores. Esta não é a imagem que temos hoje, do principal edifício da cidade.

----- Também a antiga Central Hidroelétrica, no Centro Histórico, era um espaço abandonado, desqualificado, ou seja, estou a ir mais para baixo, como dizia o senhor deputado. Olhe, a que estava em construção e veja o que é hoje, o que é hoje esse espaço, um espaço de formação, um espaço de educação, transferência de conhecimentos para o Município, para a Região e para fora da Região.

----- O Centro da Casa da Seda, um espaço abandonado, hoje é um espaço útil à educação e à formação.....

----- A antiga Agência do Banco de Portugal, também estava abandonada, no Centro Histórico, hoje é um edifício de referência, um bom equipamento cultural, com prémio internacional de arquitectura no ano de dois mil e nove.

----- A primeira sede da Agência do Banco de Portugal é hoje sede da Fundação Rei Afonso Henriques, e sede, também, do Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial.



----- Aqui, em frente, no antigo edifício dos Bombeiros, onde está, hoje, a ACISB e o Turismo, a Câmara cedeu o edifício, fez o projecto, e apoiou financeiramente, como os Senhores Deputados sabem muito bem.....



----- Onde está instalada a Sede da Junta de Freguesia de Santa Maria, hoje, um bonito espaço que dignifica o Centro Histórico, em frente ao Museu.

----- A melhoria inquestionável de acessibilidades a nível do estacionamento ao Centro Histórico. A nível de acessibilidades mesmo que algum agente diga assim - então como é que estamos de Plano Estratégico - nós de facto temos um Plano Estratégico de Mobilidade Urbana, elaborado no âmbito da intervenção estratégica do POLIS, que nos tem permitido fazer intervenções de referência, tendo a

cidade de Bragança, em termos de avaliação externa, apontado como das cidades no topo da mobilidade urbana.

----- Não quero deixar de salientar que a nível dos privados também há investimento, as pessoas têm que estar atentas. Há imóveis degradados? É verdade que sim. As condições climatéricas, o tempo, tem agravado as condições de alguns imóveis? É inquestionável que sim. Essa situação preocupa-nos? É evidente que sim, mas os privados também têm feito muitas intervenções

----- Eu vou dar conta do número de intervenções desde o ano de dois mil e sete, e alguns exemplos.

----- Voltava a trás.....

Exemplos de intervenções de privados.

Área	335 ha		
Imóveis existentes (privado)	793		
Imóveis Degradados	70		
a) Imóveis com nível de degradação elevada	21	70	8,82%
b) Imóveis com nível de intervenção moderado	27		
c) Imóveis com nível de intervenção diminuto	22		
Imóveis reconstruídos desde 2007			
d) Imóveis concluídos	10	26	37,14%
e) Imóveis em fase de construção	4		
f) Operações urbanísticas com projecto aprovado	8		3,28%
g) Operações urbanísticas em fase de apreciação	4		
Lojas comerciais	16	64	
Habitacção unifamiliar	20		
Tipologia T0	3		
Tipologia T1	9		
Tipologia T2	7		
Tipologia T3	5		
Tipologia T4	2		
Tipologia T5	1		
Imóvel a Turismo	1		
Recuperação de Fachadas ao abrigo da Rota da Terra Fria (Cidadela)	24		

----- Quero fixar-me neste quadro, o total que o Município dispõe, do Plano de Pormenor para o Centro Histórico onde está feita a avaliação da totalidade dos imóveis e o estado dos imóveis. Há um total de setecentos e noventa e três imóveis, há um total de setenta imóveis degradados com níveis de degradação diferentes, níveis de elevada degradação, moderada e diminuta, que representam oito vírgula oitenta e dois por cento da totalidade do património edificado.

----- Houve vinte e seis intervenções, ou seja, vinte e seis projectos, desde dois mil e sete, até ao momento, de privados, que acrescem ao investimento público que foi realizado que é significativo, respectivamente imóveis concluídos, em fase de construção, em fase de operação urbanística com projecto aprovado e em fase de apreciação. Vinte e seis intervenções. A situação também não é tão negativa como isso, pelo contrário, eu acho que há privados que têm reagido de uma forma verdadeiramente notável, apostando numa boa imagem do Centro Histórico. É preciso ir mais longe, temos situações no Centro Histórico, provavelmente a situação mais degradada que está no centro Histórico é na Rua Direita, que envolve duas habitações, ficaram deterioradas face a um incêndio urbano que ocorreu a alguns anos, esse processo mantém -se em litígio em tribunal, não há possibilidade nem para os privados nem para o Município intervir, por exemplo.....

----- Há outras situações que estão identificadas em que faleceu o proprietário e não surgiu sequer nenhum herdeiro a reivindicar o bem. Portanto há situações que têm que ser ultrapassadas e que não é a correr que se vão ultrapassadas.

----- No entanto quero destacar como positiva a proposta, no sentido de que todos devemos estar preocupados com a imagem do Centro Histórico, o Centro Histórico marca a diferença em qualquer cidade. Fez-se, diria assim, praticamente tudo que havia a fazer em termos de intervenção pública, ao nível das infra estruturas, do espaço urbano público, a requalificação praticamente a totalidade dos edifícios públicos que estavam abandonados, a intervenção de alguns edifícios privados em parceria com a Câmara Municipal, melhor, a Câmara Municipal assumiu a recuperação dos imóveis mediante uma parceria com os privados e de acordo com documentos de normas orientadoras aprovadas nesta Assembleia Municipal e aquilo que nós equacionámos como necessário é prosseguir com a intervenção. A intervenção já não é na escala da infra estrutura, é noutra âmbito e esse âmbito tem que ser a aposta inquestionável em tentar encontrar a forma de pela via do arrendamento, pela via da venda, pela via da construção de eventuais residenciais, encontrar a forma de numa perspectiva de médio e longo prazo, isto não é uma operação de curto prazo, garantir a presença de jovens no Centro Histórico, porque atrás dos jovens vêm as actividades económicas. E estimular também, com alguns programas, a actividade económica.....

----- O Município tem um programa aprovado no âmbito de Bragança activa que irá implementar, que irá e irá ser também um instrumento de política para o Centro Histórico.....

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Senhor Presidente. Tem a palavra, agora, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, Jorge Novo, faça o favor.....

----- **Jorge Novo** – Muito obrigado, Senhor Presidente. Aproveito para saudar e cumprimentar e consigo também cumprimentar a Mesa, o Senhor Secretária, a Senhora Secretária, o Senhor Presidente da Câmara, O Senhor Vice Presidente, Senhora e Senhores vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, caríssimos colegas Presidentes de Junta de Freguesia, Comunicação Social, público presente. Seja-me permitido fazer algumas considerações sobre este assunto agendado pelo grupo Parlamentar da CDU, com a designação “ apreciação da situação da zona histórica da Cidade de Bragança” ainda bem que não aparece crítica, porque senão tínhamos, desde logo, que desmentir esta classificação, como aqui e muito bem, o Senhor Presidente teve a oportunidade de o fazer.

----- De facto, relativamente a este assunto, também agradeço o agendamento porque permite que o Centro Histórico e nomeadamente a parte concernente à área geográfica da Freguesia de Santa Maria também seja aqui discutida, esteja no primeiríssimo plano das preocupações da Assembleia Municipal e tanto mais porque com certeza com propósitos construtivos, com propósitos afirmativos, com propósitos de ajuda, este agendamento assim foi considerado e além do mais irá proporcionar com certeza alguma reflexão, reflexão que pode e deve chegar às acções do dia a dia para que a Zona Histórica resolva desde logo alguns problemas que ainda vai mantendo.

----- Como sabem, as zonas históricas de qualquer cidade em geral e a nossa Zona Histórica em particular, é uma referência, é um espaço emblemático, é a presença e a vivência da história, da cultura, da tradição daquilo que foi a evolução das próprias cidades. E como sabem, essas zonas históricas apresentam, geralmente, problemas, problemas de duas ordens: ao nível de uma certa desertificação e por outro lado também de um certo abaixamento do nível económico. Estamos a falar de quase ou de todas as zonas históricas do País, inclusive das grandes cidades. Não sei se sabem, mas, o Porto, por dia, perde um vírgula seis habitantes. Com certeza que, desses um vírgula seis habitantes, provêm justamente da zona histórica.....

----- A fim de contrariar isto, isto é, pelo contrário, ajudar a revitalizar a zona histórica, pelo menos desde há oito anos a esta parte, muita da principal acção política e de gestão orçamental tenha sido dedicada quer pela Câmara Municipal, quer pela Junta de Freguesia de Santa Maria, com as suas competências, com as suas possibilidades e sobre tudo com os seus recursos financeiros e humanos. ...

----- Como exemplos desta afirmação já aqui foi apresentado muito sucintamente, muito pormenorizadamente, ao qual eu não poderia também deixar de o fazer, acrescentando alguns exemplos que aqui não vieram à liça, nomeadamente: toda a zona envolvente do Rio Fervença, sim senhora, com o entubamento dos esgotos e das águas pluviais, a construção do passeio, limpeza das margens, a construção de infra estruturas de água, luz, gás, etc., a colocação de novos pisos das ruas, novos calcetamentos em espaços públicos, a criação de zonas de laser e, sobre tudo, também a plantação de árvores. Veja-se a encosta do castelo.

----- De referir também a construção da Praça Camões e o Parque de Estacionamento, o Parque de Estacionamento fundamental para que as pessoas mais facilmente possam aceder à Zona Histórica e ali tenham lugar para estacionar e depois percorrer e fazendo da Zona Histórica aquilo que porventura poderá a vir a ser um Centro Comercial ao ar livre, que é, enfim, um ideal que todos nós, com certeza, teremos.

----- Para além disso também a construção de equipamentos como o Centro de Ciência Viva, a Casa da Seda, o Museu da Máscara e do Traje, o Posto de Turismo da Cidadela, o Parque de Auto Caravanas, a recuperação de edifícios para a Sede da Fundação Rei D. Afonso Henriques, a própria Sede da Junta de Freguesia de Santa Maria, aqui já referida, e a Sede da ACISB e do Turismo. Poder-se-iam ainda referir a recuperação das coberturas e fachadas, como aqui foi dito, das casas do Castelo, ou a facilitação das acessibilidades, pela disponibilização dos STUBs eléctricos, para aquela população mais idosa que tem necessidade de se deslocar e não tem viatura própria. Ou ainda a possibilidade de estacionamento, tão importante também, existente na Praça Camões, para os residentes justamente aqui, e com a oferta das melhores condições possíveis. Se não estou em erro não chega a um euro por dia. Ter uma garagem para por o carro a menos de um euro por dia.

----- Recordava ainda a parceria no programa de conforto habitacional para maiores de setenta e cinco anos, um programa desenvolvido no âmbito da parceria do Instituto da Segurança Social com a própria Câmara Municipal, na recuperação de casas de propriedade dos próprios moradores, de idosos com mais de setenta e cinco anos, fazendo com que eles, podendo, não se desenraízem, não saiam do seu local de vivência e passem para uma IPSS e continuem a viver no seu local onde têm essas vivências ao longo de muitos anos, e além do mais também a realização de muitas actividades, sejam actividades sociais, sejam actividades culturais.

----- Quem é que se lembra das actividades que se realizavam no Castelo no tempo da gestão Socialista ? Digam-me uma actividade. Desde logo refiro: a Festa da História, o arraial dos Santos Populares, o Concerto de Corda Perfeita, o Encontro Ibérico de Música Popular, etc., etc., etc.

----- Além do mais também recordava os próprios planos de ordenamento, instrumentos de planeamento e de ordenamento como o Plano de Urbanismo e O Plano de Pormenor.

----- Portanto, em sùmula, a acção tem sido feita com visão estratégica e com sentido de futuro, sabemos que há ainda muito para fazer, mas há uma visão, há um sentido, há uma orientação explícita, é claro que isso demora tempo, mas sabemos por onde é que vamos e estamos a trilhar esse caminho. Ainda assim urge continuar em encetar acções que dêem continuidade àquilo que tem sido realizado até agora.

----- Relembra a instalação, como hoje aqui foi dito também na parte da manhã, a instalação da Loja do Cidadão, quiçá seja uma âncora importante para que mais actividade aqui seja proporcionada e a oferta de serviços aqui sejam disponibilizados aos cidadãos e a deslocação de algumas pela forma de empregabilidade aqui na zona, para além do mais também a requalificação da zona da Estacada Velha, é uma parte que ainda de facto não está, aquela zona do Colégio do sagrado Coração de Jesus e que é uma zona de passagem, de trânsito, inclusive. A frente dessa zona da Estacada Velha que confina com a Rua Miguel Torga, o próprio acesso ao Governo Civil, aquela encosta, e também, permitam-me que o refira, porque é de facto um património emblemática da nossa cidade, classificado, que é o Convento de São Francisco e é o arranjo do acesso justamente a esse património, ao Convento de São Francisco.

----- Mas o cerne da questão, também não podemos esquecer, que estará sempre e porventura será aqui mais decisivo o apoio que a Administração central e o Governo pode e deve dar às medidas e à implementação de candidaturas de programas para o desencravamento, para a revitalização da Zona Histórica.....

----- Sem uma medida, sem um programa, sem uma orientação do próprio Governo e da Administração Central com certeza que é muito mais difícil, em qualquer município, não é só o Município de Bragança, vamos ao Porto, a Lisboa, a Coimbra, a todos os outros, poderem contraria aquela que foi esta evolução das próprias cidades.....

----- Por fim termino dizendo que é importante que não se desvalorize a nossa Zona Histórica, esta ideia é fundamental, que não se desvalorize as pessoas que aqui vivem, que não desvalorize a actividade económica que aqui se desenvolve, e sobre tudo que tenhamos muita cautela com aquilo que dizemos porque isto pode influenciar inclusivamente alguém que queira aqui instalar-se e queira desenvolver também algum tipo de actividade, e sobre tudo que tenhamos a firme disposição que a Assembleia é co-responsável com o próprio Município para que esta zona tenha sempre mais vida, com qualidade e sustentabilidade.

----- Termino dizendo ao Senhor deputado José Brinquete duas coisas muito simples, sobre o Segundo Ciclo. Em Junho do ano passado ainda esta questão não estava na ordem do dia já a Junta de Freguesia tinha tomado uma posição sobre o Segundo Ciclo. Aliás e se se recordar a própria Carta Educativa fala lá, aponta para a criação do Segundo Ciclo na área Geográfica da Freguesia. E nós, Junta de Freguesia, em Junho do ano passado enviámos um parecer à escola para ser enviado à Direcção Regional de Educação do Norte, está lá, está lá registo. Mas ainda devo acrescentar mais, além do Segundo Ciclo, que nós inclusivamente apresentámos em sede de candidatura amplamente detalhada, portanto faz parte do nosso programa de candidatura, ainda pensamos que pode ir mais além e que em devido tempo e com os devidos responsáveis, nós iremos ter essa preocupação de apresentar as preocupações, as pretensões legítimas da população que representamos. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. A Mesa passa, agora, a palavra ao Senhor Deputado, em representação do Partido Socialista, Senhor Pires, faz favor.

----- **Manuel Pires** – Saúdo todos os presentes e permitam-me que diga que discordo um pouco do cenário idílico que o Senhor Presidente da Junta de Santa Maria e do Senhor Presidente da Câmara Municipal, e de facto a minha intervenção não vai ser nadinha nesse sentido porque não é o pulsar da cidade e não é o que pensam os munícipes de Bragança e quem nos visita, naturalmente.

----- E começaria assim: quem desce o Polis, pelo corredor do fervença, olha para Além do Rio, mira os Batoques, sobe a Rua Trindade Coelho e Costa Grande, continua e dá a volta às Muralhas do Castelo, desde a Rua Serpa Pinto, Costa Pequena, sobe a Rua Abílio Beça, desde a Rua dos Combatentes da Grande Guerra, Rua Direita, vê uma cidade em putrefacção.

----- O comércio desapareceu, as habitações estão degradadas e em ruínas, não há pessoas, desertaram, e os que tentaram ficar eram velhos e já morreram, tornando-se assim ainda mais delirante o cenário de abandono, transformando-se o cadáver em espectro. E não diga, Senhor Presidente, que este é um cenário pessimista, esta é a pura realidade e foi para aqui que nos conduziu a sua gestão ao longo dos treze anos de mandato relativamente a esta parcela da cidade ao criar subúrbios e não definir estratégias e programas conducentes à fixação de cidadãos neste local único da nossa Cidade, que, pelos vistos, até infra estruturou. E até já falaram aqui disso naturalmente e até falaram dos edifícios que reabilitaram, mas não quis preservar e votou ao abandono ao não criar programas de reabilitação urbana que levassem a atrair pessoas para esta zona da cidade. 1

----- Senhor Presidente, não sei se ainda vai a tempo, mas mais vale tarde que nunca, diga-nos, por favor, para os cidadãos desta terra, quais os programas de estratégia que levarão a atrair e a fixar população nesta parte da cidade, que tendo um casario com características únicas e monumentos de

elevado valor patrimonial, porventura desde que reabilitada, recuperada e com gente, será a sala de visitas do Município e o local mais emblemático desta Cidade com quinhentos e quarenta e seis anos de história. Enfim, o que se propõe fazer já que no Plano Plurianual de Investimentos não conseguimos vislumbrar um programa, uma medida, o que quer que seja para que o espectro que vos apresentei, no início desta intervenção, desapareça.

----- Senhor Presidente, minhas Senhoras e meus Senhores, esta Cidade é rica em história e património, temos de valorizá-la com talento e intercâmbio, havemos ter que escorar a pedraria destas casas velhinhas, de renovar tabernas, casas de artesanato, livrarias, casas comerciais, habitações, dar vida à cultura e ao Centro Cívico do nosso Município promovendo a ocupação deste espaço, porque é muito triste a cidade sem gente, meus amigos. Tenho dito.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Tem a palavra, em representação do Grupo Parlamentar do CDS/PP, o Deputado Guedes de Almeida. Faz favor, Senhor deputado, para a sua intervenção.

----- **Guedes de Almeida** – Sobre isto e também porque ainda me recordo da campanha, foi um dos pontos essenciais, e quem conhece Bragança, quem conheceu Bragança e quem tem e quem tem uma memória de Bragança e que aqui não mora e se desloque agora a Bragança chega à conclusão que esta não é a Bragança dos tempos em que cá viveram e conheciam.

----- E já agora eu sugiro, porque tenho alguma experiência, das assembleias municipais, no vinte e cinco de Abril costuma haver sempre umas deslocações, umas visitas, na próxima eu não estarei, estará alguém, estou aqui hoje só de passagem, digamos assim, é que seja feita uma visita precisamente por esta Zona Histórica e eu aproveito já para que seja feito um trajecto que aqui descreveu o Senhor Professor Pires.

----- E isto, já agora, independentemente, eu não estou aqui por questiúnculas partidárias, ao meu amigo Senhor Doutor Jorge Novo, eu recordo até mais atrás, o que é que se fez no castelo, antigamente fazia-se muito no Castelo, eu não me refiro a partidos políticos e até posso vir a antes de haver partidos políticos, fazia-se quase tudo no Castelo e na Zona Histórica. Fazia-se tudo, olhe, as festas da Cidade, com o Dr. Subtil faziam-se os arraiais, era tudo lá em cima, a vida era aqui e era na Praça da Sé. E agora o que se fez de mais cidade não chega aquilo que se investiu e que tanto se diz, os milhões que se gastaram não chegam para reconstruir a Cidade que foi cidade e que deu origem à nova Cidade ou aos novos, que eu digo que não é cidade, aglomerados desordenados. Há algum edifício ou outro pontual de grande vulto que são a marca, digamos assim, de uma passagem pelas políticas e também não simbolizam um partido, simbolizam as pessoas, temos de ser claros.

----- Agora, este tema já foi aqui debatido. Eu peguei na acta de hoje e foi alguém que falou aqui na reabilitação urbana e eu até remetia, foi distribuída para a acta da primeira sessão Ordinária de dezoito de Dezembro, onde alguém falou aqui que era necessário, e de acordo com a nova Lei, digamos assim, administrativa,o novo Regime Jurídico em que se encora hoje, que é recente a Lei, na definição pelo Município da área ou áreas da reabilitação urbana do tipo de operação de reabilitação e do modelo de gestão adoptado e é aqui que se sublinha a gestão do modelo adoptado.

----- Pode haver plano de pormenor mas, neste momento, as autarquias têm poder para definir zonas de intervenção, criar sociedades de reabilitação e não venham dizer que são únicas, a maior parte das cidades do País, aquelas de maior tradição, Coimbra, Figueira, Porto, Óbidos, aproveitam estas sociedades de reabilitação. Só que aqui parece haver um problema, que esta sociedade de reabilitação tem poderes próprios, tem poderes públicos de expropriação, mas participa a sociedade civil, participam os proprietários e isto pode ser definido, no entanto o Senhor Presidente da Câmara ...concreto, quando, eu vou dizer que é minha filha, disse isto, quando lhe perguntaram, em vez de responder aqui disse aos jornais que estava a fazer demagogia. Não está a fazer demagogia, e eu aconselho a lerem o texto que ela a seguir apresenta, com toda a filosofia da nova legislação sobre as sociedades de reabilitação urbana.

----- Agora o que é urgente e eu vou de encontro é que é urgente que o Município, a Assembleia Municipal tenham vontade de acudir a tempo àquilo que foi Bragança, àquilo que é o tesouro de Bragança. E mais sugestivo não há do que os olhos para verem do que estarmos aqui com palavras. Foram visto ali meia dúzia de edifícios mas não são meia dúzia, são talvez milhares de edifícios que estão a cair, que estão em ruína, que estão sem telhado, é degradante, não há actividade económica, não há pessoas, não há habitação, nas aldeias é igual, estamos a falar numa zona histórica, acho que também há aldeias que devem ser reabilitadas. Isto é uma questão de participação dos cidadãos, é uma questão cívica, não é uma questão partidária, é uma questão de responsabilidade e é uma questão de cultura por os valores históricos, por aquilo que são a nossa origem e que não devemos deixar cair ao abandono porque senão qualquer dia esta parte de Bragança e não demorará muitos anos, serão apenas ruínas, escombros e nada mais se salvará.

----- Há que intervir, há projectos de apoio, há mecanismos legais que ajudam à comparticipação comunitária, do Orçamento de estado, da União Europeia, portanto há que haver a vontade municipal e essa vontade aqui ainda não se detectou, não há quaisquer indícios de haver vontade. Um ou outro edifício, não manifesta vontade de salvar toda uma área, que tem interesses privados, que tem interesses públicos, que estão em causa, o privado também colide com o público, agora tem que haver

uma intervenção e tem que ser chamada essa participação aos cidadãos. E é este o espírito da nova Lei, é este o espírito da Lei que está em vigor e pelos vistos que está a escapar, ou tem escapado, digamos assim, ao conhecimento do Município de Bragança.

----- Neste aspecto o que esta intervenção, ou este lembrar desta necessidade por parte da CDU, é importante, obriga a reflectir, e obriga a reflectir com seriedade independentemente dos emblemas políticos que estejam aqui. É um interesse de Bragança, um interesse dos Bragançanos. E isto pode ser alargado também às aldeias, há aldeias também que são confrangedoras, quem conhece o principio das aldeias depois uma pessoa chega lá e fica assustado, quem lá não vai há uns anos.

----- Portanto há que intervir em tudo isto sob pena de arrasarmos o passado e irmos construindo dia a dia, então teremos que mudar de política, aquilo que é velho vai a baixo, voltamos a fazer de novo, mas não é isso que manda a história, não é isso que manda a cultura, não é isso que manda a educação. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. A Mesa dá, agora, a palavra ao grupo Municipal Social Democrata na pessoa do Senhor Deputado Eduardo Malhão.....

----- **Eduardo Malhão** – Senhor Presidente da Mesa, Senhora Secretária e Senhor Secretário, Senhor Presidente do Executivo, Senhora Vereadora, senhores Vereadores, Senhores Presidentes de Junta, Senhores Membros desta Assembleia, minhas Senhoras e meus Senhores. É óbvio que o PSD não foge ao debate de uma matéria desta importância e tem todo o interesse em debater numa forma séria e aprofundada esta matéria, por isso aproveitarei para cumprimentar a CDU pela oportunidade da iniciativa, que é sempre bom proporcionar o debate em torno de questões que são de todos e a todos nos preocupam. E a Câmara naturalmente sem qualquer problema em debater este assunto e não tem com certeza qualquer vergonha de toda a obra que tem feito em prol da revitalização da nossa zona histórica.

----- De qualquer forma tenho que discordar de algumas posições que ficaram aqui expressas pela oposição, a este Executivo, porque não é sério responsabilizar a Câmara Municipal pelo estado de degradação da edificação da Zona Histórica e aí temos que estar todos de acordo, não vamos escamotear os factos nem tapar o sol com a peneira porque está à vista de toda a gente, mas, como dizia eu, estar a culpabilizar a Câmara e esta Freguesia de Santa Maria por este problema que é de todos, é assobiar para o ar e procurar bodes expiatórios para um problema que é muito mais complexo do que aqui ficou explicitado.

----- Desde logo, o problema das zonas históricas é hoje um fenómeno global, não é um fenómeno isolado específica da nossa cidade e quando se fala na Zona Histórica, quando se fala na Cidadela é

falar também nas nossas aldeias, portanto esse problema da desertificação e da degradação do parque habitacional e do parque construído é hoje um problema que também está bem presente no espaço rural.

----- De facto os partidos da oposição ao Executivo apenas vêem quase a parte da traseira do nosso Concelho. O nosso Concelho é uma área bastante ampla, é a maior do Distrito em termos de território e uma das maiores do País, é preciso olhar para o Concelho como um todo, é preciso valorizar tudo que tem sido feito em prol da reabilitação e da requalificação urbana mas também para o trabalho que os Senhores Presidentes de Junta têm desenvolvido no sentido de requalificarem o espaço rural.....

----- E como dizia, acho que fazer demagogia e recorrer a um lugar comum sobre esta matéria, acho que não abona nada a favor da resolução deste problema que é o problema, como diz, transversal, um problema que afecta todas as zonas históricas do País. Desvalorizar também as pessoas que vivem na Zona Histórica, não me parece correcto, há pessoas que vivem na Zona Histórica que têm excelentes condições, que têm tido grandes iniciativas ao nível da revitalização de património construído e há que estimular e continuar a estimular. E dizia que a revitalização e a reabilitação do nosso Centro Histórico obviamente que é uma tarefa urgente e que preocupa a todos, a Câmara é com certeza a entidade mais empenhada e mais preocupada para concretizar esse desiderato. Ninguém pode pensar e vir aqui a afirmar que a Câmara Municipal não é uma parte empenhada e interessada na revitalização da Zona Histórica, isso, de facto, é pura demagogia e isso não colhe o apoio, naturalmente, do PSD.....

----- Na verdade recuperar o património edificado é uma tarefa colectiva que visa reabilitar muitas áreas nobres que estão profundamente degradadas, danificadas e inseguras, contribuindo ao mesmo tempo para um melhor ordenamento do território. Para tal exigem-se políticas de reabilitação coerentes capazes de captar o interesse de proprietários e investidores, criando instrumentos mais eficazes para a dinamização deste segmento de mercado que é, de facto, importante mas que não tem sido bem aproveitado, e aqui, de facto, resultam lacunas graves ao nível de políticas e instrumentos urbanos, é importante que se diga que, como também já referiu o Senhor Presidente, para isso contribui muito o regime de arrendamento urbano que está em vigor, que é um regimento que não tem, de facto, trazido nada de novo ao sector, pelo contrário, tem atrapalhado ainda mais a reabilitação e a CDU não se pode demitir também deste grave problema porque, como sabem, o congelamento das rendas surgiu precisamente num período em que a CDU tinha algum peso nestas coisas, no tempo da revolução, e este problema hoje subsiste até aos nossos dias.

----- De facto é preciso a criação de programas especiais, programas que funcionem como funcionou, por exemplo, o PER, Programa Especial de Realojamento, em que havia um grande enfoque da

Administração Central no sentido de resolver um problema grave que era o problema das barracas e nalgumas zonas resolveu-se, de facto, derivado a um empenho e um enfoque nessa matéria.....

----- Relativamente à reabilitação temos que aceitar todos que não tem havido vontade política em resolver esse problema e é preciso que se diga que a vigência do Novo Regime de Arrendamento Urbano não tem sanado os graves problemas que existem ao nível de património construído também parte dele, de facto, são edificações sem dignidade e sem qualidade.....

----- De notar que o peso da reabilitação em Portugal, também já aqui foi referido, tem pouco significado, apresenta apenas seis e meio por cento da produção total do sector, ou seja, cerca de dezassete vírgula quatro do total do mercado de habitação, quando sabemos que a média da Europa, em termos de mercado de reabilitação, se situa muito próximo dos quarenta por cento, ou seja, trinta e oito por cento. Isso diz bem da falta de uma aposta séria do nosso Governo Central neste importante sector.....

----- Quero reafirmar aqui, uma vez mais, que se alguém se tem empenhado activamente na reabilitação da nossa Zona Histórica, é obviamente a Câmara Municipal, que tivemos todos a oportunidade de ver o muito que tem sido feito e obviamente que ninguém gosta de ver o parque habitacional degradado, ninguém gosta de ver as nossas ruas desertas, eu próprio também não gosto de ver, como é obvio, mas isto não é um problema que tenha a ver apenas com a reabilitação, tem a ver com uma nova realidade económica e social, tem a ver com o novo modelo ao nível da estruturação grande distribuição, tem a ver também com as dificuldades próprias dos centros históricos a reabilitar, tem a ver, enfim, com um conjunto de factores transversais que não são fáceis de ultrapassar, pois gostaria que a CDU e os outros partidos trouxessem aqui ideias, projectos, e não apenas uma proposta genérica que não tem nada de ciência, não tem nada de novo, quase diria que é um conjunto de banalidades que não acrescentam nada nem contribuem para resolver o problema.....

----- Relativamente à proposta que a CDU aqui nos trouxe, como disse, o PSD não foge ao debate, pelo contrário, é parte interessada no debate, e tudo fará para que esta matéria seja debatida, contudo o Grupo Municipal do PSD sugere-lhe aqui uma pequena alteração à sua proposta, no sentido de constar o seguinte: “ Assim propomos que: A Assembleia Municipal promova um debate público de audição dos munícipes em articulação com a Câmara Municipal com vista à recolha de ideias e propostas que vise: continuar a estimular a revitalização da Zona Histórica de Bragança”.....

----- Portanto se a CDU aceitar esta pequena sugestão e esta pequena alteração, por parte do Grupo Municipal do PSD, teremos todo o gosto em viabilizar esta proposta. Tenho dito.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito Obrigado, Senhor Deputado. Quer a Mesa sugerir ao Senhor Deputado José Brinquete a questão de se pronunciar sobre este pedido de alteração à proposta que a CDU formulou.....

----- **José Brinquete** – Só três notas muito rápidas. A primeira é sobre o Segundo Ciclo da Escola Miguel Torga. No fundamental, que eu conheço bem a Carta Escolar, mas no fundamental o que se passa é o seguinte: ainda recentemente, na Escola Miguel Torga, o assunto foi debatido e na Escola também se está a construir, em anexo, um Centro Escolar.....

----- Ora, os dois Segundos Ciclos que existem na cidade, neste momento, estão situados na Avenida Humberto Delgado, não é? E com o Agrupamento Escolar que se está a construir na Freguesia da Sé, quer dizer, se não houver uma medida rápida são incluídos lá em cima. Isto era uma medida interessantíssima, sem grande trabalho, tipo negociação que só vinha valorizar a Miguel Torga. Claro que eu não desconheço o programa da Freguesia de Santa Maria, mas quando disse que havia silêncio, é que nesta fase da discussão a Freguesia podia fazer pressão, e pressão pública, e eu não a vi. É só isso.--

----- Segundo aspecto é agradecer ao senhor Presidente da Câmara porque valorizou este ponto, e preparou-se, e da informação que deu ressalva sobre tudo um aspecto que é: todos nós tínhamos consciência de que havia um forte investimento, não sabíamos era quanto era, neste momento está mais preciso, são quarenta e cinco milhões de euros, é um forte investimento e penso que todos reconhecemos, e todos sabemos dos equipamentos que aqui estão.

----- O que se trata, neste momento, é de um grito de alerta à cidade, de uma partilha dos cidadãos que habitam esta cidade, que criticam e não sei quê, e alguns até têm ideias muito boas, porque este debate não tem carácter deliberativo, como todos entendemos, este debate pretende ser uma espécie de alfinete na consciência de todos, não é? De que, por um lado é preciso fazer mais, porque mesmo estes quarenta e um milhões de contos, que foi verdade, e que é muito dinheiro, dão ainda um resultado insatisfatório, e dizem, é pá, a área está assim, está mal ainda, não é? Claro que se nós falarmos com os comerciantes que estão ainda aqui instalados, é um balde de lágrimas, e eu falo com muitos e também estão muitos para fechar, precisam de um impulso, de um ânimo, aquilo que se costuma dizer em termos médicos, uma “injecção de coramina” para terem outra força. E também a própria Câmara e esta Assembleia também precisa desse impulso dos cidadãos. É esse o efeito que eu acho que pode obter.

----- Claro que eu estou de acordo com a sugestão que dão, no fundo não altera a ideia e o debate, o importante é que se realize o debate e depois haja consequências, estou perfeitamente de acordo.

----- Mas, por último, dizia o seguinte e agora termino, eu, da parte do membro da Assembleia Municipal, Eduardo Malhão, esperava uma intervenção política, claro, que foi para falar em nome do Grupo Parlamentar mas na medida em que a sua profissão é no ramo da construção, podia ter dado outro testemunho que também era outra componente que ajudava, que é, qual é a situação, neste momento, em termos de construção. Está esgotada, provavelmente, em termos de alargamento do espaço urbano e aqui pode haver uma galinha dos ovos de ouro que é a reabilitação deste espaço, não lhe deu a força que devia ter dado. Porque não só está esgotado o sector da construção mas que também está em profunda crise o sector da compra e do investimento, como sabe. Portanto era tudo.

----- **Presidente da Mesa** – Então fica a informação do senhor deputado José Brinquete à questão formulada pelo Grupo Municipal do PSD para alterar a última linha da proposta, pelo que vamos passar então à votação.

----- Pretende ainda fazer uma intervenção? Neste ponto da ordem, naturalmente. Tem disponíveis seis minutos. Senhor deputado esgotou o seu tempo.

----- **José Brinquete** – Eu sei, mas é só a questão da redacção, a ver se estamos de acordo.

----- Portanto, que vise continuar a estimular a reabilitação e dar vida (económica, social e cultural) à Zona Histórica de Bragança.

.....

----- **José Brinquete** - Corta os outros aspectos todos? Porque? Então dar mais vida, também, é que senão tira-lhe o sentido todo. Quer tirar a palavra “vida” é? Eu não tiro a palavra “vida”.

----- Presidente da Mesa – Eu vou passar a ler a proposta. Assim propomos que: A Assembleia Municipal promova um debate público de audição dos munícipes, em articulação com a Câmara Municipal, com vista à recolha de ideias e propostas que vise: continuar a estimular a reabilitação e dar vida à Zona Histórica de Bragança.

----- Ainda antes da votação, o Senhor Presidente da Câmara e porque dispõe de tempo, pediu também tempo para intervir e a seguir o Partido Socialista veio solicitar logo a seguir à iniciativa da Câmara, tem também seis minutos para se pronunciar.

----- **Presidente da Câmara** - Muito obrigado, Senhor Presidente. Olhamos com entusiasmo e iniciativa, nós gostamos que os cidadãos sejam chamados a pronunciar-se sobre o Centro Histórico. O que foi, o que é e o que pretendemos que venha a ser. É uma atitude de cidadania que nós elogiamos, valorizamos e iremos participar activamente nesse processo, considerando os melhores contributos que vierem a surgir dessa articulação e desse trabalho.

----- Eu ainda omiti alguns valores no investimento, não incluí a despoluição do fervença, no que diz respeito à construção de emissários, etc., serão mais cinco vírgula qualquer coisa milhões de euros, estaremos sensivelmente na ordem dos quarenta e oito, que não incluí essa componente.

----- Da totalidade do investimento feito pelo Município na última década, nos últimos doze anos, um terço foi direccionado para o centro Histórico, significa que algo mudou e mudou de forma muito afirmativa e muito significativa. Qualquer pessoa que tenha olhos, vê, está à vista. Em mil novecentos e noventa e sete o esgoto corria pelo Fervença, a céu aberto, o Fervença separava, dividia a cidade, hoje não é assim.

----- É preciso ter atitude para as coisas e falar com rigor sobre as mesmas, não há milhares, dizer que há milhares de edifícios degradados no centro Histórico, é uma perfeita asneira porque a totalidade de edifícios não é sequer um milhar, conforme foi projectado, e esse número é o resultado do levantamento detalhado ao nível do Plano de Pormenor, construído com uma equipe técnica que foi expressamente constituída para o Centro Histórico, foi primeiro fazer a avaliação do que existia, fazer o levantamento, fazer a caracterização sócio/económica, urbanística, portanto não fizemos as coisas de cabeça no ar, procuramos falar com rigor, que é essa a obrigação e também gostamos de ouvir a informação dessa forma.

----- Falar de uma questão de putrefacção no Centro Histórico eu acho que é uma coisa miserável, para falar com toda a clareza acho miserável. Porque aqui o que está é a questão da atitude, imaginem o que seria hoje o Povo da Madeira se não tivesse aquela atitude vencedora, aquela atitude de impulso de olhar para a frente, como é que poderia estar a reconstruir o seu futuro. Que imagem estaria a transmitir para o Mundo, não transmitiu uma atitude vencedora? De união? De querer?

----- A atitude que aqui o Senhor Deputado trouxe eu acho que é uma atitude verdadeiramente lastimável, lamentável e prejudicial para os interesses da cidade e do Município.

----- Este espaço, senhor Deputado, tem dezanove instituições, instituições que representam muito, representaram no passado, representam no presente e não-de representar no futuro, e não se pode tratar as pessoas, as suas instituições, dessa forma, porque isso não ajuda a nada, nós humildemente aqui estamos, estaremos presentes para continuar aquilo que temos feito, envolver de forma activa em políticas de evolução, de qualidade, para o nosso Centro Histórico.

----- O debate foi proposto nós, de facto, volto a reafirmar, encaramo-lo com muito entusiasmo.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Presidente. Tem a palavra o Senhor Deputado Ortega, em representação do Partido Socialista, que tem seis minutos para o fazer, sendo que há outra

iniciativa por parte do Partido Socialista. Geri o tempo como entender, Senhor Deputado, com o seu companheiro.....

----- **João Ortega** – Foram aqui feitas algumas afirmações com as quais eu não posso concordar. Primeira, de que saberá quais são as soluções. Eu penso que, de facto, não se sabe quais são as soluções, não sabe Bragança, não sabe Portugal, não sabe possivelmente o Mundo de como resolver o problema dos centros históricos. E portanto o melhor é termos a humildade todos de não sabendo, no mínimo tentar estudar, tentar perceber e por isso a iniciativa eu penso que é de louvar.....

----- Depois, não posso concordar com o Senhor Deputado Eduardo Malhão que a Câmara não tem culpa, eu penso que é igualmente mau dizermos que está tudo mal mas também é mau dizermos que está tudo bem, quando não somos capazes de fazer a avaliação daquilo que fazemos.

----- O investimento foi feito, é inegável, é positivo em muitos aspectos mas a verdade é que não é feita a avaliação daquilo que não corre bem. E em relação ao PROCOM houve muitas coisas que não correram bem, porque não são as pedras, não são os tijolos que são importantes, se queremos revitalizar a Zona Histórica temos que começar pelas pessoas, temos que ter pessoas, temos que perceber porque é que as pessoas não estão lá. As pedras, os mecos, ainda quando há pouco saí para almoçar, este passeio aqui por onde eu me dirigia para o Museu Abade de Baçal, não tem a largura suficiente para uma pessoa passar e tem lá plantado um Meco.

----- Portanto é urgente termos a humildade de avaliar aquilo que não fizemos. E avaliar significa perceber o que está bem e perceber o que está mal, não está tudo mal mas também não está tudo bem. Se quisermos fazer esse debate sério eu terei todo o interesse, por todos os motivos, para participar nele.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor deputado Luís Pires do Partido Socialista.

----- **Luís Pires** – Muito boa tarde a todos. Eu quero fazer uma intervenção que não tem a ver com o conteúdo tem mais a ver com a forma. O que o Senhor apresenta é directamente, vou-lhe dizer directamente a si. Eu acho que já uma vez lhe lembrei a esta Assembleia e particularmente ao Senhor Presidente da Câmara que a diversidade de opiniões é salutar, aliás eu já disse várias vezes “ o mundo move-se graças a essa diversidade”. Considero infeliz que o Senhor Presidente da Câmara venha dizer aqui que qualquer pessoa que tem olhos, vê, porque eu também lhe vou dizer que eu tenho olhos e vejo, eu morei muitos anos na Costa Grande, Trindade Coelho, Serpa Pinto, Rua de S. João e passo lá, estão a cair muitas casas. Portanto, como dizia o Ortega nem tudo está bem nem tudo

está mal. Não me parece que essa ... de afirmação de que tudo está bem, como tentou transparecer aqui, seja adequada.....

----- Não fica bem, do ponto de vista do debate, tentar passar esta mensagem, acho que o Presidente de Câmara tem que ter a capacidade de encaixe que alguns deputados que aqui estão poderão não ter e fazer desse serviço, agora ao Presidente da Câmara não lhe fica bem isso. Muito sinceramente não achei mesmo adequado. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Senhor Deputado Faça o favor, tem que ser muito sucinto.....

----- **Manuel Pires** – Muito sucinto porque eu normalmente nestas coisas até a escrever sou sucinto e pelos vistos contundente porque as pessoas às vezes não gostam que alguém escreva e que depois diga aquilo que lhe vai na alma e aquilo que vai na alma dos cidadãos que já não existem ali, até são dos outros que visitam aquilo. Porque se vocês quiserem fazer um inquérito à Zona Histórica já não há lá ninguém para saberem o que é que lá se passa. E aliás foi transmitido por mim aqui, na alocação que fiz. Portanto, Senhor Presidente, eu disse-lhe que não sabia se iria a tempo, vamos ver se eventualmente vai a tempo.

----- Também disse que infra estruturou, mas aqui o meu colega de bancada já disse que também infra estruturou mal.

----- Também é verdade que reabilitou alguns edifícios, eu não disse que não tinha reabilitado edifício nenhum.....

----- Também é verdade que despoluiu o Fervença, pois com tanto dinheiro do Governo central não fazer isso, valha-me Deus, agora há uma coisa que o Senhor tem de perceber, tem que perceber que eu, da oposição e que vivo a cidade, se calhar mais intensamente do que o Senhor Presidente. Eu venho todos os dias à Praça da Sé, eu venho todos os dias à Praça da Sé e quase semanalmente passeio pelas Ruas do Centro Histórico, não sei se o Senhor Presidente fará isso, mais, e faço o Corredor do Fervença “n” vezes. É evidente, imagino uma aldeia e gosto de andar nos sítios onde me parece uma coisa mais parecida com aquilo que era o meu ambiente bucólico lá na aldeia. E é por aí que ando. Agora, e sei exactamente o que é que ali está e aliás o retractor que aí apresentou não o deixa ficar bem, e se não deixa ficar bem eu também não quero que a cidade fique mal, mas foi o senhor Presidente que fez isto ao longo dos treze anos e isto tem que ser penalizado, por isso tem que se penalizar, não é dizer que a culpa é dos outros e assobiar para o ar. Quem assobia para o ar? Senhor Deputado Eduardo Malhão e o Senhor Presidente.....

----- **Presidente da Mesa** – Damos por terminado este período de discussão. Vamos passar à votação apresentada pela CDU, pelo que solicitando a vossa atenção.....

----- **Após análise e discussão foi a mesma Proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com um voto contra, zero abstenções e oitenta e quatro votos a favor, estando momentaneamente oitenta e cinco membros presentes.....**

----- **Presidente da Mesa** – Passamos então as declarações de voto.

----- **Manuel Pires** – O Partido Socialista votou a favor desta Moção porque entende que tudo que contribua para acabar com o espectro é positivo, porque, de facto, é preciso sairmos daquilo que temos na Zona Histórica e com, naturalmente, a contribuição dos cidadãos para, pelo menos, para uma doença que, de certa forma, possa vir amanhã a ter um fim diferente. Porque não me parece que se não discutirmos isto muito seriamente e se continuamos com um Plano Plurianual de Actividades como nós o vimos, onde não está lá nada, rigorosamente nada, se nenhum tipo de intervenção relativamente à Zona Histórica, vamos continuar exactamente como estamos, sem gente, sem qualquer tipo de actividade económica e social naquela zona.....

----- **Presidente da Mesa** – Senhor deputado, faz favor.

----- **José Brinquete** – Eu, em nome da CDU, quero declarar que tivemos aqui um momento muito importante e tomámos uma decisão que vai ser muito útil e penso que o sinal que o Senhor Presidente da Câmara deu também, pode ser um momento também para a Câmara poder explicar melhor porque a partilha de uma cidade e a vivência de uma cidade passa por isso. Claro que houve aqui momentos em que figuras de estilo, expressões, que podem ter sido exageradas, mas, pela nossa parte, pela parte da CDU, nesse debate não estarei só eu, aí já não é só por eleitos, estarão outros camaradas meus que também vivem muito a cidade, e o que vimos trazer para esse debate, na altura, que quero já deixar registado, será uma ideia positiva, pela positiva, não pode ser... toda a gente é livre de fazer as críticas, mas não pode ser no sentido destrutivo, e acredito que vamos fazer um grande debate e que via ajudar a que mais gente se responsabilize pela cidade e pela sua Zona Histórica.

----- **Presidente da Câmara** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Senhor Deputado Guedes de Almeida, faz favor. E quero-lhe pedir, naturalmente aos Senhores deputados que vão fazer intervenção para declaração de voto, se cinjam estritamente à declaração do voto que fizerem, não utilizem esse tempo para intervenções, a Mesa tem que vos cortar a palavra se assim o entender.

----- **Guedes Almeida** – A declaração de voto foi favorável à proposta aqui apresentada para que haja um debate, votei no sentido de que foi um momento importante, é um momento de reflexão de toda a

cidade, talvez também de todo o Concelho, e pelo menos ouviram-se aqui que efectivamente há a consciência de que é preciso intervir nas Zona Histórica de Bragança.....

----- Relativamente ao número de habitações, de casas, o Senhor Presidente dirigiu um indirecta, eu percebi-a, eu falei em milhares, serão centenas, eu também não disse quantas eram, são dezenas, eu também não disse quantas eram, que é a situação, é o que lá está, ninguém acrescenta, ninguém tira, mas são muitas e para não dizer que é quase a generalidade à excepção das intervenções que aí teve..

----- Há que intervir com urgência, com consciência, a solução sai do Município, ninguém vem ajudar na solução, tem que ser feita por nós, Bragançanos.

----- Eu sugeria que efectivamente para haver mais consciência que uma das visitas da Assembleia Municipal fosse precisamente percorrer a Zona Histórica e mostrar para termos a consciência real e mostrar que todos temos olhos para ver e cabeça para pensar, que é urgente e quase de imediato, necessidade de intervir naquela zona. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. O senhor deputado António Pereira prescindiu. De modo que está terminado o debate sobre este ponto número seis. Passamos ao

PONTO 7 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO SOBRE CONSTITUIÇÃO DE COMISSÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - SOLICITAÇÃO DO GRUPO MUNICIPAL DO PSD, COM VISTA AO EXERCÍCIO DE COMPETÊNCIAS PREVISTA NA ALÍNEA B) DO ARTIGO 49.º DO REGIMENTO;

----- **Presidente da Mesa** – Tem a palavra o senhor Deputado Rui Correia.

----- **Rui Correia** – Obrigado, Senhor Presidente. Boa tarde a todos.

----- Depois de ser apresentada na Comissão de Revisão do Regimento desta Assembleia, esta proposta foi analisada e, de facto, por unanimidade, verificámos que a mesma, e é a proposta que já veio aqui na Assembleia anterior, que devia vir a Plenário para uma discussão e votação.

----- Assim, foi entregue a todos, na documentação, a proposta de deliberação, com certeza que já a analisaram, mas eu, se me permitem, passo a ler os motivos desta proposta de deliberação para a constituição de Comissões da Assembleia Municipal.

----- **Apresentou, por escrito, a seguinte**

**PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO
(Constituição de Comissões da Assembleia Municipal)**

Exposição de Motivos:

A diversificação da actividade e intervenção Municipal, registada ao longo dos últimos anos, vem exigindo das Assembleias Municipais um trabalho mais atento e cuidado dos assuntos que lhe são submetidos para discussão e aprovação pelas Câmaras Municipais e pelos cidadãos.

Sucedem porém, que a complexidade de muitas das matérias que são submetidas para a apreciação das Assembleias Municipais exigem, hoje, um acompanhamento e debate mais profundos e detalhados que em larga medida não se coaduna com a natureza e tempos dos debates em sede de sessões plenárias que, não raras vezes, se quedam pela análise superficial e meramente partidária das questões que, pela sua importância e impacto, na vida dos cidadãos, apelam a um exercício mais profundo e sustentado de consideração das matérias e propostas submetidas ao debate político – autárquico.....

Por outro lado, o presente momento histórico e político vem demonstrando que o exercício do poder exige dos agentes públicos maiores capacidades de diálogo e concertação de estratégias públicas que façam perdurar e consolidar, para além de cada quadriénio, as decisões e linhas de acção macro – políticas que, muitas vezes, a exposição e emotividade do debate plenário tende a inviabilizar.....

Impõe-se assim, que a Assembleia Municipal de Bragança responda e saiba ultrapassar os desafios com que, em cada momento, se vai confrontando, procurando dar resposta às expectativas e anseios das populações Bragançanas e contribuindo activamente para o processo de desenvolvimento do Município.....

Nestes termos, os Membros da Assembleia Municipal de Bragança, eleitos pelo Partido Social Democrata – PPD/PSD –, vêm, em representação do respectivo Grupo Municipal, ao abrigo do disposto no art. 49.º, b) do Regimento da Assembleia Municipal de Bragança, apresentar a seguinte proposta de deliberação:

1. A Assembleia Municipal de Bragança delibera aprovar o seguinte elenco de Comissões Municipais:

a) Comissão de Administração Autárquica, Segurança e Cooperação;.....

b) Comissão de Economia, Orçamento e Plano;.....

c) Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Assuntos Sociais;

d) Comissão de Urbanismo, Ambiente e Ordenamento do Território.....

2. As Comissões Municipais compreenderão um número de membros que obedeça à distribuição de um membro por cada Grupo Municipal legalmente constituído.....

3. Os Membros das Comissões Municipais são designados por indicação dos Grupos Municipais, que, além dos membros efectivos, devem designar um número equivalente de suplentes, sempre que possível.....
4. As Comissões Municipais funcionarão sob a presidência de uma mesa, eleita de entre os seus membros, na primeira reunião, compreendendo um Coordenador e um Secretário;.....
5. Sem prejuízo do quórum de funcionamento e de deliberação e das regras aplicáveis às presenças dos Membros da Assembleia Municipal em Comissão, nas votações por maioria simples os votos de cada Grupo Municipal reproduzem a sua representatividade no Plenário da Assembleia Municipal.....
6. As Comissões reunirão por convocação do respectivo Coordenador por deliberação do Plenário da Assembleia Municipal ou por requerimento, escrito, da maioria dos seus Membros.
7. Cada Comissão Municipal deverá elaborar e aprovar uma proposta de regulamento interno.....
8. Incumbe às Comissões Municipais apreciar as propostas ou iniciativas que lhes sejam remetidas pelo Presidente da Assembleia Municipal, procedendo nos termos seguintes:
 - a) Recebida a proposta ou iniciativa, deve o Coordenador convocar a Comissão para a apreciação e discussão preliminar;
 - b) Finda a discussão deverá a Comissão Municipal concluir pela sua incompetência para a apreciação da proposta ou designar, de entre os seus Membros, um Relator para a formulação de uma proposta de Parecer;.....
 - c) A designação dos Relatores deve obedecer ao princípio da alternância entre os Grupos Municipais;
 - d) Os Pareceres devem, obrigatoriamente, compreender três partes:
 - i. Parte I – Enquadramento Politico – Legislativo;.....
 - ii. Parte II – Posicionamento crítico do Relator;.....
 - iii. Parte III – Conclusões.
 - e) Depois de recebido pelos Membros da Comissão, o Parecer, deve ser submetido a discussão, no prazo de quarenta e oito horas, a qual se conclui pela respectiva aprovação ou rejeição;
 - f) Finda a votação do Parecer, a Comissão Municipal remete o Parecer e a Acta da reunião de apreciação do documento presente pelo Relator ao Presidente da Assembleia Municipal.....

- 9.** Compete ainda às Comissões Municipais:.....
- a)* Apreciar as propostas de deliberação e respectivas propostas de alteração e produzir os correspondentes pareceres, por iniciativa da Mesa ou a requerimento de vinte e cinco Membros da Assembleia Municipal;.....
 - b)* Apreciar as iniciativas populares dirigidas à Assembleia Municipal em função das respectivas competências materiais;
 - c)* Tomar conhecimento de questões políticas e administrativas que sejam da sua competência e facultar à Assembleia, quando solicitados, elementos necessários à apreciação dos actos do Câmara Municipal e dos Serviços;
 - d)* Acompanhar, apreciar e pronunciar-se, nos termos da Lei e do Regimento sobre a participação do Município nos processos de cooperação transfronteiriça;
 - e)* Verificar o cumprimento pela Câmara Municipal e pelos Serviços das deliberações da Assembleia Municipal, podendo sugerir-lhes as medidas consideradas convenientes;.....
 - f)* Propor ao Presidente da Assembleia Municipal a realização de debates em Plenário sobre matéria da sua competência, para que a Comissão Permanente julgue da sua oportunidade e interesse, e designar relator se a proposta for aprovada;
 - g)* Elaborar, até ao final de Outubro, as suas proposta de plano de actividades e respectiva proposta de orçamento o ano subsequente seguinte, para serem submetidas à apreciação do Presidente da Assembleia;
 - h)* Elaborar um relatório de actividades anual de actividades, para apreciação do Plenário na Sessão Ordinária de Fevereiro.....
 - i)* Elaborar e aprovar o seu regulamento.....
- 10.** As Comissões podem solicitar a participação nos seus trabalhos de quaisquer cidadãos, bem como membros da Câmara Municipal, dirigentes e funcionários da administração autárquica, dirigentes, funcionários e contratados do sector empresarial do Município e bem assim solicitar-lhes informações ou pareceres.
- 11.** Para o bom exercício das suas funções, as Comissões podem, nomeadamente:
- a)* Constituir subcomissões e grupos de trabalho;
 - b)* Proceder a estudos;
 - c)* Requerer informações ou pareceres;
 - d)* Solicitar depoimentos de quaisquer cidadãos ou entidades;
 - e)* Efectuar missões de informação ou de estudo;

- f) Realizar audições públicas;.....
- g) Conceder audiências;
- h) Promover a realizaço de Colóquios e Seminários sobre temas da sua competência material;
- i) Efectuar visitas a instituições e entidades relacionadas com a sua esfera de açço.

12. A Comissão Municipal de Administraço Autárquica, Segurança e Cooperaço terá competência nas matérias previstas pelas alíneas a), c), i), j), l) [saneamento básico], p) e q) do art. 13.º e pelo art. 15.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro.

13. A Comissão Municipal de Economia, Orçamento e Plano terá competência nas matérias previstas pelas alíneas b) e n) do artigo 13.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, bem como em todas as questões que se relacionem com o exercíco municipal de poderes tributários e de aprovaço dos documentos previsionais da autarquia.....

14. A Comissão Municipal de Educaço, Cultura, Desporto e Assuntos Sociais terá competência nas matérias previstas pelas alíneas d), e, f), g), h) e m) do artigo 13.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro.

15. A Comissão Municipal de Urbanismo e Ordenamento do Território terá competência nas matérias previstas pelas alíneas l) [ambiente] e o) do artigo 13.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, competindo-lhe, particularmente, acompanhar os processos de aprovaço dos Planos de Ordenamento do Território de carácter municipal.

16. Os Grupos Municipais designarão, no prazo de dez dias, perante o Presidente da Assembleia Municipal, os Membros da Assembleia Municipal que integrarão as Comissões Municipais, devendo realizar-se no prazo máximo de trinta dias a primeira reunião de cada Comissão.

Bragança, 10 de Fevereiro de 2010.....

P’LO GRUPO MUNICIPAL DE BRAGANÇA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Os Membros da Assembleia Municipal”

----- **Primeiro Secretário** – Quem é que pretende pronunciar-se sobre isto? Dr. Guedes de Almeida, faz favor.

----- **Guedes Almeida – O que eu perguntava para esclarecimento, aqui propõe a criação de quatro comissões:**

a) Comissão de Administração Autárquica, Segurança e Cooperação;.....

b) Comissão de Economia, Orçamento e Plano;.....

c) Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Assuntos Sociais;

d) Comissão de Urbanismo, Ambiente e Ordenamento do Território.....

----- Quer dizer, são criadas, tem aqui uma constituição, reúnem, e depois qual é a função? De aconselhamento junto do Executivo Municipal? Não haverá aqui colisão entre, digamos assim, a orientação política do Executivo e a Assembleia Municipal?

----- É iniciativa própria? Há consulta com o Executivo?

----- Eu gostaria de saber qual é o suporte funcional relativamente a estas Comissões. Se reúnem sem qualquer relacionamento, nenhuma ligação, ou alguma auscultação junto do... por exemplo, o caso do Urbanismo, consultam os serviços de Urbanismo da Câmara? Propõem directamente à Câmara sem consultar? É que poderemos estar aqui perante uma criação de conflitos com o próprio Executivo. Eu gostava de saber qual é o suporte legal, se isto está previsto na Lei que autonomamente possam dar orientações ao Município antes da aprovação do Município trazer aqui as medidas que deliberou para serem depois aqui votadas.....

----- **Presidente da Mesa –** Obrigado, Senhor Deputado. Não há mais pedidos de esclarecimentos.....

----- Intervenções? Não há registos de intervenções sobre esta matéria.

----- Senhor Deputado Rui Correia faça o favor de prestar os esclarecimentos solicitados.....

----- **Rui Correia –** Muito obrigado. De facto essas Comissões vão ser criadas, espero eu, que irão servir basicamente para poder auxiliar aqui o Plenário tal como eu li há bocadinho, evitando assim esta discussão política, podendo auxiliá-lo de uma forma mais técnica com os seus relatórios, digamos assim, irá reunir e ao exemplo das comissões que já foram criadas como foi esta Comissão do Regimento, houve, de facto, discussão verdadeira, política, mas muito mais fundamentada do que aquela que tem aqui o calor da discussão. Portanto vai ser, no fundo, um auxiliar importante para que o Plenário possa tomar decisões muito mais fundamentadas.....

----- **Presidente da Mesa –** Não há registo de intervenções pelo que passamos à votação da proposta da deliberação sobre constituições de comissões da Assembleia Municipal.....

----- **Após análise e discussão foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com zero voto contra, uma abstenção e oitenta e quatro votos a favor, estando momentaneamente oitenta e cinco membros presentes.**

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto? Faz favor, Senhor deputado.

----- Eu enquanto o Senhor deputado desce, e também já dirigido a si, devo-lhe dizer que, e o Regimento que foi aprovado mantêm-se igual ao regimento anterior, número quadrigésimo terceiro, e nas declarações de voto diz: “Considera-se declaração de voto o uso da palavra para justificar o sentido de voto exercido”, portanto peço que todos os Deputados o façam, mais uma vez, é a segunda ou terceira vez que o digo, hoje, façam o uso da palavra para a declaração de voto e não usem esse tempo para outras intervenções de fundo.

----- **Guedes Almeida** – Não. Evidentemente que foi a abstenção. Eu duvido que estas comissões venham a funcionar e acho que há alguma contradição entre o que aqui está escrito e entre o que disse o Dr. Rui Correia, aqui nos seu esclarecimento. No fundo eu interpretei que será, de certa forma, que haja menos discussão aqui neste Órgão, acho que aí está, de certa forma, a tentar “silenciar” os partidos menos votados. É uma interpretação. E no aspecto prático julgo que não vai resultar porque eu não estou convencido que o Senhor Presidente ou Executivo aceite que lhe cheguem lá propostas desta Assembleia para ele seguir já como determinações, digamos assim. Portanto eu acho que nesse aspecto tendo dúvida relativamente a qualquer destes princípios, há um princípio, quer dizer, mesmo que seja decidido que as comissões venham a resultar, qualquer membro desta Assembleia pode usar o tempo como quiser.

----- Mas relativamente à funcionalidade, à eficácia destas comissões, eu tenho algumas dúvidas, e foi por ter algumas dúvidas que eu me absteve. De resto gostaria que funcionassem mesmo em pleno.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Uma declaração de voto do Partido Social Democrata, Deputado Nuno Reis.....

----- **Nuno Reis** – Senhor Presidente é só para manifestar a congratulação do Partido Social Democrata pela aprovação desta proposta que é oriunda da nossa bancada, tendo porém a certeza de que a constituição destas comissões e o empenho revelado por todas as forças políticas será necessariamente uma mais valia para os trabalhos da Assembleia Municipal e será certamente também uma forma muito própria de colaborar com o Executivo Municipal, que tanto quanto me lembra, nunca se furtou quer a discutir com a Assembleia Municipal e em estratégias para o Município em defesa daquilo que é o interesse colectivo, como também para aceitar aquilo que são as propostas integradas nas suas linhas de acção sempre que a Assembleia aprova neste Plenário propostas de recomendação. É disto que se trata, aprofundar a discussão, agilizar processos, descobrir novos caminhos e criar parcerias para o desenvolvimento do Concelho de Bragança.

----- Dizer-lhe também que nos surpreende a posição do CDS/PP porque, se não estou em erro, na Sessão Extraordinária foi o próprio CDS/PP, a Dr.ª Ana Cláudia Guedes de Almeida, que veio propor a criação de uma Comissão de Urbanismo. Muito obrigado, Senhor Presidente.....

----- **Manuel Pires – Apresentou, por escrito, a relação dos Deputados propostos pelo Partido Socialista, que abaixo se transcreve, para integrarem as Comissões que fazem parte da proposta acima aprovada:**.....

- a) “Comissão de Administração Autárquica, Segurança e Cooperação: Efectivo -Victor Prada Pereira; Suplente –Luís Pires
- b) Comissão de Economia, Orçamento e Plano: Efectivo - Marisa Rodrigues Gomes Alexandre; Suplente – Dinis Costa
- c) Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Assuntos Sociais: Efectivo – Alcídio Augusto Castanheira; Suplente - Maria Fátima Renovato Veloso.
- d) Comissão de Urbanismo Ambiente e Ordenamento do Território: Efectivo – João Batista Ortega; Suplente – Vanda Espírito Santo”

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Vamos passar ao

PONTO 8 – PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO SOBRE - SUBSCRIÇÃO DA DECLARAÇÃO INTERNACIONAL “CARTA DA TERRA” -

Solicitação do Grupo Municipal do PSD, com vista ao exercício de competências da alínea b) do n.º 1 do artigo 65.º do Regimento;

----- **Presidente da Mesa** – Em representação do Partido Social Democrata, a Deputada Ana Botelho, tem a palavra para explicar.....

----- **Ana Botelho** – Excelentíssimo senhor Presidente da Mesa, Excelentíssimos membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, Excelentíssimos Membros da Assembleia, Digníssima Comunicação Social, minhas Senhoras e meus Senhores.

----- Espero que tenham lido e reflectido sobre a nossa proposta de deliberação – Adesão aos Princípios e Subscrição da carta da Terra.

----- Não encarem este tema como sendo moda mas sim como um assunto de extrema importância. Cada um de nós tem de contribuir e lutar por um futuro melhor, é necessário seguir os bons exemplos, o mundo está a mudar e nós somos os actores principais apesar da natureza fazer de nós meros figurantes nesta mudança. Somos obrigados a assumir responsabilidades nestas mutações inconstantes e desenfreadas.....

----- A Carta da Terra surgiu como uma declaração de princípios fundamentais para a construção de uma sociedade global do século XXI, que seja justa, sustentável e pacífica.....

----- A ideia de composição da Carta surgiu em mil novecentos e oitenta e sete, através de um apelo da Comissão Mundial das Nações Unidas para o ambiente e desenvolvimento e foi um dos assuntos não concluídos da ECO92, ganhando impulso na conferência da Terra realizada no Rio de Janeiro em mil novecentos e noventa e dois.

----- Em mil novecentos e noventa e quatro o Secretário geral da ECO92 e Presidente do Conselho da Terra e o Presidente da Cruz Verde Internacional lançaram nova iniciativa da Carta da Terra, que em mil novecentos e noventa e sete foi formada a Comissão da Carta da Terra.....

----- O processo de redacção desta Carta foi considerado o processo de consulta mais aberto e participado alguma vez realizado no âmbito de uma Declaração Internacional.

----- A Carta da Terra é uma espécie de código de ética planetário semelhante à Declaração Universal dos Direitos do Homem, só que relativo à sustentabilidade, à paz e à justiça sócio/económica.

----- Foi traduzido para quarenta línguas e actualmente é apoiado por quatro mil e seiscentas organizações nos quatro cantos do Mundo.

----- A Carta da Terra é o resultado do diálogo inter cultural com fins comuns e valores partilhados.

----- O projecto da Carta da Terra começou como uma iniciativa das Nações Unidas e finalizou como uma iniciativa global da sociedade civil.....

----- Em dois mil a Comissão da Carta da terra, uma entidade internacional independente, concluiu e divulgou o documento como a Carta dos Povos, no encontro realizado nas instalações da UNESCO....

----- As áreas de intervenção desta Carta são: economia, educação, religião, nações unidas, governo global, comunicação social, juventude, alterações climáticas, arte, governo e comunidades locais.

----- A Carta contém dezasseis princípios básicos:.....

I. RESPEITAR E CUIDAR A COMUNIDADE DA VIDA

1. Respeitar a Terra e a vida em toda a sua diversidade.
2. Cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor.
3. Construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas.
4. Garantir as dádivas e a beleza da Terra para as actuais e as futuras gerações.

II. INTEGRIDADE ECOLÓGICA

5. Proteger e repor a integridade dos sistemas ecológicos da Terra, com especial

preocupação pela diversidade biológica, e pelos processos naturais que sustentam a vida.

6. Prevenir os impactes negativos para o ambiente como o melhor método de protecção ambiental e, quando o conhecimento for limitado, assumir uma abordagem de precaução.
7. Adotar padrões de produção, consumo e reprodução que protejam as capacidades regenerativas da Terra, os direitos humanos e o bem-estar comunitário.
8. Desenvolver o estudo da sustentabilidade ecológica e promover a permuta aberta e a ampla aplicação do conhecimento adquirido.

III. JUSTIÇA SOCIAL E ECONÓMICA

9. Erradicar a pobreza como um imperativo ético, social e ambiental.
10. Garantir que as actividades e instituições económicas, a todos os níveis, promovam o desenvolvimento humano de forma equitativa e sustentável.
11. Afirmar a igualdade e a equidade entre sexos como pré-requisito para o desenvolvimento sustentável e assegurar o acesso universal à educação, assistência na saúde e às oportunidades económicas.
12. Defender, sem discriminação, os direitos de todas as pessoas a um ambiente natural e social, capaz de assegurar a dignidade humana, a saúde corporal e o bem-estar psíquico , concedendo especial atenção aos direitos dos povos indígenas e das minorias.

IV. DEMOCRACIA, NÃO VIOLÊNCIA E PAZ

13. Fortalecer as instituições democráticas, a todos os níveis, e proporcionar transparência e prestação de contas na governação, incluindo a participação nos processos de tomada de decisão e no acesso à justiça.
14. Integrar, na educação formal e na aprendizagem ao longo da vida, os conhecimentos, valores e capacidades necessárias para um modo de vida sustentável.
15. Tratar todos os seres vivos com respeito e consideração

16. Promover uma cultura de tolerância, não violência e paz

----- A Carta da Terra tem sido um importante para as comunidades locais em todo o mundo, na medida em que compreende um quadro de orientações que identificam e partilham uma visão de futuro: objectivos, alvos, estratégias, indicadores e planos de acção específica, indutores de um futuro sustentável.....

----- Este Movimento permite a concepção de meios e ferramentas para o desenvolvimento e execução de programas locais de sustentabilidade. Cidades como São Paulo, no Brasil; Toronto, no Canadá ou Na Austrália, são pioneiras nestas boas práticas.....

----- Quatrocentas cidades subscreveram a Carta da Terra, que comemora este ano o seu décimo aniversário.

----- Em Portugal contam-se já noventa e oito subscritores da Carta da Terra, dos quais se destacam a Cidade de Almada ou a Assembleia Municipal de Lisboa.....

----- Vamos também fazer parte deste leque.

----- A Carta da Terra deve ser lida e articulada com a Carta Europeia para a Sustentabilidade Local, que é um documento que faz a ponte entre a sustentabilidade e as agendas locais XXI.

----- Bragança aprovou já o Processo Local da Agenda XXI, procurando ao longo dos últimos anos desenvolver políticas sustentáveis que têm muito mérito, destacando-se assim a importância das comunidades locais.

----- A legitimidade do documento foi fortalecido pela adesão de mais de quatro mil e quinhentas organizações, incluindo vários organismos governamentais e organizações internacionais.

----- A Organização Internacional dos Governos Locais para a Sustentabilidade assinou a Carta no ano de dois mil, mas esta questão é supra partidária, pois a vinte e sete de Novembro de dois mil e nove o Partido Ecologista “Os Verdes” apresentaram o Projecto de Resolução XXIII/11, Carta da Terra, em debate na Comissão competente, ou seja, na Comissão de Ambiente e Ordenamento do Território e Poder Local.

----- A nossa proposta procura impulsionar e dar força a uma iniciativa internacional que é congnaçadora de uma visão global, partilhada das questões da sustentabilidade que vão mais além das questões eminentemente ou exclusivamente ambientais.

----- Como dizem os idóneos não há solução para a morte. Seremos nós a espécie em vias de extinção? Seremos nós daqui a uns anos a ser visionados em documentários televisivos vistos por habitantes doutros planetas? A humanidade tem assistido a vários sinais: degradação pelo meio

ambiente, falta de respeito pela vida, conflitos e neste momento uma grave crise mundial. Que esta crise nos faça pensar e nos conduza a transformações. Necessitamos de reinventar para encontrar soluções que vão à raiz dos problemas.

----- Temos que aderir a este novo modelo preconizado pela Carta da Terra, um modelo baseado na harmonia, na inter dependência, na solidariedade, na justiça, na essência do ser humano e sobre tudo na demanda do bem comum, em tudo que fazemos, em direcção a um mundo sustentável.....

----- Devemos consumir sem destruir os recursos naturais, e as empresas devem adoptar modelos de negócios para optimizar os lucros sem destruir os recursos disponíveis, procurando agir de forma determinada na construção de uma sociedade mais justa e perfeita.

----- Pelo que apelo, para quem ouviu, a aprovação deste documento. Obrigada.

Apresentou, por escrito, a seguinte

**“PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO
(Adesão aos Princípios e Subscrição da Carta da Terra)**

Exposição de Motivos:

O actual momento histórico apela à. consciência de todos para a compreensão dos desafios com que a sociedade global se confronta para a construção de um futuro de prosperidade e bem-estar de todos os seres humanos.

Enfrentando as consequências das opções e hábitos que erradamente adoptaram num passado não muito longínquo, os Povos de todo o mundo são chamados a adoptar uma alteração de paradigma de comportamentos e posições na forma como concebem e praticam as relações internacionais, a justiça e coesão social, a economia, mas também a forma como cada Comunidade se relaciona com o meio natural que a envolve e mantém, numa óbvia lógica de interdependências.

Apesar da natureza global ou universal do problema, na verdade, urge proceder a uma correcção dos erros e omissões, pelos quais fomos sendo responsáveis, no passado e no presente. Exige-se, de todos e de cada um, a adopção de comportamentos ambientalmente responsáveis e susceptíveis de inverter a espiral de pobreza e conflito que ameaçam instalar-se naquela que é já designada como a sociedade global.....

Importa pois, que todas as formas de associação e organização humanas assumam, neste momento particularmente difícil, as suas responsabilidades, designadamente pelo

empreendimento de acções e adopção de políticas geradoras de progresso, crescimento e bem-estar com absoluto respeito pelo princípio do desenvolvimento sustentável. Neste domínio assume particular relevância a acção desenvolvida pelos órgãos de Poder Local, não apenas pela proximidade que mantêm junto dos cidadãos, mas também pela confiança de que são dignos credores e merecedores, pelo que não se afiguraria admissível ou compreensível uma eventual opção de auto - exclusão e alheamento do processo de construção de uma "Sociedade Global" sustentável e que proporcione a todos os seus membros o bem-estar e desenvolvimento por todos ansiado.

Com base neste conjunto de princípios e ideais surgiu em 1987, através de um apelo dirigido pela Comissão Mundial das Nações Unidas para o Ambiente e para o Desenvolvimento, a ideia de conceber e redigir uma Declaração Internacional de Princípios Fundamentais para a construção de uma sociedade global no século XXI, que seja justa, sustentável e pacífica. Pese embora, não tenha sido concluída no âmbito dos trabalhos da EC092, o Presidente do Conselho da Terra associou-se, em 1994, ao Presidente da Cruz Verde Internacional, tendo estes, empreendido novos esforços no sentido de lançarem a Carta da Terra e formado, em 1997, a Comissão da Carta da Terra.....

Após a realização de múltiplas iniciativas e debates, no processo mais amplo de debate e consulta alguma vez realizado em torno de uma declaração internacional, a declaração "Carta da Terra" foi concluída no ano 2000, no âmbito de um encontro internacional realizado na UNESCO e encontrando-se actualmente subscrita por mais de 4.500 organizações, de entre as quais se contam Organizações Não Governamentais, Parlamentos Nacionais, Governos e mais de 400 vilas e cidades, nas quais se inclui a cidade espanhola de Leon com quem o Município de Bragança mantém relações estratégicas e de cooperação.

A adesão aos princípios da Carta da Terra pela respectiva subscrição afirma, da parte do Município de Bragança, a sua disponibilidade para o desenvolvimento de um trabalho assente naqueles Princípios Fundamentais, bem como a abertura e disponibilidade para cooperar com outras organizações públicas e privadas no processo de concretização daqueles valores.....

Deliberação:

Nestes termos, os Membros da Assembleia Municipal de Bragança, eleitos pelo Partido Social Democrata - *PPD/PSD* ~ e abaixo-assinado, inscritos no respectivo Grupo Municipal, propõem, ao abrigo do disposto no art. 65.º, n.º1, b) do Regimento, que a Assembleia Municipal delibere:.....

1. Aprovar a subscrição da Declaração Internacional "Carta da Terra", por parte da Assembleia Municipal de Bragança.

2. Recomendar à Câmara Municipal de Bragança a concretização dos Princípios da Carta da Terra no âmbito da respectiva acção político - administrativa.

3. Apelar ao Governo da República Portuguesa para que no âmbito da respectiva acção diplomática desenvolva os esforços necessários, designadamente no âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas, para a aprovação formal, por parte daquela instância internacional, da Carta da Terra como instrumento internacional de convergência e unificação de políticas ambientais e de desenvolvimento sustentável.....

4. Comunicar o teor desta deliberação ao Secretariado Internacional da Carta da Terra.....

Os Membros da Assembleia Municipal:

Subscrita por vários membros."

CARTA DA TERRA

PREÂMBULO

Estamos num momento crítico da história da Terra, numa época em que a humanidade tem de escolher o seu futuro. À medida que o mundo se torna cada vez mais interdependente e frágil, o futuro encerra, ao mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas. Para avançar, devemos reconhecer que, no meio de uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana, e uma só comunidade na Terra, com um destino comum. Devemos conjugar forças para gerar uma sociedade global sustentável, baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos, universais, na justiça económica, e numa cultura da paz. Para alcançar este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos a nossa responsabilidade uns para os outros, para com a grande comunidade da vida, e para com as gerações futuras.

Terra, a Nossa Casa

A humanidade é parte de um vasto universo em evolução. A Terra, a nossa casa, está viva como comunidade de vida única. As forças da natureza, fazem da sobrevivência uma

aventura exigente e incerta, mas a Terra providenciou as condições essenciais para a evolução da vida. A capacidade de recuperação das comunidades vivas, e o bem-estar da humanidade, dependem da manutenção de uma biosfera saudável em todos os seus sistemas ecológicos, uma enorme diversidade de plantas e animais, solos férteis, águas puras e ar limpo. O ambiente global com seus recursos não renováveis, é uma preocupação comum a todas as pessoas. A protecção da beleza, diversidade e vitalidade da Terra é um dever sagrado.

A Situação Global

Os padrões dominantes de produção e consumo, estão a provocar a devastação dos ecossistemas, a redução drástica dos recursos, e uma explosiva extinção de espécies. As comunidades estão a ser minadas. Os benefícios do desenvolvimento, não são partilhados equitativamente, e o fosso entre ricos e pobres aumenta colossalmente. A injustiça, a pobreza, a iletracia e os conflitos armados têm aumentado, e são a causa de muitos sofrimentos. O crescimento sem precedentes da população humana, tem sobrecarregado os sistemas ecológicos e sociais.

As bases da segurança global estão ameaçadas. Essas tendências são perigosas mas evitáveis.

Desafios para o futuro

A escolha é nossa: formar uma aliança global para cuidar da Terra e uns dos outros, ou pôr em risco a nossa existência e a da diversidade da vida. São necessárias mudanças fundamentais nos nossos valores, instituições e modos de vida. Devemos entender que, quando as necessidades básicas estiverem ao alcance de todos, o desenvolvimento humano estará voltado, primariamente, a ser mais e não a ter mais. Temos conhecimento e a tecnologia necessários, para abastecer todos e reduzir os impactes sobre o ambiente. O crescimento de uma sociedade civil global, está a criar novas oportunidades para construir um mundo democrático e humano. Os nossos desafios em questões ambientais, económicas, políticas, sociais e espirituais estão interligados, e juntos podemos estabelecer soluções que incluam todos estes aspectos.

Responsabilidade Universal

Para aceitarmos estas aspirações, devemos decidir viver com um sentido de responsabilidade universal, identificando-nos com toda a comunidade global, bem como com as nossas comunidades locais. Somos, ao mesmo tempo, cidadãos de nações diferentes e do mundo, no qual a dimensão local e global estão ligadas. Cada um partilha da responsabilidade pelo bem estar actual, e o futuro da humanidade e de todo o mundo vivo. O espírito de solidariedade humana e de parentesco com todas as formas de vida, é fortalecido quando vivemos com reverência pelo mistério da existência, com gratidão pelo dom da vida, e com humildade, considerando o lugar que ocupa o ser humano da Natureza.

Necessitamos urgentemente de uma visão conjunta de valores básicos, para proporcionar um fundamento ético à comunidade global emergente. Por isso, juntos na esperança, afirmamos os seguintes princípios, todos interdependentes, visando um modo de vida sustentável como objectivo comum, através das quais a conduta de todos os indivíduos, organizações, empresas, governos e instituições transnacionais será guiada e avaliada.

PRINCÍPIOS

I. RESPEITAR E CUIDAR A COMUNIDADE DA VIDA

1. Respeitar a Terra e a vida em toda a sua diversidade.

a) Reconhecer que todos os seres estão interligados e que cada forma de vida tem valor, independentemente da sua utilidade para os seres humanos.

b) Afirmar a fé na dignidade inerente de todos os seres humanos e no potencial intelectual, artístico, ético e espiritual da humanidade.

2. Cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor.

a) Aceitar que, com o direito de possuir, administrar e usar os recursos naturais, vem o dever de impedir danos causados ao ambiente, e de proteger os direitos das pessoas.

b) Assumir que o aumento da liberdade, dos conhecimentos e do poder implica aumento na responsabilidade na promoção do bem comum.

3. Construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas.

a) Assegurar que as comunidades, a todos os níveis, garantam os direitos humanos e as liberdades fundamentais, e proporcionem a cada um a oportunidade de usar o seu potencial.

b) Promover a justiça económica e social, proporcionando a todos alcançar uma subsistência significativa e segura, que seja ecologicamente responsável.

4. Garantir as dádivas e a beleza da Terra para as actuais e as futuras gerações.

a) Reconhecer que a liberdade de acção de cada geração é condicionada pelas necessidades das gerações futuras.

b) Transmitir às futuras gerações valores, tradições e instituições que apoiem, a longo prazo, a prosperidade das comunidades humanas e ecológicas da Terra.

Para poder cumprir estes quatro grandes compromissos, é necessário:

11. INTEGRIDADE ECOLÓGICA

5. Proteger e repor a integridade dos sistemas ecológicos da Terra, com especial preocupação pela diversidade biológica, e pelos processos naturais que sustentam a vida.

a) Adoptar planos e estratégias de desenvolvimento sustentável, a todos os níveis, que façam com que a conservação ambiental e a reabilitação sejam parte integrante de todas as iniciativas de desenvolvimento.

- b) Estabelecer e proteger de forma viável as reservas naturais e da biosfera, incluindo regiões selvagens e áreas marinhas, para proteger os sistemas de sustento à vida da Terra, manter a biodiversidade e preservar a nossa herança natural.
- c) Promover a recuperação de espécies e de ecossistemas ameaçados.
- d) Controlar e erradicar organismos não-nativos ou geneticamente modificados que causem dano às espécies nativas, ao ambiente, e prevenir a introdução desses organismos.
- e) Gerir o uso de recursos renováveis como a água, o solo, os produtos florestais e a vida marinha de uma forma que não ultrapasse as taxas de regeneração e que protejam a saúde dos ecossistemas.
- f) Gerir a extracção e o uso de recursos não-renováveis, como minerais e combustíveis fósseis por forma a que diminuam a exaustão e não causem dano ambiental grave.

6. Prevenir os impactes negativos para o ambiente como o melhor método de protecção ambiental e, quando o conhecimento for limitado, assumir uma abordagem de precaução.

- a) Orientar acções para evitar a possibilidade de sérios ou irreversíveis danos ambientais, mesmo quando a informação científica for incompleta ou inconclusiva.
- b) Impor o ónus da prova àqueles que afirmarem que a actividade proposta não causará dano significativo, e responsabilizar as partes pelos danos causados no ambiente.
- c) Garantir que a decisão a ser tomada se oriente pelas consequências humanas globais, cumulativas, de longo prazo, indirectas e de longo alcance.
- d) Impedir a poluição de qualquer parte do ambiente, e não permitir o aumento de produção de substâncias radioactivas, tóxicas ou outras substâncias perigosas.
- e) Evitar que o ambiente seja danificado por actividades militares.

7. Adohtar padrões de produção, consumo e reprodução que protejam as capacidades regenerativas da Terra, os direitos humanos e o bem-estar comunitário.

- a) Reduzir, reutilizar e reciclar materiais usados nos sistemas de produção e consumo e garantir que os resíduos possam ser assimilados pelos sistemas ecológicos.

- b) Actuar com restrição e eficiência em relação ao consumo energético e recorrer cada vez mais aos recursos energéticos renováveis, como a energia solar e a eólica.
 - c) Promover o desenvolvimento, a adopção e a transferência equitativa de tecnologias ambientais seguras.
 - d) Incluir totalmente os custos ambientais e sociais de bens e serviços no preço de venda, e habilitar os consumidores a identificar produtos que satisfaçam as mais altas normas sociais e ambientais.
 - e) Garantir acesso universal aos cuidados médicos que fomentem a saúde reprodutiva e a reprodução responsável.
- 1) Adoptar modos de vida que acentuem a qualidade de vida e a subsistência material num mundo finito.

8. Desenvolver o estudo da sustentabilidade ecológica e promover a permuta aberta e a ampla aplicação do conhecimento adquirido.

- a) Apoiar a cooperação científica e tecnológica internacional relacionada com a sustentabilidade, com especial atenção às necessidades das nações em desenvolvimento.
- b) Reconhecer e preservar os conhecimentos tradicionais e a sabedoria espiritual, em todas as culturas, que contribuam para a protecção ambiental e o bem-estar humano.
- c) Garantir que informações de vital importância para a saúde humana e para a protecção ambiental, incluindo informação genética, estejam disponíveis no domínio público.

III. JUSTIÇA SOCIAL E ECONÓMICA

9. Erradicar a pobreza como um imperativo ético, social e ambiental.

- a) Garantir o direito à água potável, ao ar puro, à segurança alimentar, aos solos não contaminados, ao abrigo e saneamento seguro, distribuindo os necessários recursos nacionais e internacionais.
- b) Proporcionar educação e recursos a cada ser humano, para assegurar uma subsistência sustentável, e proporcionar segurança social, e rendimentos sociais a todos aqueles que não capazes de manter-se por conta própria.
- c) Reconhecer os ignorados, proteger os vulneráveis, servir aqueles que sofrem, e Permitir-lhes desenvolver as suas capacidades e alcançar as suas aspirações.

10. Garantir que as actividades e instituições económicas, a todos os níveis, promovam o

desenvolvimento humano de forma equitativa e sustentável.

- a) Promover a distribuição equitativa da riqueza internamente e entre as nações.
- b) Promover o desenvolvimento dos recursos intelectuais, financeiros, técnicos e sociais das nações em desenvolvimento, e isentá-las de dívidas internacionais onerosas.
- c) Garantir que todas as transacções comerciais apoiem o uso de recursos sustentáveis, a protecção ambiental e normas laborais progressistas.
- d) Exigir que corporações multinacionais e organizações financeiras internacionais actuem com transparência em benefício do bem comum, e responsabilizá-las pelas consequências das suas actividades.

11. Afirmar a igualdade e a equidade entre sexos como pré-requisito para o desenvolvimento sustentável e assegurar o acesso universal à educação, assistência na saúde e às oportunidades económicas.

- a) Assegurar os direitos humanos das mulheres e das jovens e acabar com toda a violência contra elas.
- b) Promover a participação activa das mulheres em todos os aspectos da vida económica, política, civil, social e cultural, como parceiras plenas e parietárias, decisoras, líderes e beneficiárias.
- c) Fortalecer as famílias, e garantir a segurança e a educação de todos os membros da família.

12. Defender, sem discriminação, os direitos de todas as pessoas a um ambiente natural e social, capaz de assegurar a dignidade humana, a saúde corporal e o bem-estar psíquico , concedendo especial atenção aos direitos dos povos indígenas e das minorias.

- a) Eliminar a discriminação em todas as suas formas, como baseadas em raça, cor, sexo, orientação sexual, religião, idioma e origem nacional, étnica ou social.
- b) Afirmar o direito dos povos indígenas à sua espiritualidade, educação, terras e recursos, assim como às suas práticas, relacionadas com formas sustentáveis de vida.
- c) Honrar e apoiar os jovens das nossas comunidades, habilitando-os a cumprir o seu papel essencial na criação de sociedades sustentáveis.
- d) Proteger e restaurar lugares notáveis pelo significado cultural e

espiritual.

IV. DEMOCRACIA, NÃO VIOLÊNCIA E PAZ

13. Fortalecer as instituições democráticas, a todos os níveis, e proporcionar transparência e prestação de contas na governação, incluindo a participação nos processos de tomada de decisão e no acesso à justiça.

a) Defender o direito de todas as pessoas à informação clara e oportuna sobre assuntos ambientais e todos os planos de desenvolvimento e actividades que poderiam afectá-las ou nos quais estejam interessados.

b) Apoiar sociedades civis locais, regionais e globais, e promover a participação significativa de todos os indivíduos e organizações na tomada de decisões.

c) Proteger os direitos à liberdade de opinião, de expressão, de reunião pacífica, de associação e de oposição.

d) Instituir o acesso efectivo e eficiente a procedimentos administrativos e judiciais independentes, incluindo remediação e compensação por danos ambientais e pela ameaça de tais danos.

e) Eliminar a corrupção em todas as instituições públicas e privadas.

t) Fortalecer as comunidades locais, habilitando-as a cuidar dos seus próprios ambientes, e atribuir responsabilidades aos níveis governamentais onde possam ser cumpridas com maior eficiência.

14. Integrar, na educação formal e na aprendizagem ao longo da vida, os conhecimentos, valores e capacidades necessárias para um modo de vida sustentável.

a) Oferecer a todos, especialmente às crianças e aos jovens, oportunidades de educação que lhes permitam contribuir activamente para o desenvolvimento sustentável.

b) Promover a contribuição das artes e humanidades, assim como das ciências, na Educação para a sustentabilidade.

c) Intensificar o papel dos média no sentido de aumentar a sensibilização para os desafios ecológicos e sociais.

d) Reconhecer a importância da educação moral e espiritual para uma subsistência sustentável.

15. Tratar todos os seres vivos com respeito e consideração

- a) Impedir maus tratos aos animais integrados em sociedades humanas e protegê-los de sofrimentos.
- b) Proteger animais selvagens de métodos de caça, armadilhas e pesca, que causem sofrimento extremo, prolongado ou evitável.
- c) Eliminar ou evitar até ao máximo possível a captura ou destruição de espécies não visadas.

16. Promover uma cultura de tolerância, não violência e paz

- a) Estimular e apoiar o entendimento mútuo, a solidariedade e a cooperação entre Todas as pessoas, internamente e entre as nações.
- b) Implementar estratégias amplas para prevenir conflitos armados e usar a colaboração na resolução de problemas para manejar e resolver conflitos ambientais e outras disputas.
- c) Desmilitarizar os sistemas de segurança nacional até chegar ao nível de uma postura não-provocativa da defesa, e converter os recursos militares em propósitos pacíficos, incluindo restauração ecológica.
- d) Eliminar armas nucleares, biológicas e tóxicas e outras armas de destruição em massa.
- e) Assegurar que o uso do espaço orbital e cósmico mantenha a protecção ambiental e paz.
- g) Reconhecer que a paz é a plenitude criada por relações correctas consigo mesmo, com outras pessoas, outras culturas, outras vidas, com a Terra e com a universalidade da qual somos parte.

O CAMINHO EM FRENTE

Como nunca antes na história, o destino comum nos chama para encontrar um novo começo. Tal renovação é a promessa dos princípios da Carta da Terra. Para cumprir esta promessa, temos que nos comprometer a adoptar e promover os valores e objectivos da Carta.

Isto requer uma mudança na mente e no coração. Requer um novo sentido de interdependência global e de responsabilidade universal. Devemos desenvolver e aplicar com imaginação a visão de um modo de vida sustentável aos níveis local, nacional, regional e global. A nossa diversidade cultural é uma herança preciosa, e diferentes culturas encontrarão as suas próprias e distintas formas de concretizar esta visão. Devemos aprofundar e expandir o diálogo global gerado pela Carta da Terra, porque temos muito que aprender a partir da busca iminente e conjunta pela verdade e pela sabedoria.

A vida muitas vezes envolve tensões entre valores importantes. Isto pode significar escolhas difíceis. Porém, necessitamos encontrar caminhos para harmoniosamente conjugar

diversidade com unidade, o exercício da liberdade com o bem comum, objectivos de curto prazo com metas de longo prazo. Todo o indivíduo, família, organização e comunidade têm um papel vital a desempenhar. As artes, as ciências, as religiões, as instituições educativas, os meios de comunicação, as empresas, as organizações não-governamentais e os governos são todos chamados a oferecer uma liderança criativa. A parceria entre governo, sociedade civil e empresas é essencial para uma governabilidade eficaz.

Para construir uma comunidade global sustentável, as nações do mundo devem renovar o seu compromisso com as Nações Unidas, cumprir com as suas obrigações respeitando os acordos internacionais existentes e apoiar a implementação dos princípios da Carta da Terra como um instrumento internacional legalmente unificador quanto ao ambiente e ao desenvolvimento.

Que o nosso tempo seja lembrado pelo despertar de uma nova veneração face à vida, pelo compromisso firme de alcançar a sustentabilidade, a intensificação da luta pela justiça e pela paz, e a alegre celebração da vida.”

----- **Presidente da Mesa** – Obrigada, Senhora Deputada. Pedidos de esclarecimento? Não há pedidos de esclarecimento. Intervenções? Senhor Presidente, a Câmara pretende também intervir sobre esta matéria?

----- Luís Filipe, Brinquete e Agostinho, do Movimento Sempre Presente.....

----- **Luís Filipe** - Uma vez mais, boa tarde. Não há dúvida que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não podia ficar alheio a esta solicitação. Não há dúvida que hoje assistimos ao acumular de um conjunto de documentos que recomendam que recomendam, a sociedade começa a perceber que afinal este bicho homem que habita a terra é um bicho diabólico e que está a por em perigo e inclusivamente a sua própria existência. E é só agora, quando finalmente se começou a perceber isso é que estas cartas de recomendação aparecem. Ainda bem que aparecem, ainda bem que os governos, as nações, diria quase o mundo global começa a aderir a estas cartas e a estes comportamentos. E vamos apoiar frontalmente este documento.

----- Mas, eu queria, aqui, e lançava o desafio à proponente, depois de ratificado e a Câmara aderir efectivamente a isto, que haja algum acompanhamento, porque muitas vezes o que acontece é que as instituições ratificam, aprovam e fica tudo no papel. É necessário que efectivamente as instituições assumam e que se comprometam e tenham actos no dia a dia de fazer cumprir com rigor os preceitos destas cartas. Fala da Carta da terra, fala da Agenda XXI e outros que por aí existem.

----- É nos pequenos actos que nós vemos o comportamento das instituições. E eu vou dar um exemplo, para terminar. E eu já fiz aqui esta recomendação dezenas de vezes ao Senhor Presidente, aos Senhores Vereadores, e hoje vou fazê-la ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, porque é a

primeira vez que o faço a ele directamente nas novas funções, e ele que ocupou já, algures no tempo, a Vereação do Ambiente, na Câmara, penso que tem alguma sensibilidade para isso.

----- Reparem a quantidade de toneladas de papel que esta Assembleia recebe em todas as sessões. Já aqui fiz a recomendação, porque é que a Câmara não tem papel reciclado, já que também pretende ser uma cidade ECO, é uma coisa também que anda ai ultimamente, papel reciclado no seu dia a dia? Porque é que não se faz dupla face nos documentos da Assembleia? São estes pequenos nadas , que não representam nada a nível global, mas que é com isto que fazemos educação ambiental, e é com estas pequenas coisas que as coisas resulta. Enquanto pensarmos no grande e esquecermos o pequeno não vamos a lado nenhum.

----- Presidente da Mesa – A recomendação, respondendo à solicitação feita agora à Mesa, penso que ainda não terminaram as assinaturas e falta só as dos senhores Presidentes de Junta, daquela folhinha que anda a circular que é o nosso convite à poupança de gastos, que é se querem receber em formato digital, a documentação da Assembleia. Espero que o Senhor Deputado tenha colocado uma cruz no CD, melhor ainda, no correio electrónico, para demonstrar também a sua vontade de poupança.

----- Penso eu havia mais questões e portanto mais pedidos de intervenções.....

----- José Brinquete, para a sua intervenção. Eu ia pedir aos Senhores Deputados que fossem sucintos, são seis e vinte, nós tínhamos que terminar o período de quatro horas da parte da tarde , terminará às sete e um quarto, e se é penoso para a Assembleia e para o recursos do Município que nós tivéssemos que convocar uma nova Assembleia, por um ponto que fique pendurado desta agenda. Por isso se vocês colaborassem e procurassem ser sucintos, vamos ver se conseguimos terminar hoje os trabalhos da Assembleia.

----- Senhor deputado, faz favor.

----- **José Brinquete** – Obrigado, Senhor Presidente da Assembleia Municipal. A Membro da Assembleia Municipal, Ana Botelho, fez uma intervenção que gostei bastante e até citou Almada como sendo uma cidade que aderiu à Carta da Terra, e isso para mim é muito caro porque quem governa Almada é a minha camarada Maria Emília, também é uma mulher.....

----- De qualquer maneira agora vem uma pequena desilusão. Eu não estou de acordo com todo o texto da Carta da Terra e se eu vos disse-se porque é que não estou de acordo com todo o texto, a maioria de vocês provavelmente também não estava. Mas digo-lhes um dia mais tarde. E nem sequer

me toca a mim, toca à maior parte de Vossas Excelências, mas estou de acordo com o essencial. E acho que é um documento importantíssimo e que trás também mais consciência aos humanos dos quais nós fazemos parte. Eu devo dizer, para quem não sabe, que eu não sou ambientalista mas sou ecologista, porque considero que ser ecologista é ter em conta que a ecologia não é um valor estático, é um valor que é preciso ter em conta que na terra existem seres humanos, animais e vegetais, vida animal e vida vegetal, mas existe também a terra, a terra muitas vezes é subestimada e existe também.

----- Não é por acaso que o Professor Galopim der Carvalho chama a atenção de que é incorrecto dizer “ Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade” e esquecer a Terra. Porque nós, nem que seja andarmos em cima da Terra todos os dias.

----- Portanto ser ambientalista é poder ter consciência de que é preciso compatibilizar a defesa da ecologia, do ECO sistema em que vivemos, a começar por nós, porque se os animais desaparecem nós também desaparecemos, se as plantas desaparecem nós também corremos o risco de desaparecer, mas compatibilizar com o desenvolvimento. E para mim, o conceito de ecologia diz que nem o progresso pode comprometer a ecologia nem a ecologia deve comprometer o progresso, e é no equilíbrio destas duas questões centrais que é ser-se ecológico, e como comunista que sou, não sei se todos sabem, só posso ser ecologista.

----- Por isso penso que a nossa aprovação e eu vou votar a favor, a nossa aprovação é muito no sentido de o Município de Bragança também ter um gesto para com uma preocupação global muito séria. Eu penso que todos temos consciência que um dia, como diz o filósofo, no futuro nós estamos todos mortos, mas ficam cá outros. E como dizia um chefe índio, a terra não é nossa, foram os nossos filhos que nos emprestaram a terra, portanto é uma terra que não vai connosco. Portanto é preciso ficar preservada.

----- Mas também, não sei se todos já leram uma obra que é fundamental para qualquer pessoa saber porque é que está na terra, em Dialéctica da Natureza, Frederic Engels diz que daqui a uns milhões de anos, se não for antes, este planeta será um pedaço de terra, ou de matéria que anda geladíssima no espaço e portanto nós que somos coisas tão importantes, temos tanta sensibilidade, não estamos cá e não está cá mais ninguém dos nossos. Mas enquanto isso não acontecer luto e lutarei sempre pelo bem estar dos seres humanos e de mim próprio e portanto dos meus concidadãos. Portanto vamos votar a favor.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado José Brinquete. A Mesa passa a palavra agora para o Senhor deputado do Movimento Sempre Presente, Agostinho Pires Diz.

----- **Agostinho Diz** - Mais uma vez boa tarde. Não quero entrar em afronta com ninguém, mas devo dizer-lhes que o Movimento vai votar a favor, mas não posso deixar de lembrar aqui a esta Assembleia que não cumprimos os princípios da Carta da Terra. Desde que tomei posse até hoje já tenho duas resmas de A4, neste momento só vinte e oito Presidentes de Junta pediram o suporte em papel, vejam, vinte e oito de quarenta e nove, e não estão cá todos, corresponde a sessenta por cento.

----- Quantas árvores é que será necessário abatermos para cumprir os quatro anos deste mandato?.....

----- Enquanto existir uma só casa no nosso Concelho sem saneamento básico que não trate lamas e águas residuais, como é que é possível? Mas pior seria não votar a favor? Atenção!

----- A água é um bem escasso, de facto, essencial à vida, depauperado no nosso Concelho, mais nas localidades onde não existe saneamento básico, o tratamento de águas residuais, como seja, a título de exemplo, o Parâmio, Maças, Zeive, Terroso e outras. Como é que é possível votar em consciência esta carta? Não é possível!

----- Dito isto eu apelava ao Grupo Municipal do PSD, que tem responsabilidades na Administração, que, pelo menos, alter as prioridades, ou, pelo menos, lute pela alteração de prioridades do Executivo Municipal de Bragança.

----- **Presidente da Mesa** – Passamos então para a última intervenção em termos de inscrição neste ponto, para o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, Luís Vale.

----- **Luís Vale** – obrigado, senhor Presidente. Começando pelo fim, dizer-vos, como é lógico, votaremos favoravelmente esta proposta porque de facto, parece-me que é com certeza importante que assim seja, de qualquer forma também me parece importante, que como já aqui foi dito por outra bancada, que se passe para além dos discursos e se passe à acção.....

----- De qualquer forma queria só fazer-vos referência que este tipo de documentos, a mim parece-me que poderá enquadrar-se numa atitude a que podemos chamar “a cultura mundo” algo que me veio parar à mãos nos últimos dias e com a vossa licença passaria a só a citar um pequeno parágrafo, para, de alguma forma, reforçar aquilo que foi dito pela proposta.....

----- “ A “cultura mundo” é a cultura da compressão do tempo e da diminuição do espaço. O espaço de tempo global é ainda reforçado pelos grandes riscos e catástrofes que acompanham a hiper modernidade e ignoram os limites das nações. Nuvens radioactivas de Chernovil, pandemia da sida, crise das vacas loucas, riscos OJM, aquecimento do planeta, atentados terroristas, crises bolsistas e

financeiras. Com a cultura mundo aumenta a consciência da globalidade, dos perigos, o sentimento de se viver num mundo único feito de inter dependências cada vez maiores. Na época hiper moderna afirma-se a cosmopolização dos medos e das imaginações, das emoções e dos modos de vida. Há uma consciência planetária dos perigos, há uma cultura mundo, que seja, mas isso não significa, de modo algum, cultura mundial una nem unificada. Obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Está terminado o conjunto de intervenções, não sei se a Câmara Municipal se quer pronunciar sobre esta matéria, mas a Mesa tem uma questão para formular. É que no ponto um da deliberação diz “aprovar a subscrição da declaração internacional da Carta da Terra por parte do Município de Bragança”. Eu não sei se querem alterar esta redacção para “ por parte da Assembleia Municipal de Bragança”. Eu quero lembrar aos Senhores deputados que a proposta de deliberação no ponto um diz “aprovar a subscrição da declaração internacional da Carta da Terra por parte do Município de Bragança”, aprovar a subscrição. Não houve nenhuma deliberação no Órgão que é a Câmara Municipal de Bragança, que é um órgão totalmente independente da Assembleia Municipal de Bragança, e portanto nós aqui, a Assembleia, tem competência para deliberar é sobre as matérias que dizem respeito à Assembleia. A Câmara é um órgão próprio, o que poderá é no seu devido tempo deliberar o que entender. Pode haver aqui uma proposta de recomendação ou querem que aqui fique “aprovar a subscrição da declaração internacional da Carta da Terra por parte da Assembleia Municipal de Bragança”, é isso? Essa era a dúvida que estava na Mesa da Assembleia. Aceita esta Alteração. Damos por finalizadas as intervenções.....

----- Por parte da Câmara não registamos intenção de intervir. Passamos então para a votação com esta alteração que foi agora solicitada pela Mesa e que mereceu a aprovação do Grupo Municipal do Partido Social Democrata.....

----- **Após análise e discussão foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, estando momentaneamente oitenta e quatro membros presentes.....** ...

----- **Presidente da Mesa** – Declarações de voto? Não há declarações de voto. Avançamos para o seguinte.....

PONTO 9 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE RECTIFICAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO PARA AS COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO DA REPÚBLICA.

----- **Presidente da Mesa** – O agendamento desta matéria em sede da Comissão permanente, foi a solicitação da própria Mesa da Assembleia. O objectivo, naturalmente na altura quando foi aprovada a

criação deste grupo de Trabalho, não passou com a devida atenção da Mesa, pelo que neste Grupo de Trabalho não está incluída a Mesa ou algum elemento da Mesa da Assembleia Municipal. Perante esse facto e é intenção clara da Mesa da Assembleia Municipal de Bragança ter a Mesa representada pelo menos por um elemento neste Grupo de Trabalho, foi, pela Mesa, solicitado este agendamento, para que o Plenário possa decidir pela alteração da constituição deste Grupo de trabalho incluindo um elemento da Mesa da assembleia Municipal.

----- De qualquer forma quero dizer que mereceu esta iniciativa da Mesa, junto da Comissão Permanente a anuência dos representantes dos vários Grupos Parlamentares, e por isso é que este assunto vem aqui a discussão.

----- Por esse facto eu queria solicitar aos deputados se alguém necessita de algum esclarecimento adicional.

----- O objectivo era - Eu passo a ler - onde diz “ constituição do Grupo” – este Grupo foi aprovado na Assembleia Municipal de 18 de Dezembro de 2009 e diz: “Ponto 1 – A Assembleia Municipal delibera constituir um Grupo de Trabalho para as Comemorações do Centenário da República.;.....

2- O grupo de trabalho integrará um representante de cada Grupo Municipal”

----- Está excluída, portanto, a Mesa. É só isso que a Mesa pretende, hoje, aqui, e é por isso que agendou este assunto que é – integrará um representante de cada Grupo Municipal bem como um elemento da Mesa. É isto que está aqui em questão.

----- Intervenções do Partido Social Democrata, Carlos Moreno. Faz favor.....

----- **Carlos Moreno** – Senhor Presidente da Mesa, Secretária e secretário da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhora e Senhores vereadores, Senhoras e senhores Presidentes de Junta, caros amigos companheiros.....

----- Tendo sido aprovada, por unanimidade, na ultima Sessão da Assembleia Municipal, realizada no pretérito dia 18 de Dezembro de 2009, uma Moção para a constituição de um Grupo de Trabalho para as Comemorações do Centenário da Republica, o qual foi instalado, pelo Excelentíssimo Presidente da Assembleia Municipal, no dia 2 de Fevereiro de 2010, entenderam os Membros presentes, atribuir a responsabilidade da coordenação do referido Grupo de Trabalho ao autor da Moção, pelo que, nesta sede, se impõe que venha, perante o Plenário da Assembleia Municipal, dar conta das diligencias e trabalhos desenvolvidos pelo Grupo que tenho a honra de coordenar.

----- Com efeito, dando cumprimento ao mandato que lhe foi conferido, o Grupo de Trabalho reuniu pela primeira vez, a 5 de Fevereiro, pelas 21:30h, no edifício da Assembleia Municipal, tendo-se realizado mais quatro sessões de trabalho e tendo-se realizado a ultima, nesta primeira fase, no dia 21

do corrente mes.

----- Por vontade expressa do Grupo de Trabalho tive oportunidade de reunir com a Excelentíssima Câmara Municipal, nas pessoas do Senhor Presidente e da Senhora Vereadora da Cultura, no passado dia 24 de Fevereiro, pelas 17:30h, com o intuito de dar cumprimento ao disposto no n.º 3 da Moção aprovada pelo Excelentíssimo Plenário, ou seja, para articular com o Executivo Municipal do conjunto de iniciativas a promover pelo Município de Bragança no âmbito das Comemorações do Centenário da Republica.

----- Nas referidas sessões de trabalho, esta Comissão, entre muitas e variadas ideias, logrou conceber, por consenso de todas as forças políticas participantes, um programa de actividades, que dignificando as Comemorações do Centenário da Republica, no âmbito nacional e local, teve sempre presente as imperativas preocupações de ordem financeira, dimensionado às Comemorações a realidade sócio - económica e cultural do nosso Município, como terão oportunidade de verificar.

----- Porem, e porque haverá, ainda, que desenvolver diligencias complementares de articulação com a Excelentíssima Câmara Municipal, cujos préstimos são absolutamente essenciais para que as Comemorações possam ocorrer com a dignidade e solenidade que se impõe, não foi possível ao Grupo de Trabalho encerrar o calculo dos meios financeiros de suporte a execução da proposta que ora apresentamos, vislumbrando-se que tal venha a ser possível num horizonte de duas semanas.

----- Finalmente quero enaltecer a coesão e o empenho demonstrado, por todos os Membros do Grupo de Trabalho, orientados para a promoção de um ambiente de discussão e dialogo, companheirismo e cumplicidade no saber fazer do bem comum.

----- Nestes termos e em cumprimento da vontade unânime dos Membros do Grupo de Trabalho da Assembleia Municipal para as Comemorações do Centenário da Republica, tenho a honra de submeter a apreciação da Excelentíssima Assembleia Municipal, a seguinte proposta de Plano Municipal de Comemorações do Centenário da Republica:

Assim, o Grupo de Trabalho previu a realização de um ciclo de conferências subordinado a quatro painéis a saber:.....

- A República e o 25 de Abril – realizar-se-á no dia 23 de Abril de 2010, pelas 21h30, no Teatro Municipal;.....

----- Nestes quatro painéis convém adiantar esta informação, que o Grupo de Trabalho entendeu convidar para moderador destes quatro painéis do ciclo de conferências, quatro ex Presidentes da Assembleia Municipal. Estes quatro painéis têm o seguinte formato: um moderador, que já referi, e mais dois convidados de renome nacional que serão os dois conferencistas que em princípio lhes irá

ser pedida a apresentação de um trabalho, na ordem dos trinta minutos, e depois, posteriormente, com um período de intervenção do público para debate.

----- Sendo assim, neste primeiro painel “A República e o 25 de Abril, temos já confirmada a presença, como moderador deste painel, o Dr. Temo Moreno.

----- Naturalmente que os conferencistas e os convidados serão abordados os convites, uma segunda fase posteriormente à aprovação deste Plano, por este digníssimo Órgão.....

----- Segundo Painel – “ A República e Questões Sócio-Económicas “ - o moderador convidado e que já aceitou, o Dr. Eleutério Alves, realizar-se-á este painel a dezassete de Junho de 2010, pelas 21h30, no Auditório Paulo Quintela.....

----- Terceiro Painel – “A República e o Ensino “- o moderador será a Dr. Tábita Soares, a oito de Outubro de 2010, pelas 21h30, no Auditório do IPB.

----- Quarto e último painel deste ciclo de conferências – “ A República e o Poder Local” – o moderador convidado e que já aceitou o convite, DR. Henrique Ferreira, que se realizará a dois de Dezembro de 2010, pelas 21h30 no Auditório Paulo Quintela.

----- Além deste ciclo de conferências o Grupo de Trabalho entendeu ainda promover mais um conjunto de iniciativas que passo a descrever:

----- No dia 5 de Outubro de 2010, pelas 10h00, neste Auditório, uma Sessão Solene da República à semelhança daquilo que a Assembleia Municipal promove com o 25 de Abril, em que todas as forças políticas poderão fazer uma apresentação de até 10 minutos.

----- Nesse mesmo dia, pelas 16h00, no Teatro Municipal, um concerto da República, de música clássica.

----- Promover um concurso literário em articulação com a Câmara, com as Juntas de Freguesia da Cidade e também do Município, três concursos literários subordinados aos seguintes temas: A vida na época; A vida e obra das figuras da República; Ideias e Conquistas.

----- Exposições: Exposição Itinerante da Fundação Mário Soares, temos duas datas possíveis, em articulação com esta Fundação, de modo a tentar trazê-la a Bragança por, volta do primeiro painel do ciclo de conferências, ou seja, por volta do 25, 23 de Abril, ou pelo terceiro painel, por volta do 5, 8 de Outubro.

----- Exposição Itinerante “Viva a República” – é um protocolo entre a Associação Nacional de Municípios e a Comissão nacional para as Comemorações do centenário da República. Naturalmente

que aqui esta exposição itinerante só as Câmaras é que estavam autorizadas a subscrever esta exposição via on-line, através deste protocolo como acabei de designar e o local será designado pela Câmara Municipal de Bragança.....

----- Exposição Documental e Bibliográfica de Jornais/revistas da 1.ª República, também no auditório do Centro Cultural.....

----- Tertúlia e poesia na República, com um convidado já confirmado, Fernando capela Miguel, no dia 28 de Maio, às 21h30, e vamos ver a disponibilidade, mas em princípio estará aqui agendado para o auditório da Casa da Seda.

----- Depois o Grupo de Trabalho, tínhamos uma actividade prevista para o dia 31 de Janeiro de 2011, mas uma vez que o Executivo Camarário apresentou também uma ideia muito parecida mas para o dia 17 de Julho, exactamente na Vila de Izeda, envolta da figura de um bom republicano desta Vila, o Grupo entendeu deixar cair essa iniciativa e associar-mo-nos a esta iniciativa da Câmara para o dia 17 de Julho que é o dia da Vila de Izeda.....

----- Teatro da República – duas datas possíveis, 11 ou 18 de Novembro de 2010, no Teatro Municipal.

----- O Grupo pensou também na criação de um livro ou de uma pequena Brochura com ilustrações sobre o tema, em que já foi convidado o Dr. Adérito Branco, que aceitou este repto, e também o DR. Manuel Trovisco, nas ilustrações.

----- Uma história da República, não retirando o rigor científico, mas adequado com um discurso, com textos, adequado a crianças do 2.º e 3.º Ciclo.

----- Quer o Dr.º Adérito Branco, quer o Dr.º Manuel Trovisco aceitaram este desafio da criação deste pequeno livro que pensamos poder distribui-lo durante o primeiro período do próximo ano lectivo, isto é, finais de Setembro, princípios de Outubro.

----- Paralelamente a estas actividades o Grupo de Trabalho gostaria de ver concretizadas as seguintes iniciativas: A criação de um desdobrável com ao programa das comemorações do Centenário da República do Município de Bragança, a criação de um Pin alusivo ao Centenário da República, em colaboração com a Câmara a criação de um Mural, que poderá ser de um material de azulejo, subordinado às Comemorações do Centenário da República.

----- E de tudo isto o grupo de Trabalho também entendeu convidar um grupo ligado aos Registos Multimédia, para também se criar um registo para memórias futuras destas actividades do Centenário da República.

----- Tenho dito.....

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Senhor Deputado. Embora tendo fugido, de facto, ao tema que estava em agenda para debate, a Mesa registou que fizesse essa explanação do grupo de Trabalho. Mas, de facto, a Mesa tem aqui algumas dúvidas sobre esta matéria.

----- Vamos pedir que a Câmara Municipal se pronuncie, porque me parece que pode existir, e percebemos da intervenção do senhor deputado, que pode haver aqui alguns cruzamentos de iniciativas que o grupo de Trabalho está a planear com algumas iniciativas do próprio Município da Câmara Municipal de Bragança, sugeria que a Câmara Municipal, de seguida, se pronunciasse também sobre esta matéria, que fizesse uma intervenção sobre esta matéria já que foi permitido ao Coordenador do Grupo de Trabalho que explanasse este programa, de resto quero dizer o seguinte: não me parece que possa crer aprovar agora este plano, este plano não vem adequadamente preparado com o devido orçamento, é um plano e portanto são um conjunto de iniciativas que deverão onerar o Município ou a Assembleia Municipal e não pode aprovar um plano sem ter o devido orçamento acoplado a isto.

----- Esta é uma primeira iniciativa.....

----- Depois lembrar-lhe que esta matéria não estava agendada e parece-me que não deverá merecer, hoje, de uma aprovação sendo que é de inconsciência total que os deputados se pronunciem sobre um plano desconhecendo totalmente quanto é que isso pesa no orçamento da Assembleia Municipal, do Município de Bragança ou da Câmara Municipal, é uma matéria que deveria ter sido acautelada pelo Grupo de Trabalho e que me parece extemporânea que seja aprovada, hoje. Eu sugeria que fosse preparado isso, de forma mais conveniente, e sugeria, como de resto já tinha dito numa outra oportunidade, que este assunto possa ser devidamente agendado e vai haver uma oportunidade próxima, vamos ter uma reunião extraordinária da Assembleia Municipal, eu depois passaria a dar essa informação aos Senhores deputados e quer este assunto fosse devidamente orçamentado, cabimentado, para poder ser adequadamente e conscientemente votado pelos Senhores Deputados.....

----- Mediante também isto e por precisar de haver algumas iniciativas cruzadas com a Câmara Municipal, eu pedia ao senhor Presidente que se entendessem bem, prestar algumas informações complementares à Assembleia, sendo que depois retomávamos o assunto que estava agendado.

----- Quero mais uma vez ressaltar que foi permitida ao Senhor Deputado, que fizesse a explanação fora de agendamento, apresentando as iniciativas do Grupo de Trabalho, mas surpreendeu a Mesa com esta iniciativa de uma votação que a consideramos extemporânea.

----- **Presidente da Câmara** – Muito obrigado Senhor Presidente. Tivemos, de facto, reunião, recente, com o Senhor Deputado, demos-lhe conta, como tínhamos feito já ao Senhor Presidente, por escrito, das iniciativas que a Câmara Municipal se propõe promover no âmbito das Comemorações da República, processo no qual trabalha há algum tempo, iniciativas que integram naturalmente o programa do Município.

----- E exposição itinerante “Viva a República”, e devo referir que as iniciativas de que vamos falar são as acções que em princípio não representam despesa adicional relativamente ao que tínhamos no nosso Orçamento.

----- A exposição itinerante “Viva a República” ocupa um espaço público, será na Praça Cavaleiro de Ferreira, em princípio, com tomada de ligação de energia.

----- Temos para isto uma peça de Teatro para o Público escolar, para o mês de Dezembro, já contratualizada, com o título “O trono saiu à Rua”.

----- Temos para o dia 5 de Outubro um espectáculo musical com a designação “ Música no tempo da Primeira República cosmopolitismo e nacionalismo.

----- Gala desportiva do Centenário da República, no dia 4 de Outubro, à noite, no Pavilhão Municipal, envolvendo as Associações desportivas, os Jovens, os Pais, sem que isso represente despesa adicional, a não ser a ocupação do espaço.

----- Temos previsto para o dia cinco o hastear da Bandeira com a presença da Banda Filarmónica de Bragança e, digamos, dirigirmo-nos aos Bombeiros no sentido de também fazer uma arruada com a Fanfarra, pela Cidade, que nos parecia bem.

----- Tínhamos falado, já há algum tempo com a senhora Presidente da Junta de Izeda, no sentido de que no âmbito das Comemorações da Vila, a dezassete de Julho deveria incluir-se uma conferência proferida por alguém, de preferência o Presidente da Associação, a 31 de Janeiro, alusiva a Alves da

Veiga, seria o momento certo, oportuno, em que a despesa já estará feita nesse dia e portanto trata-se de trazer um amigo a fazer uma conferência a Izeda.

----- Temos previsto fazer uma conferência “Ser Português” para o mês de Setembro, não temos consolidada a data, 3.ª, 4.ª semana, e porquê nesta data? Porque prevemos que neste mês seja lançado o Catálogo da Biblioteca Adriano Moreira, com os conteúdos para incluir na página no site da Câmara, um documento que está a ser escrito, foi adjudicado pelo Município e portanto aproveitaremos a deslocação do Professor Adriano Moreira, obrigatoriamente para apresentação do catálogo e simultaneamente para fazer essa conferência, ao qual tentaremos que esteja presente o Dr.º António Barreto, também dentro deste tema, na mesma conferência.

----- Tínhamos para a feira do Livro também com uma actividade já organizada, sem despesa adicional, incluir uma conferência onde poderão participar duas pessoas, uma de Bragança alusiva ao papel de Bragança na implementação da República e a outra, pela escritora Lídia Jorge, falar sobre a identidade portuguesa, um livro que foi editado presentemente.....

----- É um conjunto de iniciativas, não digo minimalistas, suficientes para comemorar um centenário que tem milhares de iniciativas pelo País fora, iniciativas que têm subjacente uma preocupação evidente, estamos em período de contenção, não podemos trabalhar fora de um Orçamento adequado e portanto nós, com este programa, não estamos a acrescentar despesa, há uma ou outra incompatibilidade que tem que ser, e esses aspectos têm que ser esclarecidos na... que devem, do nosso ponto de vista, da parta da Comissão, pela legitimidade que tem.....

----- No dia 23 o Teatro não pode ser ocupado, já tínhamos transmitido ao Senhor Deputado. Tem que se encontrar outra data, se essa for a vontade de utilizar o Teatro, a nossa opinião é de que este é que deveria ser o espaço para todas as conferências, seria o espaço da Assembleia Municipal, o que nos parecia mais adequado.

----- Também a exposição que se diz para o Centro Cultural nós já vimos que não pode ser porque a Câmara tem o programa das exposições preenchido durante todo o ano e a ocorrer tem que ocorrer neste espaço de exposições no Centro Cultural e portanto também faria sentido que a conferência fosse aqui.....

----- Peça de teatro – Pensávamos que se fosse possível fazer uma peça de Teatro com a Associação Bragança Histórica, reunimos com o Senhor Presidente, com outros membros da Direcção, isso seria o desejável. Estão a avaliar essa possibilidade, o que significava ter pessoas da cidade que fazem um trabalho muito interessante para as Festas da Cidade e era uma oportunidade de se mostrarem noutra

área no âmbito das Comemorações da República, seria também motivo de satisfação, para entusiasmo para os actores e colaboradores da Associação Bragança Histórica, portanto tem que ter que se disponibilizar alguma colaboração financeira, eventualmente, para ajudar a por a peça de pé, mas não pagar o serviço.....

----- O Ciência Viva está disponível. Um Painel, custa também dinheiro, portanto há um orçamento necessário, portanto nós sugeríamos que fosse avaliado conforme o senhor Presidente sugeriu,.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. Intervenção ainda para o Senhor Deputado Carlos Moreno. A Mesa regista agora muitas intervenções aí para o fundo da sala.....

----- A Mesa vai dar tempo para todos se expressarem, é um facto que o ponto que estava agendado era completamente diferente do que se está a tratar agora, mas devido à importância do tema, volto a dizer, foi dado espaço ao Senhor Deputado Carlos Moreno para aproveitar este espaçozinho para poder fazer a informação do que o Grupo de Trabalho estava a fazer, que não estava agendado, e como diz o senhor Presidente da Junta de Rebordãos, foi uma tolerância que a Mesa deu e que pode ser considerada excessiva.

----- Nessa matéria, ponto um – A Mesa não aceitar a discussão e votação de um plano que não está devidamente quantificado, não é correcto, não é seguramente ético estar a votar algo que não se sabe quanto onera ao Município e quem vai onerar.....

----- Segundo – Já vimos que há aqui algumas datas que são incongruentes com o plano da Câmara.

----- A Mesa vai dar a palavra ao deputado do Partido Social democrata, Carlos Moreno, ao Luís do Vale, Luís Filipe e José Brinquete.....

----- A Mesa está aqui com um problema, de facto. Senhor Brinquete venha aqui à Mesa, se faz favor. Criou-se aqui um problema, de facto, com a tolerância que a Mesa abriu para a discussão, é um facto.--

----- **José Brinquete** – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, eu penso que o sentimento do Adriano é o meu, também, desejava que isto já tivesse acabado e ir-me embora, tenho a caixa do telemóvel cheia de telefonemas que tenho que fazer mas este assunto é muito importante. Está agendado aqui um elemento da Mesa para a Comissão e falhou aqui qualquer coisa que só o PSD é que pode explicar, porque estava previsto ser aceite este ponto e de início devia ter sido votado e não foi, mas pensei que havia entendimento, e o que agora aqui se passou é da maior gravidade.....

----- É que o Senhor Presidente da Câmara veio aqui dizer que tem umas comemorações paralelas às comemorações que a Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, e eu penso que perante a gravidade desta situação e as dificuldades de salas e tudo o mais e de orçamentos só há uma solução, meus amigos, e que eu proponho imediatamente, e como requerimento punha à votação.

----- **Presidente da Mesa** – tem as palavra o Senhor Deputado Carlos Moreno. Peço ao senhor Deputado que seja breve.

----- **Carlos Moreno** – Senhor Presidente da Mesa, eu queria prestar o seguinte esclarecimento. Às nove e meia em diálogo com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, como vi agendado um ponto na Ordem de Trabalhos, para a sessão de hoje, perguntei-lhe se ele via algum inconveniente de eu esclarecer, os presentes, sobre o andamento dos trabalhos do nosso Grupo e se eu tinha uma comunicação para apresentar, e também em termos de plano, por uma questão muito simples. Em determinados domínios ou provavelmente em quase todos, adiar é perder tempo. Nos temos aí um painel previsto para o dia 23 de Abril, para este painel é necessário convidarmos individualidades, é necessário planear a tempo. O Grupo de Trabalho já por si foi empossado tardiamente, quando a apresentação da criação deste Grupo de Trabalho foi a 18 de Dezembro. Não aceito, neste momento, a desculpa dada pela Mesa deste Órgão, com todo e devido respeito, porque eu explico aqui porque é que, neste momento, não nos é possível apresentar uma estimativa orçamental.

----- Não temos dados, esta era uma primeira fase, que é a estrutura do programa. Numa segunda fase vêm os contactos, só através dos contactos nós é que vamos saber quanto é que vamos saber quanto é que vamos gastar. EU não faço a mínima ideia...o Dr.º Adérito Branco como é que vai estrutura o livro! Será com cem, será com cinquenta páginas? Não, só depois numa segunda fase e com esses dados precisos é que nós podemos fazer uma estimativa, eu fui sério.

----- Agora, Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, às nove e meia, nós os dois acordámos neste ponto, porque se assim não fosse eu solicitaria à Mesa um agendamento deste ponto para eu apresentar aquilo até que foi decidido no Grupo de Trabalho. O grupo de Trabalho entendeu e bem, que nesta sessão devíamos apresentar a estrutura do nosso Programa, porque não estou a ver, de modo a concretizarmos este conjunto de actividades, andarmos aqui a adiar, adiar para quando? Temos já o primeiro painel a dia 23 de Abril. É preciso iniciar contactos, é preciso iniciar um programa, que tempo é que nós temos?

----- **Presidente da Mesa** – Das suas observações deixe-me corrigir o seguinte: às nove e meia da Manhã, em conversa comigo, pediu-me a ver se podia intervir e dar conhecimento à Assembleia dos trabalhos que estavam a decorrer no Grupo de Trabalho e eu sugeri que fosse no Período da Ordem do

Dia e depois solicitou porque havia escassez de tempo, que fosse naquele período, sim senhora, e a Mesa anuiu, mas, meu amigo, eu anui, mas tinha total desconhecimento, disse-me que ia apresentar à Assembleia já as iniciativas que o Grupo de Trabalho tinha feito nas reuniões, não me falou em planos, não me falou em estruturas de trabalho, não me falou em orçamento. Não é possível sequer decidir essa matéria porque nem sequer está agendada. Lamentavelmente, com mágoa lhe digo, não é possível agendar e discutir esta matéria. Não foi agendada esta matéria. Se o quisesse que tivesse sido devia-se ter dirigido à Mesa da Assembleia, no devido tempo, para agendar esta matéria. Sabemos que há, e a Mesa sabe, e já tomámos conhecimento, agora, pelas informações do Senhor Presidente da Câmara, que há até algumas datas que não são possíveis de poder compatibilizar com as vossas iniciativas, nomeadamente a utilização do teatro Municipal para o dia vinte e três.

----- Já foi dado conhecimento das suas iniciativas do Grupo de Trabalho à Assembleia, eu solicito à Assembleia Municipal que haja deliberação sobre o assunto agendado que é aquele que vem na convocatória. Eu entretanto passo a palavra ao Luís Filipe, que pediu para se inscrever. Eu penso que deveriam fazer a economia de tempo com muita razoabilidade, são sete e cinco minutos da tarde, às sete e um quarto vamos ter que pedir a anuência da Assembleia para prolongar os trabalhos.

----- **Luís Filipe** – Vou ser rápido. Não há dúvida que brincar com o trabalho dos outros é muito chato. Eu entrei naquele Grupo de Trabalho com espírito altruísta e de colaborar. Quando nós, a meio do trabalho, já nos tínhamos apercebido que a Câmara tinha iniciativas paralelas, sem falar com o Grupo, era, para nós, muito grave. Nos estávamos à espera que insto acontecesse, hoje. E como tal, eu corroboro as palavras do Brinquete e não estou na disponibilidade de continuar neste Grupo de Trabalho, nas condições actuais, de maneira que também concordo com a extinção imediata desta Comissão.....

----- **Presidente da Mesa** - Deu entrada na Mesa um requerimento entregue pelo José Brinquete, do Grupo Municipal da CDU, que a Mesa passa a ler:

“REQUERIMENTO

Requeiro que seja extinto o Grupo de Trabalho para as Comemorações do Centenário da República.....

a) José Brinquete e Luís Vale”

----- **Presidente da Mesa** – A Mesa vai ter que por a votação, de imediato.

----- Pedidos de esclarecimento sobre este requerimento? Intervenções?

----- Faça o favor Senhor Deputado.

----- **Nuno Reis** – Eu compreendo algum tumulto que se tenha gerado, mas eu acredito que o bom senso é provavelmente o melhor dos critérios e o melhor dos paradigmas para se solucionarem problemas.

----- O grupo de Trabalho fez uma obra notável, meritória que merece o reconhecimento do Plenário e estou certo de que merecerá também o reconhecimento da Câmara Municipal. Já fizeram várias reuniões e estou certo de que a Câmara Municipal em nenhum momento se negou, nem se negará, a colaborar com o Grupo de Trabalho. Estou certo que o Grupo de Trabalho está aberto à sugestões e à colaboração da Câmara Municipal. E eu atrever-me-ia a pedir ao meu ilustre amigo José Brinquete que ponderasse o seu requerimento assim como algo, o Dr.º Luís Filipe, por quem tenho estima e consideração, até porque, salvo o devido respeito me parece algo contraditório que o Plenário que acabou de aprovar um aditamento à deliberação para que a Mesa integre o Grupo de Trabalho.....

-----

----- **Nuno Reis** – Não deliberou? Não deliberou, mas que se prepara para deliberar, se prepara para aprovar a extinção do Grupo de Trabalho cuja deliberação seria aditada. E portanto, do meu ponto de vista, e eu peço os bons ofícios e toda a diplomacia do senhor Presidente, até porque não me parece que a Assembleia, se a moção viesse a ser revogada se pudesse sair muito bem disto, eu apelava aos bons ofícios do Senhor Presidente para que eventualmente agendasse uma reunião próxima dos elementos do Grupo de trabalho e dos membros da Câmara Municipal, porque por aquilo que foram as intervenções aqui expressas, quer pelo Professor Carlos Moreno, quer pelos outros oradores, quer pelo Senhor Presidente da Câmara, falta de ideias, de iniciativas, de vontade, de animo, não faltam neste Concelho, e portanto, parece-me, a mim, que aconselha a razoabilidade e o consenso que o Senhor Presidente da Assembleia e a Mesa da Assembleia procure, de alguma forma, mediar esta tensão, não é um conflito, é uma tenção, há um excesso de vontades, um excesso de entusiasmo, e estou certo de que serão ultrapassadas.....

----- E apelo mesmo ao Grupo de Trabalho para que além da Câmara Municipal, procure mobilizar outros agentes da Sociedade Civil, Movimento Estudantil, IPSSs, Associações Culturais e Recreativas, Juntas de Freguesia, para que, de facto, estas sejam as Comemorações do centenário da República, e como Comemorações Republicanas que são na sua génese e na sua essência, também tendencialmente andarão a ser polémicas, até porque a polémica e divergência fazem parte do génese da República. Muito obrigado, senhor Presidente.....

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado pela sua intervenção. José Brinquete pede a palavra. De resto, eu, há bocadinho, não tinha visto no requerimento, ele é assinado por José Brinquete e por Luís Vale. Faz favor.

----- **José Brinquete** – Eu sou muito rápido. Se o requerimento for derrotado corresponde quase a um voto de confiança na Comissão, mas é preciso ter consciência do seguinte, não sei se todos temos, é já um bocado tarde e podemos estar cansados.

----- O senhor Presidente da Câmara veio aqui dizer que tem um Programa de Comemorações da Câmara Municipal à parte de um suposto Programa da Assembleia Municipal. Isto é uma coisa muito séria. --

-----

----- **José Brinquete** - Ó! Adriano, tem calma, tu podes não estar a ver o que eu estou a ver e eu tenho que expressar a minha opinião, por isso tenho eu expressar a minha opinião, pedes a palavra e vens aqui falar. E fez o seu orçamento, nem sequer disse quanto era, mas há aqui uma coisa ainda mais grave que é: à primeira reunião a Câmara esteve representada e não informou que ia ter comemorações paralelas, nem à segunda reunião, que já não esteve representada mas também não informou. E nunca foi informada a Comissão, formalmente, só informalmente é que foi na quarta, e última, creio que foi na quarta, e última, que estavam a pensar com um esboço. Ora, se a proposta de comemorar o centenário fosse da CDU ou do PS, eu aceitava que pudesse ter havido aqui um mal entendido, mas a proposta foi apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD, estamos lembrados, e foi aprovada depois por unanimidade, ganhou uma dupla força, mas já tinha muita força, vinha do PSD que governa a Câmara. Eu, sinceramente, porque o assunto é muito sério, não estou disponível por causa deste problema, que há aqui um problema de divisão do PSD, muito sério, e não só há um problema muito sério como o que o Senhor Presidente da Câmara disse, embora, depois pode vir aqui dizer que é mentira, disse que tirou confiança política e a Câmara tiraram confiança política a estas comemorações, e por mais que queiram quando se discutir o Orçamento vão deixar cair isto, vão deixar cair aquilo e isto vai ficar tudo mutilado. E das duas uma, ou há umas comemorações do Município e articulado entre a Câmara e a Assembleia Municipal ou então vai ser uma vergonha para nós todos o que se vai fazer.

----- Por isso, como as coisas estão tão adiantadas, insisto, mantenho o requerimento, vamos votar e depois logo se vê, assumimos as nossas responsabilidades.

----- **Presidente da Mesa** – Senhor Presidente, quer dar alguns esclarecimentos adicionais? Muito obrigado.....

----- **Presidente da Câmara** – Muito obrigado, Senhor Presidente. A Câmara Municipal, com alguma antecedência, tentámos trabalhar com as escolas no sentido dos responsáveis pela organização da mostra de Teatro Escolar integrarem nesta mostra peças relacionadas com a Comemoração do Centenário da república, informaram-nos que já não era possível, insistiu-se no sentido de avaliarem a possibilidade depois da mostra escolar mesmo assim numa colaboração entre as escolas tentarem preparar uma peça para o cinco de Outubro sobre responsabilidades das escolas e portanto foi-nos informado, de facto, não havia condições para esse efeito.....

----- Fizemos uma outra tentativa junto dos Departamentos de História das Escolas Secundárias, no sentido de os Senhores Professores desta área poderem fazer investigação, em conjunto, os que estivessem disponíveis, para viabilizar a realização de um trabalho que seria editado pela Câmara Municipal, alusivo à importância e à participação dos Bragançanos no processo da implantação da República. Os Senhores Professores informaram-nos que não tinham condições para assumir um trabalho dessa natureza, não estão habituados à investigação, compreendemos isso, mas a nossa vontade, o nosso esforço foi também ao encontro dos departamentos de História das escolas.

----- Portanto houve um trabalho que não é um trabalho recente, nós não temos legitimidade, a Câmara Municipal não tem legitimidade para tirar legitimidade ao Órgão Assembleia Municipal, nem vice versa. Nós achamos que o Município deve ter um Programa de Comemorações do centenário, somos claros nesse âmbito, enviámos para o senhor Presidente da Assembleia Municipal, aquilo que era a intenção da Câmara Municipal, no sentido das comemorações a integrar no Programa das Comemorações do Município. Portanto somos claros nesse aspecto. Eu acho que há-de haver um mal entendido e uma rara interpretação, não sei a que nível, mas da parte da Câmara não existe. Continuamos a pensar assim, o Município deve fazer o seu Programa de Comemorações, imagino se, por exemplo, a Misericórdia tivesse uma razão especial, por exemplo, tivesse sido fundada, imaginemos num dia 5 de Outubro independentemente da comemoração do Centenário e quisesse promover uma iniciativa simbolicamente associada à comemoração do Centenário da República, essa iniciativa dessa Instituição devia poder integrar o Programa das Comemorações do Município de Bragança.

----- Portanto eu acho que deve haver uma visão bastante diferente. Esta é a nossa visão. Daí pode dizer assim, só a Assembleia é que quer fazer comemorações? Enfim , eu acho que deve ser o Município a fazer as comemorações, as comemorações devem ser do Município e naturalmente compete, também do meu ponto de vista, ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal fazer a representação necessária nesse âmbito.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado.....

----- **Presidente da Câmara** – O! Professor, quero dizer o seguinte: A Autarquia, a Câmara Municipal não interfere nas decisões que tomam, como é obvio. Eu disse assim: cada órgão de acordo com as competências que tem previstas, tem que compreender isso. Quando eu expressei aquilo que era a minha opinião relativamente àquilo que é a Comemoração do Centenário da República e à necessária dignidade que esse acto deve representar.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, senhor Presidente. Ainda há duas inscrições.

----- Diz Luís, podes vir aqui? Estamos a prolongar aqui muito tempo, dentro de dois minutos vou ter que pedir à Assembleia autorização para continuarmos os trabalhos.....

----- **Luís Filipe** – Uma vez mais e porque o Senhor Presidente não estava aqui há bocadinho quando eu fiz a minha intervenção, não está em causa se o Município tem ou não tem as suas actividades, faz o que entende. Agora, porque é que a Câmara não informou o Grupo de Trabalho das actividades que tinha a decorrer, que já tinha escolas, que já tinha o teatro, que já tinha isto, que já tinha aquilo, porque é que não foi a Comissão informada dessas iniciativas para poder haver articulação? E tal como o Brinquete disse, era previsto estar um elemento da Câmara para fazer a articulação com o grupo e nunca esteve presente. Porquê? Essa é a grande dúvida. Sim, estive na primeira mas depois retirou-se e nunca mais apareceu.....

----- **Presidente da Mesa** – Dr. Amândio, mas o Carlos Moreno estava inscrito antes. Eu tenho que vos pedir que sejam sintéticos.

----- **Carlos Moreno** – Mesa da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores deputados. Depois de ouvir as palavras do senhor Presidente da Câmara, quero congratular-me, depois de ouvir aquelas palavras, porque afinal de contas estamos a utilizar a mesma linguagem, porque eu sempre referi e sempre foi a posição do grupo de Trabalho, que todas as iniciativas da Câmara, de qualquer Associação, colectividades, tudo que viesse a enriquecer este Plano de Actividades para o Centenário da República, seriam todas bem vindas. Sempre disse isso. E eu sempre transmiti ao senhor Presidente da Câmara que seria desejo do Grupo e de mim próprio, que o Município de Bragança apresentasse nesta Efeméride um único programa municipal, que dê dignidade ao acto, em nome do Município. Afinal de contas não sei para que é preciso tanto ruído! Afinal de contas utilizamos a mesma linguagem e parece que ambos procuramos os mesmos objectivos. Mas que venham as ideias da Câmara, que venham as ideias da santa Casa da Misericórdia, venham donde vierem serão bem vindas, porque todas as ideias naturalmente só vêm enriquecer e só vêm dar dignidade a este acto que se aproxima.

----- No entanto, queria terminar dizendo o seguinte: Esta Grupo de Trabalho foi aprovado por este digníssimo Plenário, por unanimidade, aceitei, estarei a disposição de todas as decisões que este digníssimo Plenário assim também o entenda. Respeitarei sempre as decisões tomadas neste Plenário. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Brinquete, eu peço-lhe o seguinte: Retire o documento e vamos voltar à agenda normal de trabalhos.

----- **José Brinquete** – Senhor Presidente da Junta de Rabal, sei bem onde é Rabal e até sei quantos STOPS estão até chegar lá, ali da Quinta do Reconco. Até sei quantos STOPS estão até lá.

----- Quero dizer o seguinte: insisto que o assunto não é para brincadeiras e portanto assumo as minhas responsabilidades, Vossas Excelências podem votar contra o requerimento, mas, hoje, este requerimento faz todo o sentido e clarifica as águas e por isso insisto e os requerimentos devem ser imediatamente votados, embora as intervenções tenham talvez ajudado a esclarecer mais, mas eu insisto em manter o requerimento e proponha que fosse votado imediatamente.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. Passamos à votação do requerimento.

----- Por fim é a última inscrição que a Mesa aceita. Vamos passar de imediato à votação. Estamos a confirmar o quórum.

----- **Amândio Gomes** – Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Membros da Câmara, Membros desta Assembleia. Eu penso que deve haver aqui um mal entendido. Toda agente sabia que a Câmara estava a programar as suas iniciativas. O Grupo eleito aqui nesta assembleia para tratar das Comemorações da implantação da República, só tem uma coisa a fazer, é apresentar o seu programa e procurar coordená-lo com a Câmara. É aí que bate a questão. Quando fizerem o encruzamento dos dois programas temos o espaço próprio para fazermos as comemorações condignas, se nos dividirmos, bom, haverá umas comemorações que sendo parte do Município não serão de todo. Por isso eu proponha que este requerimento fosse rejeitado e que o Presidente do Grupo que foi nomeado pela Assembleia, se entendesse como deve ser de bom tom, se entendesse com o senhor Presidente da Câmara para fazerem um programa digno das comemorações da Implantação da República.

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Senhor Deputado. Não há mais tempo, eu peço desculpa. Vamos passar de imediato à votação do requerimento.

----- Está-me aqui a dizer o Senhor Presidente da Sé, e tem razão, que ultrapassamos em cinco minutos o período de quatro horas, começámos às três e um quarto, é verdade, pelo que compete à Mesa da Assembleia solicitar à Assembleia a votação para prolongamento da sessão por mais trinta

minutos. Já fizemos um período de quatro horas, terminou, temos que solicitar à assembleia a prorrogação de prazos, por trinta minutos. Por isso temos que o fazer de imediato porque realmente ultrapassamos em cinco minutos o período.

----- **É posta à apreciação da Assembleia, findo que está o período de quatro horas, o segundo período da Assembleia Municipal, que sejam prolongados os trabalhos por mais trinta minutos.**

----- Quem vota contra? Quem se abstem? **A Assembleia tem concedida a autorização para mais trinta minutos, no entanto terminaremos às oito menos dez.**

----- **Vamos passar à votação do requerimento que deu entrada na Mesa.**

----- **Após análise e discussão foi o mesmo requerimento submetido a votação, tendo sido indeferido com cinquenta e quatro votos contra, uma abstenção e vinte e quatro votos a favor, estando momentaneamente setenta e nove membros presentes.....**

----- **Presidente da Mesa** – Senhor deputado Guedes de Almeida, senhor Brinquete, também, Movimento Sempre Presente e Luís Vale.

----- Senhor deputado Guedes de Almeida, faça o favor.

----- **Guedes de Almeida** – O meu voto favorável ao requerimento apresentado pela CDU tem por origem isto: foi evidente que há aqui um conflito relativamente, eu digo hierárquico , é que acho que há aqui uma inversão de valores hierárquicos relativamente a competências ao órgão mais qualificado para poder coordenar com o Executivo. E há aqui uma subalternização. E houve até alguma confusão por parte do Membro da Mesa da Assembleia quando é confrontado com o Programa, embora e em tipo, como foi dito, de esqueleto, para apresentar, e depois tenta retirá-lo. A interpretação é esta, porque de certa forma iria colidir com a Câmara. São logo levantados problemas orçamentais, e isto é que eu não entendo que a Assembleia Municipal dependa da disponibilidade da Câmara para ter as suas actividades. Há aqui uma inversão. Quer dizer, parece que anda a mendigar perante um órgão que é subalterno, que até tem que fiscalizar, mas não há dinheiro, não pode fazer, e é privilegiada a acção da Câmara quando efectivamente, afinal estive na Comissão, eu não estive na Comissão, desconheço, mas estive lá presente, não se pronunciou, mas de certa forma quis impor à Assembleia, digamos, a sua prioridade quando não deve ser assim. A prioridade devia ser do órgão autárquico que foi eleito aqui por esta Assembleia, portanto a Câmara é que teria que coordenar com a Comissão eleita pela Assembleia.

----- Neste caso acho que faz todo o sentido, até pela ofensa, que fosse extinta a Comissão, isto é uma questão de dignidade.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Luís do Vale, para uma declaração de voto.-

----- **Luís Vale** – Como proponente deste requerimento e face a tudo o que aqui aconteceu, face a esta questão, resta-me enquanto membro deste Grupo de Trabalho apresentar a demissão deste grupo de Trabalho, já tenho aqui o documento escrito, deixo-lho a si, talvez seja o mais indicado, com conhecimento também ao grupo de Trabalho.....

----- **Presidente da Mesa** – Luís Filipe, fazes o favor de fazer a declaração de voto, sintética, se possível.

----- **Luís Filipe** – A minha declaração de voto vai ser rápida, também, e só para sustentar o voto a favor do requerimento, e dizer, porque já o disse, o meu espírito era de trabalho, era de colaboração e era dar o melhor possível para que as Comemorações resultassem. Não estou disponível para alimentar guerras internas do PSD, desculpem que vos diga, esta guerra é vossa, resolução - na noutros fóruns e não venham para aqui trazer essa guerra e agudizar o aquilo se passa entre vocês, a Câmara, e tudo o resto.

----- Portanto não estou disponível para isso e quando isso estiver resolvido digam alguma coisa.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Do Movimento Sempre Presente, há uma inscrição também para... peço também que seja sintético.....

----- **José Lourenço** – Boa tarde a todos. Caros elementos da Mesa, caros companheiros. Diz-se na minha terra que quem não se sente não é filho de boa gente e o Movimento representado em mim, a participar nesta Comissão, só vos posso dizer que foi com muita honra que assiti ao desenvolvimento de um trabalho, provavelmente é difícil nos dias de hoje, somos portugueses de primeira, não somos portugueses nem de segunda nem de terceira, e se há dinheiro para fazer coisas noutros sítios do país aqui também tem que haver.....

----- Tenho pena da eventualidade de não chegarem a saber porque é que esta comissão, de facto, com um mentor, mas secundada por pessoas que eu não tinha grande confiança mas que fiquei deveras honrado por ter conhecido, por ter visto a trabalhar, o Dr. Jorge Novo, José Brinquete, José Carlos, Luís Filipe, mas principalmente o Coordenador.

----- Acho que o nível do que se estava a fazer ia extrapolar em muito aquilo que é normal à nossa Região e na nossa Cidade. O Movimento não pode pactuar com situações como a que aconteceu aqui, hoje, tenho muita pena por todos nós.....

----- **Presidente da Mesa** – Há mais uma declaração de voto, José Brinquete.....

----- **José Brinquete** – Eu tenho a transmitir que recorro muito poucas vezes à palavra ética, mas, agora, estou precisamente na presença de um momento em que por questões de ética é impossível continuar a colaborar neste projecto. Foi bom, também, todas as noites que passámos aí, o Coordenador vai sentir-se muito desamparado, porque vai ficar, ou não, isto pode não ser grave, mas esta atitude é uma atitude política e ética, não tem nada a ver com o Carlos Moreno, tem a ver com uma coisa muito simples que é: as comemorações ficaram aqui comprometidas, no ponto de vista da Assembleia, e ficou aqui um sinal que não é nada bom para o futuro. Uma decisão por unanimidade, em Dezembro, a Câmara estava presente, sabia disso, mandou até um representante à primeira reunião, não disse nada e agora aparece com um programa estruturado.....

----- Imaginem, o Senhor Presidente da Câmara, agora, na segunda intervenção, já dizia que era em colaboração, mas na primeira não foi, tinha o seu programa e a Assembleia tinha o seu, até disse que os Órgãos são distintos, e são. Imaginem o que seria os munícipes verem dois programas das Comemorações da República, um da Câmara municipal e outro da Assembleia Municipal.

----- Portanto assumimos as nossas responsabilidades, eu assumo as minhas, em nome da CDU, e vou também a apresentar o meu pedido de demissão da Comissão.

----- **Presidente da Mesa** – Senhor Deputado Nuno Reis, faz favor de fazer a sua declaração de voto..

----- **Nuno Reis** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal. O Partido Social Democrata votou contra o requerimento apresentado e subscrito pelo José Brinquete e pelo Luís Vale, na exacta medida em que nós quisemos transmitir ao Grupo de Trabalho que preparou esta programação, um voto de confiança, e a nossa convicção de que num futuro próximo será possível, pela disponibilidade manifestada pelo Executivo, pela boa vontade manifestada pelo Coordenador e por outros membros deste Grupo de Trabalho, será possível articular um Plano Municipal para as Comemorações do centenário da República.

----- E agora aproveito para fazer aqui um apelo pela confiança e pela amizade que tenho pelos dois, um apelo ao Luís Vale e José Brinquete, que são pessoas que muito dão à causa pública e ao interesse público.

----- Todas as decisões, do meu ponto de vista, tomadas a quente, raramente são boas decisões, as decisões devem ser pensadas, amadurecidas e devem ser tomadas com alguma frieza. E por isso eu apelava aos meus amigos ilustres membros desta Assembleia Municipal que, eventualmente, reconsiderem, reconsiderem não apenas em nome nem do Grupo de Trabalho, nem da Assembleia Municipal, nem da Câmara Municipal, reconsiderem em razão daquilo que é o interesse do Município

de Bragança e sobre tudo da dignidade que merecem ter as Comemorações do Centenário da república Portuguesa. Muito obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado Senhor Deputado. Estão terminadas as declarações e a Mesa tem que comunicar à Assembleia que deu também entrada aqui uma informação do Senhor Deputado Luís Filipe Pires Fernandes que solicita a demissão do Grupo de Trabalho das Comemorações do Centenário da República, à qual se associa o Luís do vale, julgo que o que entendi do José Brinquete, a mesma coisa.

----- Temos aqui um problema, ou seja, o Grupo de Trabalho agora está comprometido, porque penso que o problema do Partido Socialista deve-se resolver, com a indicação de um outro membro para o Grupo de Trabalho, do lado dos Presidentes de Junta do Partido Socialista, também se pode resolver, não se pode resolver a participação do Grupo Municipal da CDU, nem do Bloco de Esquerda. O CDS não se pronunciou sobre essa matéria. Temos aqui um problema, é que o Grupo de Trabalho não pode, não sei se não deveríamos pensar maduramente sobre esta matéria. Eventualmente vocês reconsiderarem a vossa posição. No dia dezoito de Dezembro foi aprovada nesta assembleia a constituição de um Grupo de Trabalho, o requerimento que foi votado há pouco, para a sua extinção foi votado por indeferimento, mas não há eleitos para constituir o Grupo de Trabalho. Temos um problema. E claro a Assembleia vai ter que depois, já o vou fazer agora, através dos microfones, dirigindo-se directamente aos elementos da Assembleia que colocaram de forma escrita e cá havemos de receber, imagino, uma outra demissão do grupo de Trabalho, que vocês eventualmente possam reconciliar, o que hoje disseram, porque se assim não for e independentemente de ter sido votado por indeferimento o requerimento o Grupo de Trabalho não se consegue constituir.....

----- Ponto de Ordem à Mesa pedido pelo Professor Carlos Moreno.

----- **Carlos Moreno** – Peço desculpa pelo adiantado da hora, mas sendo o Coordenador deste Grupo de Trabalho, veementemente eu queria pedir aos meus companheiros desta Comissão que até aqui tão bons resultados soube produzir e que sempre estivemos juntos e solidários, quero solicitar-vos que adiem esta vossa decisão até à nossa próxima reunião, que marco já, segunda-feira, às 21h30 aqui neste edifício. Nesta nossa reunião iremos discutir este ponto e se entenderem permanecer na vossa atitude, eu saberei respeitar. Neste momento aquilo que eu vos queria pedir em nome do nosso companheirismo e cumplicidade deste Grupo, que retirem estas propostas de demissão, vamos discutir este ponto na nossa próxima reunião de segunda-feira, às 21h30.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado. Assim sendo e feita esta observação agora, do Coordenador do Grupo de Trabalho e admitindo que possam vir a reconsiderar a vossa

opinião, mais não resta à Mesa, agora, porque ainda resta a Mesa, a votação do ponto do número nove. E por isso vamos por à votação a Apreciação e votação da rectificação da Composição do Grupo de Trabalho para as Comemorações do Centenário da República, para integrar um membro da Mesa. Está agendado e vamos ter que votar. Vocês ditarão o que entenderem, porque é da vossa competência pronunciarem-se sobre os assuntos agendados.

----- Um ponto de Ordem, senhor Deputado, faz favor, vamos ver se, de facto, é um ponto de ordem.

----- **Luís Filipe** – É um ponto de ordem. Carlos, por máximo respeito que tenho por ti, foste inexcedível e trabalhámos bem contigo, mas, neste momento, o caso já não é contigo, o caso, neste momento, extravasou as questões do Grupo de Trabalho. De maneira que, em conferência ali, em cima, mantemos a nossa posição, não há volta a dar. De maneira que neste momento não faz qualquer sentido fazer a votação seguinte.....

----- **Presidente da Mesa** – Há algum requerimento da Assembleia para votar que seja retirado este ponto da agenda? Então vamos votar.

-----

----- **Presidente da Mesa** – Faz favor, Senhor Deputado.

----- **Bruno Veloso** – Senhor Presidente é só uma questão formal. É que atendendo às condições criadas com a Comissão, da grande maioria das pessoas, atendendo àquilo que foi a proposta apresentado pelo colega Carlos Moreno, desta Assembleia Municipal, parece-me que mediante a demissão dos membros do Bloco de esquerda, da CDU, do Partido Socialista, dos Presidentes de Junta e do Movimento Sempre Presente, neste momento não existe a Comissão e portanto se não existe a Comissão como é que nós podemos estar a aprovar a entrada da Mesa da Assembleia para uma Comissão que não existe. É esta a minha pergunta.

----- **Presidente da Mesa** – Não há nenhum requerimento para retirar o assunto, pois não? Não há. Então eu tenho que dizer aos senhores deputados que não havendo nenhum requerimento, insisto, não havendo um requerimento para retirar o ponto, vamos votar o ponto. Peço desculpa, façam um requerimento à Mesa para retirar o ponto.....

----- Senhores Deputados, independentemente, vocês podem produzir, façam o requerimento, julgo que estão a escrevê-lo e a Mesa aguarda a chegada desse requerimento para votarmos a retirada do ponto, senão temos que o votar. Faltam cinco minutos para terminarmos, lamentavelmente não terminámos os assuntos agendados. Quero informar, no entretanto, os senhores deputados, que vai haver uma Reunião Extraordinária no mês de Março, apontando a data de dezanove de Março (sexta-feira) para a Reunião Extraordinária que terá como ponto, em princípio, único, a Discussão e

deliberação sobre o Plano Director Municipal, eventualmente teremos que meter estes pontos que ficaram hoje.....

----- Na altura de uma deliberação em vinte e sete de Fevereiro de dois mil e sete, esta Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar que a discussão do Plano Director Municipal, e do Plano Director do Parque Natural de Montesinho fosse discutido numa reunião extraordinária, mas eu lembro, é que na redacção do ponto não diz exclusivamente desse ponto. E portanto poderemos ter que agendar para essa Assembleia, eu penso que os senhores deputados hão-de perceber a questão da economia de esforços, queremos agendar os pontos, que hoje não foram discutidos, para a Assembleia extraordinária do dia dezanove de Março, que terá como um outro ponto e acho que provavelmente o ponto número um, a discussão e deliberação sobre o Plano Director Municipal.

----- Deu entrada na Mesa da Assembleia um requerimento que diz:.....

“REQUERIMENTO

----- Atendendo ao facto de que do ponto de vista material e substantivo, não existe ou deixou de existir, a Comissão Municipal para a Comemoração do Centenário da República os membros da AM subscritores requerem que seja retirado da Ordem de Trabalhos o ponto nono que estava previsto na presente sessão da AM.....

Os membros da AM: Dinis Costa e Bruno Veloso.”

----- **Após análise e discussão foi o mesmo requerimento submetido a votação, tendo sido aprovado, por maioria qualificada, com dois votos contra, duas abstenções e oitenta votos a favor, estando momentaneamente oitenta e quatro membros presentes.....**

----- **Presidente da Mesa** – Portanto foi retirado da ordem de trabalhos o ponto nove, desta sessão. Não havendo mais tempo para discussão, dá-se por terminada a sessão.....

----- Quero dizer uma coisa aos Senhores Deputados, registem o dia dezanove de Março, como data para a reunião extraordinária. E aos Senhores Líderes que têm assento na Comissão Permanente, o dia cinco de Março, para a reunião.....

PRESENCAS: Seguem-se as presenças e faltas dos membros que constituem a

A – Assembleia:

I – PRESENCAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:

1 – Mesa:

Presidente – Luís Manuel Madureira Afonso

Primeiro Secretário – Acúrcio Álvaro Pereira

Segunda Secretária – Maria Madalena Morais Morgado

2 – Membros:

Amândio dos Anjos Gomes
Isabel Maria Lopes
José Alberto Moutinho Moreno
Carlos José Cadavez
Élia Fátima Moreira Ferreira Cordeiro
António Eduardo Fernandes Malhão
António Manuel Pereira

Maria Teresa
Rui Fernando Rodrigues Correia
José Luís Baltazar
Domingos Moura dos Santos
Adriana da Conceição Vilares Angélico
Nuno Filipe Machado Reis
Cândido Vaz Alves
Ana Cristina de Carvalho Alves Botelho
Carlos Abílio Moreno
António de Almeida Dionísio
António Manuel Teixeira Baptista
Pedro Luís Esteves Fernandes
Joaquim Eduardo Rodrigues Queirós
João Paulo da Veiga Matos
Maria Eugénia Cerqueira Barreira Afonso
Anibal de Jesus Raimundo Morais

PARTIDO SOCIALISTA

Vítor Prada Pereira
Maria de Fátima Renovato Veloso
Luís Carlos Magalhães Pires
Alcídio Augusto Castanheira
Luís Filipe Pires Fernandes
João Batista Ortega
Bruno Viriato Gonçalves Costa Veloso
Manuel António Pires

Dinis Manuel Prata Costa
Fernando Jorge Loução Lima
Vanda Marisa Graças Espírito Santo
Luís Manuel Silvestre
Maria Celina Silva Paula

MOVIMENTO SEMPRE PRESENTE

José João Martins Lourenço a)
Armando José Morais
Manuel Agostinho Pires Diz
Cristina Maria Rodrigues Afonso a)
José Fernando Cameirão
Normando dos Santos Lima

COLIGAÇÃO DEMOCRATA UNITÁRIA

José António Saraiva Brinquete a)

BLOCO DE ESQUERDA

Luís Miguel Vale Fernandes Vale

CENTRO DEMOCRATICO SOCIAL/ PARTIDO POPULAR

António Guedes de Almeida

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

Alfaião	João Adriano Rodrigues
Aveleda	José Carlos Fernando Valente
Baçal	João Francisco Alves
Carragosa	Jorge Augusto Ala
Carrazedo	César Luís Gonçalves
Castrelos	Amilcar Pereira Ventura
Castro Avelãs	José Vicente Fernandes
Coelhoso	Paulo Manuel Almeida da Veida
Deilão	Manuel Benites Inácio
Donai	Luís Aníbal Rodrigues Martins

Espinhosela	Telmo Ramiro Prada Afonso
Faílde	Gualter Dinis Gonçalves Garcia
França	Amândio dos Santos Costa
Gimonde	João Vitor Alves
Gondesende	Augusto David Afonso Pires (Substituto)
Gostei	Carolina de Jesus Fernandes
Grijo de Parada	Maria Helena Santos Branco
Izeda	Maria Rosa Galhardo Pinto Pires
Macedo Mato	João Nascimento Fernandes
Meixedo	Luís Urbano Gonçalves
Milhão	Raquel Grande Tomé
Mós	Anselmo Anibal Martins
Nogueira	José António Prada
Outeiro	João Manuel Dias Sardinha
Parada	Norberto dos Santos Costa
Paradinha Nova	Domingos António Seca
Parâmio	José Augusto Afonso
Pinela	António Jorge Brás Pires
Pombares	Afonso Augusto Pires Domingues
Quintanilha	José Carlos Rodrigues Fernandes
Quintela Lampaças	Vitor Manuel Costa
Rabal	Paulo Hermenegildo de Castro João
Rebordainhos	Albino Alves Rodrigues
Rebordãos	Adriano Augusto Correia Rodrigues
Rio de Onor	António José Preto
Rio Frio	Humberto Amândio Garcia
S. Pedro	António Carlos Sá
Salsas	Filipe Osório Caldas
Santa C. Rossas	Elídio Alexandre Morais
Santa Maria	Jorge Manuel Esteves Oliveira Novo
São Julião Palácios	Elias dos Santos Vara
Sé	Paulo Jorge Almendra Xavier
Sendas	Dinis Augusto Dias Pinela
Sortes	Juvêncio Alves de Carvalho
Zoio	Helder Jorge dos Santos

a) Aplicação do disposto no n.º 9 do artigo 64.º do Regimento da AM.

II – FALTAS

PARTIDO SOCIALISTA

Marisa Rodrigues Gomes Alexandre

MOVIMENTO SEMPRE PRESENTE

Agostinho Gonçalves Esteves (justificada)

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

Calvelhe – Ernesto Augusto Morgado Gomes

Samil - Eduardo Joaquim Portela

B- CÂMARA

PRESENCAS:

Presidente - António Jorge Nunes

Vereadores: Rui Afonso Cepeda Caseiro

Humberto Francisco da Rocha

Maria de Fátima Gomes Fernandes

Hernâni Dinis Venâncio Dias

..... Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão cerca das vinte horas, e do que nela se passou se lavrou a presente acta que depois de achada conforme – vai ser aprovada na terceira sessão ordinária (mandato 2009/2013) desta Assembleia Municipal a realizar em 30/04/2010 – vai ser assinada pelos membros que constituem a Mesa. -----

O Presidente, _____

O Primeiro Secretário, _____

A Segunda Secretária, _____

